

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

**Crise Climática, Desafios Intergeracionais e Cenários Futuros na Cacaucultura
da Amazônia**

Gisele de Aguiar Lima
Doctor Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2026**

GISELE DE AGUIAR LIMA

Crise Climática, Desafios Intergeracionais e Cenários Futuros na Cacaucultura da Amazônia

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Orientadora: Nathalia T. Cosmo da Silva

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

L732c
2026
Lima, Gisele de Aguiar, 1996-
Crise climática, desafios intergeracionais e cenários futuros
na cacauicultura da Amazônia / Gisele de Aguiar Lima. –
Viçosa, MG, 2026.

1 tese eletrônica (206 f.): il. (algumas color.).

Inclui apêndices.

Orientador: Nathália Thaís Cosmo da Silva.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Economia Rural, 2026.

Inclui bibliografia.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2026.090>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Agricultura familiar. 2. Cacau - Cultura - Pará.
3. Juventude rural. 4. Mudanças climáticas. 5. Rodovia
Transamazônica. 6. Relações intergeracionais. I. Silva, Nathália
Thaís Cosmo da, 1987-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Economia Rural. Programa de Pós-Graduação
em Extensão Rural. III. Título.

CDD 22. ed. 338.1098115

GISELE DE AGUIAR LIMA

Crise Climática, Desafios Intergeracionais e Cenários Futuros na Cacaucultura da Amazônia

Tese apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

APROVADA: 25 de fevereiro de 2026.

Assentimento:

Gisele de Aguiar Lima
Autora

Nathalia Thais Cosmo da Silva
Orientadora

Essa tese foi assinada digitalmente pela autora em 20/03/2026 às 11:01:11 e pela orientadora em 23/04/2026 às 09:33:56. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **67U1.5X4E.4NEN** e clique no botão 'Validar documento'.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me permitir chegar até a finalização desta tese e por conduzir cada etapa da minha trajetória com cuidado, providência e propósito. Aos meus pais, Antonio Ivo e Alba, meu alicerce, agradeço por todo o amor, incentivo diário e por me ensinarem a persistir e dar sempre o melhor de mim. Aos meus irmãos, Géssica Lima e Ivo Filho (Gustavo), pela parceria de vida e pelo apoio constante. Um agradecimento especial à Géssica, que esteve presente em todos os momentos, acompanhando e ajudando diariamente, em tempo real.

À minha orientadora, Nathália Thaís Cosmo da Silva, por me acolher como orientanda em 2022 e por me guiar com sensibilidade, rigor acadêmico e incentivo permanente. Obrigada pelas contribuições nas escritas, pelas ideias compartilhadas, pelas publicações, pelas motivações e por tornar a construção desta tese um processo leve.

A Gilson Nardini, por ser motivador, companheiro, amoroso e por me ajudar a enxergar o melhor lado das coisas nesta caminhada.

À minha amiga Bianca Diniz, pelo acolhimento em Viçosa e pela parceria de tantos anos, pelas aventuras acadêmicas e não acadêmicas, desde 2014. Agradeço a Deus pela bênção de ter uma amiga que é como uma irmã.

Às “girls”, Sara, Annaelise e Flávia, pela amizade doce e pelas risadas que tornaram minha temporada em Viçosa mais leve e divertida.

Ao Grupo Resiliagri, pelas trocas constantes, pelos aprendizados e pela parceria. Em especial, ao Gabriel, meu fiel escudeiro nas ajudas e discussões acadêmicas ao longo da caminhada acadêmica.

Ao grupo das meninas – Géssica, Aila, Silvia, Tiza, Sara, Rayla e Simone –, por permanecerem conectadas comigo, deixando essa jornada mais alegre e afetiva.

À Carla Cristina, por seguir presente, mesmo à distância, com boas conversas e atualizações sobre a vida real.

Às minhas avós, Jovina e Alda, pelas orações, torcida e alegria com cada conquista, que também é delas.

Aos meus tios e tias, por todo incentivo e carinho nas idas e vindas.

Às professoras e professores das bancas avaliadoras, pela contribuição desde o projeto de tese, até aqui, pois foram essenciais para o amadurecimento desta pesquisa.

Aos interlocutores desta pesquisa, dos municípios de Uruará e Medicilândia, por me acolherem e me doarem um pouco do seu tempo

para contribuir com esta pesquisa.

A todos os amigos, colegas e familiares que fizeram parte do meu percurso durante o doutorado, deixo meus sinceros agradecimentos.

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

RESUMO

LIMA, Gisele de Aguiar, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2026. **Crise Climática, Desafios Intergeracionais e Cenários Futuros na Cacaucultura da Amazônia.** Orientadora: Nathalia Thais Cosmo da Silva.

Esta tese analisa os desafios e as possibilidades da sucessão agrícola na cacaucultura amazônica a partir da perspectiva das juventudes rurais da Transamazônica paraense, em um contexto marcado por mudanças climáticas, fragilidades estruturais do território e transformações nas dinâmicas sociais do meio rural. O objetivo geral foi identificar como a formação histórica da cacaucultura na Transamazônica, as relações intergeracionais e as interpretações juvenis sobre as mudanças climáticas configuram a construção de futuros possíveis para as juventudes rurais de Uruará e Medicilândia, diante das mudanças climáticas. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, de caráter exploratório-interpretativo, com a realização de entrevistas com 43 interlocutores, sendo dividido em dois grupos 16 jovens rurais e 27 adultos e idosos. Com os jovens também foram realizadas oficinas participativas de construção de cenários futuros, conduzidas por meio de grupo focal com 5 jovens, no município de Uruará (PA). Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo e análise crítica do discurso para as entrevistas. No grupo focal foi usada metodologia de construção de cenários futuros articulada à aplicação participativa da matriz SWOT para os cenários, sendo estes dados analisados por análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a atividade da cacaucultura na região transamazônica está vinculada ao projeto histórico de colonização, marcada por precariedades e adaptações intergeracionais. Mostrou que as juventudes atuam como protagonistas, mas enfrentam desigualdades de gênero, insegurança fundiária e ausência de políticas de sucessão. revelou que a cobertura midiática sobre clima é superficial e distante da realidade juvenil. A co-construção de cenários revelou vulnerabilidades estruturais persistentes, embora os jovens demonstrem agência e capacidade crítica na formulação de futuros mais sustentáveis e territorialmente enraizados. Predomina a percepção de um cenário futuro mais provável marcado por fragilidades estruturais persistentes, êxodo rural e vulnerabilidade socioambiental. Em contraste, emerge um cenário desejável, ainda considerado menos provável, sustentado por políticas públicas efetivas, valorização da agricultura familiar, educação técnica contextualizada e estratégias de adaptação climática. Conclui-se que a construção participativa de cenários constitui um instrumento metodológico e político relevante para fortalecer o

protagonismo juvenil e pensar trajetórias mais sustentáveis para a cacauicultura amazônica.

Palavras-chave: cenários futuros; juventude rural; transamazônica; cacauicultura.

ABSTRACT

LIMA, Gisele de Aguiar, D.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2026.
Climate Crisis, Intergenerational Challenges, and Future Scenarios in Amazonian Cocoa Farming. Adviser: Nathalia Thais Cosmo da Silva.

This dissertation analyzes the challenges and possibilities of agricultural succession in Amazonian cocoa farming from the perspective of rural youth in the Trans-Amazon region of Pará, within a context marked by climate change, structural territorial fragilities, and transformations in rural social dynamics. The main objective was to identify how the historical formation of cocoa farming in the Trans-Amazon region, intergenerational relations, and youth interpretations of climate change shape the construction of possible futures for rural youth in Uruará and Medicilândia. The study adopted a qualitative, exploratory-interpretative approach, conducting interviews with 43 participants, divided into two groups: 16 rural youth and 27 adults and elderly individuals. Participatory workshops on future scenario building were also carried out with five young participants in Uruará (PA), using a focus group methodology. Data were analyzed through Content Analysis and Critical Discourse Analysis for the interviews. In the focus group, a future scenario-building methodology was combined with the participatory application of the SWOT matrix, and the resulting data were examined through Content Analysis. The findings indicate that cocoa farming in the Trans-Amazon region is historically linked to state-led colonization processes and marked by structural precariousness and intergenerational adaptations. Rural youth act as protagonists but face gender inequalities, land insecurity, and a lack of effective succession policies. Media coverage of climate change was found to be superficial and disconnected from youth realities. The co-construction of scenarios revealed persistent structural vulnerabilities, although young people demonstrate agency and critical capacity in envisioning more sustainable, territorially rooted futures. The perception of a most probable future scenario is characterized by ongoing structural fragilities, rural outmigration, and socio-environmental vulnerability. In contrast, a desirable—though considered less likely—scenario is grounded in effective public policies, support for family farming, contextualized technical education, and climate adaptation strategies. The study concludes that participatory scenario building constitutes a relevant methodological and political tool to strengthen youth protagonism and promote more sustainable pathways for Amazonian cocoa farming.

Keywords: future scenarios; rural youth; transamazon region; cocoa farming

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO GERAL	11
1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO.....	14
1.2. OBJETIVOS.....	18
1.3. JUSTIFICATIVA	19
1.4. CULTURA DO CACAU	22
1.5. PERCURSO METODOLÓGICO	24
1.6. ESTRUTURA DA TESE.....	38
1.7. REFERENCIAL CONCEITUAL	40
1.8. REFERÊNCIAS	48
2. ARTIGO 1: DINÂMICAS DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO NA TRANSAMAZÔNICA PARAENSE: CONTRIBUIÇÕES DA LITERATURA E DA MEMÓRIA SOCIAL	53
2.1. INTRODUÇÃO	54
2.2. METODOLOGIA	55
2.3. REFERENCIAL TEÓRICO	58
2.3.1. Contexto histórico da construção da Rodovia Transamazônica	58
2.3.2. Modelos de Colonização	60
2.3.3. Colonização dirigida da região transamazônica	60
2.3.4. Desenvolvimento da cacauicultura na região da Transamazônica.....	64
2.3.5. Impactos socioambientais da colonização	64
2.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	66
2.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
2.6.REFERÊNCIAS	78
3. ARTIGO 2. INTERGERACIONALIDADE NA CACAUCULTURA DA TRANSAMAZÔNICA PARAENSE.....	82
3.1 INTRODUÇÃO.....	83
3.2 METODOLOGIA	84
3.3.RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	85
3.3.1.Interpretações sobre as mudanças na agricultura do cacau entre as gerações dos adultos e a geração atual	85
Fonte. Elaborado pela autora (2025).	86
3.3.2.Conquistas e reconhecimento	87
3.3.3.Progesso técnico e dúvidas sobre a permanência na agricultura	88
3.3.4.Percepções sobre mudanças climáticas e manejo hídrico	89
3.4.EXPECTATIVAS DA PRIMEIRA GERAÇÃO SOBRE O INTERESSE DOS JOVENS DA SEGUNDA GERAÇÃO EM PROSSEGUIR COM A CACAUCULTURA	91
3.4.1. Como os jovens veem a cacauicultura na sua família	94

3.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
3.6. REFERÊNCIAS	99
4. ARTIGO 3. JUVENTUDES RURAIS E A CACAUCULTURA AMAZÔNICA: INTERPRETAÇÕES SOBRE SEUS PAPÉIS E DESAFIOS ENFRENTADOS	100
4.1. INTRODUÇÃO	101
4.2. REVISÃO DE LITERATURA	103
4.3. METODOLOGIA	110
4.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	111
4.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
4.6. REFERÊNCIAS	126
5. ARTIGO 4: DISCURSO EM TORNO DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA REGIÃO DA TRANSAMAZÔNICA: DOS SILENCIADOS ÀS SIMPLIFICAÇÕES.....	129
5.1. INTRODUÇÃO.....	130
5.2. O PAPEL DO JORNALISMO LOCAL NA COBERTURA DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS E AGRICULTURA	132
5.3. METODOLOGIA	133
5.4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	137
5.4.5. <i>Interpretações das juventudes sobre as notícias</i>	156
5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
5.6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	159
6. ARTIGO 5. CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DE CENÁRIOS FUTUROS COM JUVENTUDES RURAIS DA TRANSAMAZÔNICA.....	163
6.1. INTRODUÇÃO.....	164
6.1.1. <i>Juventudes rurais nos contextos de produção de cacau</i>	166
6.1.2. <i>Juventudes rurais e Futuros</i>	170
6.1.3. <i>Juventude, mudança climática e cenários futuros</i>	172
6.1.4. <i>Cenários futuros: abordagem participativa</i>	173
6.2. METODOLOGIA	175
6.3. RESULTADOS E DISCUSSÃO	180
6.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
6.5. REFERÊNCIAS	194
7. CONSIDERAÇÕES GERAIS	197

1. INTRODUÇÃO GERAL

As mudanças climáticas e os sistemas agroalimentares estão intrinsecamente interligados: a produção de alimentos é responsável por parcela significativa das emissões de gases de efeito estufa e, simultaneamente, figura entre os setores mais afetados pelo agravamento da crise climática, aprofundando a insegurança alimentar e as desigualdades sociais (Nilson, 2025). Diante desse cenário, torna-se imperativo reposicionar a transformação dos sistemas agroalimentares no centro da agenda global, promovendo modelos produtivos mais sustentáveis, resilientes e inclusivos, com valorização da produção local, diversificada e socialmente enraizada (Nilson, 2025).

Nesse contexto, a 27ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 27), realizada em 2022 no Egito, foi divulgada como a “primeira COP da alimentação”, ao incluir, pela primeira vez, um Pavilhão Oficial de Alimentação e Agricultura e ampliar o debate sobre sistemas alimentares no âmbito das negociações climáticas (Graddy-Lovelace; Brock; Jain, 2024). Contudo, o evento também evidenciou a persistente marginalização da agricultura e da alimentação na governança climática global, apesar de os sistemas alimentares serem responsáveis por cerca de um terço das emissões globais de gases de efeito estufa (Graddy-Lovelace; Brock; Jain, 2024).

A realização da COP 30 em Belém (PA) confere ao Brasil uma relevância política e simbólica estratégica para o reposicionamento dos sistemas agroalimentares no debate climático internacional, ao situar a agricultura e a alimentação no centro das discussões sobre clima e desenvolvimento. Conforme argumentam Nilson e Oliveira (2025), o país chegou a esse espaço com um arcabouço institucional robusto, destacando-se o Marco de Referência de Sistemas Alimentares e Clima para Políticas Públicas, do Ministério do Desenvolvimento Social, que articula a agenda climática às políticas de segurança alimentar, combate à pobreza e garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada. Instrumentos como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa SocioBio reforçaram a capacidade do Estado brasileiro de induzir transições agroalimentares sustentáveis, integrando produção, inclusão social e adaptação climática (Nilson; Oliveira, 2025). Nesse sentido, a COP 30 configurou-se como um ponto de inflexão ao projetar o Brasil como ator central na construção de uma agenda climática que reconhece a alimentação não apenas como setor impactado, mas como eixo estruturante de soluções para a crise climática.

A cacauicultura amazônica expressa, de forma concreta, esses dilemas contemporâneos dos sistemas agroalimentares ao articular produção agrícola, mudanças climáticas, território e políticas públicas em uma região estratégica para o debate ambiental global. Na Amazônia, desenvolvida majoritariamente em sistemas agroflorestais, essa atividade é frequentemente apresentada como alternativa sustentável por conciliar conservação da biodiversidade, manutenção da cobertura florestal e geração de renda para a agricultura familiar (Venturieri et al., 2022; Homma, 2014; Braga et al., 2023), além de contribuir para a recuperação de áreas degradadas (Braga, 2015). Todavia, sua viabilidade estrutural permanece condicionada a fatores como o acesso desigual às políticas públicas, a limitação da assistência técnica e a elevada vulnerabilidade às dinâmicas do mercado global do cacau, revelando tensões entre os discursos de sustentabilidade e as condições concretas de reprodução social nos territórios amazônicos (Igawa; Toledo; Anjos, 2022; Moia et al., 2025; Lima et al., 2024).

As mudanças climáticas aprofundam esses dilemas ao afetarem diretamente a produtividade, a qualidade do cacau e a segurança econômica das famílias agricultoras, evidenciando a vulnerabilidade climática dos sistemas agroalimentares baseados na pequena produção (IPCC, 2022). Nesse cenário, a cacauicultura amazônica configura-se também como espaço de disputa política e social, particularmente no que se refere à sucessão agrícola e à permanência das juventudes rurais. As decisões dos jovens sobre permanecer ou sair do campo estão diretamente relacionadas às perspectivas de renda, reconhecimento social, acesso a políticas públicas e inserção em mercados diferenciados (Stropasolas, 2011; World Cocoa Foundation, 2024; Adebayo; Ogundiran; Babatunde, 2022). Assim, a análise da cacauicultura amazônica contribui para compreender os limites dos modelos agroalimentares hegemônicos e reforça a necessidade de abordagens territorializadas, socialmente justas e sensíveis às dinâmicas intergeracionais no enfrentamento da crise climática.

O afluxo populacional para a Amazônia constitui um processo histórico, heterogêneo e profundamente marcado por projetos estatais, dinâmicas econômicas e estratégias de sobrevivência social. Desde meados do século XX, a partir das políticas de integração nacional, a região passou a ser concebida como “fronteira de recursos”, estimulando fluxos migratórios associados à abertura de estradas, aos incentivos à colonização agrícola e à expansão de atividades extrativistas e agropecuárias. Autores como Bertha Becker (2001), Melo (2006), da Silva (2017), Oliveira (2014), Marques (2007), analisam esse movimento como parte de uma lógica geopolítica de ocupação e controle territorial, na qual o crescimento populacional esteve menos associado a processos endógenos de desenvolvimento e mais à

incorporação subordinada da Amazônia ao mercado nacional e internacional. Esta tese reposiciona esse debate ao enfatizar os desafios intergeracionais na agricultura do cacau, articulando migração, território e reprodução social e futuros potenciais no contexto amazônico contemporâneo. O debate intergeracional centraliza as juventudes de dois tempos distintos: a primeira geração, cuja juventude foi marcada pelo esforço de colonização e expansão da fronteira, e a segunda geração (filhos de imigrantes), que hoje renegocia sua identidade e permanência no território sob a pressão de novos imperativos econômicos e socioambientais.

As juventudes rurais emergem, nesse sentido, como atores estratégicos para a adaptação e a sustentabilidade da cacauicultura frente às mudanças climáticas. O Plano de Bioeconomia do Estado do Pará, por exemplo, destaca ações específicas e iniciativas de inovação voltadas ao engajamento de jovens e à ampliação da participação feminina, visando à construção de sistemas agrícolas mais inclusivos, resilientes e sustentáveis (da Paixão Alves et al., 2025). As relações intergeracionais na agricultura do cacau tornam-se, assim, elemento central para compreender tanto as continuidades quanto as rupturas nos modos de produção, evidenciando processos de transmissão de saberes, conflitos e expectativas entre jovens e adultos no contexto amazônico. A troca de conhecimentos entre gerações ocorre, sobretudo, por meio das tradições orais e do aprendizado no âmbito familiar, que permanecem fundamentais para orientar práticas de uso da terra adaptadas ao território e comprometidas com a sustentabilidade (da Paixão Alves et al., 2025).

A agricultura na Amazônia é atravessada por desafios socioeconômicos, ambientais e estruturais persistentes, como baixos indicadores de desenvolvimento, insegurança fundiária, desmatamento, avanço de atividades extensivas e limitações de crédito, infraestrutura e políticas públicas adequadas às realidades locais (Santos; Silva; Santana, 2022). Paralelamente, observam-se importantes potencialidades, como a expressiva presença da agricultura familiar, experiências produtivas capazes de gerar renda sem desmatamento ilegal, sistemas produtivos diversificados em pequenas propriedades e oportunidades para o fortalecimento de atividades sustentáveis e de cadeias curtas de comercialização, apontando caminhos concretos para a construção de uma agricultura mais sustentável no bioma amazônico (Santos; Silva; Santana, 2022).

Nesse horizonte, destaca-se a relevância da construção participativa de cenários futuros que reconheçam as juventudes rurais como coprodutoras de visões de futuro para a cacauicultura amazônica, diante da crise climática. Ao incorporar as experiências, expectativas e estratégias dos jovens, essa abordagem articula justiça social, sustentabilidade

ambiental e permanência no território, fortalecendo processos de planejamento mais sensíveis às dinâmicas locais e intergeracionais.

Essa perspectiva se justifica porque, conforme Postma e Liebl (2005), a efetividade dos cenários futuros está diretamente associada à sua elaboração participativa e à possibilidade de reconhecimento e apropriação pelos atores envolvidos. Para isso, as incertezas consideradas precisam dialogar com a realidade cotidiana das juventudes rurais, permitindo que os cenários orientem, de forma concreta, o planejamento de estratégias frente a diferentes futuros possíveis.

1.1.Contextualização

A Amazônia brasileira, reconhecida por sua notável biodiversidade e diversidade sociocultural, tem sido historicamente moldada por políticas estatais de desenvolvimento e ocupação territorial (Loureiro, 2002). Um dos marcos emblemáticos desse processo foi a construção da Rodovia Transamazônica (BR-230), iniciada durante o regime militar nas décadas de 1970 e 1980, como parte do Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106/1970 (Botelho, 1975).

A proposta de integração nacional materializou-se por meio da criação, em 1970, do Programa de Integração Nacional (PIN), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.106, com investimento inicial de 200 milhões de cruzeiros, previsto para o período de 1971 a 1974 (Botelho, 1975). Posteriormente, o Decreto nº 1.179, de 1971, prorrogou o programa até 1978 e ampliou os recursos para 800 milhões de cruzeiros, a serem aplicados entre 1975 e 1978 (Botelho, 1975).

O PIN foi estruturado em torno de dois pilares centrais do regime: o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. Além de constituir uma política pública concreta, o programa operava como instrumento estratégico de controle político das relações sociais da década de 1970. A proposta de Integração Nacional não só orientava ações do Estado, como também fazia parte do discurso oficial da ditadura (Soares, 2015).

Apresentada como vetor de progresso, soberania e integração nacional, a rodovia atravessava vastas áreas do território amazônico, promovendo a migração de milhares de famílias — principalmente do Nordeste — e viabilizando a expansão de atividades agropecuárias e extrativistas (Médici, 1970; Braga; Souza, 2019). A execução do PIN exigia o deslocamento organizado de trabalhadores rurais, sobretudo migrantes sem-terra, considerados essenciais para as obras de infraestrutura. O governo apresentava o programa como uma iniciativa voltada aos pobres do campo, revelando um discurso de aparente

preocupação social. Entretanto, por trás desse discurso, havia interesses estratégicos, como a colonização da Amazônia e a futura expansão do agronegócio (Soares, 2015). Na prática, o PIN representava a ampliação do poder do Estado brasileiro em áreas até então pouco alcançadas pela ação federal (Soares, 2015).

A Transamazônica se concretizou como um projeto marcado por contradições. Embora amplamente promovida como potencial solução para a pobreza e a integração nacional, a política de assentamento rural acompanhada da abertura e pavimentação da rodovia não se consolidou como uma alternativa efetiva de reprodução social e de garantia de condições dignas de sobrevivência nem para os assentados, nem população local. Muitos enfrentaram dificuldades estruturais para produzir e escoar seus produtos, devido à precariedade de infraestrutura e ao abandono das políticas públicas (Campos, 2021). A proposta de colonização desconsiderou a presença de povos indígenas, comunidades ribeirinhas e formas tradicionais de ocupação e manejo do território, tratando a Amazônia como um "vazio demográfico" a ser ocupado (De Souza, 2020).

Nesse contexto da implantação das infraestruturas no Pará, desde meados da década de 1970, o cultivo do cacau passou a ser incentivado na microrregião de Altamira, como parte da política de colonização agrícola. A iniciativa foi impulsionada por fatores como o clima tropical, a fertilidade dos solos e o alto valor da amêndoa de cacau no mercado internacional (Mendes, Mota e Lima, 2007). A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) teve papel central nesse processo, promovendo o cultivo perene do cacau em larga escala a partir dos anos 1960 (Oliveira, 2016). A construção da Transamazônica foi decisiva para a expansão e comercialização da cacauicultura na região, conectando estados e permitindo a inserção dessa atividade em mercados mais amplos (Ribeiro, 2008; Castellane; Simões; Celestino Filho, 1998).

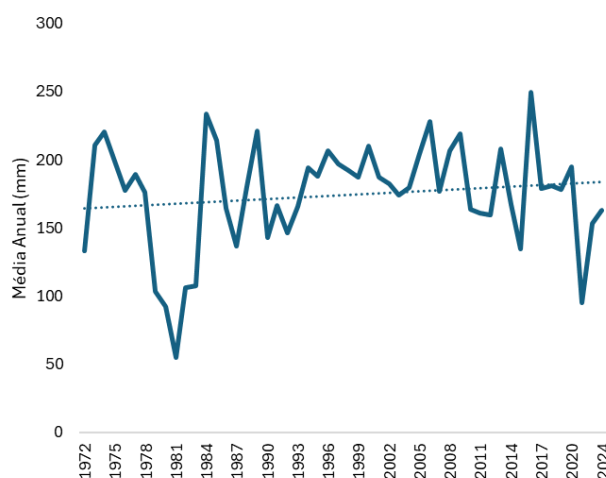
Embora o cacau seja nativo da região amazônica, a forma como sua produção foi reorganizada sob o modelo de colonização e desenvolvimento do Estado brasileiro gerou novas formas de degradação e conflito (Rodrigues et al., 1996). E apesar disso, a cacauicultura enfrentou entraves significativos. A instabilidade fundiária, a ausência de políticas públicas contínuas e a precariedade das condições de infraestrutura dificultam sua consolidação como alternativa sustentável (Mendes, Mota e Lima, 2007).

Além desses desafios históricos, os efeitos das mudanças climáticas impõem novas ameaças à agricultura na Amazônia. Projeções indicam uma possível redução entre 40% e 70% das áreas adequadas ao cultivo de espécies estratégicas para a sociobioeconomia amazônica, como o cacau (Igawa; Toledo; Anjos, 2022).

A agricultura é um dos setores mais vulneráveis às alterações climáticas, dada sua forte dependência de condições ambientais estáveis. O aumento da temperatura global, a intensificação de eventos extremos como secas e ondas de calor e a alteração na distribuição de chuvas afetam diretamente a produtividade agrícola, impactando também a segurança alimentar, a saúde humana e os ecossistemas (Fahad & Wang, 2020; Karimi et al., 2018; Nobre, 2018). O desmatamento, intensificado por modelos de produção agrícola de larga escala, agrava ainda mais esses efeitos, reduzindo a precipitação local e tornando o ambiente mais propenso à proliferação de pragas e doenças (Bunn et al., 2017; De Aguiar, 2002; Jakimou et al., 2023).

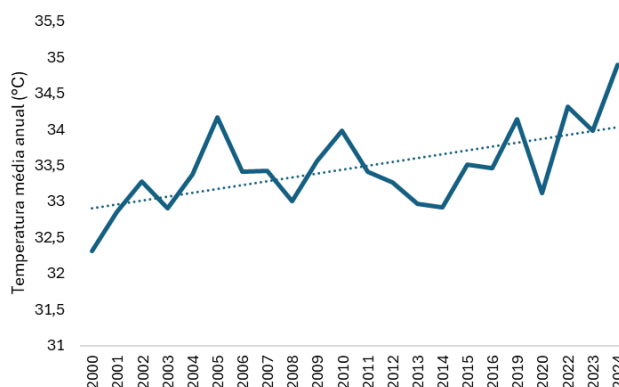
Na região oeste do Pará, por exemplo, observam-se, desde 2022, reduções nos índices de precipitação e elevações nas temperaturas médias anuais — conforme ilustrado nas figuras 1 e 2 —, evidenciando uma tendência de agravamento das condições climáticas. Esse cenário impõe desafios crescentes aos agricultores, no que diz respeito à adaptação e à sustentabilidade de seus modos de vida e produção.

Figura 1. Precipitação média anual na região de Altamira/Uruará/Medicilândia



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Inmet (2025)

Figura 2. Temperatura média anual na região de Altamira/Uruará/Medicilândia



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Inmet (2025)

Essas mudanças percebidas, podem refletir a crise climática, ambiental ou ecológica, que se caracteriza pelo aquecimento global e por seus múltiplos efeitos, como a redução da disponibilidade de água potável, a desertificação, a perda de biodiversidade, a elevação do nível do mar em áreas costeiras e o aumento de eventos climáticos extremos (Uryga et al., 2025). Nas crises ambientais, as alterações no clima provocam uma série de efeitos encadeados: comprometem a produção agrícola, elevam o custo de alimentos e serviços, estimulam o deslocamento de populações por razões ambientais e prejudicam as formas de sustento de muitas comunidades. Além disso, colocam em risco a vida animal, causam a perda da vegetação, degradam regiões inteiras e seus ecossistemas, intensificam a poluição atmosférica por meio do aumento da concentração de dióxido de carbono e afetam de forma severa os ecossistemas mais sensíveis (IPCC, 2022).

As mudanças climáticas afetam não apenas a produtividade agrícola, mas também a organização social e econômica das comunidades rurais, ampliando a instabilidade no campo. Para as juventudes que vivem e trabalham nesses territórios, a crescente imprevisibilidade climática — com impactos no planejamento das safras, riscos de perdas e restrições no acesso a políticas públicas — torna ainda mais incerta a permanência e a construção de futuros viáveis na agricultura. As juventudes rurais enfrentam desafios específicos relacionados à sucessão familiar, ao êxodo rural e à pressão da expansão do agronegócio e da concentração fundiária, em um contexto marcado por desigualdades históricas e vulnerabilidades agravadas pelas crises climáticas e econômicas (Barcelos, 2017).

Embora sejam justamente as juventudes e as gerações por vir aquelas que mais se verão atravessadas — no corpo, no tempo e no território — pelos efeitos acumulativos e imprevisíveis das mudanças climáticas, seus modos de sentir, perceber e narrar essas transformações seguem sendo sub-representados nos debates acadêmicos. Nesse contexto, o grupo de pesquisa ResiliAgri por meio da presente tese e da tese “As emoções e os projetos de vida das juventudes rurais da Zona da Mata mineira frente às mudanças climáticas” busca evidenciar e valorizar esses aspectos frequentemente negligenciados nos estudos sobre a crise climática.

A sucessão agrícola — no setor cacaueteiro — é uma questão cuja complexidade é frequentemente subestimada, sendo pouco considerada em muitos empreendimentos rurais. A ausência de um planejamento intergeracional sólido compromete a continuidade das

atividades agrícolas, agravando o afastamento dos jovens do campo (Adebayo; Ogundiran; Babatunde, 2022).

A transferência de propriedades agrícolas entre gerações — dos mais velhos para os mais jovens — é uma estratégia fundamental não apenas para garantir a continuidade das propriedades familiares, mas também para enfrentar desafios estruturais no meio rural, como o envelhecimento da população agricultora e o êxodo juvenil. No caso das plantações de cacau, esse processo de sucessão é particularmente necessário: sua sustentabilidade e preservação a longo prazo estão diretamente ligadas à presença de jovens comprometidos com práticas agrícolas modernas, resilientes e ambientalmente responsáveis (Oladele, 2015).

Manter os jovens no campo vai além de uma decisão individual ou familiar — trata-se de uma questão estratégica para o desenvolvimento sustentável. A agricultura familiar, quando fortalecida por novas gerações, tem o potencial de produzir alimentos de forma mais diversa e sustentável, conservar ecossistemas, reduzir a pressão sobre áreas de floresta nativa e contribuir para a segurança alimentar local e global. Para Oladele (2015), que investiga a questão intergeracional na agricultura do cacau em Gana e Nigéria, países de destaque quando se fala de produção de cacau, incentivar os jovens a se tornarem a próxima geração de agricultores é também reconhecer seu papel como agentes de inovação, capazes de conciliar tradição e tecnologia, e protagonistas de um modelo agrícola mais justo, produtivo e ambientalmente equilibrado.

A questão intergeracional torna-se, portanto, central para compreender os caminhos possíveis da cacauicultura na Transamazônica. O futuro da atividade depende não apenas da adaptação às mudanças climáticas, mas também do protagonismo das novas gerações e da capacidade de construir alternativas sustentáveis e socialmente justas.

Diante do exposto, este projeto de pesquisa questiona: *Como a formação histórica da cacauicultura na Transamazônica, as relações intergeracionais e as interpretações juvenis sobre as mudanças climáticas configuram a construção de futuros possíveis para as juventudes rurais de Uruará e Medicilândia?*

1.2. Objetivos

Identificar como a formação histórica da cacauicultura na Transamazônica, as relações intergeracionais e as interpretações juvenis sobre as mudanças climáticas configuram a construção de futuros possíveis para as juventudes rurais de Uruará e Medicilândia, diante das mudanças climáticas. Para isto, o estudo é delineado por 6 objetivos específicos:

- I. Analisar os fatores determinantes para o estabelecimento da cacauicultura na região da Transamazônica, considerando a colonização dirigida e a memória dos colonos.
- II. Investigar a interpretação das juventudes rurais sobre seus papéis na produção de cacau na Amazônia e identificar os principais desafios enfrentados por eles na cacauicultura amazônica.
- III. Analisar como se configuram e se manifestam as relações intergeracionais na agricultura do cacau, considerando as interpretações, trajetórias e expectativas de jovens e adultos envolvidos na cacauicultura.
- IV. Investigar como os jornais impressos e virtuais locais abordam as mudanças climáticas relacionadas à cacauicultura na região da Transamazônica e como os jovens interpretam essas abordagens.
- V. Explorar as aspirações e preocupações das juventudes rurais em relação ao futuro da agricultura do cacau diante da crise climática.
- VI. Co-criar cenários futuros de desenvolvimento da cacauicultura amazônica, envolvendo ativamente as juventudes rurais em um processo participativo, considerando as mudanças climáticas.

1.3. Justificativa

A cacauicultura na região da Transamazônica constitui uma atividade econômica de relevância crescente, articulada a dinâmicas territoriais, sociais e ambientais complexas. Os municípios de Uruará e Medicilândia, situados no estado do Pará, destacam-se como os maiores produtores de cacau ao longo da rodovia Transamazônica, com produção anual de 640.581 mil reais em Medicilândia, sendo ele o maior produtor do estado e 308.357 mil reais em Uruará (IBGE, 2023), desempenhando papel estratégico tanto na economia regional quanto na conformação de sistemas de produção e conservação ambiental. Nesse contexto, as juventudes rurais enfrentam múltiplos desafios para sua permanência e atuação, incluindo o acesso desigual a recursos e as incertezas associadas às mudanças climáticas. Compreender como os jovens se posicionam diante dessas transformações é fundamental para pensar alternativas de desenvolvimento territorial sustentável e intergeracional.

Uma revisão sistemática da literatura foi realizada, com busca de artigos publicados entre 2019 e 2024, utilizando os descritores “juventude rural” AND “cacau” em bases como ScienceDirect, Scielo e CAPES. A revisão sistemática identificou sete estudos relevantes, todos em inglês, publicados entre 2019 e 2024, que abordam a relação entre juventude rural e

produção de cacau. A maioria dos artigos foi conduzida em países africanos, com destaque para Gana, que apareceu como área de estudo em cinco dos sete trabalhos analisados (Abukari, Zacaria & Azumah, 2022; Yeboah, 2020; Afele et al., 2024; Aniah, Kaunza-Nu-Dem & Ayembilla, 2019; Kodom et al., 2020). Além de Gana, apenas a Nigéria foi contemplada, em um estudo sobre a gestão de recursos em plantações de cacau no estado de Ondo (Adeloye et al., 2021), e outros dois países – Zimbábue e Tanzânia – foram incluídos em análise comparativa sobre a comercialização agrícola (Yeboah, 2020).

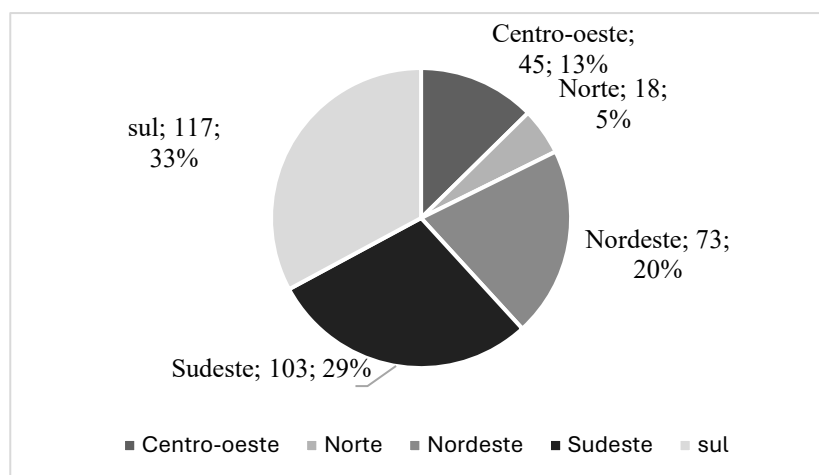
Os principais resultados indicam baixa participação da juventude rural na produção de cacau, frequentemente associada a percepções negativas sobre o setor e à preferência por outras atividades econômicas. Abukari, Zacaria e Azumah (2022) observaram que jovens casados têm mais chances de se envolver na produção cacaueira, com maior engajamento das mulheres quando ocupam cargos de liderança, e que a escolaridade influencia a decisão de entrar ou não no setor. Yeboah (2020) destacou que jovens acima de 24 anos tendem a se envolver mais com agricultura e autoemprego, geralmente aprendendo práticas agrícolas com familiares. Afele et al. (2024) mostraram que os produtores de cacau são, em sua maioria, pessoas com mais de 50 anos e que a juventude se mostra ausente devido a fatores como o desmatamento e crenças relacionadas às mudanças climáticas, como exemplo “os pecados da humanidade”, “castigos de Deus” e “a vontade dos deuses do céu”. Já Aniah, Kaunza-Nu-Dem e Ayembilla (2019) indicaram que o trabalho com cacau entre os jovens ocorre de forma esporádica, pois muitos migram para outras ocupações fora da agricultura.

Kodom et al. (2020) analisaram um programa educacional que ajudou a mudar a percepção dos jovens sobre o cultivo de cacau, antes visto como uma atividade exclusivamente masculina, embora ainda enfrente desafios ligados à hegemonia masculina no setor. Mabe et al. (2020) evidenciaram o envolvimento dos jovens em etapas da cadeia de valor do cacau, como a venda de mudas, insumos agrícolas e prestação de serviços. Por fim, Adeloye et al. (2021) demonstraram que os jovens nigerianos participam da gestão de recursos das plantações, sendo mais ativos na administração de árvores de cacau, sementes, água e solo, motivados tanto por fatores econômicos quanto por aspectos pessoais e comunitários.

Em síntese, os estudos revelam que, embora existam iniciativas e nichos de atuação para jovens no setor cacaueiro, ainda predominam desafios estruturais, culturais e econômicos que limitam a sucessão geracional no campo, principalmente em Gana, país que concentrou a maior parte das pesquisas analisadas.

Nesta pesquisa não foram encontrados artigos relacionados a juventude e cacauicultura no Brasil. Por isso, complementarmente, uma busca mais abrangente foi realizada no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “juventude rural” e “jovens rurais”, pois a busca por jovem ou juventude rural relacionado diretamente ao termo cacau ou cacauicultura não retornaram resultados. Então optou-se por buscar os termos de forma ampla, a fim de, dentro deste universo buscar o tema de cacauicultura. O período escolhido foi de 2015 a 2025, com um retorno 356 resultados após exclusão de duplicatas. No entanto, constatou-se uma lacuna relevante: Há poucos estudos relacionados a juventude rural no norte do país, sendo as publicações de teses e dissertações mais concentradas nas regiões sul e sudeste, como é observado na figura 2.

Figura 2. Teses e dissertações por região brasileira



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Dentre essas pesquisas não foram identificadas produções que tratassem especificamente da juventude rural em articulação com a cacauicultura, e consequentemente na região norte. Esses achados revelam uma concentração temática e geográfica nas pesquisas existentes, indicando a necessidade de ampliação do campo investigativo para incluir contextos produtivos específicos e territórios historicamente menos representados na literatura científica.

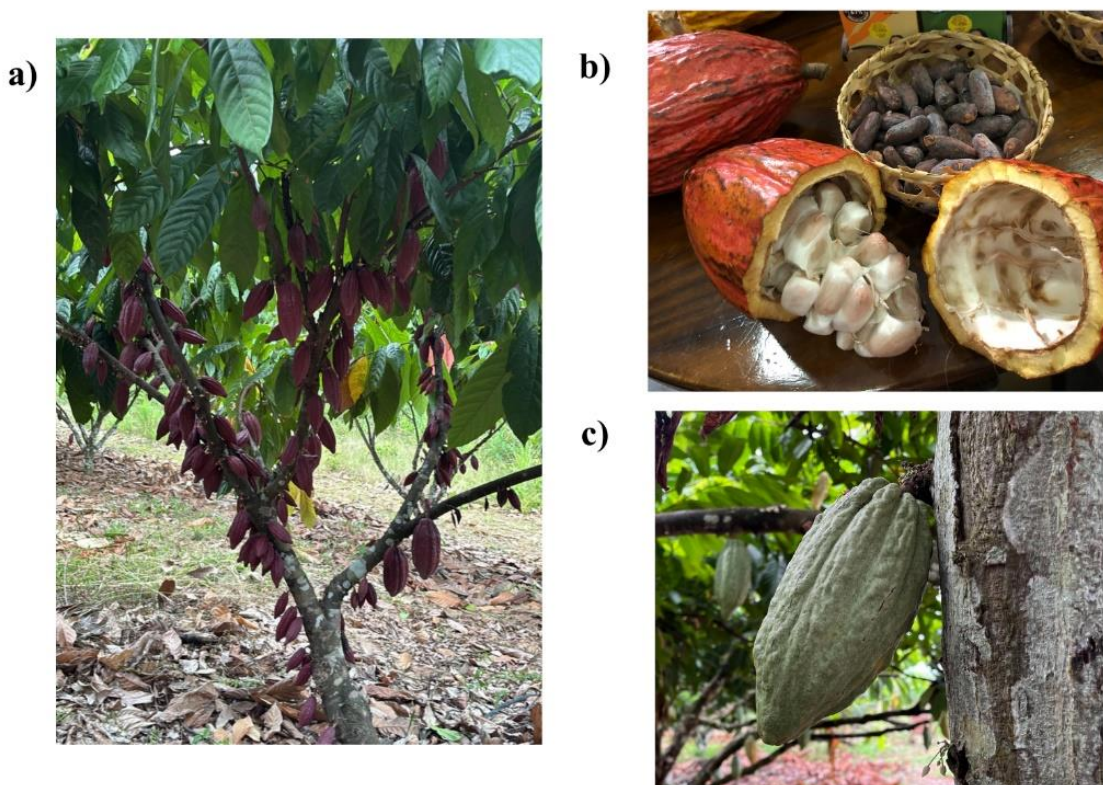
A escassez é ainda mais evidente quando se considera o uso de metodologias participativas para construção de cenários futuros. Essa escassez indica tanto uma negligência científica quanto uma oportunidade: há um campo fértil para futuras pesquisas que integrem jovens rurais como protagonistas na co-construção de futuros sustentáveis, em regiões vulneráveis como áreas agrícolas tropicais e comunidades insulares.

Dessa forma, a presente pesquisa propõe-se a abordar essas ausências ao co-construir cenários futuros participativos com jovens envolvidos na cacauicultura nos municípios de Uruará e Medicilândia, principais polos produtivos da Transamazônica. Ao integrar metodologias qualitativas e participativas, busca-se não apenas compreender os desafios intergeracionais e socioambientais que afetam a atividade, mas também incorporar as expectativas e aspirações juvenis na formulação de estratégias adaptativas

1.4. Cultura do Cacau

O *Theobroma cacao* L. é uma espécie nativa das florestas tropicais úmidas da América do Sul, cultivada comercialmente desde o nível do mar até altitudes aproximadas de 1.200 metros. Sua produção concentra-se principalmente na faixa compreendida entre 10° de latitude norte e sul da linha do Equador, abrangendo regiões da África Ocidental, da América Latina e do Sudeste Asiático (Ganoza et al., 2012). O cacaueiro é uma árvore de porte médio (Ver figura 3), atingindo entre 5 e 8 metros de altura, com folhas lanceoladas e flores pequenas que se desenvolvem diretamente no tronco e nos ramos (cauliflora). Seus frutos são bagas conhecidas como mazorcas, que contêm mais de 20 sementes envoltas por uma polpa mucilaginosa (Ganoza et al., 2012).

Figura 3. Características do cacaueiro. a) árvore do cacaueiro b) detalhes da fruta do cacau aberta com exposição de sementes e polpa c) fruta do cacau. Fonte: imagens coletadas pela autora



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2025).

Registros históricos indicam que os povos maias já cultivavam o cacau do tipo Criollo (*Theobroma cacao ssp. cacao*) há mais de 1.500 anos. Essa variedade é considerada originária da América Central e apresenta uma trajetória evolutiva distinta daquela observada nas populações de cacau da bacia Amazônica. Os cacauzeiros amazônicos, por sua vez, integram o grupo morfogeográfico Forastero, sendo classificados taxonomicamente como *Theobroma cacao ssp. sphaerocarpum* (Motamayor et al., 2002).

O cacauzeiro adapta-se bem a ambientes parcialmente sombreados, como clareiras de mata ou áreas sob copas arbóreas, característica que favorece sua inserção em sistemas agroflorestais (Brainer, 2021). Essa aptidão possibilita o consórcio com diversas culturas permanentes ou temporárias, promovendo maior diversidade produtiva e contribuindo para a sustentabilidade dos sistemas agrícolas (Brainer, 2021).

Além da propagação por sementes, o cacauzeiro pode ser multiplicado por meio de propagação vegetativa, utilizando partes da planta-mãe, como estacas e enxertos. Esse tipo de reprodução assexuada resulta em indivíduos geneticamente idênticos, ou clones, os quais tendem a apresentar maior uniformidade genética, agrônômica e produtiva em comparação às plantas obtidas por reprodução seminal (Sodré, 2013). No Brasil, as mudas de cacauzeiro são produzidas tanto por via sexuada quanto por via assexuada, conforme as recomendações técnicas e os objetivos produtivos (Brasil, 2024).

Para expressar seu pleno potencial produtivo, o cacauzeiro requer condições climáticas quentes e úmidas, com temperatura média anual entre 23 °C e 25 °C e mínimas em torno de 21 °C, além de precipitações bem distribuídas ao longo do ano (Brainer, 2021). A cultura demanda, no mínimo, 1.200 mm de chuva anual e apresenta baixa tolerância a períodos prolongados de estiagem, os quais não devem ultrapassar dois meses. A disponibilidade hídrica do solo é crítica durante os primeiros três meses de desenvolvimento dos frutos (Brainer, 2021).

No contexto brasileiro, a produção de cacau ocorre predominantemente em sistemas que conciliam cultivo agrícola e conservação ambiental, como a cabruca e os sistemas agroflorestais. Esses modelos produtivos têm contribuído para a valorização do cacau brasileiro no mercado internacional, em função das crescentes exigências ambientais e de sustentabilidade (De Fátima Vidal, 2025). Paralelamente, também se observa a adoção do monocultivo, caracterizado por maior simplificação ecológica e intensificação produtiva, com implicações distintas em termos ambientais e socioeconômicos (WCF; Arapyaú; WRI, 2021).

Quanto à classificação do cacau fino, Santos (2009) destaca que diferentes atores do setor utilizam critérios distintos. A Organização Internacional do Cacau (ICCO) define como cacau fino aquele derivado majoritariamente das variedades Criollo, Trinitário ou Nacional, produzidas em países reconhecidos por um comitê técnico, cuja lista é periodicamente revisada. Para a indústria, o cacau fino diferencia-se por seus perfis sensoriais complexos, caracterizados por aromas agradáveis e sofisticados, como notas frutadas, florais, amadeiradas ou de caramelo, além de um aroma intenso e elegante de cacau. Já no campo científico, a classificação baseia-se na presença de compostos aromáticos naturais nas amêndoas frescas e nos aromas desenvolvidos durante o processo de fermentação, os quais são determinantes para a qualidade final do produto (Santos, 2009).

A produção do cacau pode ocorrer por diferentes sistemas, que se distinguem pelo manejo da vegetação e pelo nível de intervenção ambiental. No sistema cabruca, tradicional no sul da Bahia, o cacau é cultivado sob a sombra de árvores nativas previamente raleadas, mantendo parte da estrutura florestal original (Wcf; Arapyau; Wri, 2021). Já o monocultivo a pleno sol ocorre em áreas abertas, com retirada da vegetação, priorizando alta produtividade e maior uso de insumos. Por sua vez, os Sistemas Agrofloretais (SAFs), amplamente adotados na Pará, combinam o cacau com outras espécies arbóreas e frutíferas em um arranjo planejado, buscando equilibrar produção, diversificação de renda e sustentabilidade ambiental (Wcf; Arapyau; Wri, 2021). O SAF-cacau se alinha com meios de produção sustentáveis e à sociobioeconomia (Braga et al., 2026).

1.5. Percurso Metodológico

A estrutura metodológica deste estudo é embasada em uma abordagem qualitativa, que emprega uma variedade de técnicas de coleta e análise de dados. Esses métodos de coleta de dados são complementares e buscam fornecer uma compreensão abrangente das experiências, percepções e aspirações dos jovens rurais envolvidos na agricultura do cacau nas cidades de Uruará e Medicilândia, no estado do Pará. A escolha por uma abordagem qualitativa se justifica pela complexidade e diversidade dos fenômenos sociais estudados, requerendo uma investigação aprofundada das narrativas e significados atribuídos pelos próprios participantes, enquanto a escolha pelos municípios se deu por serem os maiores produtores de cacau ao longo da rodovia Transamazônica.

As ferramentas metodológicas adotadas nesta pesquisa compreendem a realização de revisão bibliográfica, análise documental, coleta de dados primários nos municípios de interesse — por meio de entrevistas semiestruturadas, grupo focal e oficina de construção de

cenários — e análise qualitativa alinhada aos objetivos do estudo. A estratégia metodológica foi inspirada na obra de Silva, Pereira e Baiero (2021), *Construção Participativa de Propostas de Atualização do Marco Regulatório Cooperativista*, que propõe abordagens fundamentadas em pressupostos participativos para o desenvolvimento de pesquisas com foco em processos coletivos. Nesse sentido, esta investigação também contribui para a validação prática dos referenciais propostos na referida obra.

A aproximação metodológica aqui empregada dialoga com a pesquisa de Melo (2023), realizada no âmbito do grupo de pesquisa ResiliAgri, do qual esta investigação também faz parte. Melo desenvolveu um estudo qualitativo com jovens rurais do Projeto Jaíba — maior empreendimento público de irrigação da América Latina — nos municípios mineiros de Jaíba e Matias Cardoso, visando compreender como esses jovens lidam com incertezas e imaginam cenários futuros a partir das decisões que influenciam suas trajetórias. Para isso, a autora combinou métodos como revisão bibliográfica, análise documental, entrevistas e oficinas de cenários, cujas estratégias também orientaram o presente trabalho.

Outra pesquisa que também se relaciona, no mesmo grupo de pesquisa, é a tese de doutorado de Duarte (2025). Ela investiga como jovens estudantes do ensino médio da zona rural de Paula Cândido (MG) percebem, interpretam e experienciam as mudanças climáticas, bem como as estratégias coletivas que desenvolvem para enfrentá-las. Reconhecendo as mudanças climáticas como um fenômeno global com impactos desiguais, sobre comunidades vulneráveis, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa e participativa, utilizando entrevistas de história de vida, grupos focais, oficinas e uma plenária final. A análise dos dados baseou-se na análise de conteúdo, buscando compreender os projetos de vida dos jovens, suas emoções diante das transformações ambientais, e como interpretam o debate público mediado pela imprensa mineira. A pesquisa culmina na elaboração coletiva de uma cartilha educativa em forma de história em quadrinhos, que articula saberes locais e científicos sobre estratégias de mitigação e adaptação. Ao incluir ativamente os jovens no processo investigativo e formativo, a tese contribui para o fortalecimento da resiliência comunitária e da comunicação de risco, destacando a relevância das juventudes rurais nas políticas públicas frente à crise climática.

Dessa forma, a metodologia adotada neste estudo se ancora em um referencial teórico-prático que valoriza a escuta ativa, o protagonismo juvenil e a construção coletiva de conhecimento. Ao dialogar com experiências metodológicas anteriores que também incorporam juventudes rurais em processos participativos — como as pesquisas de Melo (2023) e Duarte (2025) —, este trabalho reafirma a importância de criar espaços onde os

jovens possam expressar suas vivências, expectativas e propostas de futuro em relação à agricultura e às mudanças climáticas.

1.5.1. Pesquisa bibliográfica e documental

A pesquisa bibliográfica e documental constituiu a etapa inicial deste estudo, fornecendo o embasamento teórico necessário e contribuindo para a formulação das questões norteadoras das fases seguintes, sendo retomada ao longo de toda a elaboração da tese. Paralelamente às primeiras revisões teóricas, realizou-se um pré-campo, com o intuito de reunir informações preliminares e compreender melhor o contexto local.

Como parte da investigação sobre a forma como os jovens da região transamazônica recebem e interpretam informações relacionadas às mudanças climáticas e à agricultura do cacau, realizou-se um levantamento dos principais canais de comunicação por eles acessados, abrangendo mídias impressas, digitais e redes sociais. A coleta concentrou-se em materiais publicados nos últimos cinco anos, intervalo que contempla evento climático de grande impacto, o El Niño de 2023, que afetou significativamente a produção cacauceira regional. Essa delimitação temporal permite captar tendências atuais da cobertura midiática e sua evolução recente. Após a sistematização dos dados, as notícias identificadas foram apresentadas aos jovens de Uruará e Medicilândia em um encontro de grupo focal, realizado em na Escola familiar rural de Uruará, com 5 participantes, nos quais puderam expressar suas interpretações sobre a forma como as mudanças climáticas são abordadas pela mídia em sua região.

1.5.2. Entrevistas

A etapa seguinte consistiu na pesquisa de campo, com a realização de 43 entrevistas semiestruturadas nos dois municípios, dividida em dois grupos: grupo 1- jovens rurais e grupo 2- adultos e idosos. A quantidade de participantes foi definida com base na capacidade financeira e logística de aplicação das entrevistas pela pesquisadora. Essa técnica foi fundamental para a obtenção de dados primários, permitindo uma escuta qualificada dos jovens e de outros membros de suas famílias. A abordagem qualitativa oferece a possibilidade de captar relatos ricos e situados sobre os contextos sociais vivenciados, conforme destacam Miller e Glassner (2016). Por meio das entrevistas, buscou-se explorar as experiências cotidianas, os desafios enfrentados, as visões sobre o futuro e os entendimentos sobre as transformações ambientais e climáticas que afetam suas vidas e territórios.

As entrevistas foram conduzidas em agosto do ano de 2024, com dois grupos principais: 16 jovens rurais maiores de 18 anos e 27 adultos ou idosos mais velhos que 29

anos descendentes ou migrantes da colonização dirigida, como apresentado na tabela 1. Essa estratégia permitiu compreender tanto as vivências geracionais quanto os processos históricos de ocupação e produção na região. Os entrevistados participaram ativamente da construção e compartilhamento das informações, contribuindo com seus saberes e interpretações. Como afirmam Holstein e Gubrium (2016), nesse tipo de abordagem, os participantes não apenas respondem às perguntas, mas também constroem sentidos e significados que enriquecem a compreensão do fenômeno investigado.

Tabela 1. Grupos de entrevistados

Grupo de interlocutores	Área de investigação	Objetivo de cada área
Grupo 1: Adultos e idosos (>29anos)	Processos migratórios para a região e motivações	Explorar os motivos que levaram os membros da família a migrarem para essa região específica, investigando fatores como oportunidades econômicas, condições de vida, acesso à terra e recursos naturais, entre outros.
	Inserção na agricultura do cacau	Investigar como esses membros da família se envolveram na agricultura do cacau, incluindo sua trajetória de entrada nesse setor, experiências e desafios enfrentados.
	Compreensão da intergeracionalidade	Investigar como são as relações entre as gerações e suas interpretações sobre a agricultura do cacau no contexto das mudanças climáticas
	Interpretação sobre os fenômenos das mudanças climáticas	Investigar a percepção e compreensão dos membros da família sobre as mudanças climáticas, incluindo seus impactos na agricultura do cacau e nas condições de vida na região.
Grupo 2: Jovens	Perspectivas sobre a agricultura do cacau:	Investigar as percepções dos jovens sobre a agricultura do cacau, incluindo suas visões sobre as vantagens e desvantagens desse setor, oportunidades de crescimento e desenvolvimento.
	Desejo de permanecer na região:	Explorar os motivos que levam os jovens a desejar permanecer na região de Uruará e Medicilândia, incluindo fatores como laços familiares, oportunidades de trabalho, qualidade de vida, entre outros.
	Interpretação sobre os fenômenos das mudanças climáticas:	Investigar como os jovens interpretam as mudanças climáticas, incluindo seus efeitos na agricultura do cacau, nas perspectivas de futuro e nas decisões pessoais.

Fonte: elaborado pela autora (2025).

A técnica de amostragem em bola de neve (*Snowball Sampling*) foi adotada para a seleção dos participantes das entrevistas. O processo começou com um grupo inicial de participantes, conhecidos como sementes, que são selecionados pelo pesquisador dentro da população envolvida, em que esses indivíduos são solicitados a indicar outros participantes por meio de seus próprios contatos e o procedimento é repetido sucessivamente até que o tamanho possível da amostra seja alcançado (Dewes, 2013). Dentro de cada município, contudo, foi solicitado que os participantes indicassem pessoas que são mais próximas

localmente, devido as grandes distancias de moradias geralmente presentes nos travessões¹ e lotes na Transamazônica. Isso permite a inclusão de jovens com diferentes vivências e perspectivas, enriquecendo a diversidade de dados coletados. A escolha das “sementes” de cada município se deu por meio do contato com associações e/ou cooperativas de cacau presentes na região, que indicaram pessoas que atendiam ao escopo desta pesquisa, que é estudar questões de juventude dentro da agricultura do cacau.

1.5.3. Grupo focal/oficina de cenários

Além das entrevistas, as oficinas de construção de cenários foram incorporadas à metodologia como uma estratégia participativa voltada a explorar as percepções dos jovens sobre os possíveis futuros da agricultura do cacau, diante dos desafios impostos pelas mudanças climáticas. A abordagem de cenários surgiu no contexto militar nos anos 1950 e, ao longo do tempo, passou a ser amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento, incluindo o planejamento estratégico em contextos sociais, ambientais e econômicos (Di Zio; Bolzan; Morozzi, 2021).

O principal objetivo dessa abordagem não é prever com precisão o que acontecerá no futuro, mas sim construir visões alternativas e plausíveis sobre como ele pode se desenrolar, a partir da análise de tendências, fatores influentes e incertezas (Calleo & Pilla, 2023). Ao permitir a consideração de diferentes possibilidades, o planejamento por cenários estimula a reflexão crítica e amplia a capacidade de antecipação, evitando que decisões sejam baseadas apenas em uma visão linear ou única do futuro.

Uma das características mais importantes dessa metodologia é justamente sua capacidade de lidar com a incerteza. Embora os cenários possam ser classificados como “mais” ou “menos” prováveis, essa distinção é baseada em julgamentos subjetivos. Como alertam Nowack, Endrikat e Guenther (2011), concentrar-se apenas nos cenários considerados mais prováveis pode levar a uma visão limitada da realidade, deixando de lado alternativas importantes que, embora menos prováveis, podem ter grandes impactos.

Para a realização das oficinas com os jovens de Uruará e Medicilândia, foi seguido um processo estruturado de construção de cenários dividido em três sessões, realizadas em grupo focal. A metodologia de grupos focais é uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve a realização de discussões em grupo, centradas em um tema específico ou conjunto de questões, onde um pequeno número de participantes compartilha suas experiências e opiniões sobre o

¹ Travessões: referem-se a estradas menores que cruzam ou conectam-se com uma rodovia principal. Elas podem servir várias funções, como facilitar o acesso a áreas rurais, propriedades agrícolas, pequenos povoados ou outras rodovias.

assunto em questão, com o pesquisador atuando como moderador para conduzir a discussão e incentivar a participação dos membros do grupo, explorando assim as perspectivas e percepções dos participantes sobre o tema em questão (Wilkinson, 2016). Após análise das incertezas observadas na construção de cenários, que foi feita de forma participativa, também foram feitas as avaliações dos cenários.

Na primeira sessão, os participantes trabalharam sobre o julgamento de probabilidades. Com base nas categorias de incertezas previamente identificadas, os jovens são convidados a decidir, por meio de um processo participativo, quais configurações de futuro consideram mais prováveis de ocorrer. Essa dinâmica envolve a apresentação visual de alternativas contrastantes para cada incerteza (por meio de tarjetas ou recursos digitais, a depender do formato da oficina), de modo a facilitar a compreensão e promover o debate coletivo. Ao final dessa sessão, foi possível organizar dois cenários distintos: um cenário mais provável (aquele cujas configurações foram mais consensualmente apontadas como prováveis) e um cenário menos provável (baseado nas alternativas julgadas como menos prováveis, mas ainda possíveis).

Na segunda sessão, o grupo se dedicou à análise do cenário mais provável. Com base na descrição coletiva desse cenário, realiza-se uma análise *SWOT* (S - *Strengths*: forças, W- *Weaknesses*: fraquezas, O- *Opportunities*: oportunidades e T- *Threats*: ameaças), permitindo mapear os elementos que favorecem ou desafiam a sustentabilidade da agricultura do cacau nesse futuro possível. A análise *SWOT* aplicada à elaboração de cenários tem sido amplamente utilizada em pesquisas acadêmicas por sua capacidade de integrar dimensões internas e externas, contribuindo para a compreensão estratégica de contextos complexos e prospectivos (Santos; Baltazar; Santos, 2014; Fernandes, 2012; Silva Souza e Passarini Takahashi, 2012; de Almeida; Baran; dos Santos, 2025). A partir dessa análise, os participantes são estimulados a desenhar, de forma colaborativa, estratégias de ação adequadas às condições previstas, visando fortalecer a resiliência dos sistemas produtivos locais.

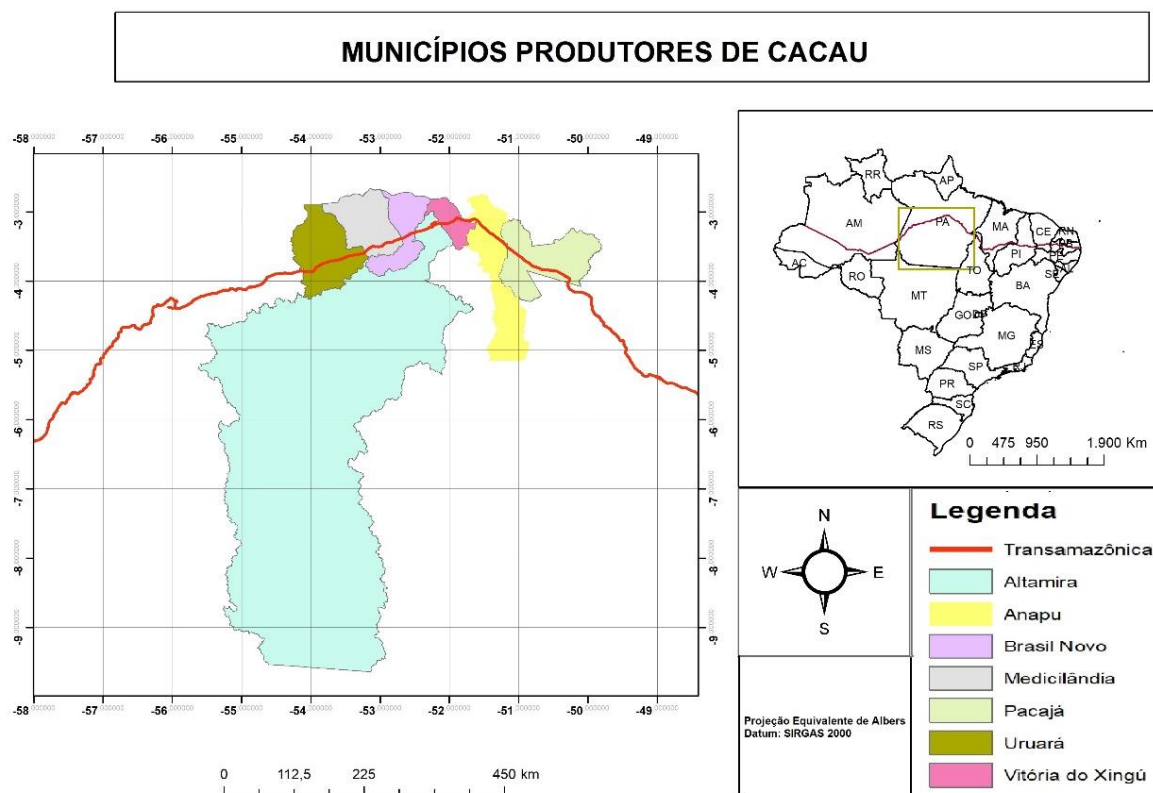
A terceira sessão seguiu a mesma lógica, mas focou no cenário menos provável. Apesar de menos esperado, este cenário pode trazer à tona riscos relevantes e desafios extremos. Assim, a análise *SWOT* foi novamente utilizada para orientar a reflexão estratégica, permitindo que os jovens construam respostas adaptativas mesmo diante de contextos adversos ou incertos.

Esse processo não apenas favoreceu a imaginação crítica sobre o futuro, mas também contribuiu para o fortalecimento da capacidade de planejamento dos jovens agricultores, promovendo o protagonismo local frente às transformações socioambientais em curso.

1.5.4. Caracterização da área de estudo

A área de estudo desta pesquisa abrange a região do polo cacauero da Rodovia Transamazônica, que compreende os municípios de Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará — conforme ilustrado na Figura 4. Essa região concentra mais de 75% da produção de cacau do estado do Pará e representa aproximadamente 60,5% da área total plantada com o fruto, caracterizando-se por um modelo produtivo majoritariamente baseado na agricultura familiar, conduzido por pequenas e médias propriedades (Nunes & Bastos, 2018). Dentro desse polo, a presente pesquisa concentra-se nos municípios de Medicilândia e Uruará, que se destacam como os dois principais produtores de cacau da Transamazônica, ocupando, respectivamente, o primeiro e o segundo lugar em volume de produção, e por este motivo foram os municípios escolhidos para a realização desta pesquisa.

Figura 4. Mapa dos Municípios do Polo de cacauicultura da Transamazônica



Fonte. Elaborado pela autora (2025).

Uruará

O município de Uruará está localizado na microrregião de Altamira, no estado do Pará, e compõe um eixo territorial que acompanha o traçado da rodovia BR-230, ao lado de cidades como Altamira, Medicilândia, Brasil Novo, Senador José Porfírio, Anapu e Pacajá (Venturieri, 2003). Atingindo temperatura máxima média anual de 33°C (Inmet, 2025). A região apresenta um clima típico da Amazônia Oriental, caracterizado por um regime de chuvas elevado, com precipitação média anual próxima a 2.000 mm, além de uma estação seca mais pronunciada entre os meses de julho e novembro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, Uruará possuía uma população de 43.558 habitantes, com uma densidade demográfica de 4,04 habitantes por quilômetro quadrado. A área urbanizada de Uruará, de acordo com os dados de 2019, era de 10,62 km², indicando uma configuração territorial ainda predominantemente rural. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Uruará (PA), de acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento de 2010, é de 0,589. Este valor é considerado baixo.

De acordo com a “Classificação Rural e Urbana”, desenvolvida pelo IBGE Uruará se enquadra na tipologia: Intermediário Remoto. Essa classificação é utilizada pelo IBGE para identificar áreas que têm características tanto rurais quanto urbanas. O rural intermediário remoto refere-se a áreas rurais mais afastadas, com alguma ligação a centros urbanos de pequeno ou médio porte, mas que enfrentam limitações no acesso a serviços e infraestrutura. Embora essas áreas não sejam totalmente isoladas, a distância e as condições de mobilidade podem dificultar o deslocamento e a oferta de serviços públicos e privados mais especializados.

A população se encontra majoritariamente na zona rural, sendo dividido por raça/cor na tabela 1. Em que é possível notar que todos se concentram mais no rural que no urbano. A maior parte da população se identificou como parda, representando cerca de 67,8% do total (29.535 pessoas). Em seguida, a população branca correspondeu a aproximadamente 21,8% (9.503 pessoas), enquanto 9,8% (4.409 pessoas) se declararam pretas. Os grupos indígena e amarelo tiveram as menores participações, com 0,23% (100 pessoas) e 0,03% (11 pessoas), respectivamente. Esses números evidenciam a predominância de pessoas pardas, seguida por uma presença expressiva de brancos e pretos, refletindo a diversidade racial do município.

Tabela 2. Demografia étnico/racial e territorial de Uruará no ano de 2010 e 2022.

Raça/Cor	Censo 2022	Censo 2010
----------	------------	------------

	Rural e urbano	Rural	Urbano
Branca	9.503	6.506	5.389
Preta	4.409	1.751	1.573
Amarela	11	276	183
Parda	29.535	16.086	12.956
Indígena	100	15	23
Total	43.558.	24.634	20.124

Fonte: IBGE 2010 e IBGE 2022.

Uruará possui 78,32% de sua cobertura vegetal natural (MapBiomias, 2017). Em relação à produção agrícola, à cultura do cacau, Uruará se destaca como um dos principais produtores da região. Dados do Censo Agropecuário de 2017 indicam que havia no município 2.321 estabelecimentos agropecuários com pelo menos 50 pés de cacauzeiros, totalizando cerca de 18,5 milhões de pés distribuídos em 18.408 hectares. Destes, 16.737 hectares foram efetivamente colhidos naquele ano, resultando em uma produção de 13.551 toneladas de amêndoas. O valor da produção proveniente desses estabelecimentos alcançou R\$ 83,5 milhões.

Já em 2023, os dados atualizados demonstram um crescimento expressivo da atividade cacauzeira: foram produzidas 21.266 toneladas de cacau em uma área colhida de 18.786 hectares, com um valor de produção estimado em R\$ 308,3 milhões

Medicilândia

O município de Medicilândia, localizado no estado do Pará, conta com uma população de aproximadamente 27.094 habitantes, apresentando uma densidade demográfica baixa, de cerca de 3,28 habitantes por quilômetro quadrado, o que reflete sua característica predominantemente rural e com vastas áreas pouco povoadas (IBGE, 2022). O clima da região é quente ao longo do ano, com uma temperatura máxima média anual de 33°C (Inmet, 2025). No que diz respeito ao desenvolvimento humano, o município possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,58, o que é classificado como baixo, indicando desafios em áreas como educação, renda e longevidade.

A tipologia de Medicilândia é Rural adjacente. As áreas classificadas como rural adjacente são aquelas localizadas próximas a centros urbanos, geralmente com boa acessibilidade e maior integração econômica e social com as cidades próximas, o que facilita o acesso a serviços como saúde, educação e comércio (IBGE, 2017).

Semelhante a Uruará, Medicilândia também apresenta sua população concentrada na área rural. Na tabela 2 é apresentada a divisão do rural e urbano por raça/cor que reflete a concentração também no rural. A maioria da população se autodeclarou parda, representando aproximadamente 69,8% do total (18.920 pessoas). Em seguida, a população branca correspondeu a cerca de 20,2% (5.461 pessoas), enquanto a população preta representou aproximadamente 9,7% (2.625 pessoas). Os grupos amarelo e indígena apresentaram as menores proporções, com 0,26% (70 pessoas) e 0,07% (18 pessoas), respectivamente. Esses dados refletem a diversidade étnico-racial do município, com predominância de pessoas pardas e presença significativa de brancos e pretos.

Tabela 3. Demografia étnico/racial e territorial de Medicilândia no ano de 2010 e 2022

Raça/Cor	Censo 2022		Censo 2010			
	Rural e urbano	(%)	Rural	(%)	Urbano	(%)
Branca	5.461	20,16%	4.590	24,16%	1.984	23,82%
Preta	2.625	9,69%	1.934	10,18%	1.014	12,18%
Amarela	70	0,26%	371	1,95%	213	2,56%
Parda	18.920	69,83%	12.037	63,35%	5.103	61,28%
Indígena	18	0,07%	68	0,36%	14	0,17%
Total	27.094		19.000		8.328	

Fonte: IBGE 2010 e IBGE 2022.

Medicilândia se destaca nacionalmente como um dos principais polos produtores de cacau. Em 2022, havia 2.573 estabelecimentos agropecuários com pelo menos 50 pés de cacaueiro, que juntos somavam cerca de 24,1 milhões de pés (24.166 mil unidades). A produção total desses estabelecimentos foi de aproximadamente 17.982 toneladas de cacau, cultivadas em uma área de 26.107 hectares, sendo que a área efetivamente colhida foi de 23.954 hectares. Esses números evidenciam a importância da cacauicultura na economia local, tanto pela extensão da área cultivada quanto pelo volume de produção.

Contexto Fundiário na região de Uruará e Medicilândia

A Rodovia Transamazônica constitui um eixo de ocupação marcado por intensos conflitos fundiários, sobretudo em áreas de terras públicas não destinadas legalmente. A ausência de regularização fundiária, combinada com políticas históricas de colonização e incentivo à atividade agropecuária, intensificou, desde os anos 1980, processos de ocupação irregular, frequentemente acompanhados de violência contra agricultores familiares, povos indígenas, ribeirinhos e populações extrativistas (Serra, 2023). Esses conflitos envolvem a

disputa entre comunidades tradicionais e agentes econômicos externos, como pecuaristas e madeireiros, que atuam com respaldo parcial ou total de redes ilegais de grilagem e desmatamento.

A pavimentação da PA-370 no trecho conhecido como Transuruará — que conecta Santarém a Uruará — tem acelerado a expansão agropecuária e impulsionado a substituição de áreas de floresta por monoculturas de soja e milho (Pereira, 2024). Esse processo não apenas altera profundamente a paisagem e a dinâmica ecológica local, mas também pressiona pequenos produtores, que enfrentam dificuldades crescentes para manter seus modos de produção. A agricultura familiar, antes dominante em muitos territórios da região, tem sido progressivamente marginalizada diante da expansão do agronegócio, que reorganiza o uso do solo, amplia desigualdades e acirra disputas territoriais (Pereira, 2024).

Os municípios de Uruará e Medicilândia enfrentam ainda desafios logísticos significativos. Trechos extensos da Rodovia Transamazônica permanecem sem pavimentação, em particular entre Medicilândia (PA) e Lábrea (AM), somando mais de 1.600 km de estrada de chão batido. Mesmo os trechos asfaltados apresentam elevado grau de deterioração, demandando manutenção constante. Essa precariedade compromete a mobilidade da população, o escoamento da produção e o acesso a serviços básicos, durante o chamado “inverno amazônico” (novembro a abril), quando as chuvas intensas transformam a rodovia em um grande atoleiro, tornando-a frequentemente intransitável (Damacena, 2024).

No entorno dos municípios, destaca-se a situação da Terra Indígena Cachoeira Seca, habitada pelo povo Arara, cuja demarcação e homologação oficial ocorreu em 2016. Apesar do reconhecimento legal, a presença de ocupações não indígenas persiste, configurando um cenário de tensão fundiária crônica. A sobreposição de direitos territoriais tradicionais e interesses econômicos — muitas vezes legitimados por omissão ou incentivo institucional — alimenta disputas contínuas e revela a urgência da desintrusão e da conclusão do processo de regularização fundiária (Puertas, 2024).

Em 2025, os conflitos fundiários na região ganharam novo fôlego com a publicação de um edital pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), notificando o embargo de diversos polígonos com áreas desmatadas ilegalmente nos municípios de Uruará e Medicilândia. A medida incluiu a proibição de uso dessas áreas para fins agropecuários — excetuando-se práticas de subsistência — e determinou a retirada de animais em um prazo de 30 dias, sob pena de sanções legais. A ação visa tanto prevenir novas infrações ambientais quanto reforçar os efeitos de processos administrativos em curso (Ibama, 2025).

Durante as ações de fiscalização subsequentes, o Ibama apreendeu mais de 600 cabeças de gado criadas ilegalmente em áreas embargadas por desmatamento, principalmente na região do Chapadão, em Uruará. Esse território, monitorado desde agosto de 2024, já havia sido alvo de seis embargos que cobriram 1.545 hectares, além da aplicação de multas que ultrapassam R\$ 8,9 milhões. Atualmente, Uruará figura entre os municípios com maior índice de desmatamento ilegal na Amazônia, sendo responsável por mais de 10% dos alertas emitidos entre agosto de 2024 e fevereiro de 2025. Em resposta à gravidade do cenário, o Ibama intensificou suas operações na região com o objetivo de conter os danos ambientais, promover a responsabilização dos infratores e exigir a adequação legal das atividades agropecuárias (Ibama, 2025).

1.5.5. Interlocutores da pesquisa

Foram entrevistadas 43 pessoas nos municípios de Uruará e Medicilândia, a faixa etária dos participantes variou entre 18 e 94 anos. Na tabela é possível observar dados de localidade, idade, gênero, cor/raça, estado civil e escolaridade dos interlocutores desta pesquisa.

Tabela 4. Dados dos interlocutores jovens e adultos.

JOVENS (18 – 29 anos)								
	Município	Idade	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Escolaridade	atividade profissional	sindicato
Jovem 1	Uruará	28	Masculino	Branco	Casado	Superior Completo	agricultor	não
Jovem 2	Uruará	29	Feminino	Branco	Noiva	Superior Completo	funcionária pública	não
Jovem 3	Medicilândia	21	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Médio	agricultor	não
Jovem 4	Medicilândia	29	Feminino	Preta	Casada	Superior Completo	engenheira, agricultora e gerente de projetos	sim
Jovem 5	Medicilândia	20	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Médio	barbeiro/agricultor	não
Jovem 6	Uruará	29	Feminino	Parda	Solteira	Fundamental Incompleto	agricultora	não
Jovem 7	Medicilândia	26	Feminino	Parda	Solteira	Superior Completo	técnica bancária/agricultora	sim
Jovem 8	Uruará	29	Feminino	Branca	Casada	Pós-Graduanda	agricultora	sim,
Jovem 9	Medicilândia	28	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino Médio	agricultor	não
Jovem 10	Uruará	23	Masculino	Pardo	Solteiro	Ensino Médio	açougueiro e agricultor	não
Jovem 11	Uruará	26	Feminino	Branca	Solteira	Superior Incompleto	estudante e ajuda na agricultura	não
Jovem 12	Medicilândia	29	Masculino	Pardo	Casado	Superior Completo	agronomo	não
Jovem 13	Uruará	18	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino Médio	ajudante de maquinista e de agricultor	não

						Incompleto		
Jovem 14	Uruará	24	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Fundamental Incompleto	meeiro agricultor	não
Jovem 15	Uruará	24	Feminino	Branca	Solteira	Superior Incompleto	estudante de agronomia	não
Jovem 16	Medicilândia	24	Feminino	Branca	Casada	Ensino Fundamental Completo	agricultora e do lar	não
ADULTOS E IDOSOS (+ 29 anos)								
	Município	Idade	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Escolaridade	atividade profissional	sindicato
Adulto 1	Uruará	68	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto	aposentado	sim
Adulto 2	Uruará	65	Feminino	Branca	Casada	Fundamental Incompleto	agricultora e do lar	não
Adulto 3	Uruará	42	Feminino	Branca	Casada	Ensino Médio	comerciante e agricultora	não
Adulto 4	Uruará	71	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto	agricultor	sim
Adulto 5	Medicilândia	58	Feminino	Branca	Solteira	Fundamental Incompleto	agricultora	não
Adulto 6	Medicilândia	64	Masculino	Pardo	Casado	Fundamental Incompleto	agricultor	sim
Adulto 7	Uruará	44	Feminino	Branca	Divorciada	Ensino Médio	lojista/agricultora	não
Adulto 8	Uruará	94	Feminino	Branca	Viúva	Fundamental Incompleto	aposentado	não
Adulto 9	Medicilândia	90	Feminino	Preta	Viúva	Analfabeta	aposentado	não
Adulto 10	Uruará	64	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto	agricultor	sim
Adulto 11	Uruará	51	Feminino	Preta	Casada	Ensino Médio	esteticista/agricultora	não
Adulto 12	Medicilândia	59	Masculino	Pardo	Casado	Ensino Fundamental Incompleto	dona de casa agricultora	sim
Adulto 13	Medicilândia	62	Masculino	Pardo	Casado	Ensino Fundamental Completo	agricultor	sim
Adulto 14	Medicilândia	62	Masculino	Pardo	Casado	Fundamental Completo	agricultor	não
Adulto 15	Medicilândia	54	Feminino	Pardo	Divorciada	Médio Completo	agricultora/comerciante	não
Adulto 16	Medicilândia	57	Masculino	Pardo	Casado	Médio Incompleto	agricultor meeiro	não
Adulto 17	Uruará	48	Masculino	Pardo	Casado	Médio Completo	vendedor de insumos/agricultor	sim
Adulto 18	Uruará	67	Masculino	Pardo	Casado	Fundamental Incompleto	aposentado agricultor	sim
Adulto 19	Uruará	47	Feminino	Branca	Casada	Médio Completo	vendedora e agricultora	não
Adulto 20	Uruará	61	Feminino	Branca	Divorciado	Fundamental Completo	açougueiro / agricultor	não
Adulto 21	Medicilândia	73	Masculino	Branca	Viúva	Analfabeta	aposentada	não
Adulto 22	Medicilândia	78	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto	aposentado agricultor	sim
Adulto	Medicilândia	48	Masculino	Preta	Casado	Médio	comerciante agricultor	sim

23						Completo		
Adulto 24	Medicilândia	58	Masculino	Preta	Casado	Médio Incompleto	técnico em enfermagem/agricultor	sim
Adulto 25	Uruará	63	Masculino	Branca	Divorciado	Fundamental Completo	agricultor	sim
Adulto 26	Uruará	65	Feminino	Pardo	Casada	Fundamental Completo	dona de casa agricultora	sim
Adulto 27	Uruará	67	Feminino	Branca	Casada	Fundamental Incompleto	Aposentada/agricultora	sim

Fonte. Elaborado pela autora (2025).

1.5.6. Análise de dados

Para o artigo 2, a análise dos jornais foi conduzida por meio de análise do discurso crítica (ADC). A ADC, fundamentada em autores como Fairclough e van Dijk, permitiu examinar como os discursos sobre clima e agricultura foram construídos e reproduzidos nos textos midiáticos, revelando ideologias, relações de poder e enquadramentos narrativos.

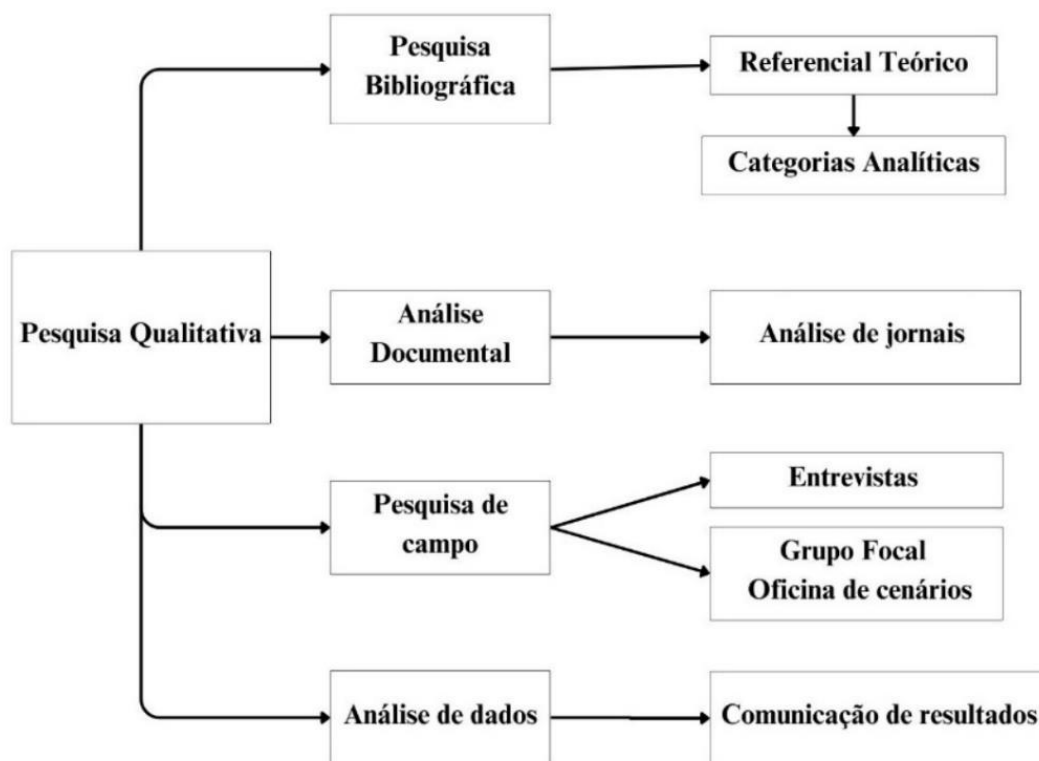
A análise dos dados dos artigos 1, 3, 4 e 5, provenientes das entrevistas e grupos focais utilizou a Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem foi estruturada em três etapas cronológicas: (1) a pré-análise, que envolveu a organização, leitura flutuante e sistematização inicial do material; (2) a exploração do material, em que se definiram as categorias e se realizaram as codificações; e (3) o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, com o objetivo de extrair significados e construir inferências.

A categorização e recategorização das informações seguiram a metodologia de codificação proposta por Saldaña (2013), que entende a codificação como um processo cíclico e reflexivo. As informações coletadas foram lidas, categorizadas e, quando necessário, recategorizadas, permitindo o surgimento de dados mais conceituais e a identificação de novas categorias interpretativas. A análise de conteúdo dos grupos focais buscou fornecer uma síntese sistemática e abrangente dos dados, incorporando, sempre que pertinente, elementos quantitativos, como a frequência de temas ou expressões recorrentes, conforme sugerido por Wilkinson (2016).

Quanto aos aspectos éticos, os participantes não foram identificados nominalmente, sendo identificados como “participante 1, 2 ...x) ou “jovem 1, 2, 3x,” e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os TCLEs foram elaborados em duas vias: uma permaneceu sob a guarda da pesquisadora pelo período de cinco anos, e a outra foi entregue ao participante. Garantiu-se a privacidade e o anonimato dos envolvidos, assim como a liberdade de se retirarem da pesquisa a qualquer momento, conforme previsto nos princípios éticos da pesquisa científica. Coube à pesquisadora assegurar o sigilo e a segurança

das informações obtidas, respeitando integralmente a confidencialidade dos participantes. Na figura 5 está representado o esquema metodológico desta pesquisa.

Figura 5. Fluxograma metodológico



Fonte: elaborada pela autora, 2025.

1.6. Estrutura da Tese

Esta tese está estruturada em formato de compilação de artigos, precedida por uma introdução geral que contextualiza o estudo, apresenta os objetivos da pesquisa e discute os fundamentos teóricos e metodológicos que sustentam o trabalho como um todo.

A parte central da tese é composta por 4 artigos científicos, correspondendo aos objetivos específicos da pesquisa. Os artigos são organizados de forma lógica e progressiva, permitindo uma compreensão aprofundada e cumulativa sobre a cacauicultura na região da Transamazônica, com ênfase nos desafios climáticos e no papel das juventudes rurais.

Artigo I – Dinâmicas de ocupação e uso do solo na Transamazônica paraense: contribuições da literatura e da memória social.

Este primeiro artigo, que se refere ao primeiro objetivo específico, analisa os elementos históricos, sociais e territoriais que influenciaram o estabelecimento da cacauicultura na região da Transamazônica. A partir de entrevistas e pesquisa documental, o estudo discute o papel da colonização dirigida promovida pelo Estado e a memória dos colonos como componentes fundamentais para a compreensão das práticas agrícolas atuais e da permanência da cacauicultura na região.

Artigo II – *Intergeracionalidade na cacauicultura da transamazônica*. Este artigo tem como objetivo compreender como se constroem e se expressam as relações intergeracionais na agricultura do cacau, considerando as interpretações e experiências de jovens e adultos inseridos na produção familiar.

Artigo III – *Juventudes rurais e a cacauicultura amazônica: interpretações sobre seus papéis e desafios enfrentados*. Neste artigo, que se refere ao terceiro objetivo específico, o foco recai sobre a perspectiva das juventudes rurais em relação à sua participação na produção de cacau. O estudo investiga como esses jovens compreendem seus papéis na cadeia produtiva e identifica os principais obstáculos enfrentados, como acesso à terra, apoio técnico, valorização social e condições climáticas adversas.

Artigo IV - *Discurso em torno das Mudanças Climáticas na região da Transamazônica: dos silenciados às simplificações*. O segundo artigo, que se refere ao segundo objetivo específico, investiga como jornais impressos e virtuais locais abordam as mudanças climáticas relacionadas à produção de cacau e examina como os jovens da região interpretam esses discursos. A análise integra a Análise Crítica do Discurso e grupos focais com jovens, destacando as formas de apropriação e questionamento das narrativas midiáticas por parte das juventudes rurais.

Artigo V- Este artigo, que envolve os objetivos específicos IV e V, explora as aspirações e preocupações das juventudes rurais amazônicas diante da crise climática, com foco no futuro da agricultura e da cacauicultura. A partir de um processo participativo com jovens da região da Transamazônica paraense, busca-se co-criar cenários futuros que considerem os impactos ambientais e identifiquem oportunidades de adaptação às mudanças climáticas.

Considerações Gerais – Nesta seção, apresentam-se reflexões finais e integradoras do artigo, com base nos principais achados da pesquisa. É o momento de retomar os objetivos propostos, discutir como foram alcançados, e destacar as contribuições do estudo para o campo temático abordado.

1.7. Referencial conceitual

Considerando que a tese foi desenvolvida em formato de artigos, as categorias analíticas encontram-se articuladas e aprofundadas ao longo dos diferentes artigos que a compõem. Este item tem por objetivo apresentar, de forma sintética, os principais conceitos mobilizados ao longo do trabalho, os quais estruturam transversalmente o manuscrito.

1.7.1 Crise climática e cacauicultura no Pará

No contexto da crise climática, a cacauicultura amazônica tem se mostrado particularmente sensível às alterações nos regimes de precipitação e aos períodos prolongados de estiagem. O cacauieiro, cultura altamente dependente de condições climáticas estáveis, torna-se vulnerável ao déficit hídrico durante fases de irregularidade das chuvas, comprometendo o desenvolvimento das plantas e a produtividade dos sistemas de cultivo (Bouix; Da Silva Braga; Ramos, 2022). Igawa (2021) adverte que as mudanças climáticas representarão desafios significativos para a produção de cacau na Amazônia, ao provocar alterações na distribuição geográfica das áreas aptas ao cultivo. Segundo o autor, diversos municípios produtores do bioma amazônico poderão enfrentar perdas substanciais de produção, com repercussões econômicas e sociais relevantes, o que reforça a necessidade de adoção de medidas mitigatórias e adaptativas capazes de reverter ou atenuar esse cenário.

Apesar do amplo reconhecimento da relevância da agricultura familiar no Brasil — tanto pela sua contribuição à produção de alimentos diversificados e saudáveis quanto por sua relação historicamente mais integrada ao meio ambiente — persistem lacunas expressivas nas políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas nesse segmento. De modo geral, as respostas institucionais têm assumido caráter predominantemente emergencial e reativo, com baixa incorporação de estratégias preventivas e estruturantes que considerem as especificidades socioeconômicas, produtivas e territoriais da agricultura familiar (Ferrete; Nepomoceno, 2024).

Nesse sentido, as estratégias de mitigação, adaptação e fortalecimento da resiliência ainda se mostram insuficientes frente às ameaças iminentes. A mitigação refere-se à redução das causas das mudanças climáticas, sobretudo por meio da diminuição das emissões de gases de efeito estufa; a adaptação envolve ajustes nos sistemas produtivos e sociais para lidar com impactos já observados ou projetados; e a resiliência diz respeito à capacidade de absorver, responder e reorganizar-se diante de eventos adversos. A intensificação de condições climáticas extremas — como ondas de calor, enchentes, estiagens prolongadas e incêndios florestais — exige a implementação de estratégias eficazes e territorialmente direcionadas

para a redução de riscos e vulnerabilidades (Sirkis et al., 2024). Essa necessidade extrapola o âmbito dos pactos internacionais e das políticas nacionais, relacionando-se também à forma como indivíduos e comunidades percebem, interpretam e enfrentam os riscos climáticos em seus contextos cotidianos.

O Brasil ocupa atualmente a sétima posição entre os maiores produtores de cacau do mundo, com aproximadamente 700 mil hectares plantados (World Cocoa Foundation, 2024). Estima-se que entre 5 e 6 milhões de agricultores familiares sejam responsáveis por mais de 90% da produção mundial, sendo que, no Brasil, cerca de 95 mil agricultores se dedicam à atividade, com destaque para os estados do Pará e da Bahia (World Cocoa Foundation, 2024). Como cultura de rendimento, o cacau contribui para o crescimento econômico sustentável e para o desenvolvimento em países desenvolvidos e em desenvolvimento (Azumah et al., 2021), quando associado ao aproveitamento de coprodutos e biomassa, favorecendo a geração de emprego e renda local em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável (Zugaib et al., 2023).

Além de sua relevância econômica, o cultivo do cacau desempenha papel importante na regeneração ambiental e na conservação da paisagem florestal, ao contribuir para o enriquecimento de áreas de vegetação secundária. Esse potencial ganha ainda maior destaque diante da crescente demanda interna e internacional por chocolate, o que reforça o valor econômico e ambiental da atividade (Venturieri et al., 2022).

No Pará, segundo maior produtor nacional e responsável por 46,77% da produção brasileira de cacau (IBGE, 2023), destaca-se o polo cacaueiro da Transamazônica, composto pelos municípios de Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. Esse conjunto territorial concentra mais de 65,84% da produção estadual e 28,55% da produção nacional, além de responder por cerca de 60,5% da área plantada no estado, sendo caracterizado predominantemente por sistemas produtivos conduzidos por pequenas e médias propriedades familiares (IBGE, 2023; Nunes; Bastos, 2018).

A formação desse polo produtivo está diretamente relacionada à abertura de rodovias e aos processos de ocupação da Amazônia paraense, que impulsionaram diversas iniciativas agrícolas voltadas à agricultura familiar, como os cultivos de pimenta-do-reino, dendê e cacau (Homma, 2015). Inicialmente, a cacaucultura foi implantada por meio da supressão da floresta, mas, ao longo do tempo, observou-se a conversão de áreas de pastagens degradadas em cacauais, evidenciando uma transição nos usos do solo e nas estratégias produtivas regionais (Folhes; Serra, 2023). Atualmente, a produção de cacau na Transamazônica constitui uma atividade central para a economia local, com forte inserção no mercado de amêndoas.

Em 2022, o cacau ocupou a quarta posição no ranking agrícola do estado, gerando um valor de produção de R\$ 1.896.303 mil (IBGE, 2022).

As mudanças climáticas configuram-se, assim, como um dos principais desafios estruturantes da contemporaneidade, ao incidir de maneira direta e crescente sobre os sistemas agropecuários em escala global. O aquecimento do sistema climático, a intensificação de eventos extremos e as alterações nos regimes de precipitação vêm comprometendo a estabilidade produtiva e a sustentabilidade desses sistemas, com impactos particularmente intensos em países tropicais e em desenvolvimento, como o Brasil, onde a dependência climática da agricultura é elevada (Destefani, 2025). No contexto amazônico, esses efeitos são potencializados pela interação entre mudanças climáticas e pressões antrópicas já existentes, como o desmatamento, a fragmentação florestal e o uso recorrente do fogo, ampliando riscos socioambientais e comprometendo funções ecossistêmicas essenciais (Marengo; Souza Junior, 2018).

Diante desse cenário, a cacauicultura desponta como uma atividade estratégica para a Amazônia, quando inserida em sistemas agroflorestais. Além de sua importância econômica para a agricultura familiar, o cultivo do cacau apresenta elevado potencial para a recuperação de áreas degradadas, a diversificação produtiva e a geração de renda, configurando-se como alternativa promissora para conciliar produção, conservação ambiental e inclusão social no bioma amazônico (Gontijo, 2020).

1.7.2 Desafios intergeracionais

A literatura sociológica tem apontado que o uso do termo no plural — *juventudes* — é mais adequado para representar a diversidade de experiências, trajetórias e contextos que caracterizam esse segmento social (Pais, 1990). Ao adotar essa perspectiva, reconhece-se que não existe uma juventude homogênea, mas múltiplas juventudes, cujas vivências variam segundo marcadores sociais, territoriais, culturais e históricos. Cada grupo juvenil constrói sua própria compreensão do que significa “ser jovem”, diferenciando-se não apenas de crianças e adultos, mas também de outras juventudes (Groppo, 2000). No meio rural, essa heterogeneidade é ainda mais evidente, dada a diversidade de arranjos produtivos, relações familiares e oportunidades disponíveis nos territórios.

No contexto da agricultura familiar, a questão intergeracional manifesta-se de forma particularmente sensível por meio da sucessão agrícola. A sucessão diz respeito à transferência da gestão e do controle das propriedades rurais para as novas gerações, geralmente filhos ou herdeiros diretos, e constitui um processo que ultrapassa a mera

transmissão patrimonial (Stropasolas, 2011; Da Silva et al., 2023; Breitenbach; Foguesatto, 2023). Trata-se de uma dinâmica complexa, que envolve dimensões afetivas, culturais, sociais e estratégicas, com impactos diretos sobre a continuidade produtiva e a sustentabilidade dos modos de vida rurais.

Apesar de sua relevância, a sucessão ainda enfrenta obstáculos estruturais nas famílias agricultoras. Conflitos intergeracionais, resistência dos pais à incorporação de novas ideias e tecnologias e a limitada autonomia dos jovens nas decisões produtivas são fatores recorrentes apontados pela literatura (Stropasolas, 2011). Em muitos casos, o processo sucessório não é discutido de forma explícita ou planejada, ocorrendo de maneira informal e tardia, o que fragiliza a transição entre gerações (Ferrari et al., 2004). Como destacam Zanol e Stropasolas (2020), o tema da sucessão é frequentemente evitado por ser percebido como delicado e gerador de tensões familiares, ainda que se observe, em alguns contextos, maior participação juvenil em decisões produtivas quando há acesso a recursos e apoio institucional.

As desigualdades de gênero aprofundam esses desafios. Jovens mulheres enfrentam maiores barreiras para permanecer no campo e assumir posições de liderança nas propriedades rurais, em razão da persistente desvalorização do trabalho feminino, da divisão sexual das tarefas e da ausência de incentivos familiares (Foguesatto et al., 2020). Esse processo contribui para o êxodo rural feminino e para a masculinização do campo, comprometendo a diversidade social e a reprodução sustentável das comunidades rurais. Ademais, como observam Arends-Kuenning et al. (2021), visões tradicionais de gênero continuam limitando o acesso das mulheres à formação prática e à gestão das propriedades, mesmo em contextos de redução da natalidade e predominância de filhas nas famílias agricultoras.

A resistência à inovação e à participação ativa dos jovens na gestão das propriedades também compromete o engajamento juvenil e favorece trajetórias de desmotivação e migração precoce para os centros urbanos (Júnior; Deponti; Arend, 2023). Nesse sentido, o dilema sintetizado por Castro (2005) — “ficar ou partir” — permanece central na experiência das juventudes rurais. Essa decisão não é determinada apenas por fatores individuais, mas resulta da combinação entre condições familiares, reconhecimento social, acesso a políticas públicas, educação, infraestrutura e alternativas de renda (Castro, 2009).

A escassez de jovens no meio rural configura-se, assim, como um dos principais desafios à continuidade da agricultura familiar. A ausência de renovação geracional compromete a reprodução social desse modelo produtivo e limita a incorporação de inovações potencialmente capazes de fortalecer sua sustentabilidade (Brumer, 2007; Weisheimer, 2007).

Embora parte da literatura sobre juventude rural no Brasil tenha se concentrado historicamente na migração campo–cidade, estudos mais recentes apontam para a necessidade de aprofundar a análise da sucessão agrícola como fenômeno central, ainda pouco explorado empiricamente (Martins, 2021).

Pesquisas empíricas revelam que, embora parcela significativa dos jovens manifeste interesse em permanecer na agricultura e assumir a gestão das propriedades familiares, sua participação efetiva nas decisões ainda é limitada (Breitenbach; Corazza, 2021). Diante de restrições como acesso à terra, crédito e renda, a inovação e a diversificação produtiva emergem como estratégias fundamentais para tornar o meio rural mais atrativo às novas gerações. Nesse processo, cooperativas e serviços de assistência técnica desempenham papel estratégico ao fortalecer capacidades produtivas, criar vínculos de confiança e ampliar as perspectivas de permanência juvenil no campo (Lago et al., 2022).

No caso da cacauicultura, estudos internacionais indicam que fatores como gênero, idade, escolaridade, acesso ao crédito e percepção das mudanças climáticas influenciam diretamente o envolvimento dos jovens na atividade (Abukari; Zacaria; Azumah, 2022; Kodom et al., 2020; Afele et al., 2024). Contudo, observa-se uma lacuna significativa de pesquisas voltadas à realidade brasileira, no que se refere à articulação entre juventudes, sucessão agrícola e crise climática em territórios amazônicos.

1.7.3 Futuros e Juventudes rurais

Ancoradas na pedagogia crítica de Paulo Freire (1987) e nas teorias críticas contemporâneas, as metodologias participativas constituem um referencial central para compreender os processos de construção de futuros pelas juventudes rurais. Emergentes nos debates sobre desenvolvimento comunitário entre as décadas de 1960 e 1970, em um contexto de efervescência política e crítica ao desenvolvimentismo conservador, essas abordagens concebem a participação como prática política, educativa e emancipatória, baseada no diálogo, na problematização da realidade e na produção coletiva do conhecimento (Thiollent, 2000)

Nesse sentido, as metodologias participativas permitem superar barreiras estruturais ao promover relações mais horizontais entre jovens, adultos e tomadores de decisão, criando espaços de debate político, visibilizando dinâmicas de poder e favorecendo a construção coletiva de futuros climáticos alternativos (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025). As metodologias participativas são fundamentais para reduzir os desequilíbrios de poder enfrentados pelos jovens no debate climático e para inspirar a ação conjunta (Ferreira

da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025). Elas contribuem para ressignificar o papel das juventudes rurais, não apenas como beneficiárias de políticas públicas, mas como agentes políticos capazes de intervir nos rumos da sociedade contemporânea (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025).

A imaginação ocupa papel central nesses processos, pois permite trazer o futuro para o presente, possibilitando que os indivíduos construam sentidos de identidade, propósito e responsabilidade em relação às mudanças desejadas. Trata-se de uma forma de agência que orienta a definição de objetivos de vida e as ações adotadas no presente para a concretização de futuros possíveis (Moore & Milkoreit, 2020). Imaginar o futuro, portanto, não é um exercício abstrato, mas um processo ancorado em experiências passadas e conhecimentos acumulados, a partir dos quais os sujeitos interpretam o presente e projetam cenários, ajustando expectativas e decisões (Moore & Milkoreit, 2020). A imaginação atua como o elo que traz o futuro para o presente, possibilitando a construção de um sentido de propósito e a incorporação das transformações no tempo atual (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025). Essa "imaginação política" é essencial para que os jovens possam refletir sobre seu lugar social e político no mundo, desafiando a sensação de impotência diante da crise climática (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025).

A capacidade dos jovens de projetar futuros climáticos alternativos é condicionada por desigualdades interseccionais, por relações assimétricas de poder e por um debate climático predominantemente orientado por visões adultocêntricas (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025). Nesse contexto, a ampliação do contato com diferentes realidades sociais, territoriais e políticas expande o repertório de experiências juvenis, favorecendo o reconhecimento de novas formas de ação, a inovação e a elaboração de caminhos alternativos para o futuro (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025). Paralelamente, a criação de espaços dialógicos e inclusivos, nos quais distintos imaginários possam se confrontar de maneira respeitosa, constitui uma estratégia fundamental para qualificar o debate público, reduzir silenciamentos e fortalecer a participação das juventudes rurais como sujeitos políticos ativos na construção de respostas à crise climática (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025).

As transições em direção a futuros mais sustentáveis e equitativos podem ser compreendidas como transformações profundas nas estruturas sociais, na forma como poder, autoridade e recursos são organizados, distribuídos e exercidos em um determinado sistema social (Avelino, 2017). Para jovens ativistas climáticos, esses imaginários de futuro não se estruturam de maneira linear ou dicotômica, mas por meio de complexas redes de afeto e

significado. Santos et al. (2025) argumentam que a esperança não deve ser tratada como variável isolada, mas compreendida em sua dualidade: ora como motor da transformação social, ora como recurso emocional para lidar com o estresse da crise climática. A agência juvenil emerge, assim, da capacidade de transitar entre emoções conflitantes — como o medo da degradação ambiental e a esperança na adaptação — permitindo a experimentação de “utopias reais” mesmo diante de cenários futuros adversos.

É nesse quadro que as metodologias participativas e, em especial, a pesquisa-ação participativa, assumem papel estratégico na construção de futuros emancipatórios. Fundamentadas no diálogo freireano e na crítica às hierarquias epistêmicas, essas abordagens enfrentam injustiças cognitivas ao deslocar a autoridade exclusiva do conhecimento científico para processos colaborativos entre pesquisadores e atores sociais (Cornish et al., 2023). Ao reconhecer comunidades como sujeitos políticos, e não como objetos de estudo, a pesquisa participativa articula produção de conhecimento, ação política e transformação social sustentada no tempo (Gormley, 2001; Cornish et al., 2023). Ao integrar métodos como o vídeo participativo e o mapeamento comunitário, essas práticas permitem que os jovens rurais articulem saberes locais e tradicionais com suas próprias visões de futuro, fortalecendo a resiliência e a agência política (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025).

A prática participativa, conforme destacam Ledwith e Springett (2022), parte do reconhecimento da participação como direito humano fundamental e condição para a justiça social em contextos marcados por desigualdades estruturais, crises ambientais e concentração de poder. No meio rural, instrumentos como o Diagnóstico Rural Participativo materializam essa perspectiva ao promover processos coletivos de aprendizagem e reflexão, nos quais comunidades e agentes externos constroem conjuntamente a compreensão da realidade local, valorizando saberes, fortalecendo a autonomia e qualificando a tomada de decisões (Ledwith e Springett, 2022)

Portanto, diante da intensificação das crises ambientais globais, torna-se urgente fortalecer as capacidades das gerações mais jovens para enfrentar desafios socioambientais complexos. Isso exige que a educação ambiental e as práticas participativas avancem para além de métodos tradicionais, incorporando abordagens criativas, prospectivas e orientadas ao futuro, capazes de articular experiências individuais de curto prazo com cenários coletivos de médio e longo prazo (Levrini et al., 2021; Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025). Ao possibilitar que os jovens se reconheçam como agentes inseridos em processos globais, essas metodologias tornam o engajamento político mais significativo e o futuro coletivo mais concreto (Ferreira da Silva; Fernandes-Jesus; Carvalho, 2025).

Nesse contexto, conduziu-se uma revisão da literatura que permitiu identificar importantes contribuições, mas também lacunas relevantes. O estudo de Desiderio et al. (2024), fundamentado na Teoria da Dissonância Comunitária, combinou revisão bibliográfica, grupos focais e pesquisa empírica para identificar 31 indicadores de sustentabilidade dos sistemas alimentares. A pesquisa envolveu a participação da Geração Z (indivíduos nascidos entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2010), utilizando quatro cenários futuros de sistemas alimentares previamente elaborados a partir da literatura como base para discussão nos grupos focais. Os indicadores resultantes enfatizaram políticas voltadas ao equilíbrio entre objetivos econômicos, sociais e ambientais; à consideração de impactos para além de cenários específicos; à conciliação entre prioridades de curto e longo prazo nas cadeias alimentares; e ao envolvimento de jovens nos processos de formulação de políticas públicas. Contudo, destaca-se que os cenários não foram co-construídos com os participantes, mas apenas apresentados para debate, o que limita o caráter efetivamente participativo do processo.

De modo semelhante, o estudo de Crichton, Esteban e Onuki (2020) investigou as preferências de adaptação de comunidades rurais insulares frente aos riscos futuros associados às mudanças climáticas, ao aumento do nível do mar. Utilizando uma abordagem de ação participativa baseada em oficinas comunitárias e discussão de casos, o estudo explorou o papel da cultura, da política local e das diferenças etárias e de gênero nas trajetórias de adaptação preferidas. Embora tenham sido apresentados cenários de melhor e pior caso, fundamentados em modelos científicos, não houve construção coletiva de cenários futuros junto aos participantes, sendo enfatizado que os resultados reais poderiam situar-se em qualquer ponto entre esses extremos.

Embora esses estudos abordem aspectos relevantes — como indicadores de sustentabilidade dos sistemas alimentares e preferências de adaptação climática em contextos rurais — observa-se que apenas um número restrito deles mobiliza explicitamente a metodologia de cenários, e nenhum promove a participação ativa dos jovens na co-criação de futuros possíveis. Essa limitação evidencia uma lacuna significativa na literatura, no que diz respeito à incorporação das perspectivas, expectativas e capacidades das juventudes rurais na construção de cenários futuros relacionados às mudanças climáticas.

A ausência de estudos que explorem de forma aprofundada a participação ativa dos jovens na formulação de cenários limita a compreensão das percepções, necessidades e estratégias dessa parcela da população diante dos desafios climáticos contemporâneos. Tal lacuna torna-se ainda mais relevante quando considerados os achados de Pizzinato et al.

(2017), que evidenciam como jovens mulheres rurais, em diferentes municípios do interior do Rio Grande do Sul, não percebem o meio rural como um espaço capaz de assegurar plenamente direitos básicos, como educação, saúde e lazer. Para essas jovens, o meio urbano aparece associado a maiores oportunidades, autonomia profissional, segurança econômica e à possibilidade de construção de um projeto de vida próprio, menos dependente das dinâmicas comunitárias locais. Esses resultados reforçam a importância de compreender como as juventudes rurais imaginam seus futuros e de criar espaços participativos que lhes permitam atuar ativamente na construção de alternativas sustentáveis e socialmente justas para os territórios rurais.

1.8. Referências

ADEBAYO, Sijuwade Adebukola; OGUNDIRAN, Tosin Joyce; BABATUNDE, Raphael Olanrewaju. Farmland access and intergenerational farm transfer among cocoa farmers in South-West, Nigeria. *International Journal of Agricultural Sciences*, v. 7, n. 1, p. 38–44, 2023.

AFELE, John Tennyson et al. Understanding and addressing climate change impacts on cocoa farming in Ghana. *Environmental Challenges*, v. 14, p. 100823, 2024.

AVELINO, Flor. Poder nas transições para a sustentabilidade: analisando o poder e o (des)empoderamento na mudança transformadora rumo à sustentabilidade. **Environmental Policy and Governance**, v. 27, n. 6, p. 505-520, 2017.

BRAINER, Maria Simone de Castro Pereira. *Produção de cacau*. 2021.

BRAGA, M. M. M.; DE SOUZA, C. M. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. *Territórios e Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 172–191, 2019.

BRAGA, Daniel Palma Perez. Sistemas agroflorestais com cacau para recuperação de áreas degradadas, em São Félix do Xingu-PA. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRAGA, Daniel PP et al. Good life in the Amazon? A critical reflection on the standard of living of cocoa and cattle-based smallholders in Pará, Brazil. **World Development Perspectives**, v. 31, p. 100520, 2023.

BRAGA, Daniel Palma Perez et al. A encruzilhada do cacau na Amazônia brasileira: a sustentabilidade entre sistemas agroflorestais e o monocultivo. **Novos Cadernos NAEA**, v. 28, n. 3, 2026.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. *Diagnóstico da produção de sementes e mudas de cacau no Brasil*. 1. ed. Brasília, DF: Ministério da Agricultura e Pecuária, 2024.

BUNN, C.; LUNDY, M.; LÄDERACH, P.; CASTRO, F. Global climate change impacts on cocoa. In: *International Symposium on Cocoa Research (ISCR)*. Lima, Peru, 2018.

CAMPOS, Pedro. As empreiteiras e a rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais em um grande projeto da ditadura brasileira. *Revista Cadernos do Ceom*, v. 34, n. 55, p. 67–82, 2021.

CASTELLANET, C.; SIMÕES, A.; CELESTINO FILHO, P. *Diagnóstico preliminar da agricultura familiar na Transamazônica: indicações para pesquisa e desenvolvimento*. Belém: Embrapa-CPATU, 1998. 48 p.

CORNISH, Flora et al. Pesquisa-ação participativa. *Nature Reviews Methods Primers*, v. 3, n. 1, p. 34, 2023.

FERREIRA DA SILVA, Daniela; FERNANDES-JESUS, Maria; CARVALHO, Anabela. Engaging young people with alternative climate futures: cultivating political imagination through participatory methodologies. *Environmental Education Research*, p. 1-27, 2025.

DA PAIXÃO ALVES, Vanessa et al. The cocoa bioeconomy in the eastern Amazon: An integrated analysis of production, environmental degradation perceptions and socioeconomic factors among farmers. *Agricultural Systems*, v. 229, p. 104428, 2025.

DAMACENA, Fabíola Aparecida Ferreira. Educação do Campo na Transamazônica e no Xingu: narrativas do território. *Revista UFG*, v. 24, 2024.

DE ALMEIDA, Aylana Cristina Lima; BARAN, Kelly Pauline; DOS SANTOS, Brenda Cordovil Correa. O planejamento estratégico em universidades federais: a matriz Swot como ferramenta de análise e planejamento. *Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, p. e91757-e91757, 2025.

DE AGUIAR, Ana Paula Dutra. *Modelagem de mudanças de uso e cobertura do solo na Amazônia: questões gerais*. 2002.

DE FÁTIMA VIDAL, Maria. Cacau. *Caderno Setorial ETENE*, v. 10, n. 389, jun. 2025.

DESIDERIO, Edoardo et al. Do envolvimento da juventude às percepções políticas: identificando e testando indicadores de sustentabilidade dos sistemas alimentares. *Environmental Science & Policy*, v. 155, p. 103718, 2024.

DEMNEH, Mohsen Taheri; ZACKERY, Ali. You are not one, you are a thousand: Findings from a future-oriented participatory action research. *Futures*, v. 154, p. 103245, 2023.

DE MELLO, N. A. *Políticas territoriais na Amazônia*. Annablume. (2006).

FAHAD, Shah; WANG, Jianling. Climate change, vulnerability, and its impacts in rural Pakistan: a review. *Environmental Science and Pollution Research*, v. 27, p. 1334–1338, 2020.

FERNANDES, Djair Roberto. Uma visão sobre a análise da Matriz SWOT como ferramenta para elaboração da estratégia. *Revista de Ciências Jurídicas e Empresariais*, v. 13, n. 2, 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. **Rio de Janeiro: Paz e terra**, v. 4, n. 6, 1987.

GANOZA, R. et al. *Manual del cultivo de cacao blanco en Piura*. Perú: Athenea Comunicación y Cultura, 2012.

GORMLEY, Kevin J. Research as a democratic process: Educational community development in Brazil through participatory research. **Convergence**, v. 34, n. 4, p. 41, 2001.

GRADDY-LOVELACE, G.; BROCK, S.; JAIN, B. Agrarianizing climate accords & discord: food, agriculture & agrarian movements at UNFCCC Conference of the Parties. *Climate and Development*, v. 16, n. 10, p. 891–905, 2024.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação*. Belém, 2014.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama; HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. *História da agricultura na Amazônia: da era pré-colombiana ao terceiro milênio*. 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção de cacau. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/producao-agropecuaria/cacau/pa>. Acesso em: 30 maio 2025.

IGAWA, Tassio Koiti; TOLEDO, Peter Mann de; ANJOS, Luciano J. S. Climate change could reduce and spatially reconfigure cocoa cultivation in the Brazilian Amazon by 2050. *PLoS ONE*, v. 17, n. 1, e0262729, 2022.

LEDWITH, Margaret; SPRINGETT, Jane. Prática participativa. In: **Prática Participativa**. Policy Press, 2022. p. 13-36.

LEVRINI, Olivia et al. Recognition and operationalization of future-scaffolding skills: Results from an empirical study of a teaching–learning module on climate change and futures thinking. **Science Education**, v. 105, n. 2, p. 281-308, 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, v. 16, p. 107–121, 2002.

MARQUES, G. D. S. Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. 2007.

MENDES, F. A. T.; MOTA, J. W. S.; LIMA, E. L. Situação atual da cacauicultura no estado do Pará: atualização conjuntural e suas perspectivas. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. Londrina, PR, 2007.

MOIA, G. C. M.; DA SILVA, R. D. N. P.; MARTIN, D. G.; DA PAIXÃO ALVES, V.; HOMMA, A. K. O.; ARAUJO, T. D. Modernização agrícola na produção de cacau: uma perspectiva socioeconômica em municípios da Amazônia Oriental. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 21, n. 2, 2025.

MOORE, Michele-Lee; MILKOREIT, Manjana. Imaginação e transformações para futuros sustentáveis e justos. **Elem Sci Anth**, v. 8, n. 1, p. 081, 2020.

MOTAMAYOR, Juan Carlos et al. Cacao domestication I: the origin of the cacao cultivated by the Mayas. *Heredity*, v. 89, n. 5, p. 380–386, 2002.

NILSON, Eduardo; OLIVEIRA, Denise. A importância dos sistemas alimentares na COP 30. **Cadernos Saúde Global Fiocruz**, v. 21, n. 1, p. 103-114, 2025.

NILSON, Eduardo. Tendências globais na emissão de gases de efeito estufa e os avanços lentos na transformação dos sistemas agroalimentares. **CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 02/2025 04 a 19 de fevereiro de 2025**, p. 117.

OLADELE, O. I. Farm succession analysis, pattern, cases and application. In: *South Africa Society for Agricultural Extension (SASAE) Conference*. 2015.

OLIVEIRA, M. M. D. Dinâmicas migratórias na Amazônia contemporânea. 2014.

PEREIRA, Gabriel Fiorin. *Dinâmicas da paisagem na Calha do Rio Amazonas, Baixo Tapajós: o caso do Projeto de Assentamento Corta Corda, Pará, Brasil*. 2024.

POSTMA, Theo JBM; LIEBL, Franz. How to improve scenario analysis as a strategic management tool?. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 72, n. 2, p. 161-173, 2005.

PUERTAS, Diego Fernando Builes. Território, conhecimento tradicional e sobrevivência: análise do caso do povo Arara (Karib) da TI Cachoeira Seca. *Papers do NAEA*, v. 1, n. 1, Paper 576.

SANTOS, A. M. dos. *La filière cacao-chocolat au Brésil et en France: fondements basiques pour une stratégie du cacao brésilien*. Rapport post-doctoral. Montpellier: Moisa/SupAgro, 2009.

SERRA, Anderson Borges. *Contextualização socioeconômica e ambiental do território da Transamazônica e Xingu*. Altamira, 2023.

SODRÉ, George Andrade. *Formação de mudas de cacaueiro, onde nasce a boa cacaucultura*. Ilhéus: Centro de Pesquisas do Cacau, 2013.

SOUZA, M. de. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 1, p. 133–152, 2020.

URYGA, Danuta et al. Duas crises: construindo o significado da “crise climática” pelos moradores de Gdańsk. *Political Geography*, v. 123, p. 103422, 2025.

VENTURIERI, Adriano. *A dinâmica da ocupação pioneira na rodovia Transamazônica: uma abordagem de modelos de paisagem*. 2003.

VENTURIERI, Adriano et al. The sustainable expansion of the cocoa crop in the state of Pará and its contribution to altered areas recovery and fire reduction. 2022.

VERDEJO, M. E. Diagnóstico rural participativo: um guia prático. Brasília. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**

SILVA SOUZA, I. D. S.; PASSARINI TAKAHASHI, V. P. A visão de futuro por meio de cenários prospectivos: uma ferramenta para a antecipação da inovação disruptiva. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 4, n. 2, p. 102-132, 2012.

SANTOS, Marcos Olímpio; BALTAZAR, Maria da Saudade; SANTOS, Gisela. O contributo da análise SWOT para a elaboração de cenários. 2014.

SANTOS, Tânia R. et al. Futuros climáticos imaginados e ação coletiva: uma análise do afeto em distopias e utopias por jovens ativistas climáticos. **Journal of Community & Applied Social Psychology**, v. 35, n. 2, p. e70072, 2025.

THIOLLENT, Michel. A metodologia participativa e sua aplicação em projetos de extensão universitária. In: _____. *Metodologias e experiências em projetos de extensão*. Niterói: EDUFF, 2000. p. 19–28.

DA SILVA, C. P. Influência das políticas de integração da Amazônia nas dinâmicas demográficas da região Norte do Brasil. 2017.

2. ARTIGO 1: Dinâmicas de ocupação e uso do solo na Transamazônica paraense: contribuições da literatura e da memória social

Resumo

A abertura da Rodovia Transamazônica, em 1970, no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), inaugurou um dos mais ambiciosos projetos de colonização dirigida da Amazônia, coordenado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), promovendo o assentamento de milhares de famílias ao longo da BR-230 e desencadeando intensas transformações territoriais e socioambientais no Pará. O objetivo deste artigo é analisar o processo histórico de ocupação e transformação do uso do solo na Transamazônica paraense a partir da introdução e expansão da cacauicultura, considerando fluxos migratórios, políticas públicas, relatos de agricultores migrantes e as relações entre organização produtiva e meio ambiente. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, articulando revisão bibliográfica e documental com trabalho de campo realizado em 2024, no qual foram conduzidas 27 entrevistas semiestruturadas com agricultores adultos residentes em Uruará e Medicilândia, analisadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que a migração foi impulsionada principalmente pela busca por terra e por incentivos estatais, enquanto a consolidação da cacauicultura esteve fortemente vinculada à atuação da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e aos processos locais de aprendizagem e adaptação. Conclui-se que a dinâmica territorial resultou da interação entre políticas públicas, estratégias familiares e práticas produtivas, cujos efeitos ainda estruturam a economia e o uso do solo na região.

Palavras-chave: Transamazônica, Cacauicultura, Colonização Dirigida.

Abstract

The opening of the Trans-Amazonian Highway in 1970, within the framework of the National Integration Program (PIN), marked the beginning of one of the most ambitious state-led colonization projects in the Amazon, coordinated by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA), promoting the settlement of thousands of families along BR-230 and triggering intense territorial and socio-environmental transformations in the state of Pará. The aim of this article is to analyze the historical process of occupation and land-use transformation in the Trans-Amazonian region of Pará through the introduction and expansion of cocoa cultivation, considering migratory flows, public policies, migrant farmers' accounts, and the relationship between productive organization and the environment. The research adopts a qualitative, exploratory, and interpretative approach, combining bibliographic and documentary review with fieldwork conducted in 2024, during which 27 semi-structured interviews were carried out with adult farmers residing in Uruará and Medicilândia, and analyzed through content analysis. The results show that migration was driven mainly by the search for land and by state incentives, while the consolidation of cocoa cultivation was strongly linked to the role of the Executive Committee for the Cocoa Farming Plan (CEPLAC) and to local processes of learning and adaptation. It is concluded that territorial dynamics resulted from the interaction between public policies, family strategies, and productive practices, whose effects continue to shape the region's economy and land use.

Keywords: Transamazon Highway; Cocoa Cultivation; Directed Colonization.

2.1.Introdução

A abertura da rodovia Transamazônica (BR-230), anunciada e iniciada em 1970 como símbolo do projeto de “integrar para não entregar”, marcou o início de um dos mais ambiciosos experimentos de colonização dirigida na Amazônia. A noção de integração visava assegurar a soberania nacional por meio do controle das fronteiras, da ocupação do interior considerado, de forma errônea, vazio e do estímulo ao desenvolvimento econômico (De Souza, 2020; Esterci & Schweickardt, 2010).

O Programa de Integração Nacional (PIN), lançado em 1970, promoveu ações estruturantes como o Programa Integrado de Colonização (PIC) e a construção de grandes rodovias, incluindo a Transamazônica (Folhes & Serra, 2023). Planejada para atravessar quase toda a região Norte do Brasil no sentido longitudinal, a rodovia partiria de Cabelo, na Paraíba, estendendo-se até Lábrea, no Amazonas (De Souza, 2020). As motivações originais para sua construção perderam força ao longo do percurso, enquanto conflitos pessoais e coletivos emergiam ou se intensificavam. O PIN não conseguiu atender às necessidades dos migrantes nordestinos, afetados por secas prolongadas. Ainda assim, a integração territorial permaneceu como meta, acompanhada de iniciativas de colonização e esforços de ocupação, exploração e modernização da região (De Souza, 2020).

Para isso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi responsável por assentar aproximadamente cem mil famílias nos PICs da Transamazônica (Marabá, Altamira e Itaituba), em lotes de 100 hectares dispostos ao longo da rodovia e das estradas vicinais, a cada 5 km, com extensão máxima de 10 km em relação ao eixo principal (Folhes & Serra, 2023). A Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), por sua vez, assumiu a coordenação do planejamento da produção de cacau e da assistência técnica, com maior atenção ao PIC Altamira, que recebeu unidades das duas instituições e acesso a crédito agrícola nas agrópolis e agrovilas (Folhes & Serra, 2023).

Os migrantes recebiam promessas de benefícios como auxílio financeiro, terra, moradia e serviços de saúde (Pereira, 2015). Contudo, entre o projeto oficial de colonização ordenada e a experiência concreta dos agricultores, surgem importantes contradições. O INCRA enfrentou dificuldades em garantir infraestrutura básica, como estradas vicinais, saúde e educação (Pereira, 2015); a CEPLAC, embora fundamental, não conseguiu atender a todos de maneira equitativa; e a própria Transamazônica, com trechos ainda hoje sem pavimentação, permaneceu como símbolo de promessas não concretizadas. Nesse contexto, os migrantes desenvolveram estratégias próprias de adaptação e organização, articulando práticas familiares de trabalho, redes de solidariedade e saberes locais.

Compreender a história da Transamazônica paraense exige, portanto, articular o papel das instituições estatais e de seus programas com a memória social dos agricultores migrantes. É nessa interface entre colonização planejada e colonização vivida que se evidencia a centralidade da cacauicultura, não apenas como atividade econômica, mas como eixo estruturador das identidades locais e das dinâmicas de uso do solo na região.

Dessa forma, este artigo propõe analisar o processo histórico de ocupação e transformação do uso do solo na Transamazônica paraense a partir da introdução e expansão da cacauicultura, considerando fluxos migratórios, políticas públicas, relatos de agricultores migrantes e as relações entre organização produtiva e meio ambiente.

2.2. Metodologia

Esta pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, fundamentada na articulação entre dados bibliográficos, documentais e empíricos. A escolha metodológica busca compreender os sentidos históricos, sociais e produtivos atribuídos à ocupação da região da Transamazônica Paraense, particularmente nos municípios de Uruará e Medicilândia, e sua relação com a consolidação da cacauicultura como principal atividade agrícola local. Embora esses municípios façam fronteira com a Terra Indígena Arara, essa temática não constitui objeto de análise neste estudo.

A pesquisa se vale do método qualitativo, compreendendo o território não apenas como um espaço físico, mas como um produto histórico e social (Haesbaert, 2007; Raffestin, 1993), moldado por políticas públicas, lógicas econômicas e práticas cotidianas.

A metodologia inspirou-se na escuta de sujeitos históricos — agricultores e agricultoras migrantes da colonização dirigida — que viveram e participaram ativamente do processo de ocupação e da introdução do cultivo do cacau. Esta escuta é também compreendida como um ato de valorização das memórias locais e dos saberes enraizados no território. As entrevistas, permitem uma pesquisa mais próxima da comunidade ao valorizar relatos e experiências de pessoas que muitas vezes foram invisibilizadas pelos registros oficiais e pelos grupos que historicamente detêm o poder (Oliveira, 2018).

Foram coletados e analisados materiais bibliográficos e documentos institucionais que permitiram contextualizar a região da Transamazônica Paraense nos marcos da colonização estatal iniciada na década de 1970. Entre os documentos analisados, destacam-se: Relatórios técnicos e mapas produzidos pela CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); Dados censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os Censos Agropecuários; Informações fundiárias e de assentamentos do INCRA (Instituto

Nacional de Colonização e Reforma Agrária); Estudos acadêmicos sobre migração, uso do solo, ocupação da Amazônia, políticas de colonização e sistemas produtivos do cacau, Leis, programas e políticas públicas que incidiram sobre a agricultura regional.

A etapa de campo foi realizada em agosto de 2024, nos municípios de Uruará e Medicilândia, com aplicação de entrevistas semiestruturadas a agricultores que chegaram à região entre as décadas de 1970 e 2000. Esses interlocutores foram escolhidos a partir de indicações de sindicatos e técnicos da CEPLAC. Adotou-se adotando o critério de amostragem intencional e por saturação teórica, conforme indica Minayo, 2012.

A distância entre Uruará e Medicilândia, ambos localizados no estado do Pará, é de aproximadamente 105 km por estrada, com um tempo estimado de viagem de cerca de 3 horas e 27 minutos, dependendo das condições da rodovia e do tráfego, ligadas pela rodovia transamazônica, onde não há asfaltamento entre elas.

Ao todo, foram entrevistados 27 agricultores de cacau, sendo suas trajetórias marcadas por processos de migração. As entrevistas duraram em torno de 30 minutos, em que buscaram reconstruir as experiências vividas por esses sujeitos no processo de chegada, ocupação e organização da produção nas áreas rurais da Transamazônica. As respostas das seguintes perguntas foram selecionadas para corresponder às memórias dos migrantes em relação a colonização dirigida e o estabelecimento do cacau na região: “Você poderia compartilhar um pouco sobre a história da sua família e o que os motivou a se mudarem para esta região?”; “Quais foram os principais fatores que influenciaram a escolha de se estabelecer nesta região?”; “Poderia falar um pouco sobre como você e sua família se envolveram inicialmente na agricultura do cacau?”

As entrevistas foram gravadas com autorização dos participantes, transcritas integralmente e organizadas para análise com base em categorias emergentes. Os nomes reais foram preservados com sigilo, sendo utilizados códigos “colono n” em que n é o número do entrevistado, variando de 1 a 27, para preservar a identidade dos participantes, conforme previsto no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados foram organizados e tratados com base na análise de conteúdo (Bardin, 2016), articulando os conteúdos empíricos das entrevistas com os dados bibliográficos e documentais. Foram construídas categorias de análise que permitiram compreender as continuidades e rupturas nos processos de ocupação, uso do solo e produção agrícola.

Perfil dos entrevistados

O grupo de entrevistados residentes nos municípios de Uruará e Medicilândia (conforme a tabela 1), ambos localizados ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230), no

estado do Pará. A maior parte vive em comunidades situadas entre os quilômetros 85 e 195 da rodovia, confirmando o caráter rural e disperso da ocupação.

Tabela 1. Distribuição geográfica dos interlocutores

Município	Localidade (km)	Nº de entrevistados
Uruará	180 – 195	15
Medicilândia	85 – 95	12
Total	—	27

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A idade variou de 42 a 94 anos, com predominância de pessoas idosas (acima de 60 anos), o que evidencia a permanência de migrantes da colonização dirigida na região. Em termos de gênero, observou-se ligeira predominância masculina (15 homens e 12 mulheres). Quanto à cor/raça autodeclarada, houve maior proporção de pessoas brancas (15), seguidas por pardas (9) e pretas (3). Esse perfil, ilustrado na tabela 2, difere do observado no conjunto da população brasileira e dos dois municípios, em que predominam pessoas pardas, seguido de brancas, pretas indígenas e amarelas (IBGE, 2022).

Tabela 2. Dados demográficos dos interlocutores

Variável	Categoria	Nº de entrevistados
Idade	42–59 anos	9
	60–79 anos	14
	80 anos ou mais	4
Gênero	Masculino	15
	Feminino	12
Cor/Raça	Branca	15
	Parda	9
	Preta	3
Estado civil	Casado(a)	20
	Divorciado(a)	3
	Viúvo(a)	3
	Solteiro(a)	1
Escolaridade	Analfabeto	2
	Fundamental incompleto	14
	Fundamental completo	4
	Médio incompleto	2
	Médio completo	5

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quanto ao estado civil, a maioria dos entrevistados era casada (20), enquanto três se declararam divorciados, três viúvos e apenas um solteiro. A escolaridade predominante foi o ensino fundamental incompleto (14 pessoas), seguido do ensino médio (sete, entre completos e incompletos) e ensino fundamental completo (quatro). Casos de analfabetismo foram registrados entre os mais idosos, revelando as limitações históricas de acesso à educação no meio rural amazônico, sendo os dois casos de analfabetismo primeiro caso mulher, 90 anos, viúva, autodeclarada preta, residente no KM 85 de Medicilândia; a segunda também, 73 anos, viúvo, autodeclarado branco, também morador da mesma localidade. Esses casos reforçam o peso das desigualdades educacionais acumuladas ao longo das gerações, atravessadas por fatores territoriais e socioculturais, e ilustram como idade e raça/cor podem se combinar na produção de barreiras ainda mais expressivas ao acesso à escolarização.

2.3.Referencial Teórico

2.3.1. Contexto histórico da construção da Rodovia Transamazônica

O regime militar no Brasil perdurou por 25 anos, entre 1964 e 1989, e foi conduzido por seis administrações, sendo uma delas civil (Codato, 2005). Esse período pode ser dividido em cinco fases distintas: a primeira, de 1964 a 1968, marcou a instalação da ditadura, sob os generais Castello Branco e Costa e Silva; a segunda, de 1969 a 1974, correspondeu ao fortalecimento do regime, durante o governo Médici; a terceira, sob Geisel (1974–1979), trouxe mudanças institucionais; a quarta, entre 1979 e 1985, sob Figueiredo, foi marcada pelo enfraquecimento do regime; e, por fim, a transição para a democracia ocorreu no governo Sarney (1985–1989) (Codato, 2005).

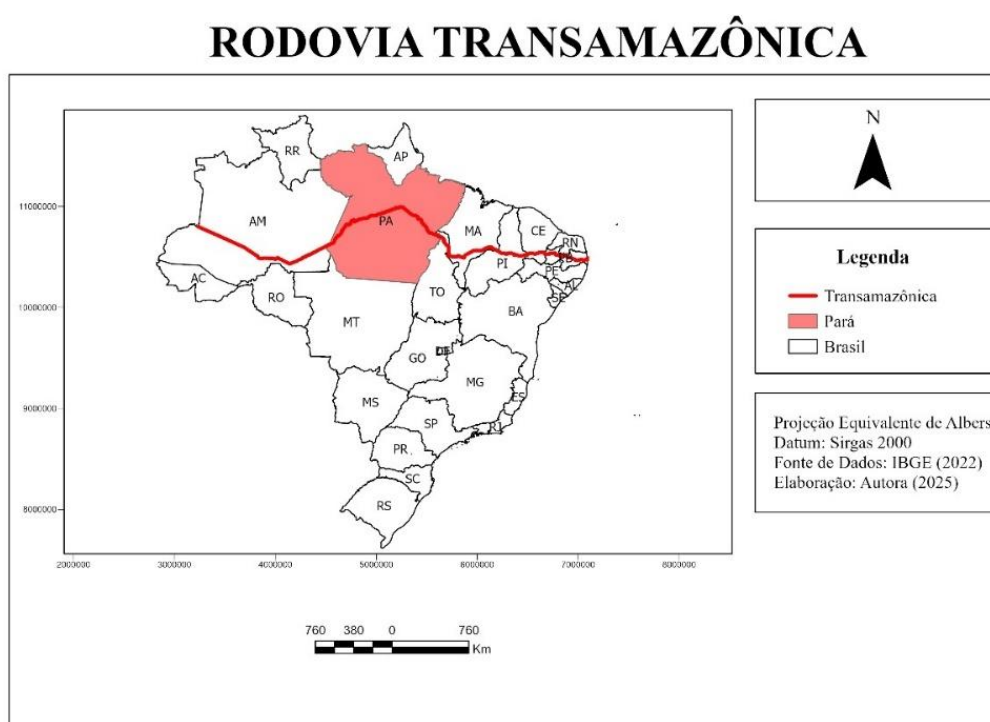
Durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, o discurso oficial associava o desenvolvimento nacional à integração territorial. A construção da Rodovia Transamazônica foi apresentada como uma resposta à necessidade de integrar a região Norte ao restante do país, promovendo desenvolvimento econômico e redução das disparidades regionais. Em pronunciamento, Médici enfatizou a importância de “desbravar a Amazônia”, transformando suas terras em recursos produtivos e alertando para o risco de exploração estrangeira caso o Brasil negligenciasse a região (Médici, 1970). No entanto, tal perspectiva revela uma abordagem marcadamente utilitarista, voltada à exploração econômica imediata, sem considerar os impactos socioambientais de longo prazo.

Tal proposta contou com investimento inicial de 200 milhões de cruzeiros, previsto para o período de 1971 a 1974 (Botelho, 1975). Posteriormente, o Decreto nº 1.179, de 1971, prorrogou o programa até 1978 e ampliou os recursos para 800 milhões de cruzeiros, a serem aplicados entre 1975 e 1978 (Botelho, 1975).

O PIN foi estruturado em torno de dois pilares centrais do regime: o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. Além de constituir uma política pública concreta, o programa operava como instrumento estratégico de controle político das relações sociais da década de 1970. A proposta de Integração Nacional não só orientava ações do Estado, como também fazia parte do discurso oficial da ditadura (Soares, 2015).

Na primeira etapa de execução do PIN, destacaram-se ações como a construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, a criação de uma rede secundária de estradas interligando esses eixos ao sistema viário nacional, a implementação de um programa oficial de colonização da Amazônia, o estímulo à agricultura irrigada no Nordeste e a realização de levantamentos cartográficos em grandes áreas da região amazônica (Botelho, 1975). A Transamazônica foi apresentada como o principal instrumento para viabilizar a ocupação da Amazônia, impulsionar a exploração de riquezas naturais – como minerais e solos férteis – e promover a migração interna de nordestinos pobres em busca de melhores condições de vida (Médici, 1970). A extensão da BR-230, foi concebida para integrar o Nordeste ao interior da Amazônia, atravessando áreas como o sul do Pará até o estado do Amazonas (Braga, 2012), presente na figura 1.

Figura 1. Mapa de extensão da Rodovia Transamazônica



Fonte. Elaborado pela autora (2025).

A execução do PIN exigia o deslocamento organizado de trabalhadores rurais, sobretudo migrantes sem-terra, considerados essenciais para as obras de infraestrutura. O governo apresentava o programa como uma iniciativa voltada aos pobres do campo, revelando um discurso de aparente preocupação social. Entretanto, por trás desse discurso, havia interesses estratégicos, como a colonização da Amazônia e a futura expansão do agronegócio (Soares, 2015). Na prática, o PIN representava a ampliação do poder do Estado brasileiro em áreas até então pouco alcançadas pela ação federal. Nesse contexto, o INCRA passou a exercer diversas funções públicas nessas regiões, ampliando não apenas suas responsabilidades, mas também sua influência local (Soares, 2015).

2.3.2. Modelos de Colonização

Segundo Contini (1976), diferentes formas de movimentação populacional marcaram a colonização da Rodovia Transamazônica, cada uma com objetivos, agentes promotores e perfis de beneficiários distintos. A colonização oficial dirigida foi promovida pelo Poder Público, geralmente por meio de órgãos federais, estaduais ou regionais de desenvolvimento, que concediam pequenas parcelas de terra — normalmente até 100 hectares — e ofereciam infraestrutura mínima, como estradas, serviços médicos e assistência técnica, visando atender trabalhadores rurais de baixa qualificação, ocupar áreas sem-terra e expandir a fronteira agrícola. Já a colonização particular foi organizada por empresas privadas, que recebiam terras devolutas do Estado e distribuíam lotes a agricultores ou pequenos proprietários mediante contratos, fornecendo assistência técnica, apoio para a produção e exigindo a execução de planos de exploração agrícola, funcionando de forma semelhante ao mercado.

A imigração dirigida envolvia empresas credenciadas por governos estrangeiros, responsáveis pela seleção de imigrantes com recursos financeiros e experiência agrícola, pela escolha das áreas a serem ocupadas e pelo apoio inicial ao assentamento, geralmente visando incrementar a produção e colonizar regiões estratégicas. Por fim, a colonização empresarial é uma modalidade mais recente, voltada a médias empresas agropecuárias que adquiriram grandes lotes de terra (de 500 a 3.000 hectares) via licitação pública do INCRA, com a obrigação de cumprir anteprojetos técnicos e prazos de exploração, garantindo assim o desenvolvimento produtivo e a manutenção de seus direitos sobre a terra.

2.3.3. Colonização dirigida da região transamazônica

A colonização da Transamazônica foi estruturada a partir de um modelo conhecido como Colonização Oficial Dirigida, definida como “a ocupação das terras encaminhada pelas instituições do governo brasileiro” (Soares, 2015), promovido pelo Estado por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Esse modelo seguia os princípios do urbanismo rural, organizando o território em uma rede hierárquica composta por núcleos urbanos e rurais: Rurópolis como polo central, e, ao seu redor, agropólis e agrovilas, organizadas para sustentar o desenvolvimento rural integrado (Becker, 1985).

O Plano de Integração Nacional, criado pelo governo, consistia em estimular que nordestinos “ocupassem a Amazônia”, sob a ideologia de levar os nordestinos sem-terra para uma terra sem homens (De Souza, 2020). Ressalta-se que essa estratégia ignorava a existência de povos tradicionais presentes na região amazônica, como povos indígenas e populações ribeirinhas, tomando a região como um vazio. A noção de que a Amazônia seria uma terra “vazia”, nunca correspondeu à realidade, pois a região já era habitada desde o período pré-colombiano por numerosos povos indígenas e, mais tarde, também por comunidades voltadas à pesca, à coleta da borracha nativa e da castanha-do-Brasil (Denevan, 1992).

O processo de colonização teve início ainda no início da década de 1970, no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN), durante o governo Médici. A rodovia Transamazônica (BR-230), articulada com a BR-163, foi concebida como o eixo estruturante da ocupação, permitindo a interiorização de políticas de povoamento e uso da terra (Da Veiga et al., 1996; Neto, 2019). Antes mesmo da conclusão da estrada, o INCRA já havia iniciado o assentamento de famílias em uma faixa de 100 km de largura ao longo da rodovia, abrangendo um território de mais de 223 milhões de hectares (Falcón et al., 2015; Contini, 1976).

O discurso oficial sustentava que o projeto resolveria os problemas de seca do Nordeste, transferindo populações para a Amazônia, onde teriam acesso a terras férteis e recursos hídricos abundantes. Era a promessa de uma nova vida, com terras próprias e melhores condições socioeconômicas (De Souza & Souza, 2021). O Ministro do Planejamento do período via a colonização como uma forma de promover o desenvolvimento nacional e mitigar tensões sociais nas regiões de origem dos migrantes, mesmo que isso implicasse no sacrifício ambiental e cultural da Amazônia (De Souza & Souza, 2021).

Os migrantes da colonização recebiam lotes de 100 hectares, com a obrigação de residir no local ou nas agrovilas (figura 2), cultivar a terra com a família, preservar metade da área como reserva legal e não vender os terrenos durante os cinco primeiros anos (Contini, 1976). As propriedades eram organizadas ao longo de vicinais que partiam da rodovia

principal a cada cinco quilômetros, formando uma ocupação linear e planejada (Walker et al., 1997). Além do transporte até os núcleos de colonização e de um lote de 100 hectares, os futuros assentados recebiam a promessa de diversos benefícios: acesso a serviços médicos, auxílio financeiro equivalente a seis salários-mínimos, dois hectares de terra já preparados para cultivo, crédito bancário, construção de estradas, garantia de compra da produção agrícola e uma residência na agrovila (Pereira, 2015).

Figura 2. Agrovilas PIC-Altamira



Fonte: Arquivo Nacional

No entanto, a execução do projeto foi marcada por improvisações. Os migrantes, em sua maioria vindos do Nordeste e do Sul, tinham baixa escolaridade e poucos recursos, sendo abrigados inicialmente em arraiais precários, com apoio do Exército. Enfrentavam condições adversas e conflitos com moradores antigos da região, que viam os recém-chegados com desconfiança (Falcón et al., 2015).

Geograficamente, a Transamazônica foi colonizada de forma desigual: a porção oeste do Pará, entre Altamira e Rurópolis, teve ocupação mais estruturada, enquanto o trecho leste, até Marabá, foi marcado por ocupações espontâneas, terrenos menos férteis, alta incidência de malária e abandono precoce dos lotes (Herrera & Do Nascimento, 2019).

O INCRA, no início, orientava os migrantes sobre o que plantar — arroz e feijão —, desincentivando pastagens. Mais tarde, estimulou cultivos como cacau e pimenta-do-reino, mas só concedia crédito e apoio técnico a quem seguisse essas recomendações. Isso forçou a adesão ao modelo agroindustrial, limitando a agricultura familiar (Soares, 2019). A partir de 1974, com o objetivo de fomentar o "desenvolvimento", o INCRA começou a vender terras

públicas, aumentando os lotes para grandes propriedades de pecuária, promovendo o avanço do agronegócio e criando conflitos entre pequenos agricultores e latifundiários (De Souza & Souza, 2021).

A colonização dirigida também desconsiderou os saberes e formas de ocupação das populações tradicionais amazônicas, que foram tratadas como invisíveis. Esse apagamento facilitou a apropriação de terras por grandes projetos, provocando impactos socioambientais profundos, muitos ainda visíveis (Braga & De Souza, 2019; Dantas; Soares, 2018; Falcón et al., 2015). O colono, ao contrário do caboclo, via a floresta como obstáculo. Enquanto o caboclo se adaptava à mata e reconhecia seus usos sustentáveis, o colono buscava destruí-la para lavouras e pastagens, numa lógica de substituição do ambiente (Moran, 1977).

Além disso, os primeiros migrantes pouco conheciam o ecossistema amazônico: evitavam plantar perto das casas, temiam a mata, não diferenciavam vegetações e desprezavam frutos nativos ou a caça. Essa falta de conhecimento comprometeu o uso racional dos recursos naturais (Moran, 1977).

Nos anos 1980, o INCRA passou a direcionar cerca de 2,5 milhões de hectares a cooperativas do Sul do país, cujos migrantes tinham maior capital para investir. Eles apostaram em culturas perenes, como o cacau, que geravam renda mesmo com baixa produtividade. Já os migrantes mais pobres continuaram desmatando intensivamente, provocando a degradação dos solos e o abandono dos lotes (Walker et al., 1997).

Paralelamente, a abertura da Transamazônica permitiu o acesso facilitado à floresta por migrantes, madeireiros e pecuaristas, sendo o desmatamento consequência direta dessas rotas. A devastação não foi espontânea, mas fruto do planejamento de ocupação e da lógica desenvolvimentista (Bistene & Guimarães, 2019). Assim, a Amazônia foi tratada como zona de sacrifício, servindo a interesses externos em nome do progresso (De Souza & Souza, 2021).

Apesar de todas as falhas e contradições, o avanço da fronteira agrícola ao longo da BR-230 resultou na formação de núcleos urbanos importantes, como Medicilândia e Uruará, ambos criados em 1988. Medicilândia, surgida como vila nos anos 1970, destacou-se pela fertilidade do solo (terra roxa) e foi incentivada pelo INCRA a cultivar cacau, tornando-se a maior produtora nacional. Contudo, muitos migrantes venderam suas terras e abandonaram a região. Os que permaneceram já não se enquadram mais como agricultores familiares tradicionais (Soares, 2019). Já Uruará surgiu de forma espontânea, como ponto de parada de caminhões e ônibus, antes da presença estatal mais efetiva.

Esse projeto de colonização dirigida, ao mesmo tempo que deu origem a municípios e possibilitou o povoamento da região, também promoveu graves alterações ambientais e sociais. A lógica de desenvolvimento imposta pelo Estado resultou na degradação dos ecossistemas locais, fragilização da agricultura familiar, conflitos fundiários e marginalização das comunidades tradicionais — uma dinâmica que ainda molda o território amazônico.

2.3.4. Desenvolvimento da cacauicultura na região da Transamazônica

A construção da Rodovia transamazônica teve um papel determinante para a expansão e comercialização do cacau produzido no Pará (Ribeiro, 2008). Após a abertura e asfaltamento de grande parte dessa rodovia, a região da transamazônica paraense ganhou importância política e começaram os incentivos para a agriculturas perenes na região, que incluíam os plantios de cacau (Castellonet et al., 1998). Em 1971, por exemplo, foram implementados pela CEPLAC os primeiros plantios da espécie no município Brasil Novo, seguindo nos dois anos posteriores em Altamira, Medicilândia e Uruará (Homma & Homma, 2014).

Com o objetivo de promover o cultivo de cacau na região, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) implementou iniciativas como financiamentos e distribuição de sementes, exercendo assim uma influência significativa na dinâmica agrícola local (Homma & Homma, 2014). Essas ações resultaram na limitação da variedade de culturas perenes plantadas na região, uma vez que os migrantes eram restritos a obter financiamento para apenas uma cultura perene, geralmente pimenta-do-reino, cacau ou cana-de-açúcar (Fearnside, 1982).

Em 1976 a região transamazônica recebeu créditos financeiros aplicados aos parceiros dos PICs do INCRA, sendo neste período alavancada a produção de cacau no estado do Pará, pois neste momento a maior produção nacional se encontrada no estado da Bahia (CEPLAC, 1970).

Atualmente a região do polo cacauero da Transamazônica é composta pelos municípios de Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará, observadas na Figura 3, é responsável por mais de 75% da produção do Estado e abrange cerca de 60,5% da área plantada total, em que a produção de cacau é predominantemente conduzida por pequenas e médias propriedades em um sistema de produção familiar (Nunes & Bastos, 2018).

2.3.5. Impactos socioambientais da colonização

O modelo agrícola adotado pelos migrantes da Rodovia Transamazônica, promovido pelo Governo Federal durante o processo de ocupação da região, teve como consequência significativos impactos ambientais sobre a floresta. Naquele período, as políticas públicas pouco consideravam práticas agrícolas sustentáveis ou a conservação dos recursos naturais, priorizando a expansão da fronteira agrícola (Souza, 2021).

O desmatamento na Amazônia variava consideravelmente de acordo com os grupos sociais e econômicos envolvidos. Nas áreas desmatadas, a pecuária tende a predominar, o que permite que mesmo populações reduzidas gerem transformações ambientais de grande escala (Fearnside, 2008). O avanço do desmatamento é particularmente acelerado quando impulsionado por grileiros, proprietários de serrarias ou fazendeiros que operam com recursos financeiros muitas vezes de origem ilícita. Além disso, contribuíram para esse processo agricultores com maior capacidade de investimento e diferentes grupos de migrantes em condição de vulnerabilidade, como garimpeiros, trabalhadores rurais, colonos e posseiros (Fearnside, 2008).

As estradas não oficiais estão intrinsecamente ligadas ao avanço do desmatamento na Amazônia, uma vez que surgem como desdobramentos das atividades econômicas locais, como a extração madeireira, a agricultura e o garimpo. Essas vias, frequentemente abertas de maneira informal por grupos sociais diversos, são tanto resultado quanto vetor do desmatamento, ampliando o acesso a áreas de floresta nativa e facilitando sua exploração (Walker et al., 2011). Já as grandes rodovias federais, como a Transamazônica, são frutos de decisões governamentais e representam intervenções planejadas de fora para dentro. Por servirem como eixos estruturantes de ocupação e circulação, essas obras impulsionam profundas transformações na paisagem natural e intensificam a pressão sobre os ecossistemas locais (Walker et al., 2011).

A perda da cobertura florestal ao longo da Transamazônica, fruto da conjunção entre a abertura de estradas e o desmatamento subsequente, trouxe impactos relevantes sobre a biodiversidade amazônica (Walker et al., 2011). Isso se agrava pelo fato de que a floresta abriga inúmeras espécies endêmicas, ou seja, que só ocorrem naquela região, tornando-se particularmente vulneráveis às alterações no ambiente (Walker et al., 2011).

Embora as rodovias tenham sido decisivas para integrar a Amazônia ao restante do país durante os governos militares, elas também ficaram marcadas pelos profundos danos ambientais que provocaram. Essa herança negativa ainda repercute na percepção pública dessas obras (Castro et al., 2016).

O desmatamento ao longo da BR-230 no trecho leste do Pará, é um dos mais intensos da região, reflexo da ocupação mais antiga da área. A perda de vegetação se mostra mais acentuada nas zonas próximas à estrada e tende a diminuir conforme aumenta a distância dela. Esse padrão é ainda mais grave em regiões desprovidas de áreas protegidas (Da Fonseca Borges & Ferreira, 2011).

2.4. Resultados e Discussão

2.4.1. Memórias da colonização: narrativas de vida dos migrantes da colonização dirigida da Transamazônica

As narrativas dos 27 entrevistados mostram que a terra foi o elemento central da decisão migratória. Entre eles, 10 vieram do Sul do Brasil (Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul), 7 da Bahia, 4 do Maranhão, 2 do Ceará, 1 de Tocantins² e 1 do Paraguai. A promessa de acesso a propriedades mais amplas e férteis motivou a migração para a Transamazônica, sobretudo a partir da década de 1970. Esses resultados corroboram Menezes et al. (2024), que também observaram que a maior parte dos agricultores (70%) chegou à região nesse período, e de localidades como Espírito Santo, Maranhão Paraná, e Bahia. Contudo, Contini (1976) relata que o INCRA previa o estabelecimento de cotas de 70% para pessoas selecionadas do Nordeste, e 10% para o Rio Grande do Sul e 20% para outras regiões.

O papel do INCRA aparece de forma recorrente: 11 entrevistados mencionaram a seleção de famílias, 7 citaram cursos e provas para agricultores, e 15 lembraram da propaganda oficial que destacava terras “sem pragas” e de “alta fertilidade”. Em muitos relatos, os migrantes esperavam vilas estruturadas, assistência técnica e acesso à saúde, expectativas que, segundo 18 entrevistados, não se concretizaram na prática.

Outro aspecto importante é a dinâmica familiar: 16 entrevistados relataram que irmãos, genros ou parentes vieram primeiro, enviando notícias que motivaram a vinda do restante da família, apresentado na tabela 4. Essa rede de apoio facilitou a instalação dos novos migrantes, mesmo diante de condições precárias, como estradas intransitáveis, ausência de infraestrutura e necessidade de derrubar a mata manualmente para iniciar a produção.

Tabela 4. Motivações de migração dos interlocutores

² Embora o estado do Tocantins tenha sido oficialmente criado apenas em 1988, o termo é utilizado neste estudo para manter fidelidade à narrativa do interlocutor, que empregou a localização atual como referência territorial ao mencionar sua origem.

idade	Tempo na Transamazônica (anos)	Origem familiar	Motivação da migração	Fatores de escolha para se estabelecer
68	39	Sul	Irmão veio antes, trouxe família	Disponibilidade de terras férteis
65	40	Sul	Promessa do INCRA de terras	Lote disponível (Km 180)
42	30	Sul	Pais vieram para cuidar da terra	Terra para cultivar e promessas de infraestrutura
71	40	Sul	Cursos e incentivo do INCRA	Terra sem pragas e fértil
58	30	Nordeste	Oferta de terras e mudas	Produção agrícola facilitada
64	30	Nordeste	Irmão migrou primeiro, trouxe família	Disponibilidade de 20 ha de terra fértil
44	40	Sul	Governo selecionava famílias	Promessa de terra e assistência
94	40	Sul	Genro em contato com INCRA	Maior tamanho da terra
90	45	Nordeste	Irmão de marido já havia migrado	Mais terras produtivas
64	35	Sul	Incentivo do INCRA (salário + terra)	Incentivo governamental
51	40	Nordeste	Movimento pós-construção da rodovia	Contato com conhecidos, acesso à terra
59	25	Paraguai	Trabalho para outras famílias até ter terra própria	Terra e oportunidade de trabalho
62	40	Sul	Familiares já estabelecidos	Maior tamanho da terra e apoio familiar
62	30	Nordeste	Falta de oportunidades	Cultivo em terras disponíveis
54	42	Sul	Esperança de vida melhor	Terra e oportunidade de sustento
57	25	Norte	Falta de oportunidades	Trabalho e proximidade da família
48	40	Norte	Falta de terra fértil	Terras maiores e mais produtivas
67	40	Sul	Política de colonização do INCRA	Terras disponíveis e promessa de apoio
47	40	Sudeste	Condições financeiras limitadas	Dignidade de cultivar e acesso à terra
61	35	Nordeste	Promessa de melhoria de vida	Obtenção de terras, mesmo com dificuldades
73	40	Nordeste	Viagem longa e difícil	Terra e oportunidade de plantar
78	42	Sul	Família buscava sustento	Esperança de vida melhor
48	42	Nordeste	Migração de pais nordestinos	Terra e estabilidade
58	40	Nordeste	Busca por melhoria de vida	Oportunidade de assistência e trabalho
63	35	Nordeste	Com o marido e familiares	Conseguir mais terras para plantar
65	40	Sul	Primeira leva de colonos	Terras maiores e oportunidades de crescimento
67	35	Nordeste	Trabalhar com cacau e aproveitar incentivos	Trabalho e terra para plantar

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses dados corroboram o relatório de Contini (1976), que analisou o perfil dos beneficiários da década de 1970 na região Transamazônica, em que quotas de parcelas para migrantes do nordeste, sul e sudeste. Em relação à idade dos responsáveis pelos lotes, observou-se que 2% tinham menos de 21 anos, 36% estavam entre 21 e 35 anos, outros 36% entre 36 e 45 anos e 26% entre 46 e 60 anos, revelando que a maior parte (72%) se concentrava na faixa etária de 21 a 45 anos. No que se refere à escolaridade, 25% eram analfabetos, 74% possuíam alfabetização básica e apenas 1% havia concluído o ensino primário. Quanto à ocupação anterior, verificou-se que 97% dos beneficiários exerciam atividades agrícolas, enquanto apenas 3% estavam vinculados à agropecuária.

Segundo Contini (1976), no período da década de 1970, O projeto Altamira I (que contemplava Uruará e Medicilândia – que até então ainda não eram denominados assim), a faixa etária dos responsáveis pelas parcelas em sua a maioria se concentrava entre 21 e 45 anos, grupo que correspondia a 72% do total. Desse conjunto, 36% tinham entre 21 e 35 anos e 36% entre 36 e 45 anos. As demais faixas etárias incluíam 26% com idades entre 46 e 60 anos, enquanto apenas 2% tinham menos de 21 anos. No que se refere ao nível de instrução, 25% declararam-se analfabetos, 74% eram alfabetizados e apenas 1% possuía o ensino primário completo. Em relação à atividade profissional anterior, predominava amplamente a agricultura, mencionada por 97% dos entrevistados, enquanto apenas 3% relataram experiência anterior na agropecuária.

Os relatos dos interlocutores da presente pesquisa a seguir evidenciam as motivações que levaram diferentes famílias a migrar para a Transamazônica, destacando a busca por terras mais amplas, o papel do INCRA e o apoio das redes familiares no processo de instalação na região. É importante destacar que esses relatos se baseiam majoritariamente em memórias familiares, uma vez que a maioria dos entrevistados era criança, adolescente ou jovem à época da migração.

Primeiro veio meu irmão pra cá, aí ele conseguiu 100ha de terra. Me contou, e como no sul eu tinha coisa de 7ha, eu vim também em busca de conseguir mais terras pra produzir. Aqui eu consegui me estabelecer junto com meu irmão e depois vieram mais pessoas da família também (adulto 1, homem, 68 anos, branco).

Meus pais vieram pra cá, do sul, santa Catarina, na década de 70. Eles vieram por conta da disponibilidade de terra na rodovia, por que precisavam de pessoas pra cuidar da terra, desmatar e cultivar. Eles prometiam que iam ter vilas, com acesso aos recursos de saúde, e tudo mais. Daí a família veio né (adulto 3, mulher, 42 anos, branca)

(...) O próprio INCRA prometeu pra nós agricultores que na região da rodovia transamazônica iam dar terras pra nós, que no caso a gente não tinha terra própria lá

em santa Catarina, e o agente do INCRA veio na região e disse que nessas terras não tinha praga, era terra boa e fértil. Daí a gente resolveu tentar a sorte aqui e estamos até hoje (adulto 4, homem, 71 anos, branco)

Meu irmão soube das oportunidades de terra aqui e veio, depois mandou notícias de como aqui era e aí minha mãe quis vim e eu vim também. Aqui inicialmente nós conseguimos 20ha de terra boa e fértil (adulto 6, homem, 64 anos, pardo).

Bom, primeiro o meu genro começou a ter contato com o pessoal do INCRA naquela época, daí nós tinha a nossa terra lá em santa Catarina, só que era menor do que a que ofereceram pra ele aqui. Daí eles fez alguns processos lá, pra tentar conseguir as terras aqui, que diziam que tinha muita oportunidade aqui, pra produzir, sabe. Daí veio a família do meu genro e a família da minha filha, todos decidiram vim. Só que quando a gente chegou aqui não era tudo muito organizado (adulto 8, mulher, 94 anos, branca).

Eu vim depois dos meus irmãos, que vieram pelo INCRA, eu morava em santa Catarina, mas lá a gente tinha poucas opções de desenvolver a agricultura, e aí o INCRA, naquele tempo ofereceu um valor, como se fosse o salário-mínimo e terra, que era pra incentivar a vinda pra cá. daí meus irmãos vieram e depois eu vim, por que ia ter como ganhar até alqueire de terra, daí eu vim né (adulto 10, Homem, 64 anos, branco).

Meus pais contam que vieram de Minas Gerais na década de 70 pra 80, logo quando chegou fui tudo muito difícil até porque não tinha muita condição financeira aí foi tudo mais complicado para fazer as aberturas foi tudo no machado porque não tinha muito recurso. Pessoal do governo, eu acho que era o INCRA, falavam para abrir uma quantidade de floresta em cada lote, que era um símbolo de ocupação né, que tinha que realmente se estabelecer no local. No começo eles tiveram acesso a uma terra pequena e aí conseguiram mais espaço depois (adulto 23, mulher, 48 anos, preta).

Eu vim mais o meu marido, dois filhos e a família do meu marido. Naquele tempo as coisas foram difíceis, era mais de mês para chegar até aqui. Muita estrada ruim, a transamazônica era um atoleiro. Quando a gente chegou, depois que conseguimos a terra teve que fazer a limpeza de machado, foice, tudo manual, foi muito coisa ruim. não tinha o que foi prometido de assistência técnica (adulto 27, mulher, 67 anos, branca).

Dos 27 interlocutores, apenas um (23) não mencionou o acesso à terra como fator determinante para a migração à região da Transamazônica, atribuindo sua decisão predominantemente a motivações relacionadas ao trabalho e à família. Os relatos permitem entrever que a migração ocorreu majoritariamente por cadeias familiares, que podem ter moldado padrões de permanência no território.

Depoimentos de técnicos revelam que parte dos beneficiários dos projetos manifestou insatisfação em razão do descumprimento de diversas promessas feitas ainda na fase de seleção e entrevistas, pelo INCRA. Entre os compromissos anunciados estavam atendimento médico domiciliar, acesso à água encanada, pagamentos iniciais equivalentes a três salários-mínimos — renovados por mais três após 90 dias —, auxílio total de seis salários-mínimos, entrega de quatro hectares já desmatados por lote e construção de moradias nas agrovilas.

Contudo, o volume de famílias que chegaram às áreas superou a capacidade operacional do INCRA, que não conseguiu implementar integralmente as ações previstas (Contini, 1976).

Essa percepção aparece de forma contundente no relato de uma interlocutora, que descreve:

Eles prometiam que aqui a gente ia ter casa, um gado de leite, uma roça. Só que quando a gente chegou ficamos num alojamento por 40 dias e depois fomos pegar um lote da família. Eles davam 600 reais em rancho de alimentação, só que depois a gente era obrigado a pagar esse valor de volta, sabe? O prometido não aconteceu. Foi muito sofrimento, era sobrevivência naquele tempo. (adulto 2, mulher, 65 anos, branca)

O depoimento evidencia a distância entre as expectativas criadas pelos agentes institucionais e as condições reais encontradas pelas famílias assentadas, marcadas por precariedade, imprevisto e frustração. Desta forma, convém discutir o papel ambivalente do INCRA, não somente como agente promotor da migração, mas também como produtor de expectativas não cumpridas. Conformou-se por tanto um hiato entre a promessa institucional e a experiência vivida que estruturou uma memória social dos colonos.

As narrativas, baseadas majoritariamente em memórias familiares revelam também a construção social de sentidos em torno da terra, do trabalho e da permanência no território, elementos fundamentais para compreender as transformações posteriores no uso do solo e a consolidação da cacauicultura na região.

Inserção na agricultura do cacau

A análise das narrativas evidencia que a inserção dos agricultores na cacauicultura ao longo da Transamazônica paraense se deu de forma multifacetada, mas com forte centralidade da CEPLAC como órgão indutor. As falas foram organizadas em três categorias principais: i) incentivo estatal (CEPLAC e políticas públicas); ii) aprendizado e adaptação local; iii) redes familiares e sociais de transmissão de saberes.

Incentivo estatal (CEPLAC e políticas públicas)

A maior parte dos interlocutores (14 de 27) atribui o início do cultivo de cacau diretamente ao incentivo da CEPLAC, seja por meio da doação de mudas, da assistência técnica ou de programas de difusão produtiva, como o PROCACAU. As falas ressaltam a força da indução estatal em um contexto no qual as famílias recém-chegadas careciam de alternativas econômicas viáveis.

O cacau entrou na nossa roça principalmente devido aos incentivos e doação de mudas pela CEPLAC. Eles ajudaram a gente disponibilizando ensinamentos e mudas.” (adulto 1, homem, 68 anos, branco)

Foi por incentivo da CEPLAC. Naquela época não tinha muito o que fazer, por isso a gente aderiu ao movimento do cacau na região.” (adulto 4, homem, 71 anos, branco)

Nesse tempo tinha a CEPLAC com o PROCACAU, que trazia inovações pra gente do campo, os agentes da CEPLAC se reuniam com a gente pra mostrar como a gente podia trabalhar com a agricultura do cacau.” (adulto 13, homem, 62 anos, pardo)

A CEPLAC incentivava a plantação de cacau, com muda boa, tecnologia e apoio, e por isso a gente plantou. Não era só a gente, era toda a vizinhança entrando nesse rumo.” (adulto 6, homem, 64 anos, pardo)

A CEPLAC foi quem chamou a gente pra acreditar no cacau, eles diziam que ia ser o futuro da região, davam palestra, traziam curso, até mostravam como enxertar as mudas.” (adulto 15, mulher, 54 anos, parda)

Na época, a CEPLAC estava com um programa muito forte. Eles distribuíam as mudas, acompanhavam o plantio e falavam que a Transamazônica ia virar uma grande produtora de cacau.” (adulto 21, homem, 78 anos, branco)

Quem trouxe o cacau de vez pra cá foi a CEPLAC. O povo plantava arroz, milho, mandioca, mas foi a CEPLAC que disse que aqui era lugar de cacau e que ia dar certo.” (adulto 12, homem, 59 anos, pardo).

Esse conjunto de relatos confirma o diagnóstico de que a cacaucultura foi uma cultura fortemente “implantada” na região, não apenas como escolha espontânea dos agricultores, mas como estratégia planejada de colonização agrícola, em consonância com Homma (2000) e Becker (2004).

Tantos os relatos dos interlocutores como os estudos prévios apontam para o indubitável o papel institucional da CEPLAC no exitoso desenvolvimento da cacaucultura na região estudada. Os relatos apontam para o papel preponderante da assistência técnica, mas narrativas que a firmam que “*A CEPLAC foi quem chamou a gente pra acreditar no cacau*” demonstra a habilidade institucional em produzir consensos simbólicos que orientou trajetórias produtivas coletivas, cujos efeitos se estendem até o presente e ajudam a compreender tanto a especialização regional.

Essa atuação pode ser interpretada à luz da perspectiva difusionista produtivista, conforme formulada por Rogers (1995), que compreende a adoção de inovações tecnológicas como vetor central do aumento da produtividade, da renda e do desenvolvimento econômico no meio rural. No campo agrícola, tal abordagem enfatiza a transferência de tecnologias, práticas e pacotes técnicos como estratégia privilegiada de modernização, atribuindo às instituições de extensão rural um papel-chave na mediação entre o conhecimento técnico-científico e os agricultores.

No entanto, à luz da crítica de Paulo Freire (1987), esse modelo revela limites substantivos. Freire problematiza estratégias extensionistas baseadas na indução, no

convencimento e na persuasão, por entendê-las como práticas que tendem a transformar os agricultores em objetos da ação educativa, e não em sujeitos do processo. Para o autor, persuadir implica uma relação assimétrica, na qual o extensionista ocupa a posição de sujeito ativo que conduz, enquanto os camponeses são tratados como destinatários passivos da inovação.

Nessa perspectiva, a extensão concebida como persuasão configura-se como uma forma de invasão cultural, pois desconsidera a totalidade cultural na qual se inserem as práticas produtivas, os valores, as crenças e as relações dos agricultores com a natureza. Ao privilegiar a adesão a um modelo técnico previamente definido, esse tipo de intervenção limita o diálogo e a construção coletiva do conhecimento, ainda que produza resultados produtivos relevantes. Assim, embora a CEPLAC tenha desempenhado papel decisivo na consolidação da cacauicultura regional, sua atuação também pode ser compreendida como parte de um processo pedagógico verticalizado, no qual a modernização agrícola foi impulsionada mais pela persuasão institucional e pela indução de consensos do que por práticas educativas dialógicas, críticas e emancipadoras, nos termos propostos por Freire.

Aprendizado e adaptação local

Um grupo significativo (7 de 27) enfatiza que o cultivo do cacau se deu em meio a experimentações, erros e acertos, combinando práticas tradicionais, observação empírica e informações técnicas repassadas pelos extensionistas. Nota-se um processo de adaptação às condições amazônicas, tanto em termos de solo e clima quanto em relação às pragas e doenças.

No começo, era tudo muito experimental, a gente aprendia na prática, errando e acertando, vendo quais mudas se davam bem, cuidando da sombra das árvores, regando na época certa, protegendo das pragas.” (adulto 24, 58 anos, homem, preto).

Logo que a gente chegou, o foco era a nossa produção pra se manter mesmo, plantava algumas coisas no quintal [...]. Aí depois de um período, a CEPLAC começou a explicar pra gente que iam incentivar a plantação de cacau, né, e aí a gente foi seguindo a fila. (adulto 9, mulher, 90 anos, preto)

A gente sabia plantar arroz, milho, feijão, mas cacau era novidade. Aí fomos aprendendo com os vizinhos e também olhando como o técnico fazia, até pegar o jeito. (adulto 10, homem, 64 anos, branco)

Não era só jogar a muda, tinha que saber a sombra certa, limpar o terreno, cuidar da terra, senão a planta morria logo. Isso a gente aprendeu no dia a dia. (adulto 18, homem, 67 anos, pardo)

Muita coisa que falaram que dava certo não dava, a gente teve que adaptar, inventar nosso jeito de cuidar da roça. (adulto 22, homem, 78 anos, branco)

Aprendemos a fazer enxertia, mas também tinha técnica nossa, de antigamente, de olhar a lua, de cuidar do tempo de plantar. (adulto 25, homem, 63 anos, branco)

Não foi fácil, mas com o tempo a gente foi entendendo como lidar com as pragas e doenças, coisa que técnico nenhum ensinava. (adulto 20, mulher, 61 anos, branca)

Para Milhorange et al., (2020) a aprendizagem adaptativa emerge da capacidade de sistemas aprenderem com a implementação, integrar informação e experiência local, revisar instrumentos ao longo do tempo e ajustar a coordenação institucional em contextos de elevada incerteza climática. Os autores defendem que políticas de adaptação eficazes devem incorporar revisões periódicas, integrar projeções climáticas de longo prazo e articular conhecimento científico e saberes locais, de modo a permitir ajustes contínuos diante de cenários climáticos dinâmicos e incertos (Milhorange et al., 2020).

O relato do Interlocutor 24 evidencia que o cultivo do cacau na Amazônia foi marcado por um processo de aprendizagem prática, baseado na experimentação contínua e no ajuste progressivo das técnicas de manejo — “errando e acertando” — a partir do comportamento da própria planta, como a resposta às condições de sombra, rega e controle de pragas. Esse processo empírico não deve ser interpretado como improvisação, mas como um componente constitutivo de sistemas agrícolas complexos, nos quais a inovação emerge da interação entre fatores técnicos, ambientais, sociais e institucionais.

Conforme argumentam Klerkx, van Mierlo e Leeuwis (2012), a inovação agrícola não resulta da simples transferência de tecnologias prontas, mas de um processo coevolutivo, no qual agricultores atuam como agentes centrais de experimentação, interpretação de feedback e adaptação das práticas produtivas. Nesse sentido, a cacauicultura amazônica não pode ser compreendida como uma mera “implantação” promovida pela CEPLAC, mas como um sistema de inovação em construção, no qual o agricultor ajustou o manejo da sombra e da água de forma situada, responsiva e dinâmica, a partir da observação direta do desempenho das plantas, corroborando a perspectiva dos Sistemas de Inovação Agrícola que reconhece a inovação como um processo não linear, relacional e dependente do contexto (Klerkx; van Mierlo; Leeuwis, 2012).

O depoimento do Interlocutor 10 evidencia que a inserção na cacauicultura ocorreu por meio de um processo de aprendizado na prática, sustentado tanto pela observação direta quanto pela interação social cotidiana: “fomos aprendendo com os vizinhos e também olhando como o técnico fazia”. Segundo Pelling e High (2005), esse processo pode ser compreendido como uma expressão concreta da capacidade adaptativa construída

socialmente, na qual o conhecimento não é apenas técnico ou formal, mas emerge das relações sociais, da confiança e da reciprocidade estabelecidas no território.

As trocas entre vizinhos configuram formas de capital social de ligação, baseadas na proximidade, na identidade compartilhada e na ajuda mútua, fundamentais para lidar com situações de novidade e incerteza produtiva. Ao mesmo tempo, a observação do trabalho do técnico revela a presença de capital social de ponte (bridging), que conecta os agricultores a saberes externos e especializados, ampliando o repertório de práticas disponíveis. É justamente essa articulação entre diferentes tipos de capital social — sustentada por processos de confiança, aprendizagem coletiva e circulação informal de informações — que fortalece a adaptação, permitindo que os agricultores incorporem inovações de forma situada e progressiva. Assim, o “aprender fazendo” relatado não se limita a uma dimensão individual, mas expressa uma dinâmica coletiva de construção de conhecimento, na qual as redes sociais locais funcionam como um recurso central para a adaptação produtiva e a resiliência dos sistemas agrícolas (Pelling e High, 2005).

As narrativas também revelam a coexistência e a articulação entre conhecimentos técnicos e saberes empíricos, como o manejo da sombra, a observação dos ciclos climáticos e referências cosmológicas (como as fases da lua). Essa combinação aponta para um processo de hibridização de conhecimentos, no qual distintos sistemas de saber não se anulam, mas se complementam e se transformam mutuamente (Schmink; Wood, 2012). Longe de representar uma resistência ao conhecimento técnico, essa hibridização expressa a capacidade dos agricultores de selecionar, adaptar e ressignificar as recomendações recebidas.

Do ponto de vista teórico, esse processo pode ser compreendido como uma forma de co-produção socioecológica, conforme proposto por van der Ploeg (2008). Nessa perspectiva, a agricultura não é vista como mera aplicação de técnicas sobre a natureza, mas como um processo no qual agricultores e ecossistemas interagem continuamente, produzindo respostas específicas às condições locais. A adaptação às pragas, doenças e limitações ambientais relatada pelos interlocutores ilustra essa co-produção, na medida em que soluções práticas emergiram da experiência direta com o território, muitas vezes além — ou aquém — das prescrições institucionais.

Assim, embora o Estado e suas agências tenham desempenhado um papel estruturador ao introduzir o cacau como alternativa produtiva, a efetivação dessa atividade dependeu fundamentalmente da capacidade dos agricultores de aprender, experimentar e adaptar. Esse aprendizado não foi apenas técnico, mas também social, ecológico e cultural, constituindo um

elemento central para compreender a consolidação da cacauicultura na região e suas trajetórias produtivas ao longo do tempo.

Desafios enfrentados na cacauicultura

A análise dos depoimentos dos 27 entrevistados evidencia que a inserção dos migrantes na produção de cacau esteve marcada por desafios tanto históricos quanto contemporâneos, refletindo as complexidades da colonização dirigida e das condições socioambientais da região. Um desafio recorrente identificado foi a adaptação a uma cultura desconhecida para migrantes oriundos do Sul do Brasil. O Interlocutor 1 (homem, 68 anos) relatou que, na região de origem, não cultivava cacau e precisou aprender técnicas específicas, como o sombreamento inicial das mudas, além de enfrentar dificuldades de escoamento da produção. Ele destacou que a criação de fábricas e a implementação de unidades de beneficiamento contribuíram para superar essas limitações. De forma similar, o Interlocutor 6 (homem, 60 anos) relatou que a transição de culturas tradicionais para o cacau exigiu aprendizado, mas que os desafios atuais se agravaram devido ao aumento das temperaturas, evidenciando a dimensão climática como fator limitante contemporâneo.

Lá no Sul a gente não mexia com cacau, então tivemos que aprender uma nova forma de produzir, por que o cacau precisa de um cuidado especial, que é o sombreamento inicial. E também pra escoar não era muito fácil (adulto 1 homem, 68 anos, branco)

Os desafios foi aprender a trabalhar com o cacau inicialmente né, na Bahia a gente trabalhava com outras culturas, então foi um desafio. Mas os desafios de agora estão mais difíceis, devido ao aumento das temperaturas, a gente teve perda de cacau (adulto 6, homem, 60 anos, pardo)

De Souza e Souza (2021), em ao analisar Memórias e migração na Transamazônica, relata que embora o governo afirmasse que daria prioridade, nos Projetos Integrados de Colonização (PICs), às famílias nordestinas afetadas pela seca, na prática essas pessoas não receberam o suporte necessário para começar uma nova vida na região. Não foram ofertados programas de instalação, nem cursos de capacitação ou qualquer tipo de apoio social e econômico que ajudasse esses colonos a se fixarem de forma estruturada ao longo da Transamazônica (Souza e Souza, 2021). No entanto, nesta pesquisa os interlocutores citam que a atuação da CEPLAC aconteceu em suas trajetórias com a cacauicultura.

Outro desafio histórico mencionado foi a desvalorização econômica do cacau

Bem lá no início do plantio o cacau vendia num preço bom né. Só que daí com o passar de muitos anos ele vendia em um preço mais baixo. E isso dificultava. Teve bastante sofrimento em relação a saúde, não tinha acesso a atendimentos (adulto 2, homem, 66 anos, branco)

Eu vejo, assim, que foi essa desvalorização do cacau por muito tempo, que desestimulou a gente, as dificuldades de irrigação também nos verão mais quentes. Mas agora tá bem valorizado (adulto 7, mulher, 54 anos, branca).

. O Interlocutor 2 (homem, 66 anos) recordou que os preços iniciais eram vantajosos, mas ao longo dos anos houve queda, afetando não só sustentabilidade econômica da produção, mas impondo dificuldades de acesso à saúde, à infraestrutura e à permanência digna no território. Entretanto, ele apontou que melhorias recentes nos preços e nas técnicas de cultivo permitiram superar parcialmente essas dificuldades. De forma complementar, o Interlocutor 7 (mulher, 54 anos) enfatizou que a valorização atual do cacau representa uma superação significativa, sendo que o preço do produto chegou a superar o valor da carne, o que reflete a consolidação de mercados regionais mais favoráveis. A comparação simbólica com o preço da carne expressa não apenas ganhos econômicos, mas também uma mudança no status do produto no mercado regional. Essa percepção local é corroborada por dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que registram uma valorização expressiva da amêndoa de cacau no Pará a partir de 2024, no período da pesquisa, em que havia anos em que o preço do quilo dificilmente ultrapassava os R\$ 20,00 (CONAB, 2026). No entanto, no presente momento, janeiro de 2026, o preço do cacau voltou a cair, chegando a 25 reais/kg (CONAB, 2026).

A questão da mão de obra e dos recursos financeiros permanece como um desafio contínuo. A Interlocutora 19 (mulher, 59 anos) relatou dificuldades para contratar trabalhadores, evidenciando a diminuição da disponibilidade de mão de obra local mesmo com programas de auxílio governamental. O Interlocutor 20 (homem, 61 anos) apontou a falta de água e a necessidade de irrigação constante como limitações atuais que ainda não foram superadas. Outros entrevistados, como o Interlocutor 17 (homem, 63 anos), reforçaram que o desafio financeiro para manter a produção e ampliar o plantio persiste, diante de custos de insumos e financiamento.

O desafio era o financeiro, pra plantar mais e manter, quase todo final de ano pede financiamento (adulto 17, homem, 63 anos, pardo),
Conseguir recursos pra preparar a terra, comprar mudas e melhorar, e conseguir mão de obra (adulto 19, mulher, 59 anos, branca)
Os desafios é que o trabalho não é fácil, é árduo, falta mão de obra, falta água e tem que irrigar (adulto 20, mulher, 61 anos, branca)

Em contrapartida, muitos desafios históricos foram superados, sobretudo relacionados ao conhecimento técnico e adaptação à nova cultura. O Interlocutor 5 (homem, 70 anos) destacou que, apesar de iniciar do zero, a persistência permitiu superar o desconhecimento inicial do cultivo. O adulto10 (homem, 65 anos) enfatizou que avanços tecnológicos, como o

uso de máquinas e o cacau clonado, tornaram o trabalho mais eficiente e seguro, contribuindo para o aumento da produtividade e valorização da produção.

Esses depoimentos revelam que a experiência de colonização é marcada por um contínuo processo de aprendizagem e adaptação, mediado por fatores históricos, socioeconômicos e ambientais. Enquanto desafios como preço, clima, irrigação, mão de obra e infraestrutura ainda persistem para alguns migrantes (adultos 12, 17, 19, 20), outros aspectos, como domínio técnico, manejo das pragas e conhecimento sobre plantio e beneficiamento, foram amplamente superados (adultos 1, 5, 10, 13, 24, 26).

Essa análise evidencia que a colonização da Transamazônica não pode ser compreendida apenas pelos programas estatais, mas também pela capacidade de adaptação, resiliência e inovação dos migrantes, que articulam saberes empíricos e conhecimentos técnicos adquiridos ao longo do tempo, formando uma base de experiência que estrutura a agricultura regional contemporânea. Neste sentido, esta pesquisa corrobora com Braga e De Souza (2019) quando falam que os relatos de quem permanece na região mostram que a Transamazônica não é apenas um símbolo de um projeto fracassado, mas um território onde sonhos se realizaram e se frustraram. Para milhares de moradores que ainda vivem ali, ela continua sendo uma realidade concreta, marcada por desafios e demandas sociais, políticas e ambientais atuais.

2.5. Considerações Finais

A construção da Rodovia Transamazônica e a colonização dirigida promovida pelo Estado, no contexto do regime militar, tiveram papel central na integração territorial e no desenvolvimento econômico da Amazônia, mas geraram impactos socioambientais significativos. O modelo de ocupação favoreceu o povoamento, a formação de núcleos urbanos e a expansão da cacauicultura, por pequenas e médias propriedades familiares, mas desconsiderou populações tradicionais, saberes locais e limites ambientais, resultando em conflitos fundiários e desmatamento.

O perfil dos 27 entrevistados residentes em Uruará e Medicilândia evidencia a permanência migrantes da colonização dirigida da Transamazônica, predominando interlocutores acima de 60 anos. Observa-se também leve predominância masculina e maior presença de pessoas brancas, reflexo do processo migratório histórico promovido pelo Estado nas primeiras décadas de colonização. A escolaridade limitada, com predomínio de ensino fundamental incompleto e registros de analfabetismo entre os mais idosos, revela as restrições históricas de acesso à educação no meio rural amazônico.

O relato das memórias dos migrantes da colonização da Transamazônica, residentes nos municípios de Uruará e Medicilândia, evidencia a complexidade histórica e social da colonização planejada na região. As narrativas revelam que a decisão migratória esteve centrada na busca por terras férteis e mais amplas, motivação reforçada por políticas de incentivo do INCRA e pela atuação da CEPLAC, bem como pelo apoio das redes familiares e comunitárias. A maioria dos entrevistados veio do Sul e do Nordeste do Brasil, trazendo consigo práticas agrícolas pré-existentes, mas precisando adaptar-se às condições amazônicas.

Entretanto, essas memórias também registram frustrações e dificuldades enfrentadas no território, no que diz respeito ao não cumprimento das expectativas geradas pelas promessas estatais. A ausência de infraestrutura básica, o acesso limitado à saúde e à educação, as dificuldades de deslocamento e a necessidade de adaptação ao ambiente amazônico compuseram um cotidiano marcado por desafios que contrastavam com o discurso oficial de progresso.

A análise aponta que a inserção na cacauicultura foi marcada pela combinação de incentivos estatais, aprendizado prático e transmissão intergeracional de saberes. Enquanto 14 entrevistados destacaram o papel direto da CEPLAC como indutor da produção, outros 7 enfatizaram a experimentação e adaptação local, e 6 ressaltaram a influência das redes familiares e sociais. Esses fatores confirmam que o sucesso do cultivo do cacau na região não se deu apenas por imposição externa, mas pelo engajamento dos agricultores.

O estudo, contudo, apresenta limitações, como o número reduzido de participantes, a concentração apenas nos municípios de Uruará e Medicilândia, a dependência de narrativas baseadas na memória e a ausência de grupos tradicionais diretamente afetados pelo processo de colonização. Diante disso, recomenda-se ampliar pesquisas para outros trechos da Transamazônica, incluir diferentes gerações e populações tradicionais nas análises, desenvolver estudos comparativos sobre a sustentabilidade da cacauicultura e promover políticas públicas voltadas ao envelhecimento rural e à valorização dos saberes locais, contribuindo para uma compreensão mais abrangente e plural dos efeitos sociais e históricos da colonização da região.

2.6.Referências

BECKER, B. Fronteira e urbanização repensadas. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 47, p. 357–371, 1985.

BISTENE, M. V. R. S.; GUIMARÃES, J. L. C. Desmatamento, população e desenvolvimento econômico no oeste do Pará nos eixos das rodovias Santarém-Cuiabá e Transamazônica. *Natural Resources*, v. 9, n. 2, p. 19–35, 2019.

BOTELHO, H. S. *Brasil: a política de integração nacional: efeitos e perspectivas*. 1975.

BRAGA, M. M. M. *BR-230, nordestinos na rota Transamazônica: a trajetória dos migrantes no Estado do Pará (1970–1974)*. 2012.

BRAGA, M. M. M.; SOUZA, C. M. Transamazônica: terra, trabalho e sonhos. *Territórios e Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 172–191, 2019.

CEPLAC – COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. *O cacau na Amazônia*. Boletim Técnico n. 66. Centro de Pesquisa do Cacau, 1970.

CODATO, A. N. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. *Revista de Sociologia e Política*, p. 83–106, 2005.

CONTINI, E. *A colonização na Transamazônica: um enfoque analítico do plano governamental, seus resultados e problemas*. Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, 1976.

CORNETTA, A. *Mudanças climáticas, políticas públicas e pagamento por serviços ambientais: uma discussão sobre assentamentos rurais na Transamazônica, Pará*. 2018.

DANTAS, D. V.; SOARES, M. P. Assentamentos rurais na Amazônia: por uma nova reforma agrária. *Revista de Direito Agrário*, v. 22, 2018.

DA FONSECA BORGES, C. A. R.; FERREIRA, L. V. O processo de desflorestamento nas rodovias do estado do Pará: um estudo de caso da rodovia Transamazônica (BR-230). In: *SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO*, 15., 2011, Curitiba. **Anais...** São José dos Campos: INPE, 2011. p. 2796.

DA VEIGA, J. B.; TOURRAND, J.-F.; QUANZ, D. *A pecuária na fronteira agrícola da Amazônia: o caso do município de Uruará (PA), na região da Transamazônica*. 1996.

DE SOUZA, C. M. Percorrendo memórias nacionais na Rodovia Transamazônica. In: *Caminhos da História Política: os 20 anos do NEC-UFF*. Niterói: NEC-UFF, 2016. p. 105.

DE SOUZA, C. M.; SOUZA, M. C. O. B. Entre esperanças e desafios: os nordestinos na colonização da Transamazônica na década de 1970. *Cadernos do CEOM*, v. 34, n. 55, p. 99–112, 2021.

DE SOUZA, M. Transamazônica: integrar para não entregar. *Nova Revista Amazônica*, v. 8, n. 1, p. 133–152, 2020.

DENEVAN, W. M. O mito imaculado: a paisagem das Américas em 1492. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 82, n. 3, p. 369–385, 1992.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 5, p. 59–77, 2010.

FALCÓN, M. L. O. et al. *Na luta pela reforma agrária: INCRA 45 anos*. Brasília: MDA/INCRA, 2015.

FEARNSIDE, P. M. Os papéis e movimentos dos atores no desmatamento da Amazônia brasileira. *Ecologia e Sociedade*, v. 13, n. 1, 2008.

HERRERA, J. A.; NASCIMENTO, F. R. Rodovia Transamazônica (BR-230): corolário de novas realidades e problemas territoriais. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, v. 21, n. 3, p. 59–78, 2019.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). Sexto Relatório de Avaliação (AR6). 2023.

KLERKX, Laurens; VAN MIERLO, Barbara; LEEUWIS, Cees. Evolution of systems approaches to agricultural innovation: concepts, analysis and interventions. **Farming Systems Research into the 21st century: The new dynamic**, p. 457-483, 2012.

MARTINS, J. de S. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, v. 8, n. 1, p. 25–70, 1996.

MÉDICI, E. G. *Sob o signo da fé*. Discurso proferido em Manaus na reunião extraordinária da SUDAM, 1970.

MENEZES, A. J. E. A. et al. *Perfil socioeconômico dos produtores de cacau na região da Transamazônica – Pará*. Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2024.

MILHORANCE, Carolina et al. Unpacking the policy mix of adaptation to climate change in Brazil's semiarid region: enabling instruments and coordination mechanisms. **Climate Policy**, v. 20, n. 5, p. 593-608, 2020

MORAN, E. F. Estratégias de sobrevivência: o uso de recursos ao longo da rodovia Transamazônica. *Acta Amazonica*, v. 7, n. 3, p. 363–379, 1977.

NETO, T. O. As rodovias na Amazônia: uma discussão geopolítica. *Confins*, n. 50, 2019.

OLIVEIRA, J. M. B. *Amazônia pelas lentes da oralidade e da memória: lenda ou verdade?* 2018.

PELLING, Mark; HIGH, Chris. Understanding adaptation: what can social capital offer assessments of adaptive capacity?. **Global environmental change**, v. 15, n. 4, p. 308-319, 2005.

PEREIRA, A. dos R. A colonização na Transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. *Reflexão e Ação*, v. 23, n. 2, p. 54–77, 2015.

PLOEG, J. D. van der. *Os novos camponeses: lutas por autonomia e sustentabilidade em uma era de império e globalização*. 2008.

PRATES, R. C.; BACHA, C. J. C. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. *Economia e Sociedade*, v. 20, p. 601–636, 2011.

ROGERS, Everett M. *Diffusion of innovations*. 4. ed. New York: Free Press, 1995.

SOARES, F. M. *O governo Médici e o Programa de Integração Nacional (Norte e Nordeste): discursos e políticas governamentais (1969–1974)*, 2015.

SOARES, F. M. Colonização na história do tempo presente: a conquista da Amazônia. *Revista Fronteiras Plurais*, v. 1, n. 1, 2019.

SOUZA, B. G. R. de. Cacau orgânico, conservação ambiental, segurança alimentar e nutricional: o caso da Transamazônica, Amazônia, Brasil. In: *Agricultura e agroindústria no contexto do desenvolvimento rural sustentável*. São Paulo: Editora Científica Digital, 2021. p. 95–109.

WALKER, R. T. et al. As contradições do processo de desenvolvimento agrícola na Transamazônica. 1997.

WALKER, R. et al. The Transamazon Highway: past, present, future. In: *Engineering Earth: the impacts of megaengineering projects*. 2011. p. 569–599.

3. ARTIGO 2. Intergeracionalidade na Cacaucultura da Transamazônica Paraense

Resumo

A agricultura familiar na região da Transamazônica, nos municípios de Uruará e Medicilândia (PA), revela a centralidade da cacaucultura como base econômica, herança cultural e espaço de construção identitária entre gerações. Este estudo teve como objetivo compreender como se constroem e se expressam as relações intergeracionais na agricultura do cacau, a partir das percepções, experiências e expectativas de jovens e adultos atuantes na produção familiar. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, com realização de 43 entrevistas semiestruturadas — 27 com adultos e idosos (maiores que 29 anos) e 16 com jovens (18 a 29 anos) — conduzidas em agosto de 2024 e analisadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados evidenciam que, para os adultos, as transformações recentes são interpretadas como conquistas históricas associadas à valorização do preço do cacau, ao avanço técnico e à melhoria da qualidade produtiva, representando um tempo de reconhecimento após décadas de dificuldades. Entre os jovens, embora haja valorização das inovações, do cacau fino e da agregação de valor, emergem percepções ambivalentes relacionadas aos custos de produção, à dependência de irrigação, às mudanças climáticas e às incertezas quanto à permanência na atividade. Observa-se que a sucessão familiar não depende apenas do vínculo simbólico com a terra, mas de condições estruturais como renda, acesso a tecnologia, infraestrutura e reconhecimento social. Conclui-se que a intergeracionalidade na cacaucultura amazônica constitui um processo dinâmico de negociação entre herança e inovação, no qual tradição e modernização coexistem, revelando múltiplos projetos de vida e distintas formas de imaginar o futuro da agricultura familiar na região.

Palavras-chave: Cacaucultura, Intergeracionalidade, Agricultura familiar.

Abstract

Family farming in the Trans-Amazonian region, in the municipalities of Uruará and Medicilândia (PA), reveals the centrality of cocoa cultivation as an economic foundation, cultural heritage, and a space for identity construction across generations. This study aimed to understand how intergenerational relationships are constructed and expressed in cocoa farming, based on the perceptions, experiences, and expectations of young people and adults engaged in family production. The research adopted a qualitative approach, conducting 43 semi-structured interviews — 27 with adults and elderly participants (over 29 years old) and 16 with young people (18 to 29 years old) — carried out in August 2024 and analyzed through content analysis. The results show that, for adults, recent transformations are interpreted as historical achievements associated with rising cocoa prices, technical progress, and improvements in productive quality, representing a period of recognition after decades of hardship. Among young people, although there is appreciation for innovation, fine cocoa, and value addition, ambivalent perceptions emerge regarding production costs, dependence on irrigation, climate change, and uncertainties about remaining in the activity. It is observed that family succession depends not only on a symbolic attachment to the land but also on structural conditions such as income, access to technology, infrastructure, and social recognition. It is concluded that intergenerational dynamics in Amazonian cocoa farming constitute a dynamic process of negotiation between heritage and innovation, in which tradition and modernization coexist, revealing multiple life projects and distinct ways of envisioning the future of family farming in the region.

Keywords: Cocoa farming; Intergenerationality; Family farming.

3.1 Introdução

A agricultura familiar na Amazônia desempenha um papel fundamental tanto na conservação dos recursos naturais quanto na garantia de sustento e geração de renda para as famílias rurais que habitam a região (Da Silva et al., 2024). Nesse cenário, a cacauicultura se destaca como uma das principais atividades produtivas, combinando tradição, trabalho e perspectivas de futuro. Nos municípios de Uruará e Medicilândia, localizados ao longo da Rodovia Transamazônica (PA), a produção de cacau representa não apenas uma importante base econômica, mas também um legado cultural transmitido entre gerações, sustentando vínculos familiares e comunitários historicamente associados à terra.

Entretanto, as transformações econômicas, tecnológicas e socioculturais ocorridas nas últimas décadas têm alterado profundamente a dinâmica do trabalho rural e o papel das novas gerações na sucessão das propriedades familiares. Nos últimos anos, os produtores de cacau da região vêm enfrentando dificuldades para contratar trabalhadores rurais, uma vez que muitos “meeiros” migraram para áreas urbanas, para Altamira, atraídos pelas oportunidades de emprego geradas pelo Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (Junior, 2013).

Os jovens agricultores familiares ocupam uma posição singular, pois são socializados no trabalho agrícola desde cedo, dentro das próprias unidades familiares. Essa vivência os diferencia tanto dos jovens urbanos quanto de outros jovens rurais não envolvidos diretamente com a agricultura, já que sua identidade e papel social são moldados pela posição que ocupam na divisão do trabalho familiar (Carneiro & Castro, 2007). Para os camponeses, manter a terra da família é de grande relevância, uma vez que o território rural representa simultaneamente um espaço de moradia, trabalho e memória, sendo essencial para assegurar a continuidade da história familiar e de suas tradições produtivas ao longo das gerações (Pereira, 2001).

A compreensão da juventude, por sua vez, não deve ser reduzida a uma fase biológica ou homogênea da vida. Segundo Levi e Schmitt (1996), trata-se de uma construção social e cultural que varia conforme o tempo e o contexto, situada entre a dependência da infância e a autonomia da vida adulta. Assim, investigar a relação entre gerações na agricultura do cacau permite compreender de que forma os jovens se inserem nesse universo produtivo, constroem seus projetos de vida e negociam sua permanência ou afastamento do meio rural.

Dessa forma, este estudo tem como objetivo compreender como se constroem e se expressam as relações intergeracionais na agricultura do cacau, a partir das percepções,

experiências e expectativas de jovens e adultos atuantes na cacauicultura familiar nos municípios de Uruará e Medicilândia (PA).

3.2 Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, voltada à compreensão das interpretações e experiências dos sujeitos sociais envolvidos na agricultura do cacau, com ênfase nas relações intergeracionais nesse contexto produtivo. Foram entrevistados 43 participantes, sendo 27 adultos (30 anos ou mais) e 16 jovens (18 a 29 anos), todos atuantes na cacauicultura nos municípios de Uruará e Medicilândia, ao longo da Rodovia Transamazônica, no estado do Pará. A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional, com base em indicações dos sindicatos rurais locais, que auxiliaram na identificação de agricultores e jovens sucessores vinculados à atividade cacauicultura familiar.

A coleta de dados foi realizada em agosto de 2024, por meio de entrevistas semiestruturadas, conduzidas individualmente, buscando explorar interpretações, expectativas e desafios relacionados à transmissão de saberes, sucessão e continuidade geracional na agricultura do cacau. Para os jovens, as perguntas foram: a) Você trabalha em terras da família ou em terras próprias? b) Você se sente preparado para assumir um papel de liderança na agricultura do cacau no futuro? c) Quais são as diferenças mais notáveis que você percebe entre a sua geração e a de seus pais ou avós em relação à agricultura? f) O que você gostaria de mudar ou inovar na forma como sua família cultiva cacau? g) Existem tradições ou conhecimentos passados por gerações que você considera importantes manter na agricultura do cacau?

Para os adultos, as perguntas foram: a) Como você vê o interesse dos jovens na agricultura do cacau? b) Você acha que eles estão bem preparados para continuar o legado familiar? c) Quais são as principais mudanças que você notou na agricultura do cacau ao longo dos anos? d) Como você enxerga o futuro da cacauicultura na sua família e na sua comunidade, considerando as próximas gerações?

As entrevistas foram realizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme as normas éticas de pesquisa com seres humanos. Todas foram gravadas em áudio, com duração média de 30 minutos, e posteriormente transcritas integralmente. O material empírico foi submetido à análise de conteúdo, conforme a proposta de Bardin (2011), compreendendo as etapas de pré-análise, exploração do material e interpretação dos resultados. Essa abordagem possibilitou identificar categorias temáticas, padrões de sentido e divergências nas narrativas de jovens e adultos, evidenciando as

dinâmicas intergeracionais presentes na agricultura do cacau na região estudada. Para discussão dos resultados os interlocutores Adultos (+29) são intitulados como Adulto 1, adulto 2..., enquanto os Jovens foram intitulados como Jovem 1 a Jovem 16.

3.3.Resultados e discussão

3.3.1.Interpretações sobre as mudanças na agricultura do cacau entre as gerações dos adultos e a geração atual

Foram entrevistadas 43 pessoas nos municípios de Uruará e Medicilândia, sendo 23 do sexo masculino (53,5%) e 20 do sexo feminino (46,5%) (ver tabela 1). Quanto à raça/cor, 46,5% se autodeclararam brancos(as), 30,2% pardos(as) e 23,3% pretos(as). A maior parte dos entrevistados residia em Uruará (55,8%), enquanto os demais eram de Medicilândia (44,2%). Cabe destacar que a amostra desta pesquisa é não probabilística, construída a partir de critérios qualitativos relacionados à inserção dos sujeitos na cadeia produtiva do cacau, à disponibilidade para participação e ao acesso aos territórios de pesquisa.

Tabela 1. Dados dos interlocutores jovens e adultos.

JOVENS (18 – 29 anos)						
	Município	Idade	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Escolaridade
Jovem 1	Uruará	28	Masculino	Branco	Casado	Superior Completo
Jovem 2	Uruará	29	Feminino	Branco	Noiva	Superior Completo
Jovem 3	Medicilândia	21	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 4	Medicilândia	29	Feminino	Preta	Casada	Superior Completo
Jovem 5	Medicilândia	20	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 6	Uruará	29	Feminino	Parda	Solteira	Fundamental Incompleto
Jovem 7	Medicilândia	26	Feminino	Parda	Solteira	Superior Completo
Jovem 8	Uruará	29	Feminino	Branca	Casada	Pós-Graduanda
Jovem 9	Medicilândia	28	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 10	Uruará	23	Masculino	Pardo	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 11	Uruará	26	Feminino	Branca	Solteira	Superior Incompleto
Jovem 12	Medicilândia	29	Masculino	Pardo	Casado	Superior Completo
Jovem 13	Uruará	18	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino Médio Incompleto
Jovem 14	Uruará	24	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Fundamental Incompleto
Jovem 15	Uruará	24	Feminino	Branca	Solteira	Superior Incompleto
Jovem 16	Medicilândia	24	Feminino	Branca	Casada	Ensino Fundamental Completo
ADULTOS E IDOSOS (+ 29 anos)						
	Município	Idade	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Escolaridade
Adulto 1	Uruará	68	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto
Adulto 2	Uruará	65	Feminino	Branca	Casada	Fundamental Incompleto

Adulto 3	Uruará	42	Feminino	Branca	Casada	Ensino Médio
Adulto 4	Uruará	71	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto
Adulto 5	Medicilândia	58	Feminino	Branca	Solteira	Fundamental Incompleto
Adulto 6	Medicilândia	64	Masculino	Pardo	Casado	Fundamental Incompleto
Adulto 7	Uruará	44	Feminino	Branca	Divorciada	Ensino Médio
Adulto 8	Uruará	94	Feminino	Branca	Viúva	Fundamental Incompleto
Adulto 9	Medicilândia	90	Feminino	Preta	Viúva	Analfabeta
Adulto 10	Uruará	64	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto
Adulto 11	Uruará	51	Feminino	Preta	Casada	Ensino Médio
Adulto 12	Medicilândia	59	Masculino	Pardo	Casado	Ensino Fundamental Incompleto
Adulto 13	Medicilândia	62	Masculino	Pardo	Casado	Ensino Fundamental Completo
Adulto 14	Medicilândia	62	Masculino	Pardo	Casado	Fundamental Completo
Adulto 15	Medicilândia	54	Feminino	Pardo	Divorciada	Médio Completo
Adulto 16	Medicilândia	57	Masculino	Pardo	Casado	Médio Incompleto
Adulto 17	Uruará	48	Masculino	Pardo	Casado	Médio Completo
Adulto 18	Uruará	67	Masculino	Pardo	Casado	Fundamental Incompleto
Adulto 19	Uruará	47	Feminino	Branca	Casada	Médio Completo
Adulto 20	Uruará	61	Feminino	Branca	Divorciado	Fundamental Completo
Adulto 21	Medicilândia	73	Masculino	Branca	Viúva	Analfabeta
Adulto 22	Medicilândia	78	Masculino	Branca	Casado	Fundamental Incompleto
Adulto 23	Medicilândia	48	Masculino	Preta	Casado	Médio Completo
Adulto 24	Medicilândia	58	Masculino	Preta	Casado	Médio Incompleto
Adulto 25	Uruará	63	Masculino	Branca	Divorciado	Fundamental Completo
Adulto 26	Uruará	65	Feminino	Pardo	Casada	Fundamental Completo
Adulto 27	Uruará	67	Feminino	Branca	Casada	Fundamental Incompleto

Fonte. Elaborado pela autora (2025).

As respostas dos grupos sobre as transformações na agricultura do cacau entre gerações, foram moldadas por experiências distintas, mas interdependentes, entre adultos e jovens. A intergeracionalidade emerge não apenas como diferença de idade, mas como contraste de visões sobre o trabalho, o futuro e a permanência na agricultura familiar, as respostas quanto as mudanças foram categorizadas em três: Conquistas e reconhecimento; Progresso técnico e Percepções sobre mudanças climáticas e manejo hídrico.

As interpretações evidenciam a coexistência de duas experiências de juventudes social e historicamente situadas. De um lado, estão aqueles que eram jovens do período da

colonização dirigida da Transamazônica, que hoje compõem o grupo dos adultos mais velhos e cuja juventude foi marcada pela abertura da fronteira agrícola, pela derrubada da floresta e pela necessidade concreta de aprender a cultivar o cacau como estratégia de permanência e sobrevivência no território. De outro, encontram-se os jovens da geração atual, inseridos em um contexto distinto, no qual o campo já não representa necessariamente um destino inevitável, mas uma escolha atravessada por dilemas, incertezas e múltiplas possibilidades. Para esses jovens, a decisão de permanecer ou não na agricultura, e de seguir ou abandonar o cultivo do cacau, está fortemente condicionada por fatores como acesso a renda, reconhecimento social, mudanças ambientais e perspectivas de futuro. Assim, embora ambos os grupos compartilhem a condição juvenil em momentos históricos diferentes, suas interpretações sobre o cacau e sobre a vida no campo revelam projetos, expectativas e sentidos profundamente distintos, refletindo transformações estruturais no meio rural e nas relações intergeracionais.

3.3.2. Conquistas e reconhecimento

Os atores sociais da primeira geração (aqui nomeados como adultos) associam as mudanças recentes à valorização do cacau e às conquistas acumuladas ao longo da trajetória produtiva. Muitos veem o preço atual e as melhorias genéticas como resultado de um esforço coletivo de décadas:

Agora, sem dúvidas, com a valorização do cacau, mais de 50 reais o quilo eu nunca tinha visto. No máximo uns 30 e pouco no auge (Adulto 1, homem, branco, 68 anos)
O cacau sempre foi e ainda é o sustento de muitas famílias. Hoje as coisas estão melhores, tem plantas melhoradas e mais resistentes, e as pessoas já vendem até mesmo o chocolate (Adulto 8, mulher, branca, 98 anos).

Agora o cacau tá mais valorizado como nunca vi (Adulto 21, homem, branco, 73 anos).

A principal mudança é a valorização do preço do cacau, que nunca teve nesse preço, de 10 a 15 reais tá chegando até a 60 reais o quilo (Adulto 23, homem, preto, 48 anos)

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), o valor da amêndoa do cacau realmente apresentou um aumento expressivo, atingindo cerca de 60 reais por quilo, enquanto historicamente os preços dificilmente ultrapassavam 25 reais (CONAB, 2025), o que reforça a percepção dos produtores sobre essa nova fase de prosperidade.

Para o Adulto 24, a valorização é também qualitativa: “Antigamente a gente só queria quantidade, agora o que conta também é a qualidade. O cacau fino é mais caro que o cacau normal.” O entrevistado Adulto 22 trouxe uma memória histórica:

“Quando cheguei aqui na Transamazônica, lá pros anos 70, era bem diferente. A gente abriu roça no braço, na foice e no machado. O cacau era esperança de futuro.

Depois vieram as pragas, muita gente abandonou. Mas hoje tem pesquisa, clones resistentes e cacau de qualidade. Até vendemos direto pra chocolateria.” (Adulto 22, homem, branco, 78 anos)

Esses relatos indicam que os adultos veem o presente como um tempo de reconhecimento e estabilidade, após um passado de incertezas. Entre os jovens, há também o reconhecimento das conquistas, como os relatos Jovem 14 disse: “Meu pai diz que o cacau nunca chegou a mais de 50 reais, então acho que pra nós tá sendo diferente a valorização, que chegou até 72 reais o quilo.” (homem, preto, 24 anos); Jovem 9 completou: “Antes eles tinham mais dificuldades pra conseguir mudas e escoar a produção. Agora a gente tem mais facilidade.” (homem, branco, 28 anos); Jovem 11 destacou: “Hoje nós temos mais facilidades, podemos pedir um adubo pela internet, vender o cacau pelo celular.” (mulher, branca, 26 anos).

Esses depoimentos revelam que, para os jovens, as conquistas estão associadas à modernização e ao acesso a tecnologias, e não tanto ao sentimento de superação histórica vivenciado pelos adultos. Eles reconhecem as dificuldades enfrentadas no passado, mas as interpretam como etapas superadas pelo avanço técnico e pela conectividade.

Como aponta Leontiev (1978), cada indivíduo nasce apoiado nas conquistas das gerações anteriores e, ao longo da vida, incorpora os conhecimentos, valores e criações acumulados pela humanidade — expressos nas formas de cultura, ciência e tecnologia —, resultado do processo histórico e material que estrutura a sociedade. Essa noção ajuda a compreender como as diferentes gerações reinterpretam o mesmo processo produtivo a partir de experiências distintas, mas interligadas no tempo.

3.3.3. Progresso técnico e dúvidas sobre a permanência na agricultura

Enquanto os adultos enfatizam as inovações e os ganhos de produtividade, os jovens expressam preocupação com os custos e a viabilidade de se manter na atividade agrícola. Adulto 2 observou: “Agora a gente tem um cacau mais resistente a doenças, que produz mais, mas precisa irrigar” (mulher, branca, 65 anos); Adulto 16 ressaltou: “Hoje a gente consegue uma qualidade de cacau melhor, porque tem cacau melhorado. Antes era um pé que produzia pouco, agora produz o dobro” (homem, pardo, 57 anos); Adulto 17 reforçou: “Hoje tem facilidade de conseguir manter o cacau, com variedades resistentes, mas também precisa muito da irrigação” (homem, pardo, 48 anos); Adulto 19 acrescentou: “Tem mudança boa e ruim. A boa é a facilidade de conseguir clones bons e o preço alto; a ruim é a irrigação, que é cara” Adulto 25 pontuou: “Antes era tudo na base da mão de obra familiar. Agora tem

adubação melhor, irrigação, mudas resistentes e assistência técnica.” (homem, branco, 63 anos).

Entre os jovens, o progresso técnico aparece ligado a uma visão ambivalente — eles reconhecem os avanços, mas percebem que a entrada nesse modelo produtivo exige capital e acesso desigual a recursos. Jovem 4 destacou: *A principal diferença é que a gente tá um pouco dependente de irrigação. Mas temos mais oportunidades de melhorar o beneficiamento, que antes eles não tinham.*” (mulher, preta, 29 anos); Jovem 7 completou: *“É a luta com a irrigação que agora todo mundo precisa.”* (mulher, parda, 26 anos); Jovem 2 afirmou: *“Hoje o cacau dá dinheiro, mas tudo é mais caro também. Se não tiver irrigação e adubo, não vai pra frente.”* (mulher, branca, 29 anos)

Os relatos evidenciam diferenças claras entre gerações quanto à percepção do progresso técnico na cacauicultura. Enquanto os adultos enfatizam ganhos de produtividade, estabilidade e benefícios das inovações — como mudas melhoradas, assistência técnica e adubação —, os jovens demonstram uma visão ambivalente, reconhecendo os avanços, mas percebendo barreiras econômicas e limitações de acesso a recursos essenciais, como irrigação e insumos.

Essa diferença reflete diretamente o que a literatura sobre intergeracionalidade descreve: o futuro e o presente são vividos de forma distinta por diferentes gerações, influenciando expectativas, decisões e estratégias de permanência ou saída de uma atividade (Levrini et al., 2021; Santos et al., 2025). Na realidade estudada, percebe-se que nos adultos, a experiência acumulada e a história de adaptação ao trabalho agrícola permitem uma percepção positiva do progresso técnico, reforçando a sensação de continuidade e estabilidade na agricultura. Nos jovens, por outro lado, a entrada em um sistema produtivo mais tecnificado expõe novos riscos e custos, o que gera incerteza sobre sua permanência e ressignifica o que significa “prosperar” na agricultura familiar.

3.3.4. Percepções sobre mudanças climáticas e manejo hídrico

As transformações climáticas e a necessidade crescente de irrigação foram mencionadas por quase todos os entrevistados adultos como a principal mudança nos últimos anos. Adulto 3 afirmou: *“A forma de produção não mudou muita coisa, mas a irrigação mudou.”* (mulher, branca, 42 anos); Adulto 4 disse: *“As mudanças são o aparecimento de doenças, que antes não tinha, e agora precisamos irrigar pra manter a produção”* (homem, branco, 71 anos); Adulto 5 completou: *“Tem ficado mais difícil de produzir, devido à estiagem longa, falta de chuva, risco de doenças e mais gastos”* (mulher, branca, 58 anos); Adulto 10

destacou: *“Uma mudança que venho notando é a aplicação de agrotóxicos nas propriedades próximas que afetam os menores produtores. Outra coisa é a necessidade de irrigação, que hoje é muito necessária”* (homem, branco, 64 anos); Adulto 12 afirmou: *“Cada dia a gente tá precisando colocar mais água na plantação, devido ao calor mais intenso e menos chuva”* (homem, pardo, 59 anos); Adulto 13 acrescentou: *“Antes o consórcio com a bananeira bastava, mas hoje precisa irrigar porque parece que tá mais seco”* (homem, pardo, 62 anos); Adulto 15 resumiu: *“Agora tem que irrigar devido ao solo muito seco”* (mulher, parda, 54 anos).

Entre os jovens, o discurso é semelhante, mas acompanhado de uma leitura de vulnerabilidade e preocupação com o futuro climático. Jovem 3 afirmou: *“Agora tá mais difícil chover, antes chovia mais. Agora tá quente, muita poeira, tem que molhar mais as plantas.”* Jovem 6: *“Antigamente tinha época de plantio certinha. Agora a estiagem é mais longa, e a gente fica esperando o melhor momento de plantar.”* Jovem 5 completou: *“Agora não dá pra pensar em cacau sem irrigação e energia. Quem não tem, desanima.”* Essas falas indicam que, enquanto os adultos leem as mudanças climáticas como um desafio a ser superado pela experiência e pela adaptação, os jovens percebem-nas como um fator de incerteza e risco, que pode limitar a continuidade da agricultura familiar.

Os relatos dos adultos e jovens sobre a intensificação da seca, a necessidade crescente de irrigação e o surgimento de novas doenças demonstram que a cacauicultura amazônica está altamente sensível às transformações climáticas, em linha com o que Bouix, Da Silva Braga e Ramos (2022) e Igawa (2021) apontam sobre a vulnerabilidade do cacaueteiro a regimes de precipitação irregulares e ao déficit hídrico. Os adultos tendem a interpretar essas mudanças de forma pragmática, relacionando-as à experiência acumulada, à necessidade de reinventar práticas tradicionais — como o consórcio com a bananeira — e à adoção de estratégias adaptativas, como a irrigação. Essa perspectiva reflete um tipo de aprendizagem adaptativa baseada na experiência, na qual o conhecimento técnico se combina com saberes locais, conforme discutido por van der Ploeg (2008) e Schmink e Wood (2012) no contexto da co-produção socioecológica e da hibridização produtiva.

Já os jovens apresentam uma leitura mais afetiva e projetiva do risco climático, evidenciando sentimentos de vulnerabilidade e incerteza quanto à sustentabilidade da produção e à continuidade da sucessão familiar na atividade cacaueteira. Essa diferença entre gerações pode ser compreendida à luz da literatura sobre intergeracionalidade e juventudes rurais: os jovens, embora cientes dos avanços técnicos, precisam lidar com barreiras estruturais — acesso a irrigação, energia elétrica e capital — que condicionam suas

expectativas de permanência na agricultura (Stropasolas, 2011; Breitenbach; Foguesatto, 2023). Tal constatação aproxima-se das discussões de Levrini et al. (2021) e Moore & Milkoreit (2020) sobre a construção de futuros: para os jovens, as mudanças climáticas não são apenas um desafio técnico, mas um elemento que reconfigura possibilidades de vida, identidades e projetos profissionais.

Além disso, as percepções dos entrevistados evidenciam que o manejo hídrico se tornou central na adaptação às mudanças climáticas, corroborando estudos que destacam a insuficiência das políticas públicas voltadas à agricultura familiar diante da crise climática (Ferreti; Nepomoceno, 2024; Sirkis et al., 2024). A dependência da irrigação e de insumos críticos cria uma desigualdade intergeracional de capacidades adaptativas, em que os adultos, com experiência acumulada e redes de conhecimento consolidadas, conseguem lidar melhor com os desafios, enquanto os jovens percebem barreiras econômicas e estruturais que podem limitar sua permanência.

3.4.Expectativas da primeira geração sobre o interesse dos jovens da segunda geração em prosseguir com a cacauicultura

Entre os 27 agricultores adultos entrevistados as expectativas sobre o interesse e a preparação dos jovens para a continuidade da cacauicultura revelam um quadro heterogêneo, marcado por contrastes entre confiança, preocupação e resignação. 17 interlocutores adultos (2, 4, 5, 7, 8, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25 e 26) expressaram ceticismo quanto à permanência dos jovens na agricultura. Nesses discursos, predomina a ideia de que as novas gerações buscam alternativas fora do campo, impulsionadas pela educação formal e pela atração exercida pelos centros urbanos.

A5 sintetiza esse afastamento ao afirmar: *“meu filho não vai continuar a produzir, porque a vida dele ele tá construindo em São Paulo”*, enquanto Adulto 7 acrescenta: *“meus filhos eu acho que não vão querer seguir como agricultores, vão trabalhar com outras coisas que estão estudando”* (mulher, branca, 44 anos). Em uma perspectiva semelhante, Adulto 21 diz: *“a maioria não quer trabalhar na roça; os que trabalham é por necessidade, não porque querem”* (homem, branco, 73 anos). As falas de Adulto 2 e Adulto 4 reforçam a percepção de desinteresse generalizado: *“hoje eles assumem responsabilidades mais tarde [...] talvez essa roça de cacau seja vendida depois que a gente se for”* (Adulto 2); *“eles almejam sair pra trabalhar com outras coisas”* (homem, branco, 71 anos).

No Brasil, a juventude rural é frequentemente associada ao fenômeno da migração do campo para a cidade e essa ideia de que os jovens não se interessam pela vida no campo

reforça sua invisibilidade como grupo social com identidade própria e com demandas específicas (Castro, 2009). Adulto 11 observa com desalento que “essa geração não vê a agricultura como futuro; vivem dizendo que querem mudar daqui” (mulher, preta, 51 anos), e Adulto 26 amplia a leitura ao afirmar que “*as famílias rurais sonham com os filhos em futuros melhores [...] nossa roça não é tão grande pra ter uma vida melhor*” (mulher, parda, 65 anos). Muitos pais veem na educação uma forma de oferecer aos filhos um futuro com mais oportunidades e, por isso, mudam-se com a família para a cidade (Freire; Castro, 2007). Contudo, ao deixar o campo e vender as terras, acabam enfrentando dificuldades econômicas, empregos precários e perda das condições materiais que antes possuíam na zona rural (Freire; Castro, 2007).

Por outro lado, oito agricultores adultos (1, 9, 10, 12, 13, 22, 23 e 27) expressaram visões mais positivas, destacando o preparo técnico e o envolvimento gradual dos jovens na produção. Adulto 1 exemplifica esse cenário ao relatar: “*eles ainda confiam muito nos mais velhos e não se envolvem como líderes, ainda [...] mas o meu filho já faz essa parte de ter responsabilidades sobre uma parte da propriedade, vejo ele preparado*” (homem, branco, 68 anos). Essa observação evidencia uma transição de papéis em curso, em que a autoridade intergeracional permanece, mas a autonomia juvenil começa a emergir. Quando a juventude é vista principalmente como uma fase de transição, os jovens acabam sendo percebidos como pessoas “ainda em formação”, sem experiência ou maturidade suficientes (Castro, 2009). Essa visão faz com que sejam tratados como indivíduos que precisam ser guiados ou controlados, o que pode gerar consequências negativas — como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a falta de reconhecimento de sua capacidade de participar ativamente em espaços de decisão (Castro, 2009).

Adulto 10 oferece uma leitura conciliadora: “*não são todos que vão se interessar pela agricultura [...] mas os que ficam estão preparados, só não muito experientes, aprendem com o tempo*” (homem, branco, 64 anos). Já Adulto 9 e Adulto 12 identificam continuidade por meio da educação agrícola e do vínculo com a terra: “*tenho uma neta que saiu pra estudar nessa área de agricultura e agora tá na frente do cacau*” (Adulto 9); “*os jovens da área rural ainda têm interesse; os mais próximos da cidade têm menos*” (Adulto 12). Essas narrativas sugerem que o interesse está fortemente associado à socialização rural precoce e à exposição prática à lavoura, mais do que à idade em si. Além disso, aponta para as oportunidades educacionais não apenas pela perspectiva do êxodo, mas como crucial para a implementação de melhorias no processo produtivo, como as falas de Adulto 9 e Adulto 12 permitem entrever.

Entre os entrevistados adultos que reconhecem o potencial de continuidade, quatro (13, 16, 22 e 23) enfatizaram que a motivação dos jovens depende das condições econômicas da atividade. “*O dinheiro tá entrando com a venda das amêndoas; se continuar nesse preço, acho que continuam*” (Adulto 13). Para o adulto Adulto 16, “*como agora o preço subiu, pode ser que anime esses jovens*”, e Adulto 22 reforça: “*com a valorização do quilo do cacau, pode ser que continuem sim*”. Essas falas indicam que o engajamento das juventudes está condicionado não apenas à herança simbólica, mas também à rentabilidade e estabilidade de mercado.

Spanevello (2008), a sucessão está relacionada às condições econômicas e sociais existentes no interior de cada unidade rural. Diversos fatores, que vão desde aspectos mais amplos da sociedade até elementos do cotidiano das comunidades rurais, interagem de forma contínua e influenciam a maneira como os jovens do campo constroem seus projetos de vida. Esses projetos são moldados tanto pelas condições econômicas e estruturais das famílias quanto pelos valores, tradições e relações sociais que as compõem (Tonezer. Corona; Ceratti, 2022).

A percepção sobre o preparo técnico e a modernização aparece em duas falas emblemáticas da primeira geração (adulto24 e 27). Adulto 24 reconhece que “*eles veem oportunidades que a gente não tinha: chocolate fino, venda direta, agrofloresta, tecnologia no campo*”, e Adulto 27 complementa: “*estão preparados sim, e ainda mais inteligentes e com mais tecnologias; têm tudo pra ser melhor que a nossa geração*”. Esses discursos representam uma visão geracional de esperança e reconfiguração, na qual o futuro da cacauicultura depende da incorporação de inovação e de novas práticas produtivas.

Três agricultores adultos (Adulto15, 17 e 18) destacaram a influência das condições socioeconômicas e do tipo de socialização sobre as escolhas dos jovens. Adulto 15 observa que “*os jovens que nasceram em propriedades bem-sucedidas querem continuar [...] mas o colono que vive no sofrimento pra produzir não quer nem saber — e ele tá certo*” (mulher, parda, 54 anos). Adulto 17 diz “*nem todo jovem quer o serviço pesado; o preparo só vem quando eles tiverem a própria roça*” (homem, pardo, 48 anos). Adulto 18 reforça uma tendência intermediária: “*mesmo os que não querem estar na lida querem pagar meeiros pra cuidar da lavoura*” (homem, pardo, 67 anos).

Essas falas revelam a diversificação de estratégias de continuidade, que pode incluir formas indiretas de gestão da terra, indicando uma transição simbólica do trabalho agrícola direto para o papel de gestores rurais. Para que as famílias rurais possam se manter por meio de seus jovens, é necessário garantir acesso à terra, meios de produção, infraestrutura e

políticas públicas (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022). Sem essas condições, muitos jovens, embora desejem permanecer no campo, são levados a migrar para as cidades, enquanto apenas alguns conseguem se estabelecer como sucessores ou produtores rurais (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022).

Portanto, a sucessão na cacauicultura não depende apenas da vontade dos jovens, mas da criação de condições estruturais que tornem viável e atrativa a permanência no campo, integrando herança cultural, preparo técnico e suporte econômico e institucional.

3.4.1. Como os jovens veem a cacauicultura na sua família

Entre os 16 jovens entrevistados há um equilíbrio entre o desejo de modernização e a valorização dos saberes empíricos herdados das gerações anteriores. Do total, nove jovens (Jovem 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12 e 16) manifestaram intenção de aperfeiçoar técnicas e processos produtivos sem romper com as práticas familiares; quatro (7, 8, 11 e 15) expressaram aspirações inovadoras associadas à agregação de valor, tecnologia e novos mercados:

Eu queria entrar nessa leva do cacau fino, queria ter uma propriedade modelo pra entrar na rota turística do cacau, mas ainda é sonho (Jovem 7, mulher, parda)

Acredito que já inovamos. Fazemos o processo de fermentação desde o início com as primeiras colheitas. Fomos melhor amêndoa do Brasil em 2021 e em 2020 iniciamos a verticalização com os chocolates artesanais finos (jovem 8, mulher, branca)

Minha vontade é obter recursos da minha profissão (estudante de agronomia) e do cacau pra deixar a roça mais tecnológica, com cacau fino, exportação, beneficiamento e aproveitamento de tudo. Mas os conhecimentos tradicionais também vão perpetuar (jovem 11, mulher, branca)

Eu quero conseguir aprender coisas novas e trazer pra cá. Modos de plantar pra render mais, beneficiar, essas coisas que pode ajudar aqui (jovem 15, mulher, branca).

Essas falas evidenciam o entrecruzamento entre saber técnico e herança familiar, marcando a intergeracionalidade não como ruptura, mas como reinterpretação criativa da tradição. Destaca-se, ainda, que todas essas narrativas partem de jovens mulheres, sinalizando protagonismo feminino na inovação produtiva e na redefinição dos rumos da cacauicultura local.

Três interlocutores jovens (2, 10 e 13) revelaram pouca disposição para mudanças ou envolvimento direto na lavoura. Uma exceção marcante é o Jovem 14, cuja fala simboliza ruptura com o passado, ao projetar o desejo de “deixar essa tradição pra trás” e construir uma identidade autônoma como produtor.

Eu quero inovar tendo minha roça de cacau, porque minha família trabalhou a vida toda de meeiro, então acredito que é melhor deixar essa tradição pra trás.

Entre os jovens que desejam aperfeiçoar sem romper, a ênfase recai sobre ajustes técnicos e modernização gradual. Jovem 1 reconhece que *“tudo passado pelos mais velhos foi de grande importância”*, mas aponta a necessidade de *“maior cuidado com os plantios, tudo mudou”* (mulher, branca, 26 anos). Jovem 3 acrescenta que *“a mudança pode ser a forma de irrigação”* (homem, preto, 21 anos), enquanto Jovem 12 afirma já estar implementando *“sistemas de irrigação”* (homem, pardo, 29 anos). As falas sugerem um movimento de integração entre tradição e inovação, em que o saber empírico herdado convive com tecnologias que otimizam a produtividade e a sustentabilidade.

De modo semelhante, Jovem 4 propõe inserir manejos aprendidos em cursos, como *“poda, consórcios com espécies e o próprio cacau fino para exportação”* (mulher, preta, 29 anos). Essa fala traduz uma nova postura geracional: a disposição para aprender e aplicar conhecimentos técnicos externos, integrando-os às práticas familiares. Jovem 16, ao afirmar que *“a colheita poderia melhorar porque ainda é muito manual”* (mulher, branca, 24 anos), e Jovem 6, que sonha com *“uma forma de colher sem precisar de tanta mão de obra”* (mulher, parda, 29 anos), reforçam a percepção de que a mecanização parcial é vista como símbolo de progresso e autonomia produtiva.

Por outro lado, quatro jovens (Jovem 7, 8, 11 e 15) destacam um projeto de inovação mais abrangente, voltado à diversificação econômica e à valorização da cadeia produtiva. Jovem 7 expressa um ideal empreendedor: *“queria ter uma propriedade modelo pra entrar na rota turística do cacau”* (mulher, parda, 26 anos), enquanto Jovem 8 descreve um caso já consolidado de inovação familiar: *“fazemos fermentação desde o início [...] fomos melhor amêndoa do Brasil em 2021 e iniciamos a verticalização com chocolates artesanais finos”* (mulher, branca, 29 anos). A fermentação da amêndoa de cacau é fundamental para o desenvolvimento do sabor, aroma e características sensoriais do chocolate. Durante esse processo, microrganismos como leveduras e bactérias transformam açúcares e outros compostos, produzindo ácidos e álcool que contribuem para notas frutadas, florais e caramelizadas, além de reduzir a adstringência e o amargor dos grãos (Efraim et al., 2010).

Essas experiências revelam a emergência de uma nova geração de produtores com visão empresarial, que reconhece o potencial da cacaucultura não apenas como cultivo, mas como vetor de desenvolvimento territorial e identidade regional. No entanto, refletir sobre a presença do jovem no meio rural atualmente exige analisar como essa categoria constrói sua identidade, as disputas que envolvem esse processo e as relações de poder que nele se reproduzem. Embora o jovem seja frequentemente valorizado nos discursos, na prática ele ainda enfrenta limitações e desigualdades em seu espaço de atuação (Castro, 2009).

Apesar do entusiasmo de parte dos jovens, três (Jovem 2, 10 e 13) expressaram ausência de envolvimento direto ou resistência à mudança. Jovem 10 sustenta que “*o cacau não tem muito segredo*”, e Jovem 13 conclui que “*pode manter como sempre foi*”. Essas posições indicam que o vínculo com a atividade agrícola é frágil ou passivo, sugerindo uma transição simbólica de pertencimento, sem gerar tantas expectativas em relação ao cultivo do cacau.

O caso de Jovem 14, no entanto, representa uma inflexão distinta: “*eu quero inovar tendo minha roça de cacau, porque minha família trabalhou a vida toda de meeiro; acredito que é melhor deixar essa tradição pra trás*”. Essa fala explicita o desejo de ruptura emancipatória, em que a inovação não se refere apenas a técnicas produtivas, mas à transformação das relações sociais e simbólicas de trabalho. A busca pela autonomia produtiva expressa uma redefinição do sentido da herança agrícola, em que a continuidade é reinterpretada como libertação da subordinação histórica. Freire e Castro (2007), assim como neste estudo, apontam que as juventudes rurais demonstram o desejo de permanecer no meio rural e de transformá-lo, buscando investir em sua formação e fortalecer a identidade camponesa, ao mesmo tempo em que promovem a valorização das tradições e da diversidade cultural presentes no campo.

No conjunto, as falas dos 16 jovens revelam três tendências complementares. A primeira, majoritária (nove interlocutores), é a da modernização incremental, que busca eficiência sem descaracterizar o saber tradicional. A segunda (quatro interlocutores) aponta para inovação estrutural, voltada à agregação de valor e à integração com novos mercados, simbolizando um ethos empreendedor emergente. A terceira (três interlocutores) reflete distanciamento e desinteresse, indicando os limites da sucessão familiar em contextos de pluralização de identidades profissionais.

O presente estudo dialoga com Freire e Castro (2007), no reconhecimento de que parte significativa das juventudes rurais associa qualificação técnica e acesso a novos conhecimentos ao fortalecimento da produção e da renda familiar. Contudo, vai além ao evidenciar que esse compromisso com o “progresso” não é homogêneo nem unidirecional. Enquanto Freire e Castro identificam uma tendência predominante de engajamento produtivo mediado pela qualificação, esta pesquisa demonstra a coexistência de múltiplas racionalidades juvenis: uma que preserva e atualiza o modelo produtivo familiar, outra que o reestrutura sob lógica empresarial e uma terceira que relativiza sua centralidade na construção de projetos de vida. Ao revelar essa pluralização de trajetórias e sentidos atribuídos à agricultura, o estudo amplia a compreensão sobre juventudes rurais na Amazônia, mostrando que a permanência no

campo não se explica apenas pelo acesso ao conhecimento técnico, mas também pela negociação identitária, pelas expectativas de mobilidade social e pelas transformações no imaginário do trabalho rural.

3.4.2. Entre a Herança e a Inovação: Discrepâncias e Aproximações Intergeracionais

A análise comparativa entre as narrativas de adultos e jovens atuais revela que a intergeracionalidade na Transamazônica não se manifesta como uma ruptura total, mas como uma complexa negociação simbólica onde o cacau ora funciona como elo de continuidade, ora como ponto de tensão. As aproximações entre as gerações são mais evidentes na percepção pragmática sobre o mercado e o clima. Ambos os grupos convergem no reconhecimento da valorização histórica do preço da amêndoa e na leitura da crise climática como um desafio imediato. Tanto a primeira geração, que vivenciou a abertura da fronteira agrícola "no braço", quanto a segunda, que já nasceu sob a égide da conectividade, concordam que a viabilidade da cacauicultura hoje depende da superação do déficit hídrico por meio da irrigação. Essa base comum de preocupações técnicas cria um espaço de diálogo onde o saber empírico dos mais velhos e a abertura tecnológica dos mais novos se encontram para garantir a sobrevivência produtiva da unidade familiar.

Contudo, as discrepâncias emergem com nitidez quando o foco se desloca da técnica para o sentido subjetivo do trabalho e do futuro. Para os adultos, o progresso é narrado como uma vitória sobre a precariedade do passado, onde a estabilidade atual é o ápice de uma trajetória de sacrifício. Já para os jovens, esse mesmo progresso é visto com ambivalência: se por um lado há o fascínio pela inovação e pelo "cacau fino", por outro existe o receio diante dos novos custos de produção e da dependência de capital. Enquanto muitos adultos interpretam o desinteresse juvenil como uma aversão ao esforço físico ou um desejo de fuga para a cidade, os relatos dos jovens sugerem que o que está em jogo não é a negação do trabalho rural, mas a busca por uma nova identidade produtiva. O jovem busca transitar do papel de "trabalhador braçal" para o de "gestor rural", valorizando a mecanização e a verticalização da produção como formas de obter o reconhecimento social que o modelo tradicional de "colono" muitas vezes não oferece.

Essas divergências evidenciam o que a literatura define como diferentes projetos de vida condicionados pelo tempo histórico. Enquanto a geração dos pais vê a sucessão como a manutenção de um legado de resistência na terra, a geração atual enxerga a propriedade como um espaço de experimentação tecnológica e empreendedora. Mesmo nos casos de resistência ou desengajamento (como observado em Jovem 2, 10 e 13), a fala dos adultos revela uma

resignação que, por vezes, incentiva o êxodo ao projetar na educação formal a única via de "futuro melhor". Assim, a sucessão na agricultura familiar de Uruará e Medicilândia revela-se como um processo dinâmico: as gerações se aproximam na necessidade de adaptar a lavoura ao presente, mas se distanciam na forma como imaginam a sustentabilidade dessa vida no campo a longo prazo.

3.5.Considerações Finais

O estudo evidencia que a agricultura do cacau na região da Transamazônica passou por transformações significativas nas últimas décadas, marcadas por avanços técnicos, valorização do produto e novos desafios ambientais. As percepções dos entrevistados mostram que as mudanças são vividas de maneira distinta pelas gerações, mas interligadas por laços de experiência, herança produtiva e identidade rural.

Entre os adultos, prevalece uma leitura positiva do presente, associada às conquistas históricas, à valorização do preço do cacau e à introdução de tecnologias que aumentaram a produtividade e a qualidade. Para essa geração, o cenário atual representa uma fase de reconhecimento e estabilidade, após um passado de dificuldades e incertezas. Contudo, também reconhecem novos desafios, como os efeitos das mudanças climáticas, o aumento da dependência da irrigação e o crescimento dos custos de produção.

Já entre os jovens, o progresso técnico é visto com ambivalência: ao mesmo tempo que valorizam as inovações e o acesso a tecnologias, manifestam preocupações com a viabilidade econômica, a sustentabilidade ambiental e as barreiras de entrada na atividade agrícola. A percepção de vulnerabilidade climática e a busca por autonomia produtiva influenciam suas expectativas em relação ao futuro no campo.

As diferenças geracionais se expressam também nas motivações para a permanência na agricultura familiar. Enquanto os adultos veem na sucessão um desafio diante do êxodo juvenil, parte dos jovens manifesta interesse em permanecer, desde que haja condições adequadas de renda, infraestrutura, apoio técnico e reconhecimento social. O envolvimento dos jovens tende a ocorrer de forma seletiva e inovadora — com destaque para iniciativas ligadas à agroindustrialização, ao cacau fino e à valorização da cadeia produtiva —, revelando uma reconfiguração do papel da juventude rural.

O estudo demonstra que a intergeracionalidade não se resume à diferença de idade, mas constitui um campo de trocas simbólicas, técnicas e afetivas em que o saber tradicional é reinterpretado à luz das transformações sociais, econômicas e ambientais.

3.6.Referências

CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural em perspectiva**. Mauad Editora Ltda, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista latinoamericana de ciências Sociales, Niñez y juventud**, v. 7, n. 1, p. 179-208, 2009.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). *Série Histórica de Preços Recebidos pelo Produtor – UF*. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/precos-agropecuarios-serie-historica.html>. Acesso em: 15 agosto de 2025.

DA SILVA, Clodoaldo Matias et al. Agricultura familiar na Amazônia: práticas sustentáveis e geração de renda. **Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares**, v. 5, 2024.

EFRAIM, Priscilla et al. Influência da fermentação e secagem de amêndoas de cacau no teor de compostos fenólicos e na aceitação sensorial. **Food Science and Technology**, v. 30, p. 142-150, 2010.

FREIRE, Jaqueline Serra; CASTRO, Edna. Juventude na Amazônia paraense: identidade e cotidiano de jovens assentados da reforma agrária. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 215-236, 2007.

JÚNIOR, Miguel Alves. A cultura do cacau no território da transamazônica e xingu: um enfoque as pesquisas realizadas no município de Medicilândia-pa. **EDUCAmazônia**, v. 10, n. 1, p. 126-142, 2013.

LEONTIEV, Alexis Nikolaevich. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Horizonte, 1978.

LEVI, G.; SCHMITT, J-C. História dos Jovens: Da Antiguidade à Era Moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 19-57.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luiz Cláudio de Castro e Costa. 2. ed. 2. tiragem. São Paulo: Martins Fontes, [1998]2001.

TONEZER, Cristiane; CORONA, Hieda Maria Pagliosa; CERATTI, Eliziane Raquel Rauch. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. *Redes. Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 27, p. 1-18, 2022.

PEREIRA, Josete Mara Stahelin et al. Os espaços dos jovens nos processos de transformação do meio rural: um estudo de caso no município de Camboriú. 2

4. ARTIGO 3. Juventudes rurais e a cacauicultura amazônica: interpretações sobre seus papéis e desafios enfrentados

Resumo

O Brasil ocupa a sétima posição entre os maiores produtores de cacau do mundo, com cerca de 700 mil hectares plantados, concentrados principalmente no Pará e na Bahia. Na região da Transamazônica paraense, especialmente em Uruará e Medicilândia, a cacauicultura se estrutura majoritariamente na agricultura familiar, tendo a juventude rural papel estratégico na renovação geracional. Este estudo tem como objetivo investigar como as juventudes rurais interpretam seus papéis na produção de cacau na Amazônia, bem como identificar os principais desafios enfrentados por elas na cacauicultura amazônica, considerando aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e intergeracionais. A pesquisa adotou abordagem qualitativa e exploratória, com 16 entrevistas semiestruturadas realizadas em 2024 com jovens de 18 a 29 anos, analisadas por meio de análise de conteúdo. Os resultados indicam que a maioria iniciou o trabalho no cacau ainda na infância, por influência familiar, conciliando atualmente a atividade agrícola com estudos ou outras ocupações. A valorização recente do preço do cacau fortaleceu o otimismo e a atratividade econômica da cultura; contudo, persistem desafios como escassez de mão de obra, impactos das mudanças climáticas, dependência de irrigação, baixa mecanização e insuficiência de políticas públicas. Evidenciam-se desigualdades de gênero no acesso à terra e na participação decisória. A sucessão ocorre de forma gradual e negociada, marcada por assimetrias geracionais. Conclui-se que a permanência juvenil depende de condições estruturais que garantam renda, autonomia e reconhecimento social, sendo fundamentais políticas integradas voltadas à sustentabilidade da cacauicultura amazônica.

Palavras-chave: cacauicultura, Sucessão familiar, Juventude rural.

Abstract

Brazil ranks seventh among the world's largest cocoa producers, with approximately 700,000 hectares planted, mainly concentrated in Pará and Bahia. In the Trans-Amazon region of Pará, particularly in Uruará and Medicilândia, cocoa cultivation is predominantly based on family farming, with rural youth playing a strategic role in generational renewal. This study aims to investigate how rural youth perceive their roles in cocoa production in the Amazon, as well as to identify the main challenges they face in Amazonian cocoa farming, considering socioeconomic, environmental, cultural, and intergenerational aspects. The research adopted a qualitative and exploratory approach, conducting 16 semi-structured interviews in 2024 with young people aged 18 to 29, analyzed using content analysis. The results indicate that most participants began working in cocoa production during childhood under family influence, currently balancing agricultural activities with studies or other occupations. The recent increase in cocoa prices has strengthened optimism and the economic appeal of the crop; however, challenges remain, such as labor shortages, impacts of climate change, reliance on irrigation, low mechanization, and insufficient public policies. Gender inequalities in land access and decision-making participation are evident. Succession occurs gradually and through negotiation, marked by generational asymmetries. It is concluded that youth retention depends on structural conditions that ensure income, autonomy, and social recognition, highlighting the need for integrated policies aimed at the sustainability of Amazonian cocoa cultivation.

Keywords: cocoa farming, family succession, rural youth.

4.1. Introdução

O Brasil ocupa a sétima posição entre os maiores produtores de cacau do mundo, com cerca de 700 mil hectares plantados (World Cocoa Foundation, 2024). Estima-se que entre 5 e 6 milhões de agricultores familiares respondam por mais de 90% da produção mundial, sendo que, no Brasil, aproximadamente 95 mil agricultores se dedicam à atividade, com destaque para os estados do Pará e da Bahia (World Cocoa Foundation, 2024). Como cultura de rendimento, o cacau impulsiona o crescimento econômico sustentável e o desenvolvimento em países desenvolvidos e em desenvolvimento (Azumah et al., 2021), quando associado ao aproveitamento de coprodutos e biomassa, o que favorece a geração de emprego e renda local, em sintonia com os princípios do desenvolvimento sustentável (Zugaib et al., 2023).

O cultivo de cacau também desempenha um papel relevante na regeneração ambiental e na conservação da paisagem florestal, pois contribui para o enriquecimento de áreas de vegetação secundária. Esse potencial torna-se ainda mais relevante diante da crescente demanda interna e externa por chocolate, fortalecendo o valor econômico e ambiental da atividade (Venturieri et al., 2022).

No Pará, segundo maior produtor nacional, responsável por 46,77% da produção de cacau no Brasil (IBGE, 2023), destaca-se o polo cacauero da Transamazônica, formado pelos municípios de Pacajá, Anapu, Vitória do Xingu, Altamira, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará. Juntos, esses municípios concentram mais de 65,84% da produção estadual e 28,55% da produção nacional de cacau (IBGE, 2023). A região também responde por cerca de 60,5% da área plantada no estado, sendo caracterizada por sistemas produtivos baseados majoritariamente em pequenas e médias propriedades familiares (Nunes & Bastos, 2018).

A construção de rodovias na Amazônia paraense impulsionou o surgimento de diversas iniciativas agrícolas, voltadas à agricultura familiar, como os cultivos de pimenta-do-reino, dendê e cacau (Homma, 2015). Inicialmente, a produção cacauera foi implantada mediante a derrubada da floresta, mas posteriormente, áreas de pastagem degradadas passaram a ser convertidas em cacauais, refletindo uma transição nos usos do solo e nas estratégias produtivas regionais (Folhes & Serra, 2023). Hoje, a produção de cacau na Transamazônica representa uma atividade importante para a economia local, com forte presença na comercialização de amêndoas. Em 2022, o cacau ocupou a quarta posição no ranking agrícola do estado, gerando um valor de produção de R\$ 1.896.303 mil (IBGE, 2022).

Nesse contexto, as juventudes rurais emergem como atores-chave para garantir a continuidade e a renovação das práticas agrícolas desta cultura. Com o avanço das transformações sociais, climáticas e econômicas que afetam a agricultura, os jovens

desempenham papel estratégico no fortalecimento e na inovação do setor. A comunicação entre gerações e entre diferentes atores do campo torna-se essencial para promover o diálogo, a troca de saberes e o engajamento em práticas mais sustentáveis (Da Silva Junior et al., 2019).

Os dados demográficos dos municípios de Uruará e Medicilândia, que são municípios alvo desta pesquisa, revelam uma população ainda majoritariamente jovem, quando comparado aos dados nacionais, com idades medianas de 28 e 29 anos, respectivamente, mas com sinais progressivos de envelhecimento — refletidos nos índices de 35,91 e 38,18 pessoas com 60 anos ou mais para cada 100 com até 14 anos (IBGE, 2022). Esse cenário indica uma transição demográfica que impacta diretamente a sucessão na agricultura familiar. À medida que a população envelhece e os jovens enfrentam barreiras para permanecer ou se inserir no campo — como falta de acesso a serviços, infraestrutura e políticas de apoio — cresce o risco de descontinuidade das unidades produtivas (IBGE, 2022). A ausência de sucessores pode comprometer a sustentabilidade social e econômica das propriedades rurais.

As dificuldades enfrentadas pelos jovens do campo incluem desde o acesso limitado à terra e a créditos, insumos e assistência técnica, até a precariedade das condições básicas de vida, como educação, saúde, cultura, infraestrutura, inclusão digital e oportunidades de emprego (Stropasolas, 2006; Oduwole; Famuyiwa; Adebisi, 2018). Essas limitações podem contribuir para o êxodo rural e tornar a agricultura, muitas vezes, pouco atrativa para as novas gerações. Quando elas têm acesso a recursos e oportunidades, os jovens tendem a ser mais produtivos e abertos à inovação do que as gerações anteriores, contribuindo para o dinamismo da agricultura e de atividades econômicas complementares nas regiões rurais (Mujcinovic et al., 2021).

A participação política e social dos jovens rurais no Brasil está profundamente enraizada em contextos históricos e culturais específicos, atravessados por desigualdades estruturais e exclusões persistentes, como aponta Castro (2008), ao destacar que essa atuação ocorre em sociedades marcadas por seus legados históricos e desafios contemporâneos.

É importante destacar que a permanência dos jovens no campo também depende da existência de estratégias bem planejadas de sucessão familiar, em culturas como a do cacau, cuja sustentabilidade está fortemente ligada à continuidade das atividades pelas novas gerações. A sucessão intergeracional nas propriedades agrícolas — processo essencial para garantir a renovação no campo — é frequentemente subestimada e pouco discutida entre os produtores, inclusive no setor cacauero (World Cocoa Foundation, 2024).

Diante desse panorama, compreender como os jovens interpretam seus papéis na cadeia produtiva do cacau, bem como os fatores que favorecem ou dificultam sua permanência no campo, é essencial para a formulação de políticas públicas eficazes e estratégias de desenvolvimento territorial que considerem suas aspirações, identidades e valores.

Entre os principais desafios enfrentados estão os entraves à sucessão familiar — muitas vezes marcada por insegurança fundiária, desigualdades de gênero e falta de reconhecimento das juventudes como herdeiras legítimas — e as limitações no acesso à gestão produtiva, que incluem a centralização das decisões e dos lucros nas gerações adultas. Nesse contexto, é urgente reconhecer os jovens não apenas como beneficiários de ações, mas como sujeitos políticos e agentes de inovação capazes de contribuir ativamente para a sustentabilidade social, econômica e ambiental do meio rural amazônico.

Diante disso, este artigo tem como objetivo investigar como as juventudes rurais interpretam seus papéis na produção de cacau na Amazônia, bem como identificar os principais desafios enfrentados por elas na cacauicultura amazônica, considerando aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e intergeracionais.

4.2. Revisão de literatura

4.2.1. Juventudes rurais na literatura brasileira

Conforme argumenta Pais (1990), a utilização do termo no plural — *juventudes* — é a forma mais adequada para representar a diversidade que caracteriza esse segmento social, marcado por múltiplas trajetórias, identidades e contextos. Assim, este estudo adota o termo *juventudes* em consonância com essa perspectiva, reconhecendo a heterogeneidade das experiências juvenis no meio rural. Cada grupo de jovens pode construir sua própria compreensão sobre o que significa “ser jovem”, diferenciando-se não apenas de crianças e adultos, mas também de outras *juventudes*. (Groppa, 2000).

As diversas maneiras de definir as *juventudes* abrangem aspectos como idade, transição na vida, perspectiva geracional, cultura e estilos de vida. No contexto brasileiro, a definição se dá com base na idade, tipicamente entre 15 e 29 anos, e é comum para determinar os direitos dos jovens. Contudo, a *juventude* é vista como uma fase da vida influenciada por fatores biológicos e sociais, como a transição de papéis sociais (Weisheimer, 2005).

A definição de *juventude* adotada nos estudos é mais um recurso metodológico do que uma questão que afeta diretamente o desenvolvimento. Embora tenham papel central no desenvolvimento, no meio rural, ainda há escassez de pesquisas que explorem suas

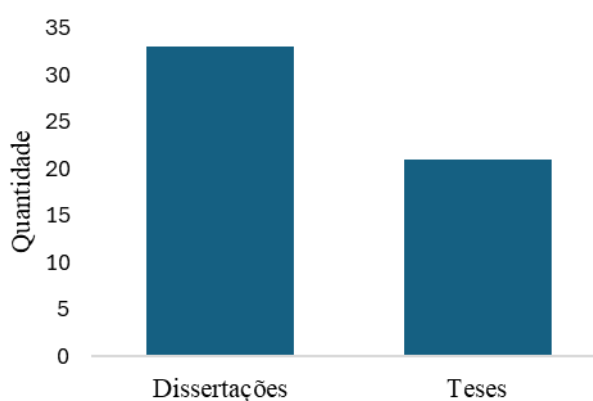
percepções, aspirações e razões para permanecer ou migrar, bem como suas relações familiares e com o trabalho. (Troian; Breitenbach, 2018).

Melo (2023) realizou uma pesquisa sobre as temáticas abordadas em dissertações e teses relacionadas aos jovens rurais, analisando produções acadêmicas publicadas entre 2016 e 2023. A pesquisa envolveu a coleta e análise dos principais temas discutidos nesses trabalhos, visando identificar as áreas de maior interesse e preocupação no contexto rural. A pesquisa de Melo (2023) revelou que, entre 2016 e 2019, uma média de 10 trabalhos anuais sobre jovens rurais foram publicados, mas entre 2020 e 2023 houve uma queda significativa, com uma média de 2 publicações por ano. Dentre as temáticas abordadas destacaram-se Educação (20 ocorrências), Projetos de Vida e Trajetórias (10 ocorrências), Permanência no Campo (5 ocorrências) e Migração (4 ocorrências), além de outras áreas como Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Sucessão Familiar, Sexualidade e Gênero.

Com o objetivo de verificar as atualizações relacionadas às juventudes rurais, esta pesquisa também investigou as palavras-chave "juventude rural" e "jovens rurais" no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, abrangendo o período de 2023 a 2025. Foram analisados os títulos das publicações, excluídas as duplicatas e, em seguida, categorizadas as temáticas abordadas.

Os resultados das buscas indicaram a publicação de 33 dissertações e 21 teses exclusivamente no ano de 2023, sem registros para os anos de 2024 e 2025. Esses dados estão ilustrados na Figura 1.

Figura 1. teses e dissertações publicadas pela CAPES.



Fonte: CAPES

Os dados das dissertações e teses publicadas em foram organizados de acordo com as temáticas abordadas, conforme apresentado na Tabela 1.

Tabela 1. Temáticas relacionadas às teses e dissertações.

TEMÁTICA	FREQ UÊNCIA
Educação	20
Saúde	6
Políticas públicas	4
Projetos de vida e trajetórias	4
Gênero	3
Cultura	2
Economia	2
Êxodo rural	2
Sucessão familiar	2
Tecnologias de informação e comunicação (tic)	2
Empoderamento	1
Empresas familiares rurais	1
Rastreabilidade de produção	1
Representações sociais	1
Representações sociais e cenários futuros	1
Segurança alimentar	1
Tecnologias sustentáveis	1

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Na presente pesquisa, a categoria Educação revelou-se como a mais prevalente, alinhando-se com as temáticas identificadas por Melo (2023), o que reforça a importância contínua desse tema nas investigações sobre a juventude rural. Tanto neste estudo quanto no de Melo (2023), a Educação apareceu com 20 ocorrências, destacando-se como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento social e econômico dos jovens em contextos rurais. A predominância desse tema ao longo do tempo sugere que, apesar da ascensão de novas áreas de interesse, a Educação continua sendo um elemento central nas pesquisas voltadas para a melhoria das condições de vida e das perspectivas futuras dos jovens rurais, com implicações diretas para a mobilidade social e o acesso a melhores oportunidades.

Além de Educação, as temáticas relacionadas a Projetos de Vida e Trajetórias também se destacaram, com 4 ocorrências nesta pesquisa, quantidade equivalente à observada por Melo (2023). No entanto, no estudo de Melo, esse tema apareceu com uma frequência mais alta, somando 10 ocorrências, indicando uma atenção mais aprofundada às trajetórias individuais e às escolhas de vida dos jovens rurais em seu estudo anterior. A análise de Projetos de Vida e Trajetórias reflete a busca por compreender como esses jovens planejam e

constroem seus futuros, muitas vezes enfrentando desafios próprios do meio rural, como o acesso limitado a recursos educacionais e profissionais.

Outro tema que se destacou nesta pesquisa foi a Saúde, que surgiu com 6 ocorrências. Este aumento pode ser interpretado à luz de fatores recentes, como o impacto da pandemia de COVID-19, que trouxe à tona as desigualdades no acesso à saúde, particularmente nas zonas rurais. Em muitas dessas áreas, a infraestrutura de saúde é precária, o que coloca em risco o bem-estar dos jovens rurais e agrava as disparidades em relação às populações urbanas.

A inclusão da temática Políticas Públicas, com 4 ocorrências nesta pesquisa, também é notável, pois sinaliza um movimento crescente de interesse em compreender o impacto das políticas governamentais sobre os jovens rurais. As políticas educacionais, de saúde e de inclusão digital, por exemplo, desempenham um papel importante na melhoria da qualidade de vida dessa população.

No que diz respeito às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), o tema manteve uma presença constante, com 2 ocorrências tanto neste estudo quanto no de Melo (2023). Embora a frequência tenha sido moderada, as TIC continuam a ser reconhecidas como um fator potencial de transformação na vida dos jovens rurais, ao possibilitar o acesso a recursos educacionais à distância, a novos mercados de trabalho e a informações sobre práticas agrícolas sustentáveis. A inclusão digital se configura, portanto, como uma estratégia vital para o desenvolvimento social e econômico no campo, e seu estudo continua relevante à medida que novas tecnologias emergem.

A temática de Sucessão Familiar, também com 2 ocorrências, segue sendo de interesse nas pesquisas sobre jovens rurais, por seu impacto nas práticas agrícolas e na continuidade das atividades familiares. No entanto, em comparação com outras categorias, como Educação e Saúde, a Sucessão Familiar teve um foco mais restrito nesta pesquisa, o que pode indicar que o tema já foi discutido em estudos anteriores e que novos enfoques, como saúde e políticas públicas, passaram a ocupar maior espaço nas discussões atuais.

Comparando os dados desta pesquisa com os encontrados por Melo (2023), observa-se uma ampliação no leque de interesses das investigações sobre os jovens rurais. Temas como Empoderamento, Representações Sociais, Segurança Alimentar e Tecnologias Sustentáveis, que apareceram com uma ocorrência cada, indicam a crescente diversificação nas áreas de interesse sobre os jovens rurais. A inclusão desses temas sugere que há uma ampliação das fronteiras da pesquisa, que agora abrange aspectos relacionados ao fortalecimento da capacidade de ação dos jovens rurais, à maneira como eles percebem sua realidade e aos desafios relacionados à sustentabilidade no campo. O empoderamento, por exemplo, reflete a

busca por estratégias que permitam aos jovens rurais influenciar as mudanças em suas comunidades e acessar novas oportunidades.

Complementarmente, uma busca mais abrangente foi realizada no Portal de Teses e Dissertações da CAPES, utilizando os descritores “juventude rural” e “jovens rurais” no período de 2015 a 2025, com um retorno de 191 e 158 trabalhos, respectivamente. No entanto, constatou-se uma lacuna relevante: não foram identificadas produções que tratassem especificamente da juventude rural em articulação com a cacauicultura, nem estudos voltados para a realidade desses jovens na região Norte do país. Esses achados revelam uma concentração temática e geográfica nas pesquisas existentes, indicando a necessidade de ampliação do campo investigativo para incluir contextos produtivos específicos e territórios historicamente menos representados na literatura científica.

4.2.2 Juventudes Rurais, sucessão e gestão produtiva

A sucessão em empreendimentos agrícolas diz respeito à transferência da gestão e do controle das propriedades rurais para as novas gerações — geralmente filhos ou herdeiros diretos — no contexto da agricultura familiar (Stropasolas, 2011; Da Silva et al., 2023; Breitenbach; Foguesatto, 2023). Trata-se de um processo que vai além da simples transmissão patrimonial: envolve dimensões emocionais, sociais, culturais e estratégicas, com efeitos decisivos sobre a continuidade e a sustentabilidade dos modos de vida rurais (Stropasolas, 2011; Da Silva et al., 2023; Breitenbach; Foguesatto, 2023)

Apesar de sua relevância, a sucessão ainda enfrenta obstáculos significativos nas famílias agricultoras. Conflitos intergeracionais, a resistência dos pais em aceitar as ideias dos filhos, somam-se à limitada autonomia dos jovens na gestão e nas decisões produtivas da propriedade (Stropasolas, 2011). Muitas vezes, o processo sucessório não é discutido de maneira estruturada, nem tampouco planejado com antecedência. Como observam Ferrari et al. (2004), é raro encontrar uma organização formal da sucessão dentro das unidades familiares, o que evidencia a informalidade com que essa transição costuma ocorrer.

Zanol e Stropasolas (2020), ao analisarem os projetos de vida de jovens no Sul do Brasil, ressaltam que o tema da sucessão familiar costuma ser evitado por muitas famílias agricultoras, pois é percebido como delicado e carregado de tensões. Mesmo assim, tem-se observado um aumento da participação juvenil em decisões produtivas, em contextos onde há maior acesso a recursos econômicos e apoio institucional (Ferrari et al., 2004).

As questões de gênero também são determinantes nesse processo. Estudos mostram que as jovens mulheres frequentemente enfrentam maiores barreiras para permanecer no

campo e assumir papéis de liderança nas propriedades. Foguesatto et al. (2020) indicam que a falta de incentivos familiares, a escassa autonomia no trabalho agrícola e a persistente desvalorização do papel feminino contribuem para o êxodo rural feminino. Tal movimento resulta na masculinização do campo, fragilizando a diversidade social e ameaçando a sustentabilidade das comunidades rurais.

Além disso, a resistência dos pais à inovação e à participação ativa dos filhos compromete o envolvimento juvenil na gestão da propriedade, como destacam Júnior, Deponti e Arend (2023). Esse cenário gera desmotivação, sentimento de desvalorização e migração precoce dos jovens para centros urbanos. Para muitos, deixar o campo não é apenas uma escolha, mas uma necessidade frente à ausência de oportunidades concretas de permanência qualificada.

Nesse sentido, Castro (2005) sintetiza o dilema vivenciado pela juventude rural, identificando a constante tensão entre “ficar ou partir”. Essa decisão é moldada tanto por fatores internos à família — como reconhecimento e espaço para participação — quanto por elementos externos, como acesso à educação, infraestrutura e alternativas de renda. Na falta dessas condições, o campo se torna cada vez menos atrativo para as novas gerações.

A escassez de jovens no meio rural representa, portanto, um dos principais desafios à continuidade da agricultura familiar. Sem renovação geracional, compromete-se a manutenção e a reprodução sustentável desse modelo social e produtivo (Brumer, 2007). A ausência de estratégias para integrar os jovens nas atividades da propriedade impede que essa força potencialmente inovadora se realize (Weisheimer, 2007).

Para investigar a produção científica sobre sucessão geracional na agricultura brasileira, realizou-se uma busca no portal de periódicos da CAPES utilizando os descritores "Jovem, agricultura e Brasil" (youth AND agriculture AND Brazil). A escolha desses termos se deu pelo fato de que testes anteriores com palavras-chave mais específicas sobre "sucessão" não retornaram resultados significativos.

A busca resultou em 161 artigos. Após a leitura dos títulos e resumos, 14 artigos foram inicialmente selecionados por apresentarem alguma relação com juventude e agricultura. No entanto, após a leitura integral dos textos, apenas quatro artigos (presentes na tabela 2) abordavam diretamente a temática da sucessão geracional na agricultura familiar, sendo que três deles concentravam-se na região Sul do Brasil, o que evidencia a escassez de estudos sobre essa temática em outras regiões do país, no Norte.

Tabela 2. Artigos relacionados a sucessão geracional na agricultura do Brasil presentes no portal CAPES.

autor	título	Região do país
Martins (2021)	Juventude rural no Brasil: referências para debate	Brasil
Lago, Adriano et al. (2022)	Analisando os fatores de tomada de decisão na sucessão geracional de jovens rurais	sul
Breitenbach; Corazza (2021)	Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul.	Sul
Arends-kuening, Mary et al., (2021)	Gênero, educação e sucessão agrícola no oeste do estado do Paraná, Brasil	Sul

Fonte: Portal de periódicos CAPES

Martins (2021) destaca que a maior parte dos estudos sobre juventude rural no Brasil ainda se concentra na análise da migração dos jovens para áreas urbanas e seus impactos sobre a sucessão rural, mesmo após mudanças sociais e econômicas significativas nas últimas décadas. No entanto, a baixa presença de pesquisas diretamente voltadas à sucessão nesta pesquisa que não há abundância de estudos voltados para a sucessão no contexto da agricultura brasileira.

Breitenbach e Corazza (2021), ao analisarem jovens rurais no Rio Grande do Sul, observaram que 45,2% projetam seu futuro profissional na agricultura, e 49,7% expressam desejo de assumir a gestão das propriedades familiares — com esse desejo sendo mais frequente entre os homens. Apesar disso, o processo de sucessão ainda enfrenta desafios significativos: apenas 28,1% dos jovens participam das decisões gerenciais nas propriedades e 48,1% atuam apenas como apoio na produção. O estudo ressalta que, diante da limitação de recursos e terras, a inovação e diversificação das atividades são essenciais para motivar os jovens a permanecerem no meio rural.

Arends-Kuenning et al. (2021) enfatizam que as visões tradicionais de gênero continuam sendo barreiras relevantes para a sucessão. Em um contexto de redução da natalidade e presença majoritária de filhas nas famílias, o campo ainda reproduz divisões de tarefas com base em gênero, limitando o acesso das mulheres a experiências práticas e formação para assumir a gestão de propriedades rurais.

Por fim, Lago et al. (2022) ressaltam o papel das cooperativas e da assistência técnica como elementos estratégicos no fortalecimento da sucessão rural. Embora decisões estruturais não estejam diretamente sob responsabilidade dessas instituições, sua atuação política, técnica e econômica pode gerar impactos importantes. Os autores destacam que os técnicos agrícolas têm papel central, pois ao compartilharem conhecimentos e criarem vínculos de confiança com famílias agricultoras, ajudam a construir condições para que os jovens se sintam motivados a permanecer no campo, contribuindo para a sustentabilidade social e econômica das comunidades.

Destarte, a produção científica relacionada à juventude rural no contexto da cacauicultura e da sucessão geracional ainda é bastante limitada, revelando uma lacuna significativa na literatura acadêmica brasileira. Apesar da importância econômica, social e cultural do cultivo do cacau, em regiões como transamazônica paraense, são escassos os estudos que abordam de forma específica o papel dos jovens nas propriedades cacauíferas e os fatores que influenciam sua permanência ou saída do campo. A ausência de publicações focadas nesse recorte tem dificultado a compreensão aprofundada dos desafios enfrentados por essa juventude. Essa carência evidencia a necessidade de investigações que articulem juventude rural, sistemas produtivos regionais como a cacauicultura, e estratégias de sucessão familiar.

4.3. Metodologia

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, com o objetivo de compreender como os jovens rurais interpretam seus papéis na cadeia produtiva do cacau na Amazônia, bem como identificar os principais desafios enfrentados por eles nesse contexto. A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de acessar os significados atribuídos pelos sujeitos à sua experiência cotidiana na agricultura familiar cacauífera, valorizando suas narrativas, trajetórias e percepções subjetivas.

A coleta de dados foi realizada no segundo semestre do ano de 2024, nos municípios de Uruará e Medicilândia, localizados ao longo da rodovia transamazônica, no estado do Pará. Ela foi conduzida por meio de entrevistas semiestruturadas, com a aplicação de 16 entrevistas, conduzidas individualmente, a fim de proporcionar um espaço de escuta atenta e aprofundada sobre as vivências dos participantes, em que cada entrevista teve duração de aproximadamente 30 minutos. O número de entrevistas foi determinado pela saturação de respostas e possibilidade de deslocamento da pesquisadora, devido às propriedades rurais serem distantes e a infraestrutura de estradas dificultar o acesso aos interlocutores.

Os participantes foram selecionados intencionalmente, considerando-se jovens com idades entre 18 e 29 anos residentes nos municípios de Uruará e Medicilândia, situados na região da Transamazônica, reconhecidos como importantes polos produtores de cacau no estado do Pará. A escolha desse grupo como interlocutor central decorre da relevância de compreender os anseios, motivações e desafios enfrentados pelas juventudes rurais que atuam ou desejam atuar na atividade agrícola, em contextos marcados por intensas transformações sociais, econômicas e ambientais.

A seleção dos participantes foi realizada inicialmente por meio de indicação do sindicato dos produtores rurais da região, que colaborou sugerindo o primeiro jovem a ser

entrevistado, com base em sua atuação na atividade cacaueira. A partir desse primeiro contato, adotou-se a técnica de amostragem em cadeia, também conhecida como “bola de neve”, na qual cada entrevistado indicava outros jovens com perfil compatível com os critérios da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme preconiza a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, garantindo-se o sigilo e o anonimato dos participantes. Após a coleta, as entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas com base na técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011). Essa abordagem permitiu identificar categorias temáticas emergentes que expressam as representações sociais, os sentidos atribuídos à terra, ao trabalho com o cacau e às relações intergeracionais que atravessam a permanência dos jovens no meio rural.

A identificação dos jovens se deu pelo termo “Jovem n”, em que o “n” corresponde ao número de entrevista de cada jovem, por exemplo: Jovem 1, jovem 2...para garantir o anonimato dos interlocutores.

4.4. Resultados e Discussão

4.4.1. Perfil dos jovens interlocutores

Os participantes das 16 entrevistas apresentam idades entre 18 e 29 anos, distribuídas em três faixas etárias, conforme a Tabela 3. Observa-se uma predominância de jovens na faixa dos 26 a 29 anos, com 7 interlocutores nessa faixa.

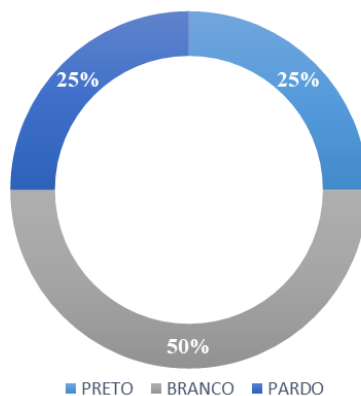
Tabela 3. Dados dos interlocutores.

JOVENS (18 – 29 anos)						
	Município	Idade	Gênero	Cor/Raça	Estado Civil	Escolaridade
Jovem 1	Uruará	28	Masculino	Branco	Casado	Superior Completo
Jovem 2	Uruará	29	Feminino	Branco	Noiva	Superior Completo
Jovem 3	Medicilândia	21	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 4	Medicilândia	29	Feminino	Preta	Casada	Superior Completo
Jovem 5	Medicilândia	20	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 6	Uruará	29	Feminino	Parda	Solteira	Fundamental Incompleto
Jovem 7	Medicilândia	26	Feminino	Parda	Solteira	Superior Completo
Jovem 8	Uruará	29	Feminino	Branca	Casada	Pós-Graduanda
Jovem 9	Medicilândia	28	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 10	Uruará	23	Masculino	Pardo	Solteiro	Ensino Médio
Jovem 11	Uruará	26	Feminino	Branca	Solteira	Superior Incompleto
Jovem 12	Medicilândia	29	Masculino	Pardo	Casado	Superior Completo
Jovem 13	Uruará	18	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino Médio Incompleto
Jovem 14	Uruará	24	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino Fundamental Incompleto
Jovem 15	Uruará	24	Feminino	Branca	Solteira	Superior Incompleto
Jovem 16	Medicilândia	24	Feminino	Branca	Casada	Ensino Fundamental Completo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A distribuição dos dados revela uma diversidade étnico-racial entre os jovens entrevistados, ainda que com predomínio de um grupo específico. Como demonstrado na Tabela 2, a maior parte dos jovens se autodeclara branca (n=7; 43,75%), seguida daqueles que se identificam como pardos (n=4; 25%) e pretos (n=5; 31,25%). Essa distribuição evidencia a presença de uma composição racial heterogênea, característica comum em áreas de colonização mista na Amazônia, como a Transamazônica, onde diferentes fluxos migratórios e históricos de ocupação contribuíram para a formação da população atual.

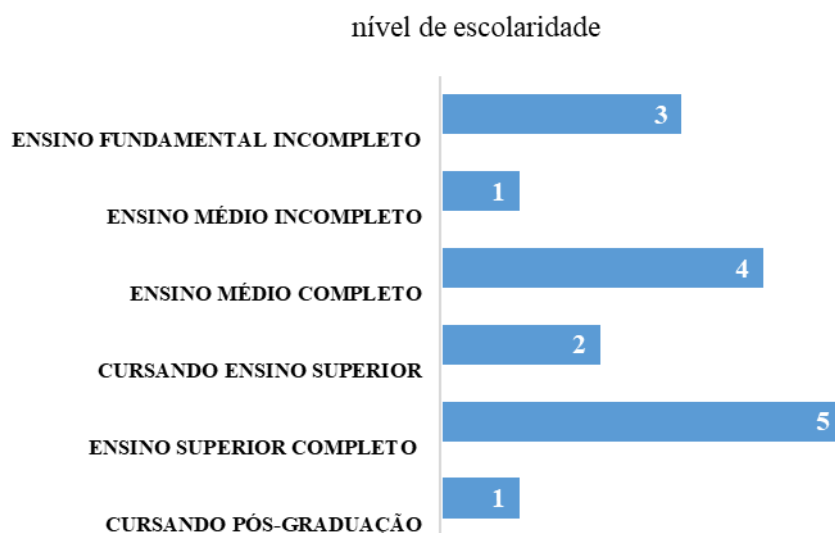
Figura 2. Autodeclaração de cor/raça dos entrevistados



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise do nível de escolaridade dos jovens evidencia um perfil educacional relativamente elevado, considerando o contexto rural amazônico. Entre os participantes, observa-se que oito jovens (50%) já concluíram ou estão cursando o ensino superior ou pós-graduação, o que aponta para uma juventude com aspirações acadêmicas e acesso a oportunidades educacionais, mesmo diante dos desafios estruturais da região. A figura 3 detalha a distribuição dos níveis de escolaridade.

Figura 3. nível de escolaridade dos interlocutores.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os dados referentes às ocupações dos jovens entrevistados revelam uma forte vinculação com o trabalho agrícola, ainda que, em muitos casos, esse envolvimento esteja combinado com outras funções profissionais. Entre os 16 entrevistados, a maioria (12) exerce atividades relacionadas à agricultura, sendo que cinco se autodeclararam exclusivamente agricultores, enquanto os demais conciliam a produção agrícola com outras ocupações formais ou informais.

Além disso, foi identificado um conjunto diversificado de perfis profissionais, incluindo funções no setor público, no comércio, e na área de serviços, que pode ser observado na tabela 4. A presença de ocupações como barbeiro, técnica bancária, açougueiro, ajudante de maquinista, entre outros, demonstra que parte significativa da juventude rural transita entre múltiplas formas de trabalho, refletindo a necessidade de complementar renda e adaptar-se às instabilidades do setor agrícola.

Tabela 4. Ocupações dos interlocutores.

Profissão	Interlocutores
Agricultor	5
Funcionária pública	1
Engenheira, agricultora e gerente de projetos	1
Barbeiro/agricultor	1
Técnica bancária/agricultora	1
Açougueiro e agricultor	1
Estudante e ajuda na agricultura	1
Agrônomo	1
Ajudante de maquinista e de agricultor	1
Meeiro agricultor	1
Estudante de agronomia	1
Agricultora e do lar	1

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Este cenário indica que, embora o vínculo com a cacauicultura esteja presente na trajetória da maioria dos jovens, essa relação não se apresenta de forma homogênea nem exclusiva. Abukari; Zakaria; Azumah, (2022), no contexto da agricultura de cacau de Gana, apontam que o aumento do nível de escolaridade entre os jovens reduz o risco de desemprego, amplia as chances de inserção em atividades econômicas fora do setor cacauceiro e, simultaneamente, diminui sua participação no cultivo de cacau e na diversificação das fontes de renda relacionadas a essa atividade (Abukari; Zakaria; Azumah, 2022).

O presente estudo evidencia um contexto de multifuncionalidade e de adaptação às dinâmicas econômicas e sociais da região amazônica, com jovens transitando entre o campo, a formação técnica e superior, e ocupações urbanas ou híbridas. Essa evidência empírica é compatível com a afirmação da estudiosa que evidencia que Torna-se cada vez mais frequente que pessoas de famílias agricultoras, os jovens, procurem oportunidades de trabalho — tanto na cidade quanto no campo — com o objetivo de conquistar independência financeira ou contribuir para aumentar a renda da família (Castro, 2005).

4.4.2. Juventude na Cacauicultura da transamazônica paraense

Dos 16 jovens entrevistados, 11 relataram que o envolvimento com a cacauicultura teve início ainda na infância, como parte das atividades cotidianas de apoio às famílias. Essa participação precoce foi descrita de forma naturalizada, muitas vezes associada ao convívio familiar e à vivência no campo, como observado nas falas dos jovens:

Comecei a mexer com cacau porque é trabalho que já veio da família [...] já comecei a ajudar desde a infância (Jovem 1, homem, branco, 28 anos).
 Comecei desde que vim ao mundo mesmo, nem me lembro quando de fato virou uma profissão (Jovem 3, homem, preto, 21 anos).
 Trabalho desde sempre, minha família sempre desenvolveu atividade do cacau” (Jovem 4, mulher, preta, 29 anos)
 Desde criança, com meus pais (Jovem 7)
 Comecei desde que me entendo por gente, com meu pai. Faço desde o plantio até a secagem, foi uma escolha minha mas que teve a influencia, assim, da família né, fui aprendendo os serviços e hoje eu me identifico muito com o que a gente faz. (Jovem 14, homem, preto 24 anos)

O ingresso desses jovens na agricultura do cacau aparece, como uma trajetória fortemente marcada pela herança familiar, sendo pouco frequente o relato de uma decisão autônoma e desvinculada da tradição. Essa continuidade, no entanto, não deve ser entendida de forma homogênea. Há diferentes níveis de envolvimento e distintas estratégias de permanência. Em muitos casos, os jovens seguiram atuando na atividade ao longo do tempo, chegando à autonomia parcial ou total sobre parcelas de terra, por meio de heranças, doações ou acordos de parceria

Trabalho desde sempre, minha família sempre desenvolveu atividade do cacau. Sai um tempo pra estudar, aqui em Santarém, mas sempre tive contato com a produção de cacau. Hoje eu tenho meu próprio lote. No tempo da faculdade ganhei um lote da mãe e depois comprei outros com meu marido. (Jovem 4, mulher, preta, 29 anos)
 Desde criança, com meus pais. Meu pai mexia com pecuária, comercio e cacau. Hoje eu já tenho uma pequena área de cacau que meu pais deixou como minha responsabilidade (jovem 7, mulher, parda, 26 anos).

Outros, por sua vez, associam a agricultura com outras trajetórias profissionais, mantendo o vínculo com o campo como uma estratégia complementar. Esse é o caso de jovens que, mesmo cursando o ensino superior ou trabalhando em outras áreas, continuam a colaborar com as atividades agrícolas da família, principalmente em períodos de maior demanda, como a colheita.

O meu avô sempre me dá uma ajuda, mas eu também tenho meu serviço por fora. Por que o dinheiro do cacau só entra nas colheitas (jovem 13, homem, branco, 18 anos)
 A família tem cacau e eu ajudo lá, mas tiro somente o meu serviço de irrigação mesmo (jovem 12, homem, pardo, 29 anos)
 Saí um tempo pra estudar, aqui em Santarém, mas sempre tive contato com a produção de cacau (Jovem 4, mulher, preta, 29 anos).

A sucessão, nesse contexto, é compreendida como o processo de formação de uma nova geração de agricultores que permanece na zona rural, assumindo a administração da propriedade e mantendo as atividades agrícolas iniciadas pelos pais, com a possibilidade de que seus próprios filhos também deem continuidade a esse ciclo no futuro (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022). Carneiro e Castro (2007) afirmam que, o cotidiano e os planos para o futuro

dos jovens seguem uma lógica de tempo integrada. O passado, representado pelas tradições familiares, influencia as ações e decisões atuais. O presente está centrado nas atividades do dia a dia, como o trabalho, a convivência na comunidade e a educação. Já o futuro é construído com base em escolhas práticas, como a herança de bens, a continuidade da família no local (sucessão) e as decisões sobre migrar — seja por um período ou de forma permanente.

Por outro lado, nota-se a emergência de um novo perfil de jovem agricultor, mais escolarizado e intencional em sua permanência na agricultura. Jovens que buscam formação técnica ou superior na área, como agronomia (2 estudantes e um formado) demonstram uma postura propositiva frente à atividade, enxergando no cacau um potencial produtivo e uma oportunidade de inovação. A jovem 4, que é engenheira florestal formou na cidade de Santarém, que é ao lado de Uruará e manteve contato com a lavoura de cacau, na qual mantinha uma produção em que depois de formada pôde aplicar seus conhecimentos da graduação e melhorar a produção familiar, inclusive se filiando a empresas de comercialização da amêndoa. O jovem 12, agrônomo, também formado em Santarém, conseguiu levar para Medicilândia os conhecimentos voltados para irrigação, que possui grande demanda na região cacaueira.

A antiga ideia de que quem permanece na agricultura não precisa estudar vem perdendo força. Atualmente, observa-se que muitos jovens do meio rural buscam formação em escolas técnicas com o objetivo de ampliar seus conhecimentos, melhorar a produtividade de suas propriedades e adotar práticas mais sustentáveis (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022). Esse movimento revela uma mudança de perspectiva, em que a educação passa a ser vista como uma ferramenta para fortalecer e dar continuidade à agricultura familiar (Tonezer; Corona; Ceratti, 2022).

Apesar disso, o ingresso e a permanência dos jovens na atividade ainda enfrentam desafios. A baixa renda, a insegurança fundiária, o difícil acesso a crédito e a ausência de políticas públicas específicas dificultam a consolidação de projetos de vida no campo.

4.4.3. Divisão sexual do trabalho na cacauicultura

A dimensão de gênero também emerge como fator relevante. As mulheres jovens, apesar de participarem das atividades agrícolas, relatam maior afastamento da produção direta do cacau, muitas vezes vinculando-se a outras atividades econômicas ou de cuidado. As interlocutoras 11, 15 e 16 declararam estas realidades:

Pensei em sair pra estudar, mas não pretendo deixar de participar da roça” (jovem 11, mulher, branca, 26 anos)

Eu sempre ajudei meus pais na roça. Eles que influenciaram sim, e eu passei a gostar muito de lidar com a agricultura. Por isso escolhi o curso de agronomia, pra melhorar as coisas (jovem 15, mulher, branca, 24 anos)

Eu trabalhava só nos serviços da casa, ajudava minha mãe... Então agora eu trabalho com o cacau, mas principalmente na colheita (jovem 16, mulher, branca, 24 anos)

Nessas falas, a atuação na agricultura é frequentemente descrita como uma “ajuda”, e não como um trabalho pleno e reconhecido. Isso reflete tanto normas tradicionais que restringem a autonomia das mulheres no campo quanto o desejo de buscar maior independência econômica, muitas vezes por meio da educação ou da diversificação de atividades.

Ainda assim, muitas jovens mantêm laços com a terra e com a produção familiar, seja por meio da divisão de responsabilidades com o cônjuge, seja pela permanência em contextos de sucessão informal. Esse processo, no entanto, não ocorre em condições de equidade. A fala abaixo é ilustrativa:

Antes de casar eu trabalhava só nos serviços da casa, ajudava minha mãe, e era isso. Só que depois que casei e tive filhos, meu pai deu um pedaço do lote aqui dele e eu e meu marido agora somos meeiros dele. Então agora eu trabalho com o cacau, mas principalmente na colheita (Jovem 16, Mulher, branca, 24 anos).

Esse relato revela que a entrada da jovem na atividade produtiva do cacau só se efetiva após o casamento e a maternidade — e ainda assim permanece restrita a tarefas específicas e sazonais. A condição de “meeira” reforça sua dependência dos homens da família, do pai e do marido, tanto para o acesso à terra quanto para a legitimação de seu trabalho agrícola. Esse tipo de arranjo é comum em contextos em que as mulheres têm acesso indireto aos recursos produtivos, geralmente por meio de vínculos familiares e não por direito próprio.

Tais dinâmicas expressam a persistência de uma divisão sexual do trabalho que subvaloriza a contribuição feminina na agricultura familiar. O espaço doméstico continua sendo atribuído quase exclusivamente às mulheres, e o ingresso na produção agrícola se dá de maneira limitada, geralmente subordinada à figura masculina. Isso é coerente com o que aponta Lima et al. (2024), ao destacar que as mulheres rurais da região Norte enfrentam desigualdades históricas no acesso a recursos, sobrecarga de trabalho e maior vulnerabilidade às mudanças climáticas.

Além da limitação nas tarefas agrícolas, as mulheres também têm menor participação nas tomadas de decisão sobre a produção e a gestão das propriedades. Isso é evidenciado nas falas:

Eu não me sinto preparada pra ser líder, deixo essa parte pro meu marido” (Jovem 16, Mulher, branca, 24 anos)

Eu disse, eu ajudo na roça, mas ainda não tenho uma responsabilidade de produção que seja minha (Jovem 15, mulher, branca, 24 anos)

Esses dados dialogam com Ferrari et al. (2004), que evidenciam que, nos processos decisórios das propriedades rurais, as mulheres jovens participam significativamente menos que os homens: apenas 16% das moças entrevistadas tinham algum grau de participação, contra 6% dos rapazes que não participavam de forma alguma. Apesar de uma crescente valorização da agricultura entre alguns jovens, a centralidade da autoridade masculina e o patriarcado ainda são traços marcantes nas estruturas familiares e produtivas (De Carvalho et al., 2021).

Esse contexto contribui para a migração elevada de mulheres jovens das áreas rurais, fenômeno que intensifica a masculinização do campo (Abramovay et al., 1998). Muitas jovens evitam seguir os mesmos caminhos de suas mães, frequentemente associados a submissão, invisibilidade e dupla jornada de trabalho, expressando o desejo de explorar outras trajetórias, seja por meio dos estudos, do trabalho urbano ou de atividades fora da cadeia do cacau (Ferrari et al. 2004)

Conforme apontam LeBaron e Gore (2020), o acesso das mulheres à terra frequentemente está condicionado a vínculos com homens da família, o que perpetua padrões patriarcais de controle e dificulta o empoderamento feminino no campo. Assim, o protagonismo das mulheres na agricultura, em cadeias como a do cacau, segue sendo limitado por barreiras culturais, institucionais e econômicas, que afetam desde o reconhecimento de seu trabalho até sua permanência nas zonas rurais.

Portanto, compreender o papel das mulheres na cacauicultura exige uma visão ampliada, que considere simultaneamente suas contribuições produtivas, reprodutivas e comunitárias. Apenas com essa perspectiva integrada é possível compreender por que as mulheres estão mais vulneráveis à exploração nas cadeias globais de fornecimento e por que a transformação dessas estruturas demanda mudanças profundas nas normas de gênero e nos marcos institucionais que regulam o acesso à terra, aos recursos e ao poder de decisão.

4.4.4. Desafios e expectativas

De modo geral, os jovens demonstram otimismo com o cenário atual da cacauicultura, sobretudo pela valorização recente da amêndoa no mercado nacional e internacional. A alta no preço — mencionada com valores que chegam a R\$ 60/kg no ano de 2024 — é vista como fator de estímulo ao cultivo, mesmo por aqueles que inicialmente não viam a atividade como

atrativa. Para alguns, isso representa não apenas uma fonte de renda imediata, mas também uma perspectiva de autonomia e continuidade no campo. Como destaca os participantes:

Um setor da agricultura que cresce muito, atualmente com preço elevado, por conta das grandes mudanças climáticas que afetaram os principais países produtores de cacau (jovem 2, mulher, branca, 29 anos)

Na nossa região o cacau no momento está sendo a melhor fonte de renda...“eu vejo que tá com vantagem por que o cacau tá com o preço bem alto, tá em torno de 50 reais o kg (jovem 5, homem, preto, 20 anos)

Acredito que seja uma atividade de importância na região. Vantagem é que sustenta muitas famílias (jovem 13, homem, branco, 18 anos).

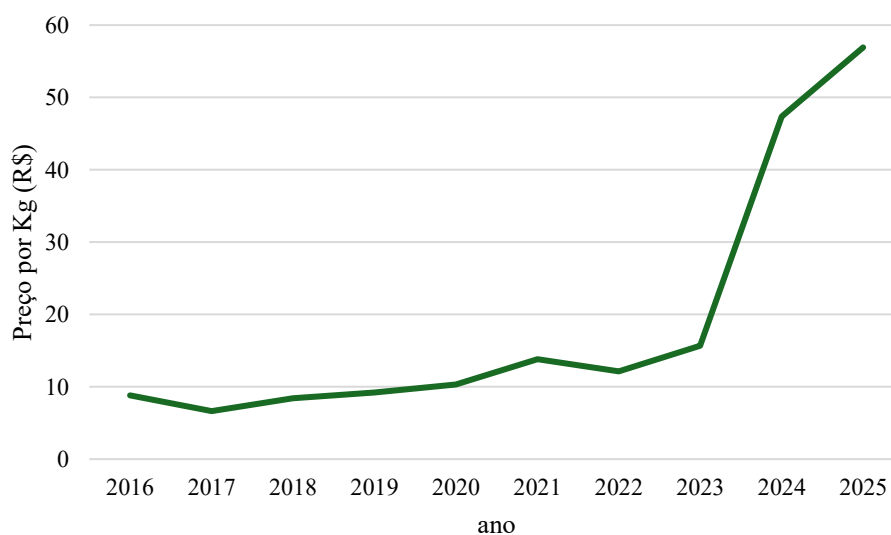
A principal vantagem tem sido a valorização do cacau na nossa região, 60 reais o kg tem impulsionado o povo até a plantar mais (Jovem 11, mulher, branca, 26 anos).

Questão do preço que tá bom demais (Jovem 14, homem, preto, 24 anos).

...Só que devido o preço do cacau, que tem valorizado, acredito que as pessoas vão investir mais (Jovem 15, mulher, branca, 24 anos).

As falas revelam um olhar pragmático, no qual a atratividade econômica recente reconfigura percepções sobre o setor, podendo funcionar como catalisador de novas estratégias de permanência e investimento na produção agrícola. Essa conjuntura está alinhada aos dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), que registram a valorização expressiva do preço da amêndoa de cacau no estado do Pará a partir de 2024 (ver Figura 4).

Figura 4. Média de anual Preço por Kg de cacau (amêndoa) no estado do Pará



Fonte: CONAB (2025).

Tal aumento é, em parte, atribuído a fatores externos, como as mudanças climáticas que impactaram negativamente os principais países produtores globais — como Gana e Costa do Marfim —, criando uma janela de oportunidade para os produtores brasileiros. Que foi associada pelo jovem 2 “um setor da agricultura que cresce muito, atualmente com preço

elevado, por conta das grandes mudanças climáticas que afetaram os principais países produtores de cacau”.

No entanto, o otimismo dos jovens em relação a valorização do cacau não omite os obstáculos estruturais enfrentados por esses jovens, que aparecem com frequência nos relatos. Um dos principais desafios é a dependência crescente de tecnologias adaptativas frente às mudanças climáticas, como os sistemas de irrigação. A estiagem mais prolongada e irregular, além de doenças como a vassoura-de-bruxa, afeta diretamente a produtividade, tornando indispensáveis investimentos que nem sempre estão ao alcance de pequenos produtores. Um jovem expressa com clareza essa preocupação: “Muito vantajoso, porém devido às mudanças climáticas se exige muitos investimentos, inclusive indispensavelmente irrigação” (Jovem 1). Enquanto outro “Não acho uma cultura tão difícil de cuidar. Mas tem precisado de irrigação” (jovem 4), e outro “Uma desvantagem é a mão de obra e algumas doenças sempre aparece, Como vassoura de bruxa e etc” (jovem 6).

A questão da mão de obra é outro ponto crítico. Em diversas falas, a dificuldade de encontrar trabalhadores para atividades intensivas, como a colheita, é mencionada como uma desvantagem significativa, considerando o envelhecimento da força de trabalho rural e a baixa atratividade do trabalho braçal para a juventude. As falas dos jovens 2, 4, 9 e 14 refletem essa realidade:

Outra desvantagem é pouca mão de obra na época da colheita” (jovem 2, mulher, branca, 29 anos);
 Isso pode ser a desvantagem. Além da mão de obra para a colheita. É difícil achar quem queira (jovem 4, mulher, preta, 29 anos)
 Desvantagem é a mão de obra ale pouca ajuda do governo (jovem 9, homem, branco, 28 anos);
 Desvantagem é que o trabalho não é leve” (Jovem 13, homem, branco, 18 anos)
 A desvantagem é a limpeza, poda, trabalho pesado. O meeiro só ganha quando vendem” (jovem 14, homem, preto, 24 anos);

A escassez de mão de obra qualificada na Amazônia, essencial para a bioeconomia, é agravada por privações como baixa renda, falta de acesso à educação, saúde, energia, transporte, moradia adequada e infraestrutura básica (Clement et al., 2024). Esses fatores impulsionam o êxodo rural e esvaziam as áreas produtivas (Clement et al., 2024).

Outro elemento recorrente é o reconhecimento de que, embora a cacauicultura ofereça uma oportunidade real de geração de renda, os interlocutores expressam que o trabalho envolvido é pesado, físico e, muitas vezes, perigoso, em contextos de pouca mecanização. A presença de insetos, o risco de acidentes e o esforço exigido nas fases de poda e colheita são frequentemente citados: “*É um serviço muito pesado e perigoso, a pessoa pode se machucar*

muito fácil além disso existem muitos insetos perigosos em uma roça de cacau (Jovem 5); O trabalho não é leve (Jovem 13); “A limpeza, poda, trabalho pesado (Jovem 14).

Além disso, os jovens destacam entraves relacionados à política pública e à regulação ambiental. A falta de incentivos aos pequenos produtores, aliada à dificuldade de ampliar áreas de cultivo por conta de exigências legais de preservação, é vista como um impedimento à expansão da atividade. A percepção é de que, apesar do potencial econômico, a cacauicultura não recebe o apoio institucional necessário para se consolidar como um caminho seguro de permanência no campo.

A desvantagem é o poder público que deveria incentivar mais os pequenos produtores de cacau e os entraves da política de meio ambiente que devido ao grande desmatamento quem quiser alargar a propriedade pra plantar, terá dificuldades (Jovem 2, mulher, branca, 29 anos)

A desvantagem é a mão de obra além da pouca ajuda do governo (Jovem 9, homem, branco, 28 anos)

Essa percepção se alinha ao que aponta Barcellos (2017), ao afirmar que políticas públicas como o Pronaf Jovem estão imersas em tensões e contradições, pela distância entre o que o Estado concebe como juventude rural e os projetos e realidades concretas vividas pelos(as) jovens, técnicos(as) e dirigentes locais. Assim, evidencia-se que, sem um alinhamento entre formulação estatal e vivências territoriais, as políticas públicas tendem a perder efetividade, gerando desmotivação entre os jovens que desejam investir e permanecer na atividade agrícola.

Ainda que esses jovens reconheçam o valor cultural, afetivo e produtivo do cacau em suas trajetórias familiares, as falas deixam claro que a sustentabilidade da atividade depende da superação de uma série de barreiras materiais e institucionais. A valorização da amêndoa e a boa qualidade das terras são vistas como trunfos locais, mas sua plena utilização está condicionada à melhoria do acesso a tecnologias, políticas públicas mais eficazes e estratégias de valorização do trabalho rural jovem.

Por fim, destaca-se uma leitura pragmática e, ao mesmo tempo, esperançosa por parte desses jovens. Eles não idealizam a cacauicultura, mas tampouco a descartam como projeto de vida. Dessa forma, o Projeto de Vida se constrói na relação entre o indivíduo e a sociedade, mostrando que a vida pessoal só ganha sentido com a presença do outro, em que individual e o coletivo estão sempre interligados, sem separação entre o que é subjetivo e objetivo na formação do sujeito (Nascimento, 2006). Logo, as juventudes da cacauicultura paraense constroem seus projetos de vida em meio a contradições e desafios, mas também com base em vínculos afetivos com a terra, a família e a produção agrícola.

4.4.5. Narrativas das juventudes sobre sucessão, acesso à terra, gestão produtiva e relações familiares na cacauicultura amazônica

Na análise das falas dos jovens, emergiram quatro categorias analíticas centrais: (1) "Herança e acesso à terra", relacionada à forma como ocorre a distribuição e a transferência das posses para as novas gerações; (2) "Gestão e divisão dos lucros", que refere-se à maneira como os jovens são remunerados ou reconhecidos pelos serviços prestados na cacauicultura familiar; (3) "Percepção de liderança", que diz respeito à autoimagem e ao sentimento de aptidão ou desejo de liderar as atividades produtivas na roça de cacau; e (4) "Conflitos ou harmonia familiar", que evidencia as dinâmicas intergeracionais estabelecidas entre os jovens e os pais ou responsáveis mais velhos no contexto da agricultura do cacau, que é representada na tabela 5.

Tabela 5. Categorias temáticas das falas dos jovens

EIXO TEMÁTICO	FRAGMENTO DE ENTREVISTA JUNTO AOS INTERLOCUTORES DA PESQUISA
Herança e acesso à terra	– “Aqui a terra é da família, cada um tem um pedaço.” (Jovem 1) – “Ganhei uma parte de terra, mas também comprei. Foi passado em vida.” (Jovem 4) – “Comecei com as terras da família, mas agora tenho o meu lote.” (Jovem 6) – “A terra pequena foi meu pai que deu, pra ir trabalhando.” (Jovem 7)
Divisão de lucros	– “A gente faz a divisão mesmo pela colheita de cada lote que o pai deu pros filhos.” (Jovem 1) – “Dividimos conforme a venda, mas não é algo pré-definido.” (Jovem 3) – “Minha mãe me dá parte do lucro quando vende muito.” (Jovem 5) – “O dinheiro ele dá uma parte pros filhos.” (Jovem 9) – “A divisão é ele que faz, dá um valor a cada venda.” (Jovem 10) – “Somos meeiros do pai, mas também temos terra da família. É feito o pagamento de meeiro mesmo.” (Jovem 16)
Percepção de liderança	– “Eu consigo assumir liderança sim, já faço todas as partes.” (Jovem 1) – “Me vejo com potencial pra ter minha terra e ser líder sim.” (Jovem 10) – “O serviço de liderar essa roça aqui é meu e dos outros trabalhadores.” (Jovem 14) – “Um dia me vejo à frente do negócio, mas hoje ainda é administrado pelo pai.” (Jovem 9) – “Eu não me sinto preparada pra ser líder, deixo essa parte pro meu marido.” (Jovem 16)
Conflitos ou harmonia familiar	– “Nunca houve conflito porque eu sei que a despesa é grande, então não tem como dividir o lucro igual.” (Jovem 10) – “Não vejo necessidade de divisão agora porque vivemos na mesma casa.” (Jovem 3) – “Aqui todo mundo ajuda todo mundo, então não tem briga.” (implícito em várias falas como a do Jovem 1 e 9)

Fonte: Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No eixo “Herança e acesso à terra”, é possível observar que o acesso dos jovens à terra ocorre por diferentes vias: herança, doação em vida e até aquisição própria, demonstrando

estratégias híbridas entre transmissão familiar e busca por autonomia. Discutir a herança no meio rural envolve compreender dois processos interdependentes (Carneiro, 2001). O primeiro é a definição de quem dará continuidade ao trabalho na propriedade e manterá a estrutura familiar e o segundo é a forma como os bens da família são divididos, o que geralmente está relacionado à escolha desse sucessor (Carneiro, 2001). Na fala do Jovem 4 – “Ganhei uma parte de terra, mas também comprei. Foi passado em vida.” – evidencia-se esse arranjo misto, em que a transferência intergeracional é complementada por iniciativa individual. Já a fala do Jovem 7 – “A terra pequena foi meu pai que deu, pra ir trabalhando.” – aponta para um processo mais dependente da autoridade paterna, reforçando a centralidade da família como mediadora do acesso aos recursos fundiários.

Esses exemplos ilustram que a sucessão geracional não se dá como um processo súbito de substituição, mas sim como uma trajetória de co-gestão e construção progressiva de autonomia, marcada por tensões entre dependência e emancipação. Como explica Abramovay (2001), a sucessão de gerações na agricultura depende de três fatores principais: a passagem da gestão e do controle do negócio para os jovens; a transferência legal da terra e dos bens produtivos; e a aposentadoria dos mais velhos, que marca o fim do seu trabalho e da sua autoridade sobre a propriedade. No entanto, os dados desta pesquisa sugerem que, na prática, esses elementos nem sempre ocorrem de forma simultânea ou linear. Pelo contrário, coexistem fases de partilha informal, uso compartilhado e arranjos familiares que prolongam o vínculo entre gerações e que, ao mesmo tempo que garantem a permanência dos jovens no campo, podem limitar sua autonomia plena, sobretudo em contextos em que o controle da terra continua sob tutela dos pais.

No eixo “Divisão de lucros”, os relatos revelam práticas informais e personalizadas, frequentemente mediadas pelo pai, o que reforça uma estrutura de autoridade verticalizada. A fala do Jovem 16 – “Somos meeiros do pai, mas também temos terra da família. É feito o pagamento de meeiro mesmo.” – sugere um arranjo mais formalizado de participação na renda, ainda que subordinado. Já o Jovem 3 afirma: “Dividimos conforme a venda, mas não é algo pré-definido”, o que explicita a ausência de critérios objetivos e contratos internos. Essas falas refletem a fragilidade institucional das unidades familiares de produção, dificultando o planejamento econômico dos jovens e abrindo espaço para tensões, sobretudo em períodos de instabilidade de mercado. Um dado relevante é a fala do Jovem 5 – “Minha mãe me dá parte do lucro quando vende muito” – que revela uma exceção em que a mulher tem papel financeiro ativo, embora mediado por condicionantes como o volume de vendas.

No eixo “Percepção de liderança”, as falas mostram que o protagonismo juvenil é construído em meio a negociações simbólicas e materiais com as gerações anteriores. A liderança aparece associada ao envolvimento prático nas atividades produtivas, mas também ao reconhecimento social e familiar. Por exemplo, o Jovem 1 declara: “Eu consigo assumir liderança sim, já faço todas as partes”, indicando envolvimento completo nas tarefas como base para sua autopercepção de liderança. Em contraste, a fala da Jovem 16 – “Eu não me sinto preparada pra ser líder, deixo essa parte pro meu marido” – evidencia os obstáculos enfrentados pelas mulheres jovens em assumir papéis de gestão, ainda que participem ativamente da produção. Essa diferença ilustra como a liderança no meio rural ainda é generificada, sendo mais prontamente atribuída aos homens, enquanto as mulheres enfrentam barreiras simbólicas e estruturais, muitas vezes internalizadas, que limitam sua afirmação como gestoras ou sucessoras legítimas das propriedades.

Por fim, o eixo “Conflitos ou harmonia familiar” mostra um predomínio de falas que naturalizam a ausência de conflitos na divisão de recursos e tarefas, geralmente justificando a não divisão dos lucros com argumentos de coabitação ou entendimento das dificuldades financeiras. A fala do Jovem 10 – “Nunca houve conflito porque eu sei que a despesa é grande, então não tem como dividir o lucro igual” – aponta para uma aceitação das desigualdades internas, sustentada por um discurso de compreensão das limitações produtivas. No entanto, essa “harmonia” pode ocultar tensões não verbalizadas, sobretudo quando há pouca transparência ou participação dos jovens nas decisões.

Em conjunto, os dados indicam que os processos de sucessão na cacauicultura familiar são marcados por arranjos familiares flexíveis, porém assimétricos, em que o acesso à terra, o controle da renda e o protagonismo são distribuídos de forma desigual, segundo o gênero e o grau de reconhecimento familiar. Esses elementos destacam a importância de políticas públicas que promovam maior autonomia econômica e capacidade decisória para os jovens – em especial, para as mulheres – como condição para a permanência da juventude no campo e para a sustentabilidade da atividade cacauífera.

4.5. Considerações Finais

Esta pesquisa buscou compreender como as juventudes rurais da Transamazônica paraense interpretam seus papéis na cadeia produtiva do cacau e quais os principais desafios enfrentam em sua permanência no campo. Os resultados evidenciam que os jovens não se limitam a uma posição passiva de herdeiros, mas atuam como sujeitos ativos na reprodução e

reinvenção da atividade cacauieira, mesmo em meio a um cenário de tensões intergeracionais, desigualdades de gênero, insegurança fundiária e restrições de acesso a políticas públicas.

A análise das entrevistas revelou múltiplas estratégias de inserção na cacauicultura, como a co-gestão produtiva com os pais, o cultivo em lotes herdados ou adquiridos, e a associação entre a agricultura e outras formas de trabalho e estudo. As juventudes articulam permanência no campo com projetos de autonomia e inovação, ainda que enfrentem barreiras estruturais importantes, as jovens mulheres, cuja participação produtiva é frequentemente invisibilizada ou limitada a funções secundárias. A sobrecarga das tarefas domésticas e a centralidade masculina na gestão da propriedade restringem seu protagonismo, mesmo quando demonstram conhecimento técnico e interesse pela produção.

A articulação entre os eixos temáticos de herança, gestão e liderança mostra que a autonomia juvenil é moldada por relações familiares assimétricas e desiguais. A terra é, em geral, transmitida por meio de doações em vida, repasses parciais ou meação, muitas vezes sem regularização formal. Já a divisão dos lucros segue padrões informais e parentais, com predomínio de decisões centralizadas nos pais, o que pode gerar frustrações entre os jovens, sobretudo quando não participam das decisões ou não têm reconhecimento por sua contribuição produtiva. A liderança, por sua vez, aparece vinculada à trajetória individual e ao grau de legitimidade conquistado dentro da família, sendo mais recorrente entre homens e raramente exercida por mulheres.

A originalidade desta pesquisa reside em abordar a sucessão rural a partir da perspectiva das juventudes cacauieiras da Amazônia — um tema ainda pouco explorado na literatura científica. Ao considerar os aspectos interseccionais que atravessam a permanência dos jovens no campo, o estudo contribui para aprofundar o debate sobre sucessão produtiva em cadeias específicas e territórios historicamente negligenciados, como a Transamazônica. Essa abordagem permite avançar na compreensão da juventude rural como categoria heterogênea e politicamente relevante.

Do ponto de vista das políticas públicas, os achados apontam para a urgência de programas intersetoriais voltados à juventude do campo, que articulem formação técnica, crédito acessível, regularização fundiária e inclusão produtiva com recorte de gênero. É necessário ampliar os espaços de escuta e decisão para os jovens, reconhecendo-os como sujeitos estratégicos para o desenvolvimento sustentável da cacauicultura e do território amazônico. A valorização da juventude deve extrapolar a retórica e se traduzir em investimentos concretos que fortaleçam suas condições de vida e de trabalho no campo.

Entre as limitações do estudo, destaca-se a abordagem territorial localizada em dois municípios da Transamazônica e o uso de entrevistas individuais e grupo focal remoto, o que pode restringir a generalização dos resultados. Como desdobramento futuro, sugere-se a realização de pesquisas comparativas com outras regiões produtoras de cacau no Brasil, bem como estudos etnográficos sobre as dinâmicas familiares, a construção de identidades produtivas e a sucessão em contextos de juventudes quilombolas, indígenas ou ribeirinhas. Além disso, seria relevante investigar longitudinalmente os impactos das mudanças climáticas e das políticas públicas sobre a trajetória dessas juventudes.

4.6. Referências

- ABRAMOVAY, R. et al. Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar. Florianópolis: Epagri: Nead/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.
- ABUKARI, Abdul-Basit Tampuli; ZAKARIA, Abraham; AZUMAH, Shaibu Baanni. Gender-based participation in income generating activities in cocoa growing communities. The role of youth training programs. **Heliyon**, v. 8, n. 2, 2022.
- AZUMAH, DSB et al. Migração e participação juvenil na produção de cacau em Gana. **Acad. Lett. Artigo**, v. 3267, 2021.
- BARCELLOS, Sérgio Botton. As políticas públicas para a juventude rural: o Pronaf Jovem em debate. *Planejamento e Políticas Públicas*, n. 48, 2017.
- BREITENBACH, Raquel; FOGUESATTO, Cristian Rogério. Should I stay or should I go? Gender differences and factors influencing family farm business succession in Rio Grande do Sul, Brazil. **Land Use Policy**, v. 128, p. 106597, 2023.
- BREITENBACH, Raquel; CORAZZA, Graziela. Ser ou não ser sucessor? O que almejam os jovens rurais do Rio Grande do Sul. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 19, n. 3, p. 212-234, 2021.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. **Juventude rural em perspectiva**, p. 35, 2007.
- CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, n. 1, 2001, pp. 22-55.
- CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. C. Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CASTRO, Elisa Guaraná de. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. 2005. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, p. 253-268, 2008.

CLEMENT, Charles R. et al. Challenges for a Brazilian Amazonian bioeconomy based on forest foods. *Trees, Forests and People*, v. 16, p. 100583, 2024.

DA SILVA JUNIOR, Francier Simião et al. Jovem rural: ficar ou sair do campo? Trabalho, Saúde e Sustentabilidade, p. 158, 2019.

DA SILVA, Monica Nardini et al. A QUEM PERTENCE O FUTURO? AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO GERACIONAL NO BRASIL MERIDIONAL. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 19, n. 2, 2023.

DE CARVALHO, Amanda Loiola. Sucessão: Dilemas encontrados pela juventude para permanência no campo. **Revista de Ciência Política, Direito e Políticas Públicas-POLITI (K) CON**, v. 1, p. 113-128, 2021.

DE LIMA COSTA, Mara Cristina; ROCHA, Carla Giovana Souza. Sucessão hereditária na agricultura familiar: estudo de caso dos agricultores da Vicinal 12, Brasil Novo, Pará. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e221973908, 2020.

FERRARI, Dilvan Luiz et al. Dilemas e estratégias dos jovens rurais: ficar ou partir. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 12, n. 2, p. 237-271, 2004.

GROPPO, Luís Antônio. Juventude e modernidade. **Juventude: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Medicilândia (PA)*. In: **Cidades**, Censo 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/medicilandia/pesquisa/10102/122229>.

LEBARON, Genevieve; GORE, Ellie. Gender and forced labour: Understanding the links in global cocoa supply chains. **The journal of development studies**, v. 56, n. 6, p. 1095-1117, 2020.

LIMA, Gisele de Aguiar et al. Mulheres na agricultura do cacau. *O Social em Questão*, v. 3, n. 60, 2024.

MELO, A. M. D. Os jovens rurais do Projeto Jaíba: construção de cenários futuros a partir das representações sociais sobre o passado e o presente. 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável e Extensão) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2023. Orientadora: Nathália Thaís Cosmo da Silva.

MUJCINOVIC, Alen et al. Is It Possible to Tackle Youth Needs with Agricultural and Rural Development Policies? *Sustainability* 2021, 13, 8410 [em linha]. 2021.

NASCIMENTO, Ivany Pinto. Projeto de vida de adolescentes do ensino médio: um estudo psicossocial sobre suas representações. **Imaginário**, v. 12, n. 12, p. 55-80, 2006.

ODUWOLE, O. O.; FAMUYIWA, B. S.; ADEBIYI, S. Constraints to youth involvement in cocoa production in Nigeria. 2018.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Lisboa, v. 15, n. 105-106, p. 139-65, 1990

STROPASOLAS, V. L. O mundo rural no horizonte dos jovens. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas**, v. 8, n. 1, p. 26-29, 2011.

TONEZER, Cristiane; CORONA, Hieda Maria Pagliosa; CERATTI, Eliziane Raquel Rauch. Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar. *Redes: Revista do Desenvolvimento Regional*, v. 27, p. 1–18, 2022.

TROIAN, Alessandra; BREITENBACH, Raquel. Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações (Campo Grande)*, v. 19, p. 789–802, 2018.

VENTURIERI, Adriano et al. The sustainable expansion of the cocoa crop in the state of Pará and its contribution to altered areas recovery and fire reduction. 2022.

WEISHEIMER, Nilson. Juventudes rurais: mapas de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WEISHEIMER, Nilson. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. **Juventude rural em perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad X**, p. 237-251, 2007.

ZANOL, Silvia Verona; STROPASOLAS, Valmir Luiz. Projetos juvenis no contexto das novas ruralidades. In: MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; FROEHLICH, José Marcos (org.). *Juventudes rurais e desenvolvimento territorial*. Santa Maria: Fundação de Apoio à Tecnologia e Ciência – Editora UFSM, 2020.

5. ARTIGO 4: Discurso em torno das Mudanças Climáticas na região da Transamazônica: dos silenciados às simplificações

Resumo

O Brasil abriga uma das regiões de maior sociobiodiversidade do mundo, a Amazônia, que desempenha papel central no equilíbrio climático global. No entanto, a interação humana com o bioma tem sido marcada por exploração, desmatamento e violência, causando impactos sociais e ambientais significativos, como perda de biodiversidade, emissões de gases de efeito estufa e marginalização de comunidades locais. Nesse contexto, este estudo tem como objetivo investigar como as mudanças climáticas são abordadas pelos jornais regionais da Transamazônica paraense no contexto da agricultura cacauieira, compreender os sentidos atribuídos por jovens rurais a essas transformações e analisar de que forma eles interpretam e desejam acessar informações sobre o tema em seus territórios. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, exploratória e etnográfica, considerando como corpus as notícias dos jornais "A Voz do Xingu" e "Jornal Confirma Notícia", complementadas por entrevistas com jovens rurais da região. A análise revelou que, embora a temática climática venha ganhando visibilidade, a cobertura jornalística é superficial, com pouca atenção às causas, consequências e estratégias de mitigação e adaptação. Os jovens demonstram conhecimento informal, mediado por mídias de massa, e percebem limitações na educação ambiental formal e no acesso a informações adequadas. Reconhecem a cacauicultura familiar como prática sustentável e reivindicam reconhecimento social e ambiental, criticando desigualdades de acesso a recursos e lacunas nas políticas públicas. Conclui-se que fortalecer a literacia climática, integrar saberes locais e promover um jornalismo crítico e contextualizado são fundamentais para apoiar a resiliência das comunidades e assegurar a sustentabilidade da agricultura cacauieira na Amazônia.

Palavras-chave: Mudanças climáticas. Cacauicultura. Cobertura jornalística.

Abstract

Brazil is home to one of the world's most biodiverse regions, the Amazon, which plays a central role in global climate balance. However, human interaction with the biome has been marked by exploitation, deforestation, and violence, causing significant social and environmental impacts, such as biodiversity loss, greenhouse gas emissions, and the marginalization of local communities. In this context, this study aims to investigate how climate change is addressed by regional newspapers in the Trans-Amazonian region of Pará within the context of cocoa farming, to understand the meanings rural youth assign to these transformations, and to analyze how they interpret and wish to access information about the topic in their territories. The research adopted a qualitative, exploratory, and ethnographic approach, using as its corpus the news published in the newspapers A Voz do Xingu and Jornal Confirma Notícia, complemented by interviews with rural youth from the region. The analysis revealed that although climate issues have gained visibility, journalistic coverage remains superficial, with limited attention to causes, consequences, and mitigation and adaptation strategies. The youth show mostly informal knowledge, mediated by mass media, and perceive limitations in formal environmental education and access to adequate information. They recognize family-based cocoa farming as a sustainable practice and advocate for social and environmental recognition, criticizing inequalities in resource access and gaps in public policies. It is concluded that strengthening climate literacy, integrating local knowledge, and promoting critical, contextualized journalism are essential to support community resilience and ensure the sustainability of cocoa farming in the Amazon.

Keywords: Climate change. Cacao farming. Journalistic coverage.

5.1.Introdução

A Amazônia, uma das principais áreas de sociobiodiversidade do Brasil, desempenha um papel essencial no equilíbrio climático global devido à sua relevância ambiental (Izolany e Tybusch, 2020: 7). No entanto, a interação humana com essa área de imenso valor tem sido marcada por um desequilíbrio crescente, impulsionado por um antropocentrismo extremo que se manifesta continuamente por meio da exploração, do domínio e da violência (Izolany e Tybusch, 2020: 7). Desde o início do processo de colonização iniciado em 1500, a sociobiodiversidade amazônica tem enfrentado desafios persistentes decorrentes dessas práticas (Izolany e Tybusch, 2020: 7), com graves consequências sociais e ecológicas para a região, incluindo a marginalização de comunidades locais, perda de biodiversidade, emissões significativas de gases de efeito estufa e a degradação ambiental (CISAM:5).

Nesse contexto, a escolha do Brasil como sede da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 30) ganha ainda mais relevância. O evento foi realizado em Belém, no estado do Pará, no ano de 2025, e representa uma oportunidade única para discutir a preservação ambiental no coração da maior floresta tropical do planeta (Agência Senado, 2023). A confirmação, anunciada durante uma sessão plenária da COP 28 em Dubai, marca a primeira vez que a Amazônia foi palco de uma conferência climática (Agência Senado, 2023). Apesar de reconhecer as limitações de infraestrutura em relação a Dubai, o governador do Pará, Helder Barbalho, enfatizou a importância de promover debates que colocam a preservação da Amazônia no centro das discussões globais (Agência Senado, 2023).

Por outro lado, de acordo com o MapBiomas (2024), em 2023, as queimadas no estado do Pará cresceram 572% em relação ao mesmo período de 2022. Em dezembro, a Amazônia foi o bioma mais afetado pelo fogo, com 1,3 milhão de hectares queimados, um aumento de 463% em comparação ao ano anterior. O Pará foi o estado mais devastado, com 658.462 hectares consumidos pelo fogo, seguido pelo Maranhão e Roraima (MapBiomas, 2024). Segundo o MapBiomas (2024), em 2024 esses valores aumentaram, o Brasil queimou uma área equivalente ao estado do Tocantins inteiro (27,6 milhões de hectares), de janeiro a outubro de 2024, sendo mais de 50% deste total correspondente a Amazônia, e 6,1 milhões de hectares localizados no Pará.

Na região da Rodovia Transamazônica (BR-230), que foi construída no período do regime militar, o processo de mudança do solo foi impulsionado pela agropecuária, envolvendo o plantio de culturas anuais e perenes, além da prática da pecuária, por meio da “colonização dirigida” da região e a distribuição de terras que promoviam o desmatamento de

áreas florestais para o estabelecimento dessas atividades na região (Almeida, 1992). Muitos dos impactos do desmatamento e queimadas observados neste período poderiam ter sido evitados se houvesse um maior conhecimento da área de produção sustentável, tanto por parte dos produtores quanto das instituições governamentais, e se houvesse uma assistência técnica eficaz e conscientização dos produtores (Walker et al., 1996).

Para os agricultores que buscaram nas terras da Transamazônica uma forma de produzir, os desafios foram particularmente intensos, evidenciando o contraste entre os interesses econômicos dominantes e a realidade das populações locais (Campos, 2021: 79). Nessa região, onde há carência de serviços essenciais, como saúde de qualidade, saneamento básico e infraestrutura (Martin et al., 2024), mas onde a agricultura desempenha papel significativo na economia, as alterações climáticas podem ter graves repercussões econômicas e sociais.

Estudiosos têm sustentado que a cadeia produtiva do cacau paraense é notável por sua organização, progresso técnico e científico, revelando o potencial econômico da Amazônia e oferecendo aos moradores oportunidades além do autoconsumo, promovendo dignidade e valorização local (Sousa, 2024). Atualmente, o estado do Pará se destaca como o segundo maior produtor de cacau no Brasil, sendo responsável por 46,77% da produção nacional. Esse protagonismo é atribuído, em grande parte, ao cultivo realizado na Região de Integração do Xingu, composta por dez municípios ao longo da rodovia Transamazônica, aos quais incluem os municípios de Uruará e Medicilândia, no sudoeste do estado (De Menezes et al., 2024). Sendo a produção do cacau na região transamazônica realizada predominante pela agricultura familiar (De Menezes et al., 2024:7; Nunes & Bastos, 2018:5).

A agricultura familiar do Sul Global vem sendo ameaçada pelas mudanças climáticas, por sofrer os efeitos dessas mudanças com menos aparatos e recursos tecnológicos (Viola e Mendes, 2022: 8). Como exemplo, nas regiões norte e nordeste do Brasil, onde a agricultura familiar é predominante, as secas prolongadas representam uma ameaça significativa, podendo impactar gravemente os meios de produção desses agricultores (Viola e Mendes, 2022: 8).

Apesar do amplo reconhecimento da relevância da agricultura familiar no Brasil — tanto por sua contribuição para a produção de alimentos diversificados e saudáveis quanto por sua relação historicamente mais sustentável com o meio ambiente — persistem lacunas importantes nas políticas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas. De modo geral, as respostas institucionais têm assumido caráter emergencial e reativo, com limitada

incorporação de estratégias preventivas e estruturantes que considerem as especificidades da agricultura familiar (Ferreti e Nepomoceno, 2024: 16).

As estratégias de mitigação, adaptação e resiliência não têm estado à altura das ameaças iminentes. Mitigação diz respeito à redução das causas das mudanças climáticas, por meio da diminuição das emissões de gases de efeito estufa, a adaptação envolve ajustes nos sistemas produtivos e sociais para lidar com os impactos climáticos já em curso ou esperados, e a resiliência refere-se à capacidade de absorver, responder e reorganizar-se diante de eventos adversos.

Nesse contexto, condições climáticas extremas, como períodos intensos de calor, enchentes, estiagens e incêndios florestais, demandam a implementação de estratégias eficazes e direcionadas para a redução dos riscos associados (Sirkis et al., 2024: 629). A relevância dessas estratégias ultrapassa o âmbito dos pactos internacionais e das políticas públicas nacionais, relacionando-se também à forma como os indivíduos e as comunidades interpretam, percebem e enfrentam os riscos climáticos em suas realidades cotidianas.

Segundo van Dijk (2011), grande parte do conhecimento que as pessoas adquirem sobre o mundo é mediada pelos meios de comunicação. Neste sentido, Silva, Fra.Paleo e Neto (2019), definem comunicação de risco como aquela que desempenha um papel fundamental na forma como os indivíduos enquadram os riscos e como os consensos sociais sobre a distribuição do risco são feitas.

Desta forma, entender como o fenômeno das mudanças climáticas vem sendo comunicado no estado que sediará a COP 30 pode oferecer pistas sobre as decisões políticas, construções sociais a respeito do caminho, e sobre o hiato entre o que tem sido pactuado globalmente e o que tem sido vivenciado localmente em relação às mudanças climáticas. Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo investigar como as mudanças climáticas são abordadas pelos jornais regionais da Transamazônica paraense no contexto da agricultura cacaueira, compreender os sentidos atribuídos por jovens rurais a essas transformações e analisar de que forma interpretam e desejam acessar informações sobre o tema em seus territórios.

5.2.O papel do jornalismo local na cobertura de mudanças climáticas e agricultura

O jornalismo vai além da simples tarefa de relatar eventos cotidianos, desempenhando um papel importante na formação da percepção da realidade, enquanto é moldado por ela (Ghizzoni, 2013). Nesse sentido, atua como um elo essencial para promover trocas culturais e conectar as pessoas (Ghizzoni, 2013). Em nível regional, o jornalismo adquire uma função

comunitária ao proporcionar uma voz à população local, que fortalece sua identidade e promove uma consciência crítica e valorização da cultura (Teixeira, 1999). O jornalismo regional pode atender às necessidades e interesses específicos de suas comunidades, tornando-se um veículo poderoso de comunicação e reflexão sobre os desafios locais.

No contexto das mudanças climáticas o papel jornalístico é relevante, pois grande parte da compreensão popular sobre as mudanças climáticas não vem de experiências diretas, mas das informações transmitidas por cientistas, ativistas e, , pela mídia (Cardoso, 2013). Assim, a mídia não apenas informa, mas também molda o entendimento da população sobre os riscos ambientais e estratégias de adaptação. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), a mudança climática consiste em uma modificação do estado climático que pode ser identificada por variações médias ou na variabilidade das propriedades climáticas, mantendo-se por períodos longos, tipicamente décadas ou mais. Essa mudança pode resultar tanto de causas naturais quanto de atividades humanas, como a emissão de gases de efeito estufa e transformações no uso da terra, que agravam o aquecimento global e desencadeiam efeitos marcantes sobre ecossistemas e comunidades ao redor do globo (IPCC, 2024).

Conforme apontam Moreira, Amorim e Monteiro (2024), a falta de pressão popular e o ceticismo político sobre o tema climático no Brasil afetam diretamente o espaço que essas questões ocupam no imaginário social. Dada a prioridade de demandas básicas como saúde, educação e segurança, temas ambientais frequentemente recebem menor atenção e engajamento. Diferentemente de alguns países, onde a estabilização de direitos básicos permite uma pressão social mais intensa sobre o governo em questões climáticas, no Brasil, a preocupação com o clima e o ambiente ainda é limitada, nas camadas populares (Moreira; Amorim; Monteiro, 2024).

Nesse contexto, a cobertura da mídia local sobre mudanças climáticas pode moldar diretamente a interpretação da população sobre riscos ambientais, sustentabilidade e práticas de adaptação. Soriano e Hoffmann (2015) apontam que uma comunicação eficaz deve ser acessível aos diferentes públicos, incluindo os mais vulneráveis, e incentivar mudanças de comportamento.

5.3. Metodologia

O corpus deste estudo são as notícias publicadas nos jornais locais da região transamazônica: "A Voz do Xingu"³ (AVX), disponível em versões impressa e virtual, que circula em 12 municípios, e o "Jornal Confirma Notícia"⁴ (CN), que circula somente no formato virtual, e abrange notícias de 14 municípios paraenses. Ambos os jornais possuem sede no município de Altamira. A seleção desses jornais fundamentou-se no fato de serem os jornais identificados tanto nas buscas realizadas na internet quanto nas consultas feitas durante a etapa de pré-campo.

Esta pesquisa direciona seu olhar para a investigação de como as notícias sobre mudanças climáticas são veiculadas em jornais locais da região transamazônica paraense e como se relacionam com a agricultura do cacau

Para investigar as notícias veiculadas nestes jornais, foi realizada busca pelos termos “mudança climática” e “mudanças climáticas”. Os critérios de inclusão das notícias consistiram em contemplar o tema de mudanças climáticas como discussão central, e não apenas como uma citação do termo, sem relevância; mudanças climáticas e agricultura; e mudanças climáticas e agricultura do cacau.

Os resultados das buscas foram analisados por meio de um levantamento guiado pelas seguintes perguntas diagnósticas:

- I. Como as informações sobre mudanças climáticas são noticiadas?
- II. Quais os principais temas encontrados? (eventos climáticos, causas, consequências)
- III. Qual é a abrangência geográfica das notícias?
- IV. Quais são as fontes das notícias?
- V. As notícias sobre mudanças climáticas se vinculam à agricultura do cacau? Se sim, de que maneira?
- VI. Em que medida os jovens são citados ou incluídos nos debates?

A busca e análise das notícias foram conduzidas a partir da leitura dos títulos para identificar matérias relacionadas às mudanças climáticas e à agricultura de cacau, e posteriormente essas notícias foram lidas na íntegra. O período de 2019 a 2024, foi escolhido nesta pesquisa, por incluir evento climático recente, como o El Niño de 2023, e devido à seleção de Belém, capital do estado do Pará, como sede da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30).

³ <https://avozdoxingu.com.br/>

⁴ <https://www.confirmanoticia.com.br/>

A seleção desse período e a abordagem metodológica visam oferecer uma compreensão detalhada sobre a cobertura das mudanças climáticas e sua relação com a agricultura do cacau na região, fornecendo *insights* relevantes para a análise do impacto ambiental e das políticas locais.

A análise das notícias dos jornais se deu por Análise Crítica do Discurso (ACD). A análise de textos de jornais no contexto da ACD, foca em como o discurso jornalístico atua na formação de relações de poder e conhecimento (Fairclough; De Melo, 2012). Foucault e De Melo (2012) viam o discurso como uma prática que não apenas descreve a realidade, mas também regula o que pode ser dito e como pode ser entendido em diferentes momentos históricos. Ao aplicar essa perspectiva aos jornais, foi possível investigar como esses textos refletem e reproduzem estruturas de poder, ou seja, como as notícias são construídas de forma a sustentar, criticar ou desafiar certas ideologias e práticas sociais.

Além da análise de notícias, esta pesquisa adotou a realização de 16 entrevistas semiestruturadas com jovens residentes em áreas rurais dos municípios de Uruará e Medicilândia, no estado do Pará. O objetivo foi compreender como esses jovens interpretam as mudanças climáticas, de que forma acessam informações relacionadas ao tema e se percebem afetados por esses fenômenos em seus contextos locais.

As entrevistas buscaram captar experiências educativas formais e informais, referências midiáticas utilizadas para formar opinião, bem como expectativas e percepções em relação à comunicação de eventos climáticos nas comunidades. Foram priorizadas narrativas que permitissem identificar tanto lacunas no acesso à informação quanto estratégias de apropriação e circulação do conhecimento climático entre os jovens entrevistados. A articulação entre a análise das notícias de jornal e as entrevistas semiestruturadas permite compreender, de forma complementar, tanto a produção quanto a recepção do discurso sobre mudanças climáticas. A análise crítica do discurso jornalístico evidencia como o tema é construído e quais sentidos são privilegiados ou silenciados na mídia local, em relação à agricultura do cacau. Já as entrevistas possibilitam identificar como esses discursos circulam, são apropriados ou não pelos jovens rurais, revelando percepções, experiências e lacunas informacionais. Essa combinação metodológica fortalece a análise ao conectar o conteúdo midiático às vivências concretas nos territórios investigados.

O roteiro de entrevistas incluiu as seguintes perguntas, mantidas em sua formulação original:

- “Você estudou sobre mudanças climáticas na escola? Se sim, o que era passado para você? O que você já escutou sobre mudanças climáticas, de maneira geral, que fez sentido para você?”
- “O tema das mudanças climáticas já foi abordado por algum extensionista rural ou algum curso que você tenha feito?”
- “Em quais canais de comunicação você vê mais notícias sobre mudanças climáticas?”
- “Você acessa alguma mídia social local? (Se sim, qual?)”
- “Por meio dessas mídias ou da internet, você ouve falar sobre mudanças climáticas?”
- “Se sim, em quais canais você acessa as informações sobre mudanças climáticas?”
- “Essas informações falam a respeito das mudanças climáticas aqui em Uruará ou Medicilândia ou são informações de outros lugares? (explore mais sobre as associações que eles fazem das mudanças climáticas).”
- “Quando tem algum evento climático, vocês são notificados com alguma antecedência por meio de alguma mídia social ou página da internet? Se sim, quais? São dadas instruções de como agir diante do evento climático?”
- “Se não, você acha que deveria ser notificado e instruído? Quem deveria ser responsável por essa instrução?”

As entrevistas foram autorizadas pelos participantes através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, e duraram cerca de 30 minutos. Elas foram gravadas com autorização dos participantes, transcritas na íntegra e analisadas por meio de análise do discurso, com foco nas representações sociais, nos sentidos atribuídos ao fenômeno das mudanças climáticas e nos modos de circulação da informação ambiental nos territórios investigados.

Complementarmente, foi realizado um grupo focal com 5 dos 16 participantes. Essa quantidade é justificada pela disponibilidade de tempo para deslocamento pelos participantes das entrevistas para o município de Uruará. No grupo focal foram apresentadas aos jovens as notícias que relacionam mudanças climáticas e agricultura do cacau. O grupo focal teve como objetivo explorar as reações, compreensões e conexões que os jovens estabelecem entre o conteúdo veiculado nos jornais e suas vivências cotidianas, aprofundando a análise sobre a circulação e recepção do discurso midiático ambiental.

5.4.Resultados e Discussão

O jornal “confirma notícia” (CN) apresentou 70 notícias relacionadas a busca por “mudança climática” e “mudanças climáticas”. O jornal virtual “A voz do Xingu” (AVX), apresentou 119 resultados, enquanto sua versão impressa não apresentou notícias relacionadas a mudanças climáticas em nenhuma de suas publicações. Dessa forma, as notícias relacionadas a mudanças climáticas totalizaram 189 resultados.

A partir desse total, todas as notícias foram lidas na íntegra e foram selecionadas apenas aquelas que tinham o tema de mudanças climáticas como foco principal, sendo aquelas que apenas citaram o termo, excluídas. Dessa forma, foram incluídas ao final da análise 80 publicações foram incluídas, sendo 46 notícias referentes a AVX e 34 ao CN, como pode ser observado na lista de notícias da tabela 1.

Tabela1. Notícias incluídas dos jornais AVX e CN por ano.

Jornal	Nº	Título	Ano
AVX	1	Pesquisadores encontram árvore mais alta da Amazônia e dizem que "até o momento" está salva das queimadas	2019
AVX	2	Pará lidera o desmatamento na Amazônia	2019
AVX	3	Rally de veículos elétricos, inédito no mundo, será realizado no Pará	2019
AVX	4	Comitiva do Governo Federal vem ao Pará para debater regularização fundiária	2019
AVX	5	Senador do Pará assume a presidência da Comissão de Mudanças Climáticas	2019
AVX	6	Chuvas devem se intensificar no Pará até o mês de março	2020
AVX	7	Pará institui Plano Estadual Amazônia Agora para desenvolvimento socioambiental e diminuição de desmatamento	2020
AVX	8	Mesmo com decreto que proíbe fogo, Amazônia registra quase 5 mil focos de queimadas em julho	2021
AVX	9	Semas expõe avanços e desafios da política ambiental do Pará	2021
AVX	10	Amazônia já emite mais gás carbônico do que absorve, aponta estudo	2021
AVX	11	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade consolida Plano Estadual Amazônia Agora	2021
AVX	12	Pará apresenta ‘Selo Verde’ para comunidade internacional como modelo de transparência	2021
AVX	13	COP 26: Pará passa a integrar grupo de estados globais comprometidos com o clima	2021
AVX	14	Amazônia perde área de vegetação nativa do tamanho do Chile em 36 anos, aponta relatório	2021
AVX	15	Principal emissor de carbono, Pará se compromete a reduzir 86% das emissões de gases do efeito estufa até 2036	2021
AVX	16	Governo apresenta metas para reduzir desmatamento no Pará e mais oito estados brasileiros	2021
AVX	17	Pará reforça compromisso com causas e efeitos das mudanças climáticas no Global Citizen Live	2021
AVX	18	Embargos e apreensões são realizados pela Secretaria de Meio Ambiente no combate ao desmatamento no Pará	2022
AVX	19	I Concerto Ambiental de Altamira discute soluções sustentáveis para a região	2022
AVX	20	Em comemoração à semana mundial do meio ambiente, prefeitura vai realizar o I Concerto Ambiental de Altamira	2022
AVX	21	Desmatamento no Pará reduz 15%, segundo Sistema de Detecção em Tempo Real	2022
AVX	22	COP 27: Com eólicas offshore, Brasil pode exportar energia limpa	2022
AVX	23	Municípios que mais emitem gases no Brasil estão no Pará	2022
AVX	24	Prefeitura de Altamira se posiciona sobre ranking dos que mais emitem gases do efeito estufa	2022

AVX	25	Projeto quer investir R\$25 milhões na produtividade de cacau em Novo Repartimento, Anapu e Pacajá, no PA	2022
AVX	26	R\$ 25 milhões para aumentar a sustentabilidade da agricultura familiar na Transamazônica	2022
AVX	27	Ministério da Economia aprova projeto do Governo do Pará para aceleração da agenda climática	2022
AVX	28	Plano Amazônia Agora é essencial no combate às mudanças climáticas no Pará	2022
AVX	29	Semas encerra etapa inicial de Plano Estadual de Recuperação da Vegetação Nativa e anuncia oficinas regionais	2023
AVX	30	Produção de cacau no sudoeste do Pará: Altamira e Medicilândia se destacam como polos produtivos	2023
AVX	31	ONU confirma Belém como sede da COP30 em 2025	2023
AVX	32	Projeto de reflorestamento no Médio Xingu plantou 1,3 milhão de árvores e recuperou 2,2 mil hectares de floresta amazônica	2023
AVX	33	Cúpula da Amazônia: ONU visita Belém para conferir exigências da COP-30	2023
AVX	34	II Concerto Ambiental de Altamira encerra com passeio ciclístico, plantio de mudas e uma carta com metas para o meio ambiente	2023
AVX	35	Altamira inicia debates do II Concerto Ambiental trabalhando os temas desmatamento e bioeconomia	2023
AVX	36	Homem que devastou mais de 2 mil campos de futebol em área de preservação na Amazônia é preso no Pará	2023
AVX	37	Cúpula da COP oficializa Belém, no Pará, como sede da COP 30, e Baku, no Azerbaijão, para receber COP 29	2023
AVX	38	Vendas de produtos orgânicos no país crescem 30%, aponta pesquisa	2023
AVX	39	Brasil registra recorde da temperatura média pelo quarto mês seguido	2023
AVX	40	Inpe aponta o Pará como o estado com o pior índice de queimadas do Brasil em outubro	2023
AVX	41	COP 30: Brasil não vem cumprindo metas de desmatamento e Pará aparece como o estado que mais desmata	2023
AVX	42	Altamira realiza o II Concerto Ambiental buscando equilíbrio entre mudanças climáticas e desenvolvimento socioeconômico	2023
AVX	43	Altamira promove evento para discutir situação ambiental, conservação florestal e mudanças climáticas	2023
AVX	44	Pará prorroga estado de emergência ambiental em cidades afetadas por condições climáticas	2023
AVX	45	Ano de 2023 é o mais quente da série histórica no Brasil	2024
AVX	46	Pesquisadores da UFPA desenvolvem técnica inovadora que pode reduzir em até 20 anos restauração de áreas da floresta amazônica	2024
CN	47	Estado realiza 1ª reunião do fórum paraense de mudanças climáticas e adaptação climáticas	2019
CN	48	Ministério cria projeto para monitorar mudança climática no país	2020
CN	49	Especialistas debatem formas e futuro da bioeconomia na Amazônia	2021
CN	50	Debate sobre mudanças climáticas prepara a Amazônia para o Fórum Mundial de Bioeconomia	2021
CN	51	COP 26: Pará é o único estado com estratégia de bioeconomia para a Amazônia	2021
CN	52	Mudanças climáticas são desafio para melhorar abastecimento de água tratada, afirma deputado	2022
CN	53	Audiência destaca riqueza da caatinga e alerta para efeitos das mudanças climáticas no bioma	2022
CN	54	I concerto ambiental iniciou nesta quinta-feira (02) em Altamira	2022
CN	55	Altamira lidera a lista das cidades que mais emitiram gases do efeito estufa	2022
CN	56	CDH E CMA debaterão mudanças climáticas em territórios quilombolas	2022
CN	57	Belém é escolhida como candidata para sediar evento climático internacional	2023
CN	58	Helder Barbalho é convidado pela 2ª vez para o Fórum Econômico Mundial na Suíça	2023
CN	59	Câmara Técnica de Igualdade de Gênero e mudanças climáticas debate metas	2023
CN	60	Projeto cria instituição independente no senado para monitorar mudança climática	2023
CN	61	ONU confirma Belém como sede da COP30 em 2025	2023
CN	62	Governo do estado lança programa que promete reduzir emissão de carbono	2023

CN	63	Presidente Lula e autoridades das Américas participam da cúpula da Amazônia	2023
CN	64	Lula embarca para Nova Deli para participar da Cúpula do G20	2023
CN	65	No G20, Lula vai discutir combustíveis, meio ambiente e pobreza	2023
CN	66	Em NY, governador do Pará afirma que pauta da COP30 deve ser financiamento da floresta viva	2023
CN	67	Onda de calor histórica atingirá o Brasil nos próximos dias com 40°C a 45°C	2023
CN	68	Pecuaristas registram seca "braba" nas pastagens por falta de chuva com o fenômeno El nino	2023
CN	69	Servidores recebem capacitação sobre mercado de carbono e plano estadual sobre mudanças climáticas	2023
CN	70	Altamira lidera ranking dos municípios com mais queimadas no Brasil	2023
CN	71	Governo anuncia meta para recuperar 140 mil hectares com produção sustentável até 2025	2023
CN	72	Na COP 28, Fapespa anuncia edital voltado para o protagonismo da juventude diante das mudanças climáticas	2023
CN	73	Mudanças climáticas prejudicam crescimento do Brasil, avalia OCDE	2023
CN	74	Pragas nas pastagens desafiam produtores rurais da região do Xingu	2024
CN	75	Ministra diz que mudança climática pode afetar produção de alimentos	2024
CN	76	Municípios constroem proposta de enfrentamento às mudanças climáticas	2024
CN	77	Preço do cacau dispara devido à queda de produção na África	2024
CN	78	Política ambiental pioneira consolida o Pará como referência no combate às mudanças climáticas	2024
CN	79	Produtores do sudoeste do Pará se preparam para a COP30	2024
CN	80	Curro velho recebe conferência climática de juventudes latino-americanas em Belém	2024

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Dentre as 80 notícias, as palavras que mais apareceram foram: Pará, Altamira, Amazônia, Desmatamento, Ambiente, Mudança, Clima, COP, Estado, Queimadas, Concerto e Belém, como observado na figura 1.

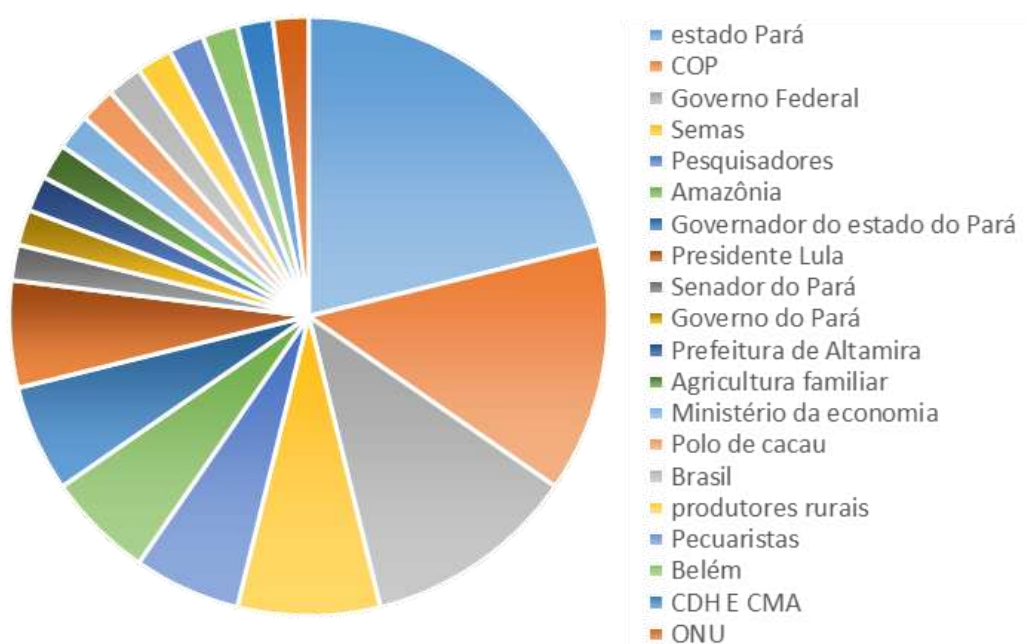
Figura 1. Nuvem de palavras dos títulos das 80 notícias incluídas.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Além das palavras mais evidentes nas notícias, a análise de atores que são representados nas notícias mostra “agricultura familiar” e “produtores rurais” que são diretamente afetados pelas mudanças climáticas foram pouco mencionados nas notícias, ficando em maior destaque atores como “o estado” a “COP” o “Governo e Governador do estado” e “Governo Federal”. Dessa forma, é possível perceber que há um apagamento de grupos sociais vulneráveis enquanto outros grupos recebem maiores privilégios, como é observado na figura 2.

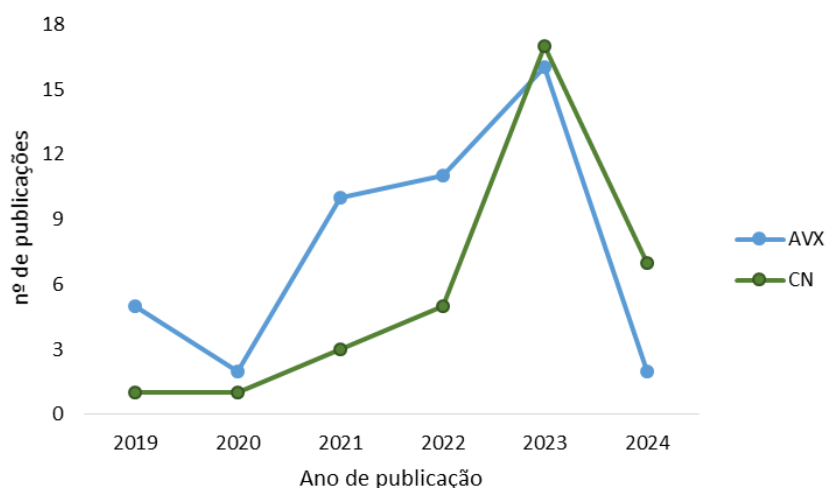
Figura 2. Representação de atores nas notícias de jornais.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A análise das publicações de AVX e CN ao longo dos anos revela um padrão de cobertura que evolui em resposta ao contexto político, climático e econômico da Amazônia, com ênfase nas mudanças climáticas, desmatamento e práticas agrícolas sustentáveis. A quantidade de publicações relacionadas a mudanças climáticas variou ao longo dos anos, destacando o maior número de publicações o ano de 2023 com 17 publicações do jornal CN, e 16 do jornal AVX, como pode ser observado na figura 3.

Figura 3. Distribuição de publicações sobre mudanças climáticas dos jornais AVX e CN por ano.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Em 2019, as notícias destacaram o desmatamento e as iniciativas emergentes de preservação ambiental, com destaque para a descoberta da árvore mais alta da Amazônia e o protagonismo do Pará como estado com elevados índices de desmatamento. Em 2020, políticas públicas como o Plano Estadual Amazônia Agora e o combate às queimadas ganharam destaque nas notícias, como também foram enfatizados a forma pela qual eventos climáticos, como a intensificação das chuvas, impactaram diretamente o estado. Vale ressaltar que o ano de 2020 foi o ano de início da pandemia de Covid-19, que pode ter afetado as publicações relacionadas às mudanças climáticas, já que as notícias referentes a pandemia ganharam um enfoque amplo neste período, como foi observado nos jornais investigados.

Em 2021, as notícias enfocaram mais no aumento da emissão de gás carbônico do que a Amazônia consegue absorver e a participação do Pará na COP 26 reforçaram a gravidade das mudanças climáticas. Enquanto em 2022, houve um foco maior em soluções sustentáveis, com projetos de reflorestamento e apoio à agricultura familiar.

Em 2023, diversas notícias destacaram iniciativas ambientais no estado do Pará, com ênfase particular nos municípios de Altamira e Belém, que se preparam para sediar a COP30 em 2025.

Em 2024, as secas e pragas nas pastagens, aliadas ao aumento no preço do cacau, evidenciam os impactos diretos das mudanças climáticas na produção agrícola. Ao longo desse período, a narrativa evoluiu de uma preocupação inicial com a preservação ambiental

para uma abordagem mais complexa, que envolve políticas públicas, economia verde e a adaptação às mudanças climáticas globais.

Seguindo a análise dos jornais, a categorização das notícias permitiu identificar 12 categorias principais, conforme apresentadas na Tabela 2, que reflete a diversidade dos temas abordados pelos dois jornais analisados. As notícias foram codificadas de acordo com a tabela 1, e estão presentes na tabela 2, utilizando as abreviações AVXn para o Jornal A Voz do Xingu e CNn para o Jornal Confirma Notícia, sendo "n" o número da notícia.

Tabela 2. Categorias

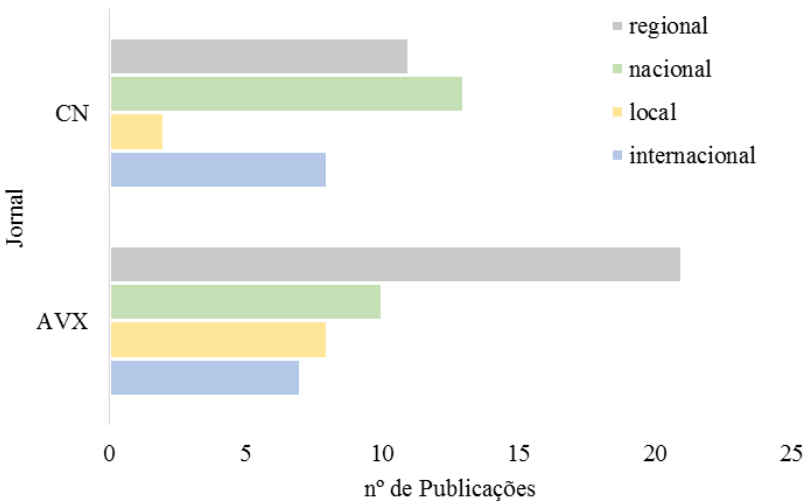
Categoria	Notícias Correspondentes
Impacto das mudanças climáticas	AVX 6, CN 74, AVX 39, CN 67, AVX 45
Desmatamento e queimadas	AVX 2, AVX 8, AVX 36, AVX 40, CN 70, CN 44
Políticas públicas e governança ambiental	AVX 7, AVX 11, AVX 18, AVX 16, CN 48, CN 69, CN 60
Agricultura sustentável e bioeconomia	AVX 25, AVX 26, AVX 30, AVX 27, CN 49, CN 58, CN 71
Sensibilização e mobilização social	AVX 19, AVX 34, AVX 35, CN 72, CN 80
Compromissos internacionais e participação em fóruns globais	AVX 13, AVX 31, AVX 37, CN 61, CN 57
Impacto econômico e oportunidades	CN 77, CN 75, CN 73, AVX 38
Emissão de gases de efeito estufa (gee)	AVX 23, AVX 24, CN 55
Eventos climáticos extremos e suas consequências	CN 68, CN 67, AVX 39
Restauração florestal e biodiversidade	AVX 32, AVX 46
Justiça ambiental e adaptação	CN 56, CN 52, CN 53
Preparação e planejamento para eventos futuros	CN 79, CN 80, CN 61, CN 63, CN 64, CN 65, CN 66

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O Jornal A Voz do Xingu (AVX) incluiu 11 notícias, enquanto o Jornal Confirma Notícia (CN) cobriu todas as categorias estabelecidas na análise. As categorias com maior número de notícias foram "Políticas Públicas e Governança Ambiental", "Agricultura Sustentável e Bioeconomia" e "Preparação e Planejamento para Eventos Futuros", cada uma com sete notícias. Seguidas pela categoria de "Desmatamento e Queimadas", com seis notícias.

A análise da abrangência geográfica das notícias revelou tendências diferenciadas entre os dois jornais estudados. No Jornal Confirma Notícia, a maioria das notícias concentra-se em assuntos de abrangência nacional, seguidas por notícias de caráter regional e internacional, enquanto as notícias de foco local apareceram com menor frequência. Já no Jornal A Voz do Xingu, a cobertura foi majoritariamente regional, seguida por notícias de nível nacional, depois local, com as notícias de âmbito internacional sendo as menos frequentes, como pode ser observado na figura 4.

Figura 4. Abrangência das notícias



Fonte: elaborado pela autora (2025).

Essas diferenças na abrangência podem refletir as prioridades editoriais e o público-alvo de cada veículo. O Confirma Notícia foca mais em temas de alcance nacional, o que pode apontar para uma tentativa de vincular questões regionais a um contexto mais amplo, enquanto o A Voz do Xingu privilegia questões regionais, possivelmente para reforçar sua conexão com a realidade imediata dos leitores da Transamazônica.

Ao analisar a abrangência editorial das notícias, percebe-se um contraste significativo entre os padrões dos dois veículos analisados, conforme ilustrado na Tabela 3.

Tabela 3. Fontes de abrangência de realidades editoriais das notícias

Fontes editorial das notícias	AVX	CN
a voz do Xingu	8	0
Agência Brasil	0	6
Agência câmara notícias	0	1
Agência Pará	10	0
Agência senado	0	3
Ascom/Norte Energia	1	0
Ascom/PMA	2	0
Blog Hora da Notícias	1	0
Confirma notícia	0	11
DOLDol com informações de Phillippe Watanabe/FolhaPress	1	0
G1	5	0
G1 Pará	7	0
Metrópoles	1	0
MetSul Meteorologia	0	1
O Liberal	1	0
Portal roma News	2	0

Roma News	1	0
SECOM PA	0	11
SEMAS	0	1
Wilson Soares – A Voz do Xingu	2	0

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O Confirma Notícia adota uma abordagem editorial que se apoia predominantemente em agências de notícias de grande circulação nacional, como a Agência Brasil e a Agência Senado, refletindo, assim, realidades de alcance nacional e global. Por outro lado, o jornal A Voz do Xingu privilegia conteúdos voltados para o contexto regional, destacando-se tanto pela produção interna (com 8 matérias de autoria própria) quanto pelo uso de fontes locais, como a Agência Pará e colaboradores regionais, exemplificados por Wilson Soares – A Voz do Xingu.

5.4.1.Cobertura Jornalística e Representação dos Fenômenos Climáticos

Das 80 notícias analisadas, 67 não mencionaram diretamente eventos climáticos, enquanto 13 abordaram algum evento relacionado às mudanças climáticas, como se pode observar na Figura 5 que ilustra a frequência de menções (ou ausência) a esses eventos. A análise revela que a cobertura climática nos dois jornais é superficial e pontual, focando em um número restrito de eventos e com pouca profundidade. Apesar de que nos últimos anos, a atenção da sociedade tem se voltado, de forma crescente, para os desastres naturais, que se tornaram mais frequentes e intensos, ocupando um espaço central nas pautas de discussão científicas e midiáticas (Moreira; Amorim; Monteiro, 2024).

Na realidade desses jornais, eventos de grande relevância para a região amazônica, como secas prolongadas, inundações e a aceleração da degradação ambiental, receberam pouca ou nenhuma atenção nos veículos de comunicação. Nesta pesquisa, assim como aponta Silva e Ferreira Neto (2019), ao invés de lidar com a complexidade do problema, que aqui são as mudanças climáticas e suas consequências, o discurso predominante simplifica as notícias.

Figura 5. Eventos climáticos encontrados nas notícias

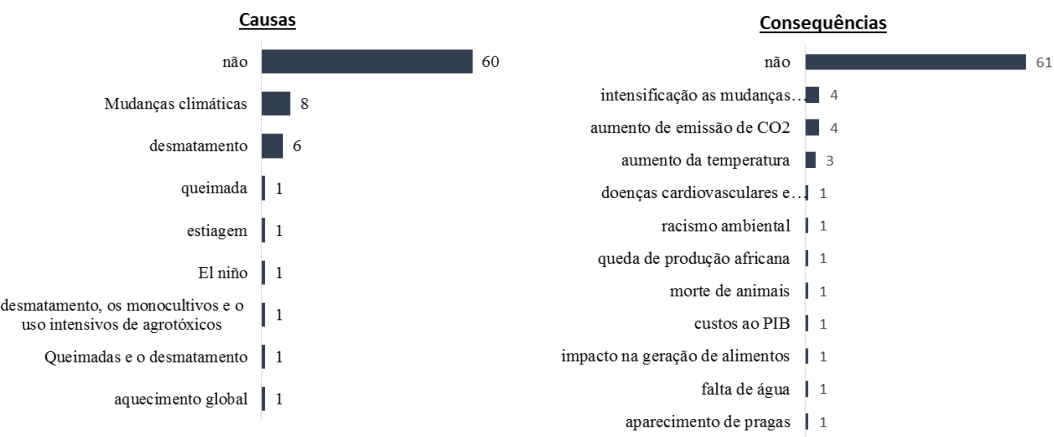


Fonte: elaborado pela autora (2025).

A cobertura superficial de aspectos essenciais das mudanças climáticas é evidente: enquanto os eventos climáticos aparecem pouco nas notícias, as causas e consequências ligadas ao tema também são amplamente ignoradas. Em 60 das notícias analisadas, não foram mencionadas causas nem consequências das mudanças climáticas, sugerindo que, apesar do tema estar presente na pauta, a complexidade dos fenômenos é subexplorada. Isso limita a transmissão de informações relevantes e de impacto ao público.

Na Figura 6, observa-se as causas e consequências listadas, respectivamente, da esquerda para a direita. Nas causas, o termo "mudanças climáticas" aparece 8 vezes como responsável por eventos extremos, enquanto "desmatamento" é citado 6 vezes. Outras causas como queimadas, estiagem, El Niño, multifatores e aquecimento global foram mencionadas apenas uma vez cada. Já em relação às consequências, termos como "intensificação das mudanças climáticas" e "aumento de emissão de CO2" surgem 4 vezes cada, e o "aumento de temperatura" é mencionado 3 vezes, com outros 7 fatores aparecendo apenas uma vez cada.

Figura 6. Causas e consequências das mudanças climáticas encontradas nas notícias



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Ainda que o Pará tenha sido o estado líder em número de queimadas no ano de 2023 (crescimento de 572% em relação a 2022), apenas duas notícias abordaram essa temática. Além disso, as notícias não refletiram a gravidade da situação nem forneceram uma análise adequada das suas implicações em suas edições. A escassez de dados e informações contextuais nas reportagens pode ter contribuído para a subnotificação dos impactos das queimadas e secas na vida das comunidades locais, na agricultura e na biodiversidade da região.

A cobertura limitada dessas questões críticas não apenas diminui a conscientização pública sobre os desafios enfrentados pelo Pará, mas também reduz a pressão sobre as autoridades para que adotem medidas eficazes de prevenção e mitigação, além de retirarem a culpa de empresas do agronegócio. Nesse discurso é possível perceber que há questões de poder e silenciamentos que poderiam ser explorados nas notícias. Na sociedade atual, o discurso ambiental se caracteriza por sua heterogeneidade, pois é formado por múltiplas perspectivas e origina-se de diferentes contextos e posições discursivas. Embora seja amplamente difundido, muitas vezes é necessário romper barreiras de silêncio para expor os impactos e desafios ambientais, possibilitando que esses problemas sejam reconhecidos publicamente e que medidas concretas sejam tomadas (Silva e Gomes, 2020: 2). Silva e Gomes (2020) ressaltam que a mídia pode representar resistência para romper esses silenciamentos. Mas não foi o que aconteceu nesta pesquisa.

Quanto a ocorrência de medidas contra as mudanças climáticas encontradas nas notícias, houve maior predominância que as causas e consequências de mudanças climáticas. A tabela 4 revela que medidas como a bioeconomia e a sensibilização sobre desenvolvimento sustentável apresentam 4 ocorrências, sugerindo uma ênfase gradual nessas abordagens no debate público e na mídia, sendo abordado nas notícias como uma oportunidade de desenvolvimento mais sustentável e que está em fase de inclusão dentro da política de desenvolvimento do estado do Pará.

Tabela 4. Medidas mencionadas nas notícias contra às mudanças climáticas

Medidas	Ocorrência
Medidas contras às mudanças climáticas; Agricultura regenerativa, investir em cacau e açaí; Agroecologia; Atividade agrícola com a preservação da floresta amazônica; Combate ao desmatamento ilegal, queimadas e outros crimes ambientais e fundiários; Combater crimes ambientais, o governo tem apostado em operações militares; Compromisso do Pará com o modelo de descarbonização da economia; Compromissos internacionais; Construção de documento sobre sociobiodiversidade, educação e governança; Criação de Unidades de Conservação; Debate sobre bioeconomia; Energia verde; Estabelecimento e metas para frear; Estratégias de prevenção e de combate ao desmatamento nas zonas prioritárias; Floresta Viva contribui para as metas globais de combate e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas; Justiça ambiental; Planbio, combate a crimes ambientais, recuperação de áreas; Planejamento; Plano Estadual sobre mudanças climáticas; Se proteger dos efeitos; Selo verde; Políticas públicas	1
Adaptação; Cúpula G20; Descarboniza Pará; Aumento da cobertura vegetal, a redução do desmatamento, ações para enfrentamento às mudanças climáticas e a participação do município na COP 30; Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA); Redução de emissão dos GEE; Regularização fundiária; SAFS- Carro chefe;	2
Recuperação de florestas; Discutir sobre o clima, em prol do meio ambiente; Fiscalização; Monitoramento/alerta	3
Bioeconomia; COP30; Sensibilização sobre desenvolvimento sustentável	4
Não apresentou nenhuma medida	19

Fonte: elaborado pela autora (2025).

O conceito de bioeconomia surge como alternativa para unir desenvolvimento econômico e preservação ambiental. Baseia-se na geração e uso sustentável de recursos biológicos, aliados a ciência, tecnologia e inovação, para oferecer soluções aplicáveis a diversos setores econômicos, promovendo um modelo sustentável (FAO, 2021).

No Pará, a bioeconomia é incentivada pelo governo como estratégia para transição econômica de baixo carbono, resiliente às mudanças climáticas, sobretudo no cenário pós-pandêmico. Essa iniciativa busca gerar benefícios sociais, ambientais e econômicos, além de combater a pobreza por meio da sociobioeconomia (Pará, 2022). Contudo, ações como adaptação às mudanças climáticas, regularização fundiária e o plano Amazônia Agora são mencionadas apenas duas vezes, sugerindo implementação limitada ou discussão insuficiente. Temas como justiça ambiental, energia verde e descarbonização aparecem marginalmente (1 ocorrência cada), destacando sua sub-representação no discurso local.

Notícias relacionadas à justiça ambiental, como a audiência sobre mudanças climáticas em territórios quilombolas, são de âmbito nacional e abordadas superficialmente. Grupos vulneráveis, como agricultores familiares, indígenas e quilombolas, sofrem com a expansão agrícola e mudanças climáticas, mas recebem pouca visibilidade em notícias locais. Esse apagamento no debate climático perpetua a exclusão dessas populações.

A recuperação florestal e a fiscalização ambiental, com 3 menções cada, refletem crescente preocupação com restauração e combate a crimes ambientais. Contudo, ainda faltam esforços para traduzir essas iniciativas em políticas amplamente efetivas. A menção à COP30 (4 ocorrências) demonstra interesse na participação global, mas implementar ações locais a partir desses debates segue como desafio.

Sediar a COP30 na Amazônia brasileira implica um debate global sobre o futuro do planeta e o papel estratégico da região. Esse evento exige engajamento local para evitar que decisões atendam apenas interesses externos, ignorando as necessidades amazônicas (Da Costa, 2024). A COP30 representa desafio, arena de confronto e oportunidade: questiona a visão da Amazônia como única responsável pelas mudanças climáticas; confronta projetos descontextualizados da realidade local; e propõe a superação de desigualdades históricas por meio de soluções equilibradas entre demandas globais e regionais (Da Costa, 2024).

A ausência de medidas de mitigação ou adaptação às mudanças climáticas em 19 menções reflete lacunas significativas. Esse dado evidencia cobertura jornalística limitada ou falta de comprometimento político com ações concretas e estruturadas para enfrentar os desafios climáticos.

5.4.2. Como a agricultura do cacau é relacionada às mudanças climáticas

Em meio ao contexto de crise climática, durante períodos de instabilidade no regime de chuvas e estiagens, o cacaueiro torna-se suscetível aos efeitos do déficit hídrico. (Bouix; Da Silva Braga; Ramos, 2022). Igawa (2021) alerta que mudanças climáticas representarão grandes desafios para a produção de cacau na Amazônia. O autor menciona que elas causarão alterações na distribuição geográfica das áreas de cultivo, em que muitos dos municípios produtores no bioma amazônico brasileiros enfrentarão perdas substanciais na produção, resultando em prejuízos econômicos e sociais, destacando a importância de medidas mitigatórias para reverter tal quadro.

Diante dessa realidade, nesta pesquisa a investigação de notícias relacionando mudanças climáticas e cacauicultura revelou que um panorama em que o cacau emerge como uma cultura estratégica para o desenvolvimento sustentável na região da Transamazônica e destacam tanto iniciativas de investimento quanto o impacto das mudanças climáticas na produção de cacau. Essas notícias estão disponíveis na tabela 5.

Tabela 5. Notícias sobre agricultura do cacau e mudanças climáticas

Jornal A voz do Xingu
“Projeto quer investir R\$25 milhões na produtividade de cacau em Novo Repartimento, Anapu e Pacajá, no PA”
“R\$ 25 milhões para aumentar a sustentabilidade da agricultura familiar na Transamazônica”
“Produção de cacau no sudoeste do Pará: Altamira e Medicilândia se destacam como polos produtivos”
Jornal Confirma Notícia
“Governo anuncia meta para recuperar 140 mil hectares com produção sustentável até 2025”
“Preço do cacau dispara devido à queda de produção na África”

Fonte: elaborado pela autora (2025).

As notícias do AVX focam na promoção do desenvolvimento sustentável através de investimentos na produtividade do cacau em áreas específicas do Pará, como Novo Repartimento, Anapu, e Pacajá, e também destacam a produção de cacau em Altamira e Medicilândia.

O CN adota uma abordagem mais ampla, mostrando as políticas governamentais para recuperar terras através da agricultura regenerativa e do incentivo à produção de cacau e açaí como parte de uma estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas. Há também uma perspectiva internacional, com a notícia sobre o aumento do preço do cacau devido à queda de produção na África, vinculando problemas locais de produção com fenômenos climáticos

globais e suas repercussões econômicas. Esse aumento de preço afetou inclusive a região transamazônica, com o recorde no valor de venda das amêndoas de cacau.

Embora o Pará ocupe a segunda posição na produção nacional de cacau e a região enfrente desafios climáticos significativos, como secas e queimadas, a cobertura jornalística local ainda dedica pouca atenção ao impacto direto das mudanças climáticas na produção cacaueira. No jornalismo, a narrativa utilizada busca apresentar os fatos de forma direta e envolvente, interligando os eventos em uma sequência lógica e acessível. Além disso, as juventudes não são encontradas nas notícias como sujeitos centrais desses processos, aparecendo, quando muito, de forma marginal ou genérica, sem reconhecimento de seus papéis, percepções e estratégias frente às transformações climáticas que afetam a produção cacaueira. Essa invisibilização limita a compreensão das dinâmicas intergeracionais no meio rural e reforça uma narrativa que desconsidera os jovens como agentes sociais e políticos capazes de contribuir para a adaptação e a inovação na agricultura. Ao silenciar essas vozes, o discurso jornalístico acaba por reproduzir uma visão restrita do problema, enfraquecendo a construção de respostas coletivas e de longo prazo para a sustentabilidade da cacaucultura amazônica.

5.4.3. Literacia Climática e digital dos jovens rurais

Nos municípios de Uruará e Medicilândia, os jovens entrevistados nesta pesquisa apresentaram seus relatos sobre sua literacia climática e digital. Foi observado que os principais canais de informação sobre mudanças climáticas acessados são a televisão (o Jornal Nacional e a Globo) e a internet, sobretudo por meio de redes sociais como Facebook, Instagram e grupos de WhatsApp. A televisão continua sendo uma fonte relevante, destacada por jovens como os entrevistados 1, 2, 3, 6, 7 e 16, o que indica que, apesar da crescente digitalização, os canais tradicionais ainda mantêm seu espaço no cotidiano informativo.

No entanto, as mídias sociais exercem papel central na difusão das informações, sendo amplamente utilizadas não apenas como fonte primária (Jovens 2, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12), mas também como espaço onde os conteúdos circulam de forma informal, em grupos ou páginas locais. Por exemplo, o WhatsApp é citado como canal frequente de recebimento de notícias (Jovens 3, 5, 6), o jornal local "*A Voz do Xingu*" e perfis de fofoca são mencionados por 7 interlocutores, que são exemplos de falas: "*Local que a gente vê é A Voz do Xingu, ou do SBT, mas não vejo muito não*" (Jovem 1, branco, 28 anos); "*Eu não olho muito rede social, mas olho mais o WhatsApp*" (Jovem 3, preto, 21 anos); "*Aqui o jornal A Voz do Xingu, e páginas de fofoca que não lembro o nome agora*" (Jovem 4, preta, 29 anos).

Quanto à origem das informações climáticas, a maioria dos jovens relata receber conteúdos de abrangência nacional ou geral, como dados sobre queimadas na Amazônia, inundações em outras regiões e desastres ambientais (Jovens 2, 6, 10, 11, 12, 13, 15, 16). Ainda assim, há reconhecimento de conteúdos locais, quando se referem a eventos extremos vivenciados diretamente, como queimadas nas propriedades de Uruará ou Medicilândia (Jovens 1, 6, 8, 9, 10). Essa associação direta com vivências concretas da região sugere que, embora os conteúdos não sejam sempre explicitamente nomeados como sendo sobre "mudanças climáticas", são percebidos como parte do fenômeno por seus efeitos visíveis no cotidiano.

A escassez de informações técnicas sobre riscos ambientais nas matérias jornalísticas é resultado de diversos fatores. Entre eles estão a dificuldade de acesso às fontes especializadas e a "tecnofobia" — tanto por parte de jornalistas e editores quanto do próprio público (Sandman, 1994). Isso faz com que seja mais fácil, confortável e até mais eficaz, para a mídia, abordar a política ambiental do que os riscos ambientais em si. Ou seja, os veículos de comunicação tendem a priorizar o conflito e a indignação em vez da análise técnica dos perigos reais, alinhando-se ao interesse emocional do público, e não à complexidade dos dados (Sandman, 1994). Como no caso das notícias sobre queimadas na região transamazônica, que foram percebidas pelos jovens, pois era uma realidade alarmante vivida e noticiada localmente.

O jovem 12, que é agrônomo, chama atenção para o fato de que as postagens locais não necessariamente abordam o tema de forma direta (não escrevem o termo “mudanças climáticas”), o que pode indicar uma lacuna na tradução das experiências vividas para a linguagem do debate climático: “eu vejo mais de fora, aqui da região eles postam outras coisas regionais, ou não falam de forma direta o tema, é o que eu percebo” (Jovem 12, pardo, 29 anos).

Além disso, há também os que não acompanham o tema em nenhuma mídia, como o Jovem 14, ou que recebem informações apenas de forma passiva, sem buscá-las ativamente (Jovens 13 e 16), evidenciando diferentes níveis de engajamento: “*Não acompanho muito.*” (Jovem 13, branco, 18 anos). “*Tem as postagens de fofoca da cidade, mas não lembro o nome agora; se não me engano, é Fofoquei Medicilândia.*” (Jovem 16, branca, 24 anos). “*Não acompanho.*” (Jovem 14, preto, 24 anos).

Peter Sandman argumenta que as percepções públicas sobre riscos ambientais nem sempre estão alinhadas com a gravidade ecológica real dos problemas. Em sua análise, a cobertura midiática é limitada tanto em quantidade quanto em profundidade, muitas vezes

omitindo evidências científicas ou não contextualizando adequadamente os riscos (Sandman, 1987; 1994). Para ele, a forma como os riscos são comunicados influencia diretamente o grau de indignação, culpa e desejo de punição despertados na sociedade — componentes fundamentais da mobilização social.

Na região da transamazônica, percebe-se que o contato com informações sobre mudanças climáticas ocorre por múltiplos meios, com ênfase em redes sociais e conteúdos visuais, mas a compreensão e associação direta ao fenômeno variam — sendo mais fortes quando ligadas a eventos extremos locais. Isso ressalta a importância de mediar e contextualizar as informações ambientais de forma territorializada, valorizando os canais locais e conectando-os com o debate mais amplo.

Sobre receber avisos de ocorrências de eventos climáticos extremos, 13 de 16 jovens relataram que não são notificados, por exemplo, Jovem 1, afirmou: "Eu acho que era bom, né, porque aí a gente se preparava". A falta de notificação antecipada foi amplamente reconhecida como uma deficiência, com 12 participantes destacando a necessidade de instruções claras sobre como agir. O Jovem 8 comentou: "Seria ótimo. Isso deveria ser colocado pelo governo". O jovem 15 (mulher, branca, 24 anos) expressou a seguinte frase:

Seria ótimo, e acredito que deveria ser algo de estado mesmo, que pelo menos alertasse a população dos riscos e de como se preparar para enfrentar, sabe, de como o que até mesmo as pessoas fazem pode aumentar os riscos delas mesmo se houvesse um sistema que notificasse seria de grande ajuda. Poderia ser implementado pelo governo que monitoram e possuem informações gerais do tempo (Jovem 12, homem, pardo, 29 anos).

Nesse sentido é percebida a falta da comunicação de risco, que pode ser entendida como o processo pelo qual informações sobre perigos e suas possíveis consequências são compartilhadas entre instituições, grupos e indivíduos (Kasperson, 2014). Ela é fundamental para que as pessoas formem percepções e compreendam os riscos aos quais estão expostas, permitindo que tomem decisões mais conscientes. Além disso, desempenha um papel central na governança de riscos, pois contribui para a construção de entendimentos coletivos e para a gestão adequada dessas situações (Kasperson, 2014).

Conforme analisado por Silva, Fra Paleo e Ferreira Neto (2019), os sistemas de governança ainda apresentam deficiências no que diz respeito à comunicação de riscos. Em seu estudo comparativo sobre a forma como diferentes atores — jornais impressos locais e representantes comunitários — comunicam o risco de incêndios florestais na Amazônia brasileira e na Espanha Atlântica, os autores apontam que faltam estratégias eficazes para coordenar e transmitir informações de maneira clara e acessível à população. Essa carência

dificulta o fluxo adequado de dados entre fontes governamentais, mídia local e cidadãos, comprometendo a eficácia das ações preventivas.

O conceito de amplificação ou atenuação social do risco mostra que a percepção de uma ameaça ambiental é construída socialmente. Essa percepção depende não apenas de dados técnicos, mas de como a informação circula, da confiança nas instituições e da influência de grupos, mídia e líderes (Kasperson; Kasperson, 2013). Assim, o risco pode parecer maior ou menor conforme os interesses, valores e contextos envolvidos, e a comunicação de risco inclui tanto conhecimento científico quanto político, cultural e midiático (Kasperson; Kasperson, 2013).

Quanto à responsabilidade, a maioria dos jovens (10 de 16) acreditou que o governo deveria ser o responsável por fornecer essas informações. Jovem 4 afirmou: "Acho que o governo tinha que se responsabilizar por isso". No entanto, houve também sugestões de que moradores locais, com apoio governamental, poderiam colaborar, como indicado por Jovem 9: "Acho que poderia ser pelos próprios moradores com auxílio do governo". Essas falas evidenciam uma percepção compartilhada de que a responsabilidade deve ser distribuída entre o poder público e a sociedade, o que se alinha ao conceito de governança de riscos.

A governança de riscos pode ser compreendida como um processo coletivo de tomada de decisões e gestão de incertezas, no qual diversos atores — governo, comunidades, setor privado e instituições — colaboram para enfrentar cenários de risco complexos (Stein; Wiedemann; Bouten, 2019). No contexto das mudanças climáticas, isso implica reconhecer que a adaptação e a prevenção de desastres exigem coordenação multissetorial e participação social ativa. O objetivo da governança de riscos é construir respostas sustentáveis e eficazes diante de riscos que estão em constante transformação (Stein; Wiedemann; Bouten, 2019).

Apesar do reconhecimento da responsabilidade estatal, alguns jovens também demonstraram ceticismo quanto à viabilidade de certas soluções, como sistemas de alerta precoce. Isso se deve a barreiras estruturais, como a falta de acesso à internet em áreas rurais. O Jovem 10 comentou: *"Eu não sei se seria viável, porque nem todo lugar tem internet"*. Essa observação ressalta que, para além da definição de responsabilidades, é essencial considerar as condições concretas dos territórios e investir em infraestrutura inclusiva, garantindo que ações de governança climática sejam não apenas planejadas, mas efetivamente acessíveis às populações mais vulneráveis.

5.4.4. Como a juventude rural interpreta mudanças climáticas

Os depoimentos dos 16 jovens rurais dos municípios de Uruará e Medicilândia revelam um padrão recorrente de desconhecimento formal sobre as mudanças climáticas no

contexto escolar. A maioria declarou não ter estudado (13 jovens) o tema durante a educação básica, ou afirmou não se lembrar de qualquer abordagem sistemática sobre o assunto. Em algumas respostas, como a do Jovem 1 (*“Ah, eu não lembro de ter estudado no tempo da escola sobre isso, mas a gente vê na internet e no jornal as coisas acontecendo”*) e do Jovem 3 (*“Não lembro, eu acho que não”*), evidencia-se não apenas a ausência de conteúdos formais, mas também o lugar marginal que as mudanças climáticas ocupam na memória escolar dos participantes. Essa lacuna se agrava quando se considera a relevância do tema para os territórios amazônicos e a urgência de sua incorporação nos currículos de escolas situadas em regiões de alta vulnerabilidade ambiental.

Três jovens (Jovem 4, 12 e 15), que relataram alguma formação estruturada, os dados mostram que esse aprendizado ocorreu majoritariamente no ensino superior. É o caso da Jovem 4, que tem formação em engenharia florestal, que afirma: “O que eu vi na faculdade eu consigo perceber na região”, e do Jovem 12, com formação em agronomia, que associa o aprendizado ao desenvolvimento de um projeto próprio voltado à irrigação como resposta à escassez de chuvas. Ele relata a seguinte fala

Estudei, nas aulas de ciências, de certa forma em história... Depois estudei muito na faculdade de agronomia, e o que estudei me fez pensar em abrir um negócio para atender essa demanda, que é a irrigação devido à grande falta de chuvas. É evidente a falta de chuva, um verão mais intenso e prolongado. Os rios secam mais que antigamente. Agora algumas pessoas sofrem até com falta de água, com a seca. Então mudou muito desde a minha infância. Tanto que meu investimento tem sido em levar irrigação aos plantios (Jovem 12, homem, pardo, 29 anos)

A jovem 15, ainda estudante de agronomia, relata que “estudei na escola e também estou aprofundando na faculdade. Como o desmatamento afeta na emissão gases de efeito estufa principalmente.” Esses exemplos sinalizam que, quando presente, o contato com a temática ambiental no ensino formal pode despertar percepções críticas e até engajamento prático. No entanto, o acesso a esse tipo de conhecimento permanece restrito a uma minoria, indicando uma desigualdade educacional preocupante, que contribui para o afastamento da juventude rural das agendas climáticas mais amplas.

Apesar da fragilidade da formação escolar, a maioria dos jovens demonstrou ter algum nível de compreensão das mudanças climáticas, ainda que construída por vias informais e empíricas. Referências como:

Não lembro de ter estudado. Mas eu sei que as mudanças no clima estão acontecendo em todo mundo, as geleiras estão derretendo, o sul foi inundado, essas coisas acredito que são mesmo das mudanças do aquecimento global” (Jovem 8, mulher, branca, 29 anos)

São vários fatores que influenciam para essas mudanças ocorrerem, principalmente o desmatamento fora da Amazônia, pois sabemos que não Amazônia 70% estão preservadas” (Jovem 7, mulher, branca, 26 anos).

As mudanças do clima que tão acontecendo, as enchentes em certos locais e secas em outros...” (jovem 10, homem, pardo, 23 anos).

Essas menções evidenciam uma apropriação difusa do tema, mediada por vivências pessoais, notícias de televisão e conteúdo das redes sociais. Nesse sentido, observa-se uma pedagogia climática fragmentada, baseada na mídia de massa e na observação direta dos fenômenos ambientais, mas desprovida de um marco explicativo mais amplo e estruturado. Quando a jovem menciona o derretimento das geleiras, fica evidente o baixo nível de contextualização da discussão sobre mudanças climáticas. Nesse sentido, Zezzo e Coltri (2022), ao realizarem uma revisão integrada da literatura sobre a produção científica em educação climática no Brasil, destacam um desafio recorrente: a ausência de conhecimento prévio dos estudantes acerca de conceitos fundamentais relacionados às mudanças climáticas. Para os autores, essa lacuna inicial compromete a capacidade dos jovens de compreender criticamente e articular conteúdos sobre transformações socioambientais quando passam a trabalhar o tema em contextos acadêmicos.

A escassez de uma cobertura crítica sobre os impactos de queimadas, secas e outros eventos extremos — para povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares — contribui para a naturalização desses fenômenos, tratados como eventos isolados ou cíclicos, e não como manifestações de uma crise ambiental sistêmica. Esse silenciamento midiático aprofunda a invisibilidade das desigualdades climáticas e fragiliza a construção de uma consciência ambiental crítica. Diante disso, torna-se urgente integrar ações de comunicação, educação e extensão rural que promovam uma alfabetização climática territorializada, conectada à realidade dos sujeitos e aos desafios ecológicos e sociais vividos nos territórios.

No que se refere à presença da temática das mudanças climáticas em espaços de extensão rural e cursos extracurriculares, os dados evidenciam uma lacuna ainda mais pronunciada. Treze dos 16 jovens afirmaram nunca ter ouvido falar do tema por meio de extensionistas ou em cursos técnicos, indicando uma ausência significativa de mediação institucional. As exceções, como os relatos dos Jovens 4 e 12, reforçam que, quando existe diálogo com agentes de extensão ou cursos especializados, o conhecimento sobre as mudanças climáticas pode ser mais significativo e vinculado à realidade produtiva local. Contudo, essa presença ainda é pontual e não representa uma política estruturada de educação para a adaptação climática em territórios rurais.

No contexto das mudanças climáticas, faz parte do papel da extensão rural promover a conscientização sobre as melhores estratégias locais disponíveis para lidar com os riscos climáticos, incentivando práticas adaptativas baseadas no conhecimento regional (Afsar;

Idrees, 2019). No entanto, para que os agentes de extensão agrícola possam apoiar adequadamente os pequenos produtores na gestão e adaptação às mudanças climáticas, é essencial compreender quais são suas necessidades de capacitação para desempenhar esse papel com eficácia (Antwi-Agyei; Stringer, 2021).

No contexto da região Transamazônica, onde o serviço de extensão rural ainda representa um gargalo para uma parcela significativa dos agricultores, essa demanda é ainda mais urgente. As limitações são multifacetadas, incluindo a baixa oferta de serviços públicos de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), deficiências em infraestrutura e escassez de pessoal especializado, além da renda restrita dos produtores, que dificulta a contratação de serviços junto às prestadoras privadas de ATER, somadas a desafios logísticos próprios da região (Serra; Monte, 2022).

É importante destacar que alguns discursos revelam um senso crítico ampliado sobre as mudanças climáticas e suas implicações geopolíticas. O Jovem 7, por exemplo, afirma:

São vários fatores que influenciam para essas mudanças ocorrerem, principalmente o desmatamento fora da Amazônia, pois sabemos que na Amazônia 70% estão preservadas. A Europa e outros continente nunca montam programa de recuperação de áreas alteradas, porém interferem na Amazônia (jovem 7, mulher, parda, 26 anos).

Essa fala expressa uma percepção situada e politizada, que desafia o discurso ambiental hegemônico e aponta para a necessidade de reconhecer os jovens amazônidas como sujeitos epistêmicos ativos, capazes de elaborar leituras críticas sobre os processos de transformação ambiental e seus desdobramentos sociais.

Dessa forma, os dados analisados revelam que a juventude rural da Transamazônica não é indiferente às mudanças climáticas, mas lida com o tema a partir de um campo de conhecimento marcado por descontinuidades, informalidade e baixa institucionalização. A ausência de uma formação sistemática — tanto no ambiente escolar quanto nos programas de extensão — compromete a construção de uma consciência ambiental sólida, em contextos produtivos como a cacauicultura, que dependem diretamente da estabilidade climática.

Por outro lado, a presença de interpretações empíricas e de críticas à omissão de políticas ambientais internacionais revela uma potência formativa a ser explorada. O risco de desastres é ratado como espetáculos pela mídia, focando nas perdas, mas sem abordar as causas reais do risco, o que impede o aprendizado social e a construção de uma governança eficaz (Silva; Fra Paleo; Ferreira Neto (2019). Nesse sentido, o risco pode ser compreendido como um conceito multidimensional, que envolve tanto avaliações quantitativas baseadas em

dados e experiência, quanto características qualitativas atribuídas ao risco, influenciadas pelo contexto social, cultural e histórico em que estão inseridas (Renn, 1995).

Diante disso, torna-se evidente que fortalecer os serviços de extensão rural na região Transamazônica não é apenas uma demanda técnica, mas uma estratégia essencial para promover justiça ambiental e territorial. A valorização dos saberes locais, dos jovens rurais, deve ser articulada a processos educativos continuados, que considerem suas experiências e leituras críticas sobre as mudanças climáticas.

5.4.5. Interpretações das juventudes sobre as notícias

Nesta parte são apresentadas e discutidas as interpretações do jovens ao analisarem, em grupo, as notícias relacionadas ao cacau e mudanças climáticas dos jornais. Jornal A voz do Xingu: “Projeto quer investir R\$25 milhões na produtividade de cacau em Novo Repartimento, Anapu e Pacajá, no PA”; “R\$ 25 milhões para aumentar a sustentabilidade da agricultura familiar na Transamazônica”; “Produção de cacau no sudoeste do Pará: Altamira e Medicilândia se destacam como polos produtivos” Jornal Confirma Notícia: “Governo anuncia meta para recuperar 140 mil hectares com produção sustentável até 2025”; “Preço do cacau dispara devido à queda de produção na África”.

O primeiro eixo discursivo que se destaca refere-se à instrumentalização política da temática climática. Ao afirmar “*essas notícias aí estão aí mais pra divulgar sobre política, o que tal governo fez do que trazer alguma preocupação sobre as mudanças climáticas*” (Jovem 6, Mulher, parda, 29 anos), esse participante explicita a percepção de que o discurso midiático opera como mecanismo de legitimação da ação estatal, e não como ferramenta de esclarecimento ou alerta socioambiental. A continuação de sua fala — “*eu acho que essas notícias deveriam ser mais informativas dos perigos dessas mudanças pra agricultura, pro cacau e pra nós que moramos na Amazônia*” — evidencia uma demanda por um discurso climático mais conectado à experiência territorial e às vulnerabilidades locais. Essa fala revela um processo de esvaziamento semântico da crise climática, na medida em que o problema é apresentado sem conflito, sem responsabilização e sem articulação com os impactos vividos pelos sujeitos.

Outro elemento diz respeito à produção de invisibilidade territorial das mudanças climáticas. O Jovem 13 afirma:

São poucas as notícias, pelo menos na televisão a gente consegue ver mais, não daqui da região, mas de geral. Eu acho que é porque aqui ainda não teve grandes acontecimentos das mudanças, mesmo tendo muita queimada (Jovem 15, mulher, branca, 24 anos).

Essa fala revela que a legitimação discursiva da crise climática está condicionada à ocorrência de eventos extremos de grande magnitude, o que contribui para a naturalização de impactos ambientais cotidianos, como as queimadas, que passam a ser percebidos como parte do “normal” do território. Nesse sentido, o discurso midiático produz uma hierarquização dos riscos ambientais, invisibilizando processos lentos e cumulativos que afetam diretamente a agricultura familiar.

Em contraste, quando a crise climática é traduzida por meio de seus efeitos econômicos, no mercado global do cacau, ela se torna mais inteligível e concreta para os jovens. O Jovem 14 observa:

Essa questão do aumento do preço eu achei interessante, porque tá acontecendo mesmo, que aumentou bastante, e é verdade que foi devido a grandes chuvas lá pro outro país, por isso já traz um alerta também né, eu acho importante (Jovem 14, homem, preto, 24 anos).

Essa fala evidencia que o discurso econômico funciona como mediador da percepção climática, tornando visível o impacto das mudanças climáticas quando estas afetam diretamente a renda, a produção e a estabilidade econômica. Do ponto de vista crítico, isso revela a centralidade do mercado como linguagem dominante para a compreensão do risco climático.

A análise também evidencia um discurso de desconfiança em relação às políticas públicas e à distribuição dos investimentos anunciados. O Jovem 15 afirma:

Sobre esses investimentos era bom que chegasse em todas as famílias de agricultores né, eles lançam a notícia, mas a gente não sabe pra onde que vão esses valores, pra ter mais informações até se podemos ser beneficiados (Jovem 15, mulher, branca, 24 anos)

Essa fala aponta para a opacidade dos processos decisórios e para a distância entre o anúncio institucional e a experiência concreta dos agricultores familiares. Complementarmente, o Jovem 5 aprofunda essa crítica ao afirmar:

Se pegassem esse valor aí de 25 milhões e fossem em cada travessão ajudar as famílias produtoras de cacau que realmente precisam, e não as grandes fazendas que já estão estabelecidas, seria mil vezes melhor (Jovem 13, homem, branco, 18 anos).

Essas falas revelam a percepção de que as políticas climáticas e agrícolas reproduzem desigualdades históricas, privilegiando grandes produtores em detrimento da agricultura familiar, mesmo quando o discurso oficial enfatiza sustentabilidade e inclusão.

Emerge um contradiscurso ambiental e identitário associado à cacauicultura. Ao debaterem entre si, sobre a possibilidade de o cacau recuperar áreas degradadas, o jovem 10 argumenta: *“eu concordo mesmo que o cacau serve pra ajudar na recuperação, porque ele ajuda a proteger o solo, diferente do gado”* (Jovem 10, homem, pardo, 23 anos), o jovem

constrói uma oposição simbólica entre modelos produtivos. Ao completar que *“por isso deveria ter mais incentivos pra essa agricultura, e é bom que apareça no jornal, pra ver que a gente agricultor de cacau é diferenciado”*, o participante reivindica reconhecimento social, ambiental e político da cacaucultura familiar. Esse discurso reposiciona o jovem rural não como problema ou sujeito passivo da crise climática, mas como ator potencial da sustentabilidade, ainda que esse reconhecimento permaneça mais simbólico do que material.

Dessa forma, as falas evidenciam que as juventudes rurais elaboram interpretações complexas sobre as mudanças climáticas, marcadas por críticas à superficialidade do discurso midiático, à seletividade da visibilidade dos impactos, à opacidade das políticas públicas e à desigualdade no acesso aos recursos. Ao mesmo tempo, constroem narrativas que afirmam a cacaucultura como prática ambientalmente diferenciada, revelando disputas simbólicas em torno de modelos de desenvolvimento, justiça climática e futuro no meio rural amazônico. Essa disputa pode ser claramente vislumbrada pelo trecho *“é bom que apareça no jornal, pois a visibilidade midiática é compreendida como instrumento de reconhecimento social e de legitimação da cacaucultura familiar enquanto prática ambientalmente diferenciada*. Essa diferenciação, segundo os interlocutores, se relaciona com a capacidade da cacaucultura de conciliar proteção do solo, permanência no território e projeção de futuros possíveis no meio rural amazônico.

5.5.Considerações Finais

A temática das mudanças climáticas tem obtido gradual reconhecimento nos meios de comunicação locais da região Transamazônica do Pará, onde ocorre o avanço da agricultura, como a produção cacaueira. No entanto, a cobertura jornalística abordando a complexidade discursiva em torno das mudanças climáticas, e sua relação com agricultura do cacau, é superficial. A análise revelou a falta de aprofundamento nas causas e consequências dos fenômenos climáticos e uma cobertura limitada das ações de mitigação e adaptação necessárias para enfrentar os desafios impostos às comunidades agrícolas. A falta de destaque para a realidade vivida por grupos vulneráveis, como indígenas e quilombolas, bem como a necessária justiça ambiental ocorre com o simultâneo silenciamento sobre os impactos das queimadas e secas demonstram a necessidade de um jornalismo local mais crítico e engajado com as questões socioambientais, que estão na pauta da urgência climática compartilhada por todo o globo. É importante realçar que conhecer o conteúdo jornalístico local dá pistas sobre a representação local das mudanças climáticas, ao passo que ir a campo com os jovens ajudou a ver os hiatos e perspectivas que devem ser melhoradas do ponto de vista da Comunicação de risco.

Os depoimentos dos jovens rurais mostram que sua compreensão das mudanças climáticas é majoritariamente informal, mediada por mídias de massa, como televisão e redes sociais, devido à falta de educação formal sobre o tema. Isso limita uma consciência ambiental mais profunda, em áreas produtivas como a cacauicultura. Há uma necessidade urgente de políticas educacionais que integrem saberes locais e promovam uma visão crítica do clima. O governo desempenha um papel importante na disseminação de alertas e programas de conscientização, mas é essencial adaptar essas iniciativas às condições das áreas rurais. O fortalecimento da literacia climática pode contribuir para respostas mais resilientes das comunidades.

Os jovens rurais percebem que as notícias sobre cacau e mudanças climáticas tendem a favorecer agendas políticas e econômicas, invisibilizando impactos locais e cotidianos. Ao mesmo tempo, destacam a cacauicultura familiar como prática sustentável, capaz de recuperar solos e garantir permanência no território, reivindicando reconhecimento social e ambiental. Suas interpretações revelam críticas à superficialidade midiática, à desigualdade no acesso a recursos e à opacidade das políticas públicas, enquanto constroem narrativas de protagonismo na sustentabilidade amazônica.

5.6.Referências bibliográficas

AFSAR, Naveed; IDREES, Muhammad. Farmers perception of agricultural extension services in disseminating climate change knowledge. **Sarhad journal of agriculture**, v. 35, n. 3, p. 942-947, 2019.

ALMEIDA, A. L. O. Colonização dirigida na Amazônia. Rio de Janeiro: IPEA, 1992. 496 p. (IPEA. Série IPEA, 135).

ANTWI-AGYEI, Philip; STRINGER, Lindsay C. Improving the effectiveness of agricultural extension services in supporting farmers to adapt to climate change: Insights from northeastern Ghana. **Climate Risk Management**, v. 32, p. 100304, 2021.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011.

CARDOSO, Felipe Mendes. Mídia e mudanças climáticas no Brasil: entre demandas por crescimento econômico e desenvolvimento sustentável. 2013.

CAMPOS, Pedro. As empreiteiras e a Rodovia Transamazônica: interesses econômicos e impactos sociais em um grande projeto da ditadura brasileira. *Revista Cadernos do CEOM*, v. 34, n. 55, p. 67-82, 2021.

COSTA, F. A. et al. Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical. 2022.

DA COSTA, Eduardo José Monteiro. A Amazônia, sustentabilidade e soberania: estabelecendo a arena para os debates durante a COP 30 em Belém (Paper 572). Papers do NAEA, v. 1, n. 1.

DA SILVA, Luciana Pereira et al. Jornalismo e meio ambiente: o silenciamento e a resistência nas páginas dos jornais. Revista Comunicação, Cultura e Sociedade, v. 7, n. 2, p. 003-018, 2020.

DO CISAM, Coordenação-Geral. Centro Integrado da Sociobiodiversidade da Amazônia-CISAM.

DE MENEZES, A. J. E. A. et al. Perfil socioeconômico dos produtores de cacau na região da Transamazônica-Pará.

FAIRCLOUGH, Norman; DE MELO, Iran Ferreira. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. Linha D'água, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAO. Aspirational principles and criteria for a sustainable bioeconomy. Rome, 2021. 16 p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb3706en/cb3706en.pdf>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERRETTI, Kleber Destefani; NEPOMOCENO, Taiane Aparecida Ribeiro. Mapeamento das políticas públicas relacionadas às mudanças climáticas no contexto da agricultura familiar no Brasil. Revista Grifos, v. 33, n. 61, p. 01-18, 2024.

GONÇALVES, Marcus Fabiano; OLIVEIRA, Terezinha Azevedo. Devolva-me a vida e permita-me viver—não me destrua no fogo: impactos ambientais e sociais das queimadas na região Norte do Brasil à luz do direito internacional ambiental. 2024.

GHIZZONI, Manuela. Jornalismo regional como mediador social: uma análise de conteúdo. Revista Vernáculo, v. 32, p. 136-166, 2013.

HOMMA, Alfredo. Amazônia pré-COP 30: quais os caminhos?. Revista de Política Agrícola, v. 33, p. e01988, 2024.

IZOLANI, Francieli Iung; TYBUSCH, Jerônimo Siqueira. A preservação da sociobiodiversidade na Amazônia: o mito do progresso e da igualdade. 2020.

KASPERSON, Jeanne X.; KASPERSON, Roger E. **Global environmental risk**. Routledge, 2013.

KASPERSON, Roger E. Risk governance and the social amplification of risk: A commentary. In: **Risk Governance: The Articulation of Hazard, Politics and Ecology**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2014. p. 485-487.

LEAL, B. S. Telejornalismo e autenticação do real. E-Compós (Brasília), v. 11, p. 1-13, 2008.

LEE, Hoesung et al. Climate Change 2023 Synthesis Report Summary for Policymakers. 2024.

MAPBIOMAS. Brasil queimou área maior que o Acre em 2023. 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/01/19/brasil-queimou-area-maior-que-o-acre-em-2023/>. Acesso em: 29 set. 2024.

MAPBIOMAS. Brasil queimou uma área do tamanho do Tocantins de janeiro a outubro de 2024. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/2024/11/21/brasil-queimou-uma-area-do-tamanho-do-tocantins-de-janeiro-a-outubro-de-2024/>. Acesso em: 7 dez. 2024.

MARTIN, Débora Gonzaga et al. Percepção do acesso à atenção primária à saúde dos cacauicultores de municípios da Amazônia Oriental. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, v. 17, n. 4, p. e6312-e6312, 2024.

MOREIRA, Janaína Lopes; AMORIM, Margarete Cristiane de Costa Trindade; MONTEIRO, Ana. Clima e mudanças climáticas: análise midiática entre Brasil e Portugal na perspectiva geográfica. *Formação (Online)*, v. 31, p. e024014-e024014, 2024.

NUNES, Hyngra Suellen de Jesus et al. Cacau, chocolate e turismo na região Transamazônica, Pará: contribuições ao desenvolvimento local. *Turydes: Revista de Investigación en Turismo y Desarrollo Local*, 2018.

PARÁ. Plano de Bioeconomia do Pará - PLANBIO Pará. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Ed.). 2022. Disponível em: <https://www.semam.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/05/planbio-completo-portugues.pdf>.

RENN, Ortwin. Individual and social perception of risk. **Ökologisches Handeln als sozialer Prozess: Ecological action as a social process**, p. 27-50, 1995.

SALDAÑA, J. The coding manual for qualitative researchers. 2nd ed. Los Angeles: Sage Publications, 2013.

SANDMAN, Peter M. Risk communication: Facing public outrage. **EPA J.**, v. 13, p. 21, 1987.

SANDMAN, Peter M. Mass media and environmental risk: Seven principles. **Risk**, v. 5, p. 251, 1994.

SENADO FEDERAL. Brasil é confirmado como sede da COP 30 em 2025. Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/12/brasil-e-confirmado-como-sede-da-cop-30-em-2025>.

SERRA, Anderson Borges; MONTE, Maria Aparecida Brandão. Orientações para Criação de Aplicativo de Celular como Instrumento de Assistência Técnica e Extensão Rural Híbrida para Agricultores Familiares Rurais na Região Transamazônica e Xingu, Oeste do Pará, Amazônia.

SILVA, Nathália Thaís Cosmo da; PALEO, Urbano; FERREIRA NETO, José Ambrósio. Conflicting discourses on wildfire risk and the role of local media in the Amazonian and temperate forests. *International Journal of Disaster Risk Science*, v. 10, p. 529-543, 2019.

SORIANO, Érico; HOFFMANN, Wanda Aparecida Machado. A informação e o conhecimento no contexto da comunicação dos riscos de desastres naturais. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 37, p. 110-123, 2015.

SOUSA, Lorenza Flor de. Estudo da cadeia produtiva do cacau paraense no desenvolvimento da bioeconomia na Amazônia. 2024.

STEIN, Volker; WIEDEMANN, Arnd; BOUTEN, Christiane. Framing risk governance. *Management Research Review*, v. 42, n. 11, p. 1224-1242, 2019.

SYRKIS, Guilherme Wehb et al. Vulnerabilidades às mudanças climáticas e análise da implementação de medidas de adaptação em estados brasileiros. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 19, n. 56, p. 606-635, 2024.

TEIXEIRA, Teresa Patrícia de Sá. Todas as vozes: diferentes abordagens para um conceito de rádio local. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, 1999.

VIOLA, Eduardo; MENDES, Vinícius. Agricultura 4.0 e mudanças climáticas no Brasil. *Ambiente & Sociedade*, v. 25, p. e02462, 2022.

WALKER, R. T. et al. A evolução da cobertura do solo nas áreas de pequenos produtores na Transamazônica. 1996.

WILKINSON, Sue. Analysing focus group data. In: SILVERMAN, David (Org.). *Qualitative research*. 4th ed. United Kingdom: Sage, 2016.

ZANGALLI JUNIOR, Paulo Cesar. O capitalismo climático como espaço de reprodução do capital: governança do clima e os sujeitos sociais. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2018.

ZEZZO, Larissa Vieira; COLTRI, Priscila Pereira. Educação em mudanças climáticas no contexto brasileiro: uma revisão integrada. *Terrae Didática*, v. 18, p. e022039-e022039, 2022.

6. ARTIGO 5. Construção participativa de cenários futuros com juventudes rurais da Transamazônica

Resumo

A cacauicultura amazônica enfrenta desafios históricos relacionados à infraestrutura precária, acesso limitado a mercados, escassez de mão de obra qualificada e impactos das mudanças climáticas, afetando especialmente a permanência das juventudes no campo. O objetivo deste estudo é co-criar cenários futuros de desenvolvimento da cacauicultura amazônica, envolvendo ativamente as juventudes rurais em um processo participativo, considerando as mudanças climáticas. Para isso, adotou-se uma abordagem qualitativa exploratório-interpretativa, combinando entrevistas semiestruturadas com 16 jovens rurais de Medicilândia e Uruará (PA), oficinas de cenários futuros com 5 jovens de Uruará, análise SWOT dos cenários e análise de conteúdo, valorizando a participação dos jovens na produção de conhecimento sobre seu território. A partir das entrevistas, emergiram quatro áreas centrais de incerteza: capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos, infraestrutura e suporte técnico, mão de obra e formação técnica e adaptação às mudanças climáticas. Os cenários construídos revelaram um futuro mais provável, marcado por fragilidades estruturais, baixa previsibilidade de renda, êxodo rural e riscos climáticos, e um cenário menos provável, associado a investimentos estruturantes, valorização do trabalho rural, educação técnica e políticas de adaptação climática. Para transformar o cenário negativo em positivo, os jovens propuseram políticas públicas territorializadas, diversificação produtiva, assistência técnica contínua, educação contextualizada, crédito acessível, infraestrutura adequada e inovação tecnológica. Os resultados evidenciam o protagonismo crítico das juventudes rurais e indicam caminhos viáveis para fortalecer a sustentabilidade da cacauicultura e a permanência no meio rural amazônico.

Palavras-chave: Juventudes rurais; Cacauicultura amazônica; Mudanças climáticas; Cenários futuros.

Abstract

Amazonian cocoa cultivation faces historical challenges related to precarious infrastructure, limited market access, scarcity of skilled labor, and the impacts of climate change, particularly affecting the permanence of rural youth in the countryside. The objective of this study is to co-create future development scenarios for Amazonian cocoa cultivation, actively involving rural youth in a participatory process that considers climate change. To achieve this, a qualitative exploratory-interpretative approach was adopted, combining semi-structured interviews with 16 rural youth from Medicilândia and Uruará (PA), future scenario workshops with 5 youth from Uruará, SWOT analysis of the scenarios, and content analysis, valuing the youth's participation in generating knowledge about their territory. From the interviews, four central areas of uncertainty emerged: investment capacity and access to strategic markets, infrastructure and technical support, labor and technical training, and adaptation to climate change. The constructed scenarios revealed a more likely future marked by structural weaknesses, low income predictability, rural exodus, and climate risks, and a less likely scenario associated with structural investments, recognition of rural labor, technical education, and climate adaptation policies. To transform the negative scenario into a positive one, the youth proposed territorialized public policies, productive diversification, continuous technical assistance, contextualized education, accessible credit, adequate infrastructure, and technological innovation. The results highlight the critical agency of rural youth and indicate viable paths to strengthen the sustainability of cocoa cultivation and the permanence of youth in the Amazonian countryside.

Keywords: Rural youth; Amazonian cocoa farming; Climate change; Future scenarios.

6.1.Introdução

As mudanças climáticas constituem um dos principais desafios estruturantes da contemporaneidade, ao incidir de maneira direta e crescente sobre os sistemas agropecuários em escala global. O aquecimento do sistema climático, a intensificação de eventos extremos e as alterações nos regimes de precipitação vêm comprometendo a estabilidade produtiva e a sustentabilidade desses sistemas, com efeitos particularmente agudos em países tropicais e em desenvolvimento, como o Brasil, onde a dependência climática da agricultura é elevada (Destefani, 2025).

No contexto brasileiro, os impactos climáticos manifestam-se de forma heterogênea entre os diferentes agroecossistemas, evidenciando a combinação entre vulnerabilidades biofísicas e processos socioeconômicos históricos. Enquanto o Semiárido nordestino enfrenta o agravamento da escassez hídrica, o Sul do país experimenta maior frequência e intensidade de eventos extremos; o Norte observa alterações significativas nos regimes hidrológicos, com repercussões sobre a sociobiodiversidade; e o Centro-Oeste registra crescente estresse térmico e hídrico associado à expansão de monoculturas. Tais efeitos não decorrem exclusivamente de dinâmicas naturais, mas são aprofundados por ações antrópicas como o desmatamento, a intensificação da pecuária, a expansão de sistemas produtivos pouco diversificados e a concentração fundiária (Destefani, 2025).

Nesse cenário, a Amazônia destaca-se como uma das regiões mais vulneráveis às mudanças climáticas, não apenas em função dos cenários projetados, mas sobretudo pela interação sinérgica entre essas mudanças e pressões já existentes, como o desmatamento, a fragmentação florestal e o uso recorrente do fogo. Esses fatores atuam de forma cumulativa, ampliando riscos socioambientais e comprometendo funções ecossistêmicas essenciais, com implicações que extrapolam a escala regional e afetam o equilíbrio climático global (Marengo; Souza Junior, 2018).

O avanço acelerado do desmatamento na Amazônia brasileira, com impactos profundos sobre a floresta, a biodiversidade e os ciclos biogeoquímicos, reforça a urgência de modelos de desenvolvimento que conciliem produção, conservação ambiental e inclusão social. Nesse contexto, a cacauicultura desponta como uma atividade de elevada aptidão produtiva e ambiental no bioma amazônico, quando inserida em sistemas agroflorestais. Além de sua relevância econômica para a agricultura familiar, o cultivo do cacau apresenta potencial para promover a recuperação de áreas degradadas, a diversificação produtiva e a geração de renda, configurando-se como uma alternativa estratégica para o desenvolvimento rural sustentável (Gontijo, 2020).

Entretanto, o futuro da cacauicultura amazônica não pode ser compreendido exclusivamente a partir de variáveis produtivas, tecnológicas ou climáticas. Ele está intrinsecamente associado às dinâmicas sociais, territoriais e geracionais que estruturam o meio rural amazônico. Nesse sentido, as juventudes rurais ocupam posição central, situadas no cruzamento entre projetos de vida, expectativas de permanência ou saída do campo, transformações no trabalho agrícola e incertezas associadas às mudanças climáticas.

A literatura sobre juventudes rurais tem demonstrado que as decisões relativas a “ficar ou sair” do campo extrapolam uma oposição simplista entre rural e urbano, sendo moldadas por um conjunto complexo de fatores econômicos, simbólicos, familiares, institucionais e territoriais (Castro, 2009). Compreender como os jovens interpretam essas condições, elaboram expectativas de futuro e constroem estratégias de ação torna-se, portanto, fundamental para pensar trajetórias sustentáveis para a agricultura amazônica.

A sucessão agrícola na cacauicultura permanece, em grande medida, negligenciada, e a ausência de estratégias intergeracionais compromete a continuidade produtiva e contribui para o distanciamento dos jovens do meio rural (Adebayo; Ogundiran; Babatunde, 2022). Em contextos sociais atravessados por incertezas crescentes quanto ao futuro, a juventude configura-se como uma categoria analiticamente complexa, de limites fluidos e significados plurais, cuja compreensão teórica requer abordagens atentas às suas dimensões históricas, sociais e relacionais (Stropassolas, 2002).

Paralelamente, os estudos de futuros e as metodologias de construção de cenários têm se consolidado como abordagens relevantes para a análise de contextos caracterizados pela complexidade, pela incerteza e pela impossibilidade de previsões lineares. Diferentemente de exercícios prognósticos, os cenários permitem explorar múltiplos futuros possíveis, articulando tendências, incertezas críticas e escolhas sociais, e oferecendo suporte à reflexão estratégica e à tomada de decisão (Godet, 2000). Quando desenvolvidos de forma participativa, esses métodos ampliam sua potência analítica e política ao incorporar saberes locais, experiências vividas e percepções dos atores diretamente envolvidos nos processos em análise (Rawluk; Ford; Williams, 2018).

Apesar desse potencial, permanecem escassos os estudos que articulam, de maneira sistemática, juventudes rurais, cacauicultura amazônica, mudanças climáticas e metodologias participativas de construção de cenários. Essa lacuna é particularmente evidente na região da Transamazônica paraense, onde a cacauicultura exerce papel central na economia local e onde as juventudes enfrentam desafios específicos relacionados à distância dos centros urbanos, à

precariedade da infraestrutura, à herança dos processos de colonização dirigida e às novas pressões ambientais.

Diante desse contexto, este artigo parte do pressuposto de que envolver ativamente as juventudes rurais em processos participativos de construção de cenários futuros constitui não apenas uma estratégia metodológica, mas também um posicionamento epistemológico e político. Ao reconhecer os jovens como atores capazes de interpretar criticamente o presente e de imaginar futuros alternativos, busca-se contribuir para uma compreensão mais complexa e situada do desenvolvimento rural amazônico em tempos de crise climática. Assim, o objetivo deste estudo é co-criar cenários futuros de desenvolvimento da cacauicultura amazônica, envolvendo ativamente as juventudes rurais em um processo participativo, considerando as mudanças climáticas.

6.1.1. Juventudes rurais nos contextos de produção de cacau

A partir dos anos 90, houve um aumento significativo no interesse e estudo das políticas públicas voltadas para as juventudes no Brasil, tendo ficado mais evidente nos anos 2000. Houve uma mudança na maneira como a juventude é conceituada e crescimento no interesse acadêmico acompanhado de uma maior organização política e cultural dos jovens, inclusive fora das estruturas tradicionais de representação política (Castro, 2016).

As diversas maneiras de definir as juventudes abrangem aspectos como idade, transição na vida, perspectiva geracional, cultura e estilos de vida. No contexto brasileiro, a definição se dá com base na idade, tipicamente entre 15 e 29 anos, e é comum para determinar os direitos dos jovens. Contudo, a juventude é vista como uma fase da vida influenciada por fatores biológicos e sociais, como a transição de papéis sociais (Weisheimer, 2005). Pierre Bourdieu (1983) aborda e define a juventude como um período de transição e formação marcado por uma série de complexidades sociais e culturais. Em sua análise, Bourdieu reconhece que a juventude não é uma categoria homogênea, mas sim uma construção social que varia de acordo com diferentes contextos sociais, culturais e históricos. Ele destaca que as experiências e as aspirações dos jovens são moldadas por fatores como classe social, acesso à educação e oportunidades econômicas. Bourdieu discute como o acesso ampliado ao ensino secundário e a inflação escolar impactam as perspectivas dos jovens, aqueles das classes populares, que podem aspirar a posições profissionais anteriormente inacessíveis para eles. Além disso, este autor reconhece que a juventude não é apenas uma fase de transição para a idade adulta, mas também um período de construção de identidade e formação de aspirações. Ele observa que os jovens enfrentam desafios e pressões específicas, como a busca por

reconhecimento social, a luta por oportunidades econômicas e a formação de relações interpessoais.

Para Castro, (2008) "juventude" é mais do que uma categoria que simboliza identidades sociais. A autora assinala juventude rural como um ator político que pode ter várias interpretações, mas que está se manifestando em diversos cenários como uma categoria caracterizada por relações de hierarquia social. Segundo Carneiro (2005), as investigações sobre a estrutura social nas áreas rurais frequentemente abordam a juventude principalmente dentro do contexto familiar, seja como um aprendiz dentro da unidade familiar agrícola, participando nos processos de socialização e divisão do trabalho, ou como um trabalhador fora da família, contribuindo com sua renda em empregos precários.

Segundo Weisheimer (2013), os jovens que residem em áreas rurais estão sujeitos a formas de exclusão social à medida que não são considerados alvos de políticas públicas. Essa falta de atenção os mantém em uma condição de fragilidade, já que permanecem invisíveis tanto no meio acadêmico quanto nas agendas governamentais (Weisheimer, 2013). Entretanto, vale ressaltar que no Brasil há programas voltados para juventudes rurais, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem (Pronaf Jovem). No entanto, é importante ressaltar que no Brasil existem programas direcionados para juventudes rurais, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), o Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar Jovem (Pronaf Jovem). No entanto, é necessário realizar estudos para verificar a eficácia desses programas em relação às juventudes rurais, embora este não seja o objetivo desta pesquisa.

Historicamente, a questão da juventude no meio rural do Brasil tem sido marcada pela experiência de restrições no acesso a recursos e serviços, dentro de um contexto socialmente desigual (Barcelos, 2017). Esse cenário, conforme aponta Barcelos (2017), é influenciado por diversos fatores, incluindo a expansão das monoculturas ligadas ao agronegócio, o fenômeno do êxodo rural e a concentração de terras. Essas dinâmicas, como destacadas por Barcelos (2017), criam tensões que afetam diretamente a vida e as oportunidades dos jovens que residem nessas áreas rurais.

Em seu estudo sobre as desmotivações do meio rural para os jovens lituanos, Girdziute et al. (2022), apontam a natureza desafiadora do setor agrícola e a falta de prestígio associada a essa ocupação. Uma tendência observada neste estudo é a migração dos jovens das áreas rurais em busca de oportunidades de emprego mais atraentes nas áreas urbanas. Dentre os

fatores que moldam a disposição dos jovens para ingressar na agricultura identificados estão o gênero, a área de residência e a percepção dos jovens sobre a ausência de oportunidades satisfatórias de autorrealização no trabalho agrícola. No entanto, o estudo também ressalta a existência de jovens rurais dispostos a se engajar na agricultura, aqueles com histórico familiar nessa área e que possuem uma afinidade pelo meio ambiente natural e pelos animais. Adicionalmente, a disponibilidade de treinamento especializado emerge como um fator potencial para atrair os jovens para o trabalho agrícola (Girdziute et al., 2022).

No levantamento do estado da arte sobre juventudes rurais em teses e dissertações realizado por Barasuol, Doula e Boessio (2017), abrangendo o período de 2010 a 2015, as temáticas predominantes encontradas foram educação, cultura, projetos e trajetórias, trabalho, reprodução social, gênero, migração juvenil, tecnologias de informação e comunicação (TIC), e protagonismo juvenil. Melo (2023) deu continuidade a este estado da arte, abrangendo o período de 2016 a 2023, e identificou as seguintes temáticas: educação, projetos de vida e trajetórias, permanência no campo, migração, TIC, sucessão familiar, sexualidade, empoderamento, gênero, cultura, trabalho, poder de consumo e acesso à terra. Barasuol, Doula e Boessio (2017), corroborado por Melo (2023), apontam a necessidade de explorar não apenas os aspectos objetivos da jovem rural, mas também as representações e significados atribuídos pelos jovens a sua realidade.

Em uma pesquisa realizada na literatura⁵ sobre juventude rural na agricultura do cacau, os artigos evidenciam uma série de questões complexas e inter-relacionadas que afetam a relação dos jovens na produção de cacau. Primeiramente, a influência do gênero e da geração é destacada nos artigos de Abukari, Zacaria, Azumah (2022) e Kodom et al., (2020), mostrando como as características demográficas e sociais dos jovens podem moldar suas decisões e oportunidades de participação na agricultura do cacau. Por exemplo, a maior probabilidade de envolvimento de jovens casados na produção de cacau sugere a influência de responsabilidades familiares e dinâmicas conjugais nessa escolha de carreira, como mostra este artigo.

A análise do artigo de Abukari, Zacaria, Azumah (2022), no contexto de Gana, também revela a importância de fatores socioeconômicos, como nível de escolaridade, na determinação do envolvimento dos jovens na produção de cacau, pois quanto mais buscam educação, menos tendem a participarem da cacauicultura. Em relação à idade, o estudo aponta

⁵ A revisão do tipo sistemática foi realizada utilizando os termos "juventude rural" OR "jovem rural" AND "cacau" nos idiomas inglês, português e espanhol, nas bases de dados ScienceDirect, Scielo e Portal de Periódicos CAPES, com o objetivo de buscar dados recentes na literatura no período de 2019 a 2025.

que a faixa etária influencia no envolvimento com a cultura do cacau em relação aos homens, mas não as mulheres, em que quanto mais velhos mais os homens tendem a se envolverem na produção cacauera.

O artigo de Yeboah (2020), no contexto dos países Ghana, Zimbabwe e Tanzânia, traz a questão intergeracional, quando os jovens relatam que os conhecimentos acerca da agricultura do cacau foram adquiridos de familiares mais velhos, e que os jovens maiores que 24 anos são mais ligados a produção do cacau. Já os artigos de Mabe et al. (2021) e Adeloje et al., (2021), mostram que os jovens estão inseridos na agricultura do cacau em diversos setores de produção, desde a plantio até as finanças de negociações.

Outro aspecto importante que é abordado no artigo Afele et al. (2024) é o impacto das mudanças climáticas e das percepções sociais sobre a agricultura do cacau na participação dos jovens de Gana. Os pesquisadores examinaram diversos aspectos, incluindo a demografia dos agricultores de cacau, acesso ao crédito, percepções sobre as causas das mudanças climáticas, estratégias de mitigação e adaptação e os efeitos percebidos dessas mudanças no rendimento do cacau. Os resultados revelaram que a maioria dos agricultores de cacau tem mais de 50 anos e enfrenta dificuldades significativas de acesso ao crédito, o que afeta negativamente a produtividade das fazendas de cacau. Além disso, muitos agricultores identificam a desflorestação como a principal causa das mudanças climáticas, enquanto outros atribuem essas mudanças a crenças supersticiosas.

A percepção de mudanças climáticas, no estudo de Afele et al. (2024) é frequentemente associada à irregularidade das chuvas e à redução dos rendimentos do cacau. Com base nesses resultados, o estudo recomenda uma série de medidas para enfrentar os desafios enfrentados pelos agricultores de cacau em Gana. Isso inclui políticas governamentais para facilitar o acesso ao crédito, programas de educação e sensibilização sobre mudanças climáticas e estratégias de adaptação e mitigação, como o uso de práticas agrícolas mais sustentáveis e diversificação de cultivos. Essas medidas visam promover a resiliência dos agricultores de cacau e garantir a sustentabilidade da indústria do cacau em Gana frente às mudanças climáticas.

Os artigos fornecem reflexões valiosas sobre os desafios e oportunidades enfrentados pelos jovens na produção de cacau em contextos rurais, entretanto, vale salientar que não houve nenhuma ocorrência de estudos realizados em contexto brasileiro, que é um dos maiores produtores de cacau no mundo. Outra reflexão é que apenas um dos artigos, dos autores Afele et al. (2024) que apresentou discussão sobre mudanças climáticas, entretanto em Gana.

A partir da análise dos artigos selecionados, foi possível identificar fatores socioambientais que influenciam a experiência dos jovens produtores de cacau. Por fatores socioambientais, entende-se aqui tanto condições sociais, culturais e econômicas, quanto aspectos ambientais e de percepção sobre o ambiente natural que afetam a produção e a tomada de decisão. Estes fatores foram agrupados conforme apresentados na tabela 5.

Tabela 1. Fatores socioambientais encontrados nos artigos incluídos.

Características demográficas e sociais	Crenças supersticiosas (os pecados da humanidade”, “castigos de Deus” e “a vontade dos deuses do céu”)
Nível de escolaridade	Percepções sobre as causas das mudanças climáticas
Acesso ao crédito	Efeitos percebidos dessas mudanças no rendimento do cacau
Estratégias de mitigação e adaptação	Deflorestação
Adquiridos de familiares mais velhos	Faixa etária

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os artigos encontrados oferecem contribuições significativas para a compreensão dos desafios e das oportunidades enfrentados pelos jovens envolvidos na produção de cacau em contextos rurais. No entanto, é importante ressaltar a ausência de estudos realizados no contexto brasileiro, que se destaca como um dos principais produtores globais de cacau. Este estudo identifica uma lacuna na literatura relacionada à agricultura do cacau no Brasil, no que diz respeito à integração da temática das mudanças climáticas.

6.1.2. Juventudes rurais e Futuros

Nas sociedades ocidentais industrializadas, a trajetória de vida passou a ser organizada a partir de categorias etárias socialmente construídas — infância, juventude, adultez e velhice — cujas transições eram historicamente marcadas por acontecimentos socialmente reconhecidos como decisivos. Esses marcos de passagem, ancorados sobretudo em instituições centrais como a escola, o trabalho e a família, funcionavam como referenciais coletivos capazes de ordenar o curso da vida e conferir previsibilidade às biografias individuais (Ferreira; Nunes, 2010).

Entretanto, nas últimas décadas, esse modelo normativo de transição tem sido tensionado pela crescente instabilidade dos percursos de vida, caracterizados por descontinuidades, ritmos irregulares e incertezas quanto ao porvir. Os dispositivos sociais que antes estruturavam e normatizavam as etapas da vida coexistem, hoje, com a percepção de um futuro obscurecido, produzindo sentimentos recorrentes de ansiedade, medo e frustração entre diferentes gerações. Para os jovens, em particular, a ausência de horizontes previsíveis tende a enfraquecer a esperança e a confiança no futuro, sobretudo quando o presente se apresenta marcado por limitações estruturais e escassez de oportunidades concretas (Pais, 2012).

Ainda que não se configure como uma “geração de referência”, a juventude contemporânea compartilha a experiência de bloqueio simbólico e material em relação ao futuro. Mesmo quando conseguem ultrapassar, ao menos formalmente, os limites que separam a juventude da vida adulta, muitos jovens enfrentam trajetórias marcadas pela precariedade e pela imprevisibilidade. Como consequência, a autonomia econômica plena torna-se difícil de alcançar, consolidando uma posição social ambígua, frequentemente definida como a condição de “jovem adulto”, situada entre a dependência juvenil e a adultez efetiva (Pais, 2010).

No caso específico das juventudes rurais, a construção dos projetos de futuro é atravessada por dimensões adicionais, relacionadas às memórias familiares, às trajetórias intergeracionais e às chamadas lealdades invisíveis. Segundo Melo (2023), essas referências não operam como simples mecanismos de reprodução do passado, mas são constantemente ressignificadas pelos jovens, que transformam as lutas familiares em fontes de resiliência. Esse processo contribui para a constituição das identidades juvenis e para a formulação de expectativas orientadas à melhoria das condições de vida, ao crescimento econômico, ao desenvolvimento social e ao acesso a direitos no contexto rural.

A decisão de permanecer no campo ou migrar para a cidade, portanto, não pode ser compreendida exclusivamente a partir da lógica da atração urbana. Conforme argumenta Castro (2009), trata-se de um processo complexo, atravessado por pressões sociais, econômicas e simbólicas, bem como por desafios históricos próprios do meio rural, como as relações de autoridade e hierarquia no interior da família e a centralidade do pai como chefe e detentor da terra. Embora os jovens sejam frequentemente mobilizados nos discursos como protagonistas do futuro rural, na prática ocupam posições subordinadas e transitórias, sendo mais objeto de políticas e intervenções do que sujeitos ativos na definição dos rumos do campo. Assim, a responsabilização individual da juventude pela revitalização rural precisa ser problematizada, uma vez que a superação das desigualdades estruturais e do esvaziamento do campo demanda políticas públicas coletivas, integradas e de longo prazo.

Do ponto de vista analítico, os estudos sobre futuros pessoais, aqueles voltados à juventude, tendem a concentrar-se em três eixos principais: os modos pelos quais os jovens constroem (ou não) seus projetos de futuro, os horizontes temporais nos quais essas expectativas se situam e os temas ou objetivos que compõem o conteúdo dos futuros imaginados (Kuhmonen; Kuhmonen; Luoto, 2016). Nesse sentido, a noção de perspectiva de tempo futuro, proposta por Lens (1993), refere-se à capacidade do indivíduo de integrar o

futuro ao presente, constituindo um traço relativamente estável que orienta a definição de objetivos em horizontes temporais mais curtos ou mais longos.

Dessa forma, o futuro aparece simultaneamente como um campo de possibilidades e como um espaço marcado pela incerteza e pela insegurança. Diante desse cenário, os jovens buscam estratégias para não perder o controle sobre o próprio tempo, procurando adaptar-se às mudanças sem se deixar dominar pela instabilidade. Mais do que prever o futuro, torna-se central “manter a rota”, preservando um sentido de direção e coerência biográfica, mesmo em contextos profundamente incertos (Leccardi, 2005).

6.1.3. Juventude, mudança climática e cenários futuros

Diante da lacuna encontrada no tópico anterior, com o objetivo de investigar a interpretação da juventude em relação às mudanças climáticas e suas perspectivas de futuro na literatura científica, conduziu-se uma revisão da literatura⁶. Embora a busca inicial tenha retornado um número maior de artigos, apenas três estudos atenderam aos critérios de inclusão: foco em juventude/adultos jovens, mudanças climáticas e cenários futuros. Desiderio et al. (2024), que utilizou a Teoria da Dissonância Comunitária e uma combinação de revisão bibliográfica, grupos focais e pesquisa para identificar 31 indicadores de sustentabilidade dos sistemas alimentares. O estudo envolveu a utilização de grupos focais com participação da Geração Z (pessoas que nasceram entre o final da década de 1990 e meados dos anos 2010, de uma universidade na Itália e outra nos Estados Unidos, em contexto urbano). Quatro cenários futuros de sistemas alimentares foram obtidos através da literatura, servindo como base para discussão para grupos focais da Geração Z. Os indicadores propuseram políticas que incluíram: equilibrar objetivos econômicos, sociais e ambientais nos sistemas alimentares; abordar os impactos potenciais das políticas além de cenários específicos; reconciliar prioridades de curto e longo prazo nas cadeias de suprimentos alimentares; e envolver os jovens interessados para informar a formulação de políticas coerentes. A construção dos cenários futuros neste estudo foi inicialmente feita pela identificação de cenários a partir da literatura sobre sistemas alimentares. Esses cenários foram submetidos a grupos focais com jovens universitários na Itália e nos Estados Unidos,

⁶ Revisão sistemática utilizando um comando de termos específicos para busca: ("juventude" OR "jovens adultos" AND ("mudanças climáticas" OR "aquecimento global") AND ("futuro" OR "perspectivas futuras" OR "cenários futuros" OR "planejamento de cenários")) ("youth" OR "young adults") AND ("climate change" OR "global warming") AND ("future" OR "future perspectives" OR "future scenarios" OR "scenario planning") para buscar artigos na base de dados da Science Direct e CAPES.

que discutiram, reagiram e sugeriram soluções, gerando insights analisados qualitativamente. Posteriormente, esses resultados foram validados por meio de um survey online com uma amostra maior de jovens, consolidando os indicadores de sustentabilidade mais relevantes a partir da perspectiva dos participantes.

O artigo de Crichton, Esteban, Onuki (2020), investigou as preferências de adaptação das comunidades rurais em ilhas para lidar com os riscos futuros das mudanças climáticas, aqueles relacionados ao aumento do nível do mar. Utilizando uma abordagem de ação participativa de discussão de casos, por meio de oficinas comunitárias, o estudo explorou o papel da cultura, política local e diferenças entre grupos de idade e gênero na comunidade em relação às trajetórias de adaptação preferidas. Os cenários de melhores e piores casos foram apresentados, com base em modelos científicos, e foi enfatizado que o resultado real poderia estar em qualquer lugar entre esses dois cenários, não sendo feita uma construção de cenários futuros junto com os participantes.

Embora os estudos selecionados tenham abordado aspectos relevantes, como a identificação de indicadores de sustentabilidade dos sistemas alimentares e as preferências de adaptação das comunidades rurais ao aumento do nível do mar, apenas dois deles abordaram diretamente a metodologia de cenários. Essa limitação sugere uma lacuna na literatura em relação à participação e perspectivas dos jovens na construção de cenários futuros relacionados às mudanças climáticas.

A ausência de estudos que explorem a participação ativa dos jovens na formulação de cenários futuros pode limitar a compreensão abrangente das percepções e necessidades dessa importante parcela da população em relação aos desafios climáticos futuros.

O estudo de Pizzinato et al (2017), relata que jovens mulheres do meio rural residentes em diferentes municípios do interior do Rio Grande do Sul, Brasil, não veem o meio rural como um espaço que garanta plenamente direitos básicos, como educação, saúde e lazer, o que faz com que associem a cidade a mais oportunidades. Para elas, viver no meio urbano e ter uma profissão autônoma representa independência, segurança econômica e a possibilidade de construir um projeto de vida próprio, sem depender tanto da comunidade.

Esses achados indicam que, embora existam estudos relevantes sobre percepções juvenis e adaptação, há uma lacuna na literatura quanto à participação ativa de jovens na formulação de cenários futuros climáticos, evidenciando a necessidade de pesquisas que integrem métodos participativos com foco em políticas e sustentabilidade.

6.1.4.Cenários futuros: abordagem participativa

A incerteza constitui um elemento central no planejamento de cenários, uma vez que a própria razão de explorar múltiplos futuros possíveis reside na impossibilidade de prever com precisão os desdobramentos do presente; sem incerteza, não haveria sentido em construir cenários alternativos (Cordova-Pozo; Rouwette, 2023). Nesse campo, as diferentes escolas de construção de cenários distinguem-se principalmente por suas abordagens metodológicas. A escola da Lógica Intuitiva adota uma perspectiva qualitativa e participativa, fundamentada na identificação de incertezas críticas e na elaboração de narrativas plausíveis de futuro, sem atribuição de probabilidades. Já a abordagem La Prospective combina métodos qualitativos e quantitativos, valendo-se de análises estruturais, morfológicas e modelagens para explorar futuros alternativos, tanto descritivos quanto normativos. Por sua vez, a escola das Tendências Modificadas Probabilísticas opera predominantemente com métodos quantitativos, ajustando a extrapolação de tendências históricas pela incorporação de eventos incertos, o que resulta em cenários acompanhados de probabilidades associadas (Bradfield et al., 2005; Godet, 2000; Cordova-Pozo; Rouwette, 2023).

Desde a década de 1960, os cenários consolidaram-se como um conceito-chave e uma metodologia amplamente empregada nos estudos do futuro. Inicialmente, essa abordagem ganhou destaque nos trabalhos de Herman Kahn, no âmbito da geoestratégia, voltados à análise de contextos marcados por elevada incerteza. Posteriormente, sobretudo a partir dos anos 1970, os cenários passaram a integrar o campo do planejamento estratégico público e privado, impulsionados pelas metodologias desenvolvidas e difundidas por centros de pesquisa e grupos de consultoria, nos Estados Unidos e na França (Godet; Roubelat, 2000; Bradfield et al., 2005).

Um cenário pode ser compreendido como a articulação entre a descrição de uma situação futura e o encadeamento de acontecimentos que possibilitam a transição da realidade presente para esse futuro. Para que seja metodologicamente consistente, sua construção deve atender simultaneamente a critérios de relevância, coerência, plausibilidade, importância e transparência (Godet, 2000). De modo geral, distinguem-se duas grandes categorias de cenários: os exploratórios, que partem de tendências passadas e presentes para projetar futuros considerados prováveis; e os antecipatórios ou normativos, elaborados a partir de visões desejadas ou temidas de futuro, sendo construídos de forma retrospectiva, do futuro imaginado em direção ao presente (Godet, 2000).

Independentemente da forma como são elaborados, os cenários conferem unidade metodológica aos estudos de futuros e constituem a ferramenta mais amplamente compartilhada nesse campo, sendo utilizados, de alguma maneira, por praticamente todos os

futuristas (Bell, 2003). Contudo, a complexidade crescente dos problemas estratégicos contemporâneos e a necessidade de enfrentá-los coletivamente demandam métodos que aliem rigor analítico e participação social, de modo a favorecer o reconhecimento adequado dos problemas e a construção de soluções socialmente legitimadas (Godet, 2000).

Nesse contexto, Bradfield et al. (2005) assinalam que os estudos de futuros, em especial o planejamento de cenários, são marcados por uma multiplicidade de métodos que pode gerar desorganização e falta de coerência metodológica. Para os autores, o avanço do campo depende da superação dessa fragmentação, por meio do estabelecimento de um consenso conceitual em torno da noção de cenário.

O planejamento participativo de cenários insere-se nesse debate como uma abordagem estratégica que valoriza o envolvimento ativo dos diferentes atores sociais na construção dos futuros possíveis, permitindo analisar e comparar alternativas de ação diante de contextos complexos e incertos, como aqueles associados à gestão de desastres naturais (Rawluk; Ford; Williams, 2018). Conforme destacado por Schwartz (1991), a participação amplia a qualidade dos processos decisórios, ao promover aprendizado coletivo, ampliar o compromisso dos atores envolvidos e aumentar o potencial de impacto das decisões e ações implementadas.

6.2. Metodologia

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-interpretativo, que utilizou entrevistas semiestruturadas individuais e grupo focal como principais estratégias de produção de dados. Conforme Minayo (2014), a abordagem qualitativa é particularmente adequada para apreender processos sociais complexos, pois permite compreender, em profundidade, os significados, valores, crenças e práticas construídos pelos sujeitos em seus contextos socioculturais, indo além da descrição factual e alcançando dimensões simbólicas e relacionais da experiência social.

As entrevistas foram realizadas com jovens rurais dos municípios de Uruará e Medicilândia, no estado do Pará, selecionados por se destacarem como importantes polos de produção cacaueteira ao longo da rodovia Transamazônica (BR-230). Participaram da etapa individual 16 jovens, que, após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), responderam às questões em entrevistas gravadas em áudio e posteriormente transcritas na íntegra. As entrevistas tiveram duração média de 30 minutos e foram conduzidas em ambiente que favoreceu a escuta qualificada e a livre expressão dos interlocutores.

O número de participantes foi definido considerando-se limitações logísticas e operacionais do trabalho de campo, relacionadas à grande dispersão territorial das propriedades cacaueiras, localizadas em travessões de difícil acesso, à precariedade da infraestrutura viária da BR-230 — caracterizada por ausência de pavimentação, relevo acidentado e condições adversas de trafegabilidade — e à realização da pesquisa em dois municípios distintos, distantes aproximadamente 100 km entre si. Durante o período de coleta, em agosto de 2024, tais condições foram agravadas por trechos com intensa poeira e buracos, comprometendo a visibilidade e o deslocamento, o que impactou o ritmo da coleta de dados. Todas as despesas de deslocamento foram custeadas pela própria pesquisadora.

Durante todo o processo, a pesquisadora desempenhou um papel ambivalente: de um lado, atuou como mediadora das sessões participativas, promovendo diálogo, escuta qualificada e co-construção de sentidos; de outro, manteve a função de pesquisadora, responsável pelo planejamento metodológico, coleta e análise sistemática dos dados. Essa dupla função exigiu atenção para equilibrar a participação ativa dos jovens sem induzir respostas, ao mesmo tempo em que garantiu rigor científico e validade dos achados, reforçando o caráter ético, reflexivo e interpretativo da pesquisa.

Os dados oriundos das entrevistas foram submetidos à Análise de Conteúdo, segundo a proposta de Bardin (2016), possibilitando a identificação de núcleos de sentido e a construção analítica de categorias temáticas. A partir desse tratamento inicial, foram co-construídos cenários futuros que subsidiaram a realização de uma oficina de cenários por meio da técnica de grupo focal, conduzida em 3 sessões. O planejamento de participativo de cenários, no sentido de co-construção, em que refere-se ao processo coletivo e participativo de elaborar possíveis futuros a partir da integração de diferentes perspectivas, conhecimentos e experiências dos participantes, está cada vez mais popular em pesquisas socioambientais (Oteroz-Rozas et al., 2015).

Dos 16 entrevistados, cinco jovens — todos residentes no município de Uruará — puderam participar dessa etapa, em razão de restrições de deslocamento e disponibilidade de tempo. Os encontros ocorreram na Escola Família Rural de Uruará, que disponibilizou espaço físico adequado, sendo os custos de alimentação e transporte assumidos pela pesquisadora.

Primeira sessão – Identificação e hierarquização das incertezas críticas

A primeira sessão consistiu em apresentar e discutir as incertezas críticas identificadas a partir das falas dos jovens nas entrevistas sobre seus projetos de futuro, considerando a cacaucultura e as mudanças climáticas. Essas incertezas foram organizadas em categorias, construídas a partir da Análise de Conteúdo (Bardin, 2016), que permitiu interpretar quais

elementos incertos emergiam nas narrativas dos participantes em relação aos seus planos futuros.

Cada categoria, composta por diferentes categorias de incertezas, foi apresentada aos jovens de forma sistematizada e em linguagem acessível, preservando o sentido original das falas. Para cada categoria, os participantes discutiram os principais fatores de incerteza, promovendo diálogo coletivo, reflexão crítica e negociação de sentidos (tabela 2). Em seguida, foram convidados a avaliar a probabilidade de ocorrência futura de cada incerteza, classificando-as como mais prováveis ou menos prováveis. As perguntas utilizadas incluíram: *“O que vocês acham mais provável de acontecer daqui a 10 anos: isso ou aquilo?”*, relacionando cada incerteza com os cenários em construção.

Tabela 2. Criação de cenários

CENÁRIO MAIS PROVÁVEL				CENÁRIO MENOS PROVÁVEL			
Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4
incerteza	incerteza	incerteza	incerteza	incerteza	incerteza	incerteza	incerteza

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esse processo favoreceu a reflexão crítica, o contraste de experiências individuais e a construção de consensos e dissensos, culminando na organização das incertezas em dois cenários prospectivos preliminares: um cenário considerado mais provável e outro menos provável, ambos estruturados a partir das quatro categorias analíticas.

Segunda sessão – Análise estratégica dos cenários (SWOT)

Na segunda sessão, os cenários previamente construídos foram submetidos à análise SWOT, com o objetivo de aprofundar a compreensão das dinâmicas internas e externas que os configuravam. A análise SWOT constitui uma ferramenta estratégica amplamente reconhecida por sua eficácia e aplicabilidade, permitindo avaliar de forma sistemática e racional os pontos fortes, as fragilidades, as oportunidades e as ameaças associadas a organizações, contextos ou atividades produtivas (Benzaghta et al., 2021). Trata-se de um método versátil, passível de aplicação em diferentes áreas de atuação, como gestão geral, meio acadêmico e educacional, marketing e mídias sociais, saúde e serviços de saúde, e agricultura (Benzaghta et al., 2021). No âmbito da pesquisa qualitativa rural, o uso desta matriz tem sido validado por estudos contemporâneos (CEME et al., 2025; KAVINILA; MURUGAN, 2019), que a posicionam como um instrumento de diagnóstico preciso. Relevante para esta investigação é a abordagem de Luoto e Lonkila (2019), que utilizam a matriz SWOT para qualificar cenários futuros, que foi empregada como instrumento para examinar cenários de maneira mais clara, estruturada e rigorosa, essa abordagem deriva do método SWOT tradicional, mas foi reformulada com foco

prospectivo. Seu desenvolvimento teve como propósito central possibilitar a análise de cenários voltados à compreensão das interações futuras entre privacidade e tecnologias emergentes.

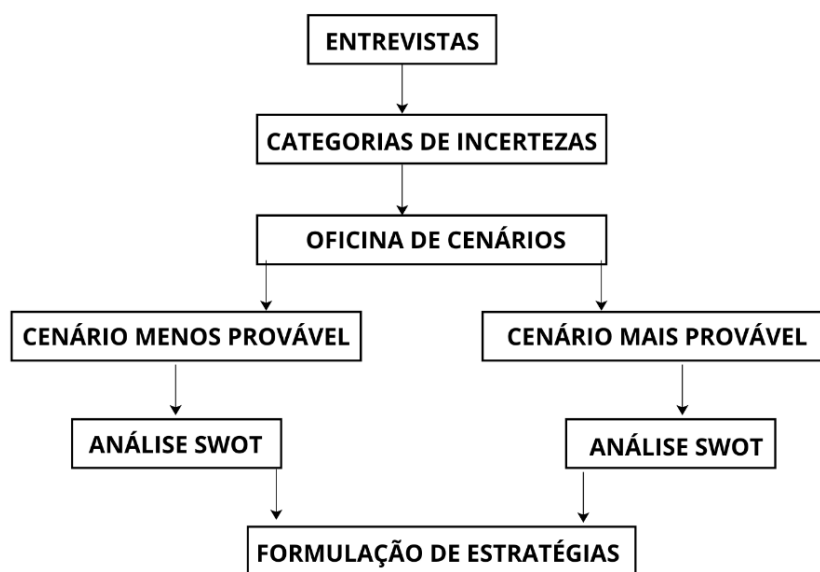
Cada cenário foi analisado de forma individualizada, possibilitando a identificação participativa de suas forças (recursos e potencialidades internas), fraquezas (limitações e vulnerabilidades), oportunidades (condições externas favoráveis) e ameaças (riscos e fatores externos adversos). Os participantes foram estimulados a justificar coletivamente a alocação de cada elemento nas dimensões da matriz SWOT, promovendo um processo reflexivo e dialogado que articulou percepções subjetivas, experiências territoriais e condicionantes estruturais.

Terceira sessão – Formulação de estratégias e projeção de ações futuras

A terceira sessão foi dedicada à elaboração de proposições estratégicas orientadas à ação. A partir dos resultados da análise SWOT, os participantes foram convidados a construir, de forma colaborativa, sugestões e caminhos possíveis para potencializar os aspectos positivos dos cenários mais favoráveis e enfrentar ou mitigar os elementos considerados negativos nos cenários menos desejáveis. Essa etapa privilegiou a dimensão propositiva da pesquisa, estimulando os jovens a refletirem sobre seu papel como atores sociais e sobre as estratégias individuais e coletivas que poderiam ser mobilizadas para influenciar o futuro da atividade cacaujeira e da permanência juvenil no campo. As discussões resultaram na sistematização de recomendações e ações prospectivas, ancoradas tanto nas condições locais quanto nas expectativas e aspirações dos participantes.

A análise dos dados oriundos dos grupos focais e das sessões da oficina de cenários foi conduzida segundo a Análise de Conteúdo, conforme a proposta clássica de Bardin (2016), por se tratar de uma metodologia capaz de apreender significados, sentidos compartilhados e construções coletivas emergentes da interação grupal. Dessa forma, a Análise de Conteúdo dos grupos focais permitiu não apenas aprofundar e validar os achados das entrevistas individuais, mas também evidenciar os processos coletivos de construção de sentidos, negociação de expectativas e formulação de estratégias, reforçando o caráter participativo e interpretativo da pesquisa.

Figura 1. Sistematização do percurso metodológico.



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Caracterização dos participantes das entrevistas

Os participantes das entrevistas tinham idades entre 18 e 29 anos, distribuídas em três faixas etárias, com maior concentração entre 26 e 29 anos, o que indica a predominância de jovens em uma fase de transição para maior autonomia produtiva, profissional e familiar.

Em relação à autodeclaração de cor/raça, os dados revelam um perfil étnico-racial heterogêneo, com predominância de jovens autodeclarados brancos, seguidos por pretos e pardos. Quanto à escolaridade, observa-se um nível educacional relativamente elevado para o contexto rural amazônico. Metade dos interlocutores concluiu ou estava cursando o ensino superior ou pós-graduação, evidenciando trajetórias educacionais ascendentes e o acesso, ainda que desigual, a oportunidades formativas. Esse dado aponta para a presença de uma juventude rural com projetos educacionais e profissionais que extrapolam o espaço estritamente agrícola, ainda que mantenham vínculos com o campo.

No que se refere às ocupações, predominou o envolvimento com a agricultura, seja de forma exclusiva ou articulada a outras atividades. Muitos jovens conciliam o trabalho agrícola com ocupações nos setores público, comercial e de serviços, o que demonstra estratégias de diversificação produtiva e complementaridade de renda frente às instabilidades econômicas da atividade agrícola. Esse perfil evidencia a multifuncionalidade do trabalho juvenil rural e a articulação entre permanência no campo e inserções em outros mercados de trabalho.

Participantes do grupo focal

Dos 16 jovens inicialmente entrevistados na etapa de coleta de dados, cinco participaram da oficina de cenários. A redução no número de participantes nessa etapa ocorreu principalmente em razão da limitada disponibilidade de tempo para deslocamento, considerando as distâncias entre as comunidades rurais e o local de realização das oficinas. Além disso, os jovens residentes no município de Medicilândia não puderam participar dessa atividade específica devido à distância entre os municípios, o que inviabilizou sua presença.

Dessa forma, a oficina de cenários contou exclusivamente com a participação de jovens do município de Uruará, cujas características sociodemográficas são apresentadas na Tabela 1. O grupo foi composto por jovens com idades entre 18 e 29 anos, de ambos os sexos, com diversidade quanto à raça/cor autodeclarada, níveis de escolaridade e ocupações, predominando atividades vinculadas à agricultura familiar.

Tabela 2. Jovens participante das oficinas de cenários.

Interlocutor	Município	idade	Sexo	Raça/cor	Estado civil	Escolaridade	Profissão
1	Uruará	29	Feminino	Parda	Solteira	Fundamental incompleto	Agricultora
2	Uruará	18	Masculino	Branco	Solteiro	Ensino médio incompleto	Ajudante de maquinista e agricultor
3	Uruará	24	Masculino	Preto	Solteiro	Ensino fundamental incompleto	Meeiro agricultor
4	Uruará	24	Feminino	Branca	Solteira	Superior incompleto	Estudante de agronomia
5	Uruará	23	Masculino	Pardo	Solteiro	Ensino médio	Açougueiro e agricultor

6.3. Resultados e Discussão

A partir das entrevistas surgiram 4 categorias de incertezas, citadas pelos jovens em relação a agricultura de cacau e futuro, dispostas na tabela 03.

Tabela 03. Áreas de incertezas

Área de incertezas	Interlocutores Jovens
Capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos	1, 2, 5, 7, 10, 12, 13, 16, 8, 9, 14
Infraestrutura e suporte técnico	3, 4, 6, 7, 9, 11, 14, 16
Mão de obra e formação técnica	2, 4, 6, 8, 10, 11, 13, 15
Adaptação às mudanças climáticas	1, 4, 7, 10, 11, 13, 15.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

De forma geral, as incertezas expressas pelos participantes indicam que a sustentabilidade da cacauicultura está condicionada não apenas a fatores produtivos, mas também a limitações estruturais e institucionais. Esses achados dialogam com estudos realizados em outros contextos rurais brasileiros. Melo (2023), ao analisar juventudes vinculadas ao Projeto Jaíba, identificou incertezas relacionadas ao acesso à educação, ao escoamento da produção, ao capital social e à infraestrutura física. De modo semelhante, Ramos, Angnes e Costa (2018) destacam que o desgaste físico do trabalho agrícola e a instabilidade econômica contribuem para o afastamento dos jovens da atividade rural, reforçando a preferência por ocupações com renda fixa e maior previsibilidade.

Diante dessas incertezas o cenário atual observado pelos jovens está descrito na tabela 04.

Tabela 04. Cenário atual definido pelos jovens

CENÁRIO ATUAL			
Capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos	Infraestrutura e suporte técnico	Mão de obra e formação técnica	Adaptação às mudanças climáticas
Falta de recurso financeiro próprio e financiamento bancário para investir no cacau.	Pouco acesso à assistência técnica da Emater e Ceplac	Há pouca disponibilidade de mão de obra para cultivar cacau	Altas temperaturas por longos períodos, que tem aumentado os riscos de incêndios/queimadas na região
Preço do cacau subiu mais de 100%, mas produtores temem que seja passageiro. Pouco acesso a mercados internacionais e de cacau	Há falta de infraestrutura, as estradas não são asfaltadas, que dificulta o acesso e escoamento do cacau	Não há universidades, centros técnicos ou outras oportunidades de capacitação na área agrícola nos municípios em apreço	Maiores períodos sem chuva e maior dificuldade em acesso a água
Rota turística não consolidada	Não há políticas públicas que permitam o acesso à irrigação		Poucas estratégias de adaptação às mudanças climáticas
	Não há maquinários que auxiliem a colheita		

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No eixo da capacidade de investimento e mercados, os participantes destacaram a falta de recursos próprios e a dificuldade de acesso a financiamento bancário, associadas ao receio de que a recente valorização do preço do cacau seja conjuntural. A ausência de acesso a mercados internacionais, certificações e a não consolidação de uma rota turística foram percebidas como fatores que reforçam a dependência de um mercado volátil.

Quanto à infraestrutura e suporte técnico, sobressaíram a precariedade das estradas, a ausência de asfaltamento, a limitação do acesso à assistência técnica da Emater e da Ceplac, a

inexistência de políticas públicas para irrigação e a falta de maquinário adaptado à colheita, o que eleva custos e desestimula investimentos.

No campo da mão de obra e formação técnica, os jovens ressaltaram a escassez de trabalhadores para o cultivo do cacau e a inexistência de universidades ou centros técnicos na região, o que limita a qualificação profissional e contribui para o êxodo rural. A adaptação às mudanças climáticas foi apontada como um desafio transversal, marcado por longos períodos de altas temperaturas, aumento do risco de queimadas, maior irregularidade das chuvas e dificuldades crescentes de acesso à água, associadas à ausência de estratégias consistentes de adaptação.

Projeções de futuro e cenários prováveis (horizonte de 10 anos)

Na etapa seguinte, cada área de incerteza foi apresentada ao grupo, que avaliou a probabilidade de concretização de configurações futuras positivas ou negativas no horizonte de dez anos (ver tabela 5). De modo geral, os jovens indicaram como mais provável a permanência ou o agravamento das condições atuais, sobretudo nas dimensões de infraestrutura, mão de obra e adaptação climática.

Tabela 5. Perspectivas sobre as possibilidades de concretização positiva ou negativa das categorias no prazo de 10 anos.

Capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos			
Configuração futura 1	participantes	Configuração futura 2	participantes
Mecanismos de financiamento acessíveis e políticas de incentivo garantem recursos para agricultores familiares.	1, 3, 4, 5	Dificuldade de acesso a crédito e a ausência de investimentos estruturais agravam a vulnerabilidade dos produtores	2
Estabilização de preços e valorização do cacau garantem renda previsível. Maior inserção em mercados internacionais.		Oscilações intensas de preços e falta de certificações mantêm produtores presos ao mercado convencional, com baixa previsibilidade	1, 2, 3, 4, 5
Consolidação e valorização do turismo de experiência e do consumo consciente impulsiona investimentos tornando a rota uma referência de turismo sustentável		a falta de investimentos, a precariedade logística e a baixa promoção do destino impedem a consolidação da rota, levando os produtores a depender exclusivamente da volatilidade do mercado de cacau.	1, 2, 3, 4, 5
Infraestrutura e suporte técnico			
Configuração futura 1	participantes	Configuração futura 2	participantes
Programas públicos robustos, parcerias com universidades, cooperativas e ONGs que garantam assistência técnica contínua, capacitada e adaptada às realidades locais.		Falta de políticas estruturantes mantém a escassez de profissionais, dificultando o acesso dos agricultores a inovações e boas práticas de manejo.	1,2,3,4,5
Investimentos em infraestrutura (estradas,	2,3	A manutenção da precariedade	1,4,5

portos, energia e conectividade digital) facilitam o escoamento da produção, o acesso a serviços e reduzem custos logísticos.		logística isola os produtores, encarece a produção e desestimula investimentos na cadeia do cacau.	
Políticas públicas e incentivos promovem o uso de sistemas de irrigação sustentáveis, aumentando a resiliência da produção ao clima.		A escassez de água e a ausência de apoio técnico e financeiro impedem o uso de irrigação, tornando a produção vulnerável a períodos de seca.	1,2,3,4,5
O acesso a máquinas adaptadas à agricultura do cacau, via políticas públicas e crédito facilitado, aumenta a eficiência e reduz o esforço físico no campo.	1,2,3,4,5	A continuidade da produção manual e a falta de inovação comprometem a produtividade, tornando a atividade menos atrativa, para os jovens.	
Mão de obra e formação técnica			
Configuração futura 1	participantes	Configuração futura 2	participantes
Incentivos para permanência no campo, mecanização adequada, e valorização do trabalho rural atraem e retêm trabalhadores na produção cacaueira.	2	Êxodo rural contínuo e ausência de políticas de valorização do trabalho agrícola tornam a mão de obra cada vez mais escassa e cara, comprometendo a viabilidade da produção.	1,3,4,5
Expansão da rede de educação técnica e superior, com foco em agronomia, gestão rural e inovação, fortalece o conhecimento local e profissionaliza a agricultura.	Jovens 1 e 3	A ausência de instituições de ensino na região mantém os jovens sem acesso à formação, reforçando a desvalorização da agricultura e dificultando a renovação das práticas produtivas.	Jovens 2,4,5
Adaptação às mudanças climáticas			
Configuração futura 1	participantes	Configuração futura 2	participantes
Adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, sistemas agroflorestais e políticas de prevenção a queimadas reduzem os impactos da elevação da temperatura.		A intensificação das secas e a ausência de políticas de mitigação aumentam o risco de incêndios, perdas produtivas e degradação ambiental.	
Infraestrutura hídrica planejada, manejo eficiente da água e tecnologias adaptadas garantem resiliência hídrica à produção agrícola.		Falta de investimentos em gestão hídrica agrava os impactos das estiagens, limitando a produtividade e aumentando o abandono das lavouras.	
Políticas públicas e ações locais promovem o acesso à irrigação, sistemas de alerta precoce, variedades mais resistentes e capacitação técnica, fortalecendo a resiliência dos produtores.		A falta de investimento em adaptação climática mantém os agricultores expostos a riscos crescentes, resultando em perdas produtivas, maior custo e insegurança no cultivo.	1,2,3,4,5

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No que se refere à capacidade de investimento e mercados, embora alguns participantes reconheçam a possibilidade de acesso a financiamento e valorização do cacau, predominou a percepção de que a dificuldade de crédito, a falta de certificações e a não

consolidação da rota turística tendem a manter os produtores dependentes do mercado convencional.

Na dimensão de infraestrutura e suporte técnico, houve consenso quanto à baixa probabilidade de mudanças estruturais significativas. As falas dos jovens expressam uma percepção de estagnação histórica, como ilustram os depoimentos: *“as famílias já vivem aqui há mais de 50 anos e continua do mesmo jeito”* (Jovem 1, homem, branco, 28 anos) e *“se mudar, acredito que vai ser pouca coisa”* (Jovem 3, homem, preto, 21 anos).

Em relação à mão de obra e formação técnica, os participantes projetaram a intensificação do êxodo rural e a continuidade da desvalorização do trabalho agrícola, associadas à ausência de políticas públicas e incentivos governamentais, sintetizadas em expressões recorrentes como *“ninguém quer ir pra roça”*.

Por outro lado, a adaptação às mudanças climáticas apresentou uma percepção mais ambígua. Embora os jovens reconheçam a intensificação das secas e a escassez de água, parte do grupo acredita que práticas mais sustentáveis tendem a se expandir, impulsionadas pela própria necessidade de sobrevivência produtiva. Como destacou um participante: *“muitas propriedades já adotam a sustentabilidade; daqui 10 anos vai ser algo mais sustentável”* (Jovem 4, mulher, preta, 29 anos).

Visualizando os cenários

A partir das avaliações realizadas durante a oficina de cenários, as percepções dos participantes foram sistematizadas em dois tipos de cenários prospectivos: um cenário considerado mais provável e outro cenário considerado menos provável, ambos projetados para um horizonte temporal de dez anos. A distinção entre esses cenários não reflete desejos ou aspirações dos jovens, mas sim uma leitura realista do contexto regional, construída a partir das condições presentes e das experiências acumuladas no território.

O cenário mais provável, apresentado na Tabela 6 em verde, é caracterizado pela persistência de fragilidades estruturais e institucionais. Nele, os jovens projetam a continuidade das oscilações de preços do cacau e da ausência de certificações, mantendo os produtores dependentes do mercado convencional e sujeitos a baixa previsibilidade de renda. A precariedade logística e a carência de investimentos em infraestrutura e assistência técnica são percebidas como fatores que seguem isolando os produtores, encarecendo a produção e desestimulando novos investimentos. Ademais, o êxodo rural contínuo, associado à falta de políticas de valorização do trabalho agrícola e à inexistência de instituições de ensino na região, tende a aprofundar a escassez de mão de obra e a dificuldade de renovação das

práticas produtivas. No campo ambiental, a ausência de investimentos em gestão hídrica e adaptação climática intensifica os impactos das estiagens, aumentando o risco de abandono das lavouras.

Tabela 06: Cenários futuros construídos pelos jovens

CENÁRIO MAIS PROVÁVEL EM 10 ANOS			
Capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos	Infraestrutura e suporte técnico	Mão de obra e formação técnica	Adaptação às mudanças climáticas
Oscilações intensas de preços e falta de certificações mantêm produtores presos ao mercado convencional, com baixa previsibilidade	A manutenção da precariedade logística isola os produtores, encarece a produção e desestimula investimentos na cadeia do cacau.	Êxodo rural contínuo e ausência de políticas de valorização do trabalho agrícola tornam a mão de obra cada vez mais escassa e cara, comprometendo a viabilidade da produção.	Falta de investimentos em gestão hídrica agrava os impactos das estiagens, limitando a produtividade e aumentando o abandono das lavouras.
Mecanismos de financiamento acessíveis e políticas de incentivo garantem recursos para agricultores familiares.	O acesso a máquinas adaptadas à agricultura do cacau, via políticas públicas e crédito facilitado, aumenta a eficiência e reduz o esforço físico no campo.	A ausência de instituições de ensino na região mantém os jovens sem acesso à formação, reforçando a desvalorização da agricultura e dificultando a renovação das práticas produtivas.	Adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, sistemas agroflorestais e políticas de prevenção a queimadas reduzem os impactos da elevação da temperatura.
a falta de investimentos, a precariedade logística e a baixa promoção do destino impedem a consolidação da rota, levando os produtores a depender exclusivamente da volatilidade do mercado de cacau.	A escassez de água e a ausência de apoio técnico e financeiro impedem o uso de irrigação, tornando a produção vulnerável a períodos de seca.		A falta de investimento em adaptação climática mantém os agricultores expostos a riscos crescentes, resultando em perdas produtivas, maior custo e insegurança no cultivo.
	Falta de políticas estruturantes mantém a escassez de profissionais, dificultando o acesso dos agricultores a inovações e boas práticas de manejo.		
CENÁRIO MENOS PROVÁVEL EM 10 ANOS			
Capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos	Infraestrutura e suporte técnico	Mão de obra e formação técnica	Adaptação às mudanças climáticas
Estabilização de preços e valorização do cacau garantem renda previsível. Maior inserção em mercados internacionais.	Programas públicos robustos, parcerias com universidades, cooperativas e ONGs que garantam assistência técnica contínua, capacitada e	Incentivos para permanência no campo, mecanização adequada, e valorização do trabalho rural atraem e retêm trabalhadores na produção cacaueira.	Infraestrutura hídrica planejada, manejo eficiente da água e tecnologias adaptadas garantem resiliência hídrica à produção agrícola.

	adaptada às realidades locais.		
Dificuldade de acesso a crédito e a ausência de investimentos estruturais agravam a vulnerabilidade dos produtores	Investimentos em infraestrutura (estradas, portos, energia e conectividade digital) facilitam o escoamento da produção, o acesso a serviços e reduzem custos logísticos.	Expansão da rede de educação técnica e superior, com foco em agronomia, gestão rural e inovação, fortalece o conhecimento local e profissionaliza a agricultura.	Políticas públicas e ações locais promovem o acesso à irrigação, sistemas de alerta precoce, variedades mais resistentes e capacitação técnica, fortalecendo a resiliência dos produtores.
Consolidação e valorização do turismo de experiência e do consumo consciente impulsiona investimentos tornando a rota uma referência de turismo sustentável	Políticas públicas e incentivos promovem o uso de sistemas de irrigação sustentáveis, aumentando a resiliência da produção ao clima.		A intensificação das secas e a ausência de políticas de mitigação aumentam o risco de incêndios, perdas produtivas e degradação ambiental.
	A continuidade da produção manual e a falta de inovação comprometem a produtividade, tornando a atividade menos atrativa, para os jovens.		

- Não é por nada não, mas nosso futuro está meio precário

Apesar desse predomínio de elementos negativos, o cenário mais provável também incorpora alguns aspectos ambíguos, como a existência potencial de mecanismos de financiamento e políticas de incentivo, bem como a adoção incipiente de práticas agrícolas mais sustentáveis. No entanto, tais elementos são percebidos como insuficientes para promover transformações estruturais significativas no curto e médio prazo.

Em contraste, o cenário menos provável reúne configurações amplamente desejadas pelos participantes, como a estabilização dos preços do cacau, maior inserção em mercados internacionais, consolidação do turismo de experiência, investimentos robustos em infraestrutura, expansão da educação técnica e superior, valorização do trabalho rural e políticas efetivas de adaptação às mudanças climáticas. Ainda que reconhecido como um cenário positivo, os jovens o classificam como pouco factível diante do ritmo lento das mudanças observadas historicamente na região. A fala de um dos participantes sintetiza esse sentimento de pessimismo realista: *“Não é por nada não, mas nosso futuro está meio precário”* (Jovem 1).

De modo geral, os interlocutores enfatizaram que o cenário mais provável não foi escolhido por representar seus sonhos ou expectativas, mas por refletir aquilo que consideram

plausível à luz das transformações — ou da ausência delas — observadas no território. Para esses jovens, o futuro não é concebido como um espaço de projeção livre de expectativas, mas como uma extensão condicionada pelo presente e pelo passado. As dificuldades estruturais persistentes, associadas a avanços lentos e fragmentados, moldam uma percepção de futuro marcada mais pelo realismo do que pela aspiração. Essa leitura dialoga com Pais (2010), para quem o futuro das juventudes frequentemente não se apresenta como um horizonte claramente delineado, mas como um tempo distante, permeado por incertezas, no qual desejos e expectativas coexistem com limitações concretas.

Ao mesmo tempo, observa-se uma tensão permanente entre os futuros herdados, fortemente ancorados em trajetórias marcadas pela pobreza, pela precariedade e pela reprodução de desigualdades, e os futuros almejados, construídos a partir de reflexões individuais e coletivas que expressam o desejo de transformação. Conforme argumentam Pais e Lacerda (2017), essa tensão pode alimentar tanto a esperança quanto a frustração, levando, em muitos casos, à idealização da migração como estratégia de ruptura com trajetórias pré-determinadas. No entanto, como apontam os autores, essas expectativas frequentemente se confrontam com experiências adversas nos destinos migratórios, revelando a complexidade das escolhas juvenis em contextos rurais marcados por incerteza.

Análise SWOT dos cenários futuros

A partir da construção dos cenários, os jovens realizaram uma análise SWOT específica para cada configuração futura, identificando forças, oportunidades, fraquezas e ameaças associadas à permanência no meio rural em um horizonte de dez anos.

A decisão sobre o que seria cada configuração se deu pela fala e votação daqueles que queriam falar. A mediadora entrevistou quando houve dúvidas entre eles, deixando que eles tomassem a decisão em forma coletiva, e evoluindo para a criação do cenário mais provável.

No cenário futuro mais provável, as forças identificadas concentram-se sobretudo na adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, como sistemas agroflorestais e ações de prevenção a queimadas, percebidas como estratégias importantes para mitigar os efeitos das mudanças climáticas. As oportunidades, embora reconhecidas, aparecem de forma fragmentada e incluem a possibilidade de acesso a financiamento, políticas de incentivo e mecanização adaptada, bem como avanços pontuais em infraestrutura hídrica. Contudo, essas oportunidades são constantemente tensionadas por fraquezas estruturais persistentes, como a precariedade logística, a ausência de instituições de ensino, a baixa promoção territorial e a dificuldade de consolidação de mercados alternativos.

As ameaças, por sua vez, assumem papel central nesse cenário e incluem a escassez de água, a falta de apoio técnico e financeiro para irrigação, a volatilidade dos preços do cacau, a ausência de certificações e a carência de políticas estruturantes voltadas à formação profissional e à inovação tecnológica. Esse conjunto de fatores contribui para a percepção de um futuro marcado pela vulnerabilidade produtiva e social.

Já no cenário futuro menos provável, predominam forças e oportunidades associadas à ação coordenada do poder público, à ampliação de investimentos estruturais e à valorização do trabalho rural. Nesse cenário, os jovens vislumbram a profissionalização da agricultura, a ampliação da educação técnica e superior, a melhoria da infraestrutura logística e hídrica e a consolidação de estratégias de adaptação climática. As fraquezas aparecem de forma residual, sobretudo relacionadas à persistência de práticas produtivas manuais e à baixa inovação, enquanto as ameaças estão vinculadas à possibilidade de intensificação das mudanças climáticas e à instabilidade no acesso ao crédito.

Tabela 7. Análise *SWOT* dos cenários

CENÁRIO FUTURO MAIS PROVÁVEL	
FORÇAS • Adoção de práticas agrícolas mais sustentáveis, sistemas agroflorestais e políticas de prevenção a queimadas reduzem os impactos da elevação da temperatura.	OPORTUNIDADES • Mecanismos de financiamento acessíveis e políticas de incentivo garantem recursos para agricultores familiares. • O acesso a máquinas adaptadas à agricultura do cacau, via políticas públicas e crédito facilitado, aumenta a eficiência e reduz o esforço físico no campo. • Êxodo rural contínuo e ausência de políticas de valorização do trabalho agrícola tornam a mão de obra cada vez mais escassa e cara, comprometendo a viabilidade da produção. • Infraestrutura hídrica planejada, manejo eficiente da água e tecnologias adaptadas garantem resiliência hídrica à produção agrícola.
FRAQUEZAS • A falta de investimentos, a precariedade logística e a baixa promoção do destino impedem a consolidação da rota, levando os produtores a depender exclusivamente da volatilidade do mercado de cacau. • A manutenção da precariedade logística isola os produtores, encarece a produção e desestimula investimentos na cadeia do cacau. • A ausência de instituições de ensino na região mantém os jovens sem acesso à formação, reforçando a desvalorização da agricultura e dificultando a renovação das práticas produtivas.	AMEAÇAS • A escassez de água e a ausência de apoio técnico e financeiro impedem o uso de irrigação, tornando a produção vulnerável a períodos de seca. • Oscilações intensas de preços e falta de certificações mantêm produtores presos ao mercado convencional, com baixa previsibilidade. • Falta de políticas estruturantes mantém a escassez de profissionais, dificultando o acesso dos agricultores a inovações e boas práticas de manejo. • Falta de investimentos em gestão hídrica agrava os impactos das estiagens, limitando a produtividade e aumentando o abandono das lavouras.
CENÁRIO FUTURO MENOS PROVÁVEL	
FORÇAS • Incentivos para permanência no campo, mecanização adequada, e valorização do trabalho	OPORTUNIDADES • Estabilização de preços e valorização do cacau garantem renda previsível. Maior inserção em

rural atraem e retêm trabalhadores na produção cacaujeira. • Políticas públicas e ações locais promovem o acesso à irrigação, sistemas de alerta precoce, variedades mais resistentes e capacitação técnica, fortalecendo a resiliência dos produtores. • Políticas públicas e incentivos promovem o uso de sistemas de irrigação sustentáveis, aumentando a resiliência da produção ao clima.	mercados internacionais. • Investimentos em infraestrutura (estradas, portos, energia e conectividade digital) facilitam o escoamento da produção, o acesso a serviços e reduzem custos logísticos. • Expansão da rede de educação técnica e superior, com foco em agronomia, gestão rural e inovação, fortalece o conhecimento local e profissionaliza a agricultura. • Consolidação e valorização do turismo de experiência e do consumo consciente impulsiona investimentos tornando a rota uma referência de turismo sustentável.
FRAQUEZAS • A continuidade da produção manual e a falta de inovação comprometem a produtividade, tornando a atividade menos atrativa, para os jovens.	AMEAÇAS • A falta de investimento em adaptação climática mantém os agricultores expostos a riscos crescentes, resultando em perdas produtivas, maior custo e insegurança no cultivo. • A intensificação das secas e a ausência de políticas de mitigação aumentam o risco de incêndios, perdas produtivas e degradação ambiental. • Dificuldade de acesso a crédito e a ausência de investimentos estruturais agravam a vulnerabilidade dos produtores.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Estratégias propostas para a construção de um cenário positivo

Após a conclusão das análises SWOT, os participantes foram convidados a reinterpretar coletivamente os cenários à luz dos resultados obtidos. A pesquisadora pediu que eles observassem os dois cenários, e expressassem como interpretavam cada um.

De modo geral, as interpretações convergiram para o entendimento de que o cenário considerado mais provável concentrava maior número de fraquezas e ameaças em comparação às forças e oportunidades, sendo, assim, avaliado como um futuro negativo e indesejável. Houve apenas uma divergência inicial, quando um dos participantes (Jovem 3, homem, preto, 21 anos) associou o caráter de “mais provável” à ideia de um cenário mais favorável. Essa interpretação foi problematizada no grupo, a partir da intervenção de outra participante (Jovem 2, mulher, branca 29 anos), que realizou a contagem dos elementos alocados em cada dimensão da matriz SWOT, evidenciando a predominância de fragilidades e riscos. A partir dessa mediação coletiva, o primeiro participante reviu sua compreensão e concordou com a avaliação do grupo. Nesse momento a pesquisadora atuou de forma a mediar as discussões quando houve o desentendimento. Atuando de forma branda e permitindo o fluxo das trocas de informações.

Diante desse diagnóstico, os jovens foram estimulados pela pesquisadora a propor estratégias capazes de transformar o cenário indesejado em um futuro mais favorável. A

pesquisadora entrevistou “o que vocês imaginam que poderia ser feito, diante desses cenários, para que o melhor cenário aconteça no futuro?”.

As falas revelam, de maneira recorrente, a expectativa de uma atuação mais presente, próxima e estruturada do poder público. A Jovem 2 expressa essa demanda ao afirmar: *“Eu acho que o poder público tinha que entrar em cada travessão e olhar pra dentro de cada propriedade, e não é só falando do cacau.”* (mulher, branca, 29 anos) Essa fala evidencia a crítica à generalização das políticas públicas e à ausência de ações territorializadas. A participante 2 reforça a necessidade de reconhecer as especificidades produtivas de cada família, ao exemplificar:

Por exemplo, nessa propriedade eles têm interesse de produzir o cacau, aí vem com um técnico e cadastra aquela família pra um programa de melhoria da produção do cacau, com mudas, com cursos e assistência permanente. (mulher, branca, 29 anos)

Ao mesmo tempo, ele amplia essa lógica para outras atividades produtivas, como a piscicultura *“Aí vai em outra propriedade, aquela família ali quer trabalhar com a produção de tambaqui, aí vai e coloca eles em outro grupo”*

Essa proposta aponta para a importância da diversificação produtiva aliada à assistência técnica contínua, sendo compreendida pelos jovens como um fator central para a permanência das famílias no campo. Segundo o próprio participante, a ausência desse apoio contribui para o abandono da atividade rural, como expresso na afirmação: *“Porque dessa forma, sem assistência, sem nada, é muito mais difícil.”*

Outras falas reforçam a centralidade da educação e da formação técnica como estratégia de desenvolvimento. O Jovem 1 jovem destacou: *“aqui tem muito cacau e gado, então se focasse nessas duas produções, ia conseguir desenvolver mais o município* (homem, branco, 28 anos). Evidenciando a percepção de que políticas educacionais e técnicas voltadas às cadeias produtivas locais poderiam fortalecer a economia rural e valorizar o trabalho agrícola. Essa preocupação dialoga diretamente com a fragilidade apontada na análise SWOT, relacionada à ausência de instituições de ensino e à dificuldade de acesso à formação técnica.

Além disso, práticas como sistemas agroflorestais e silvipastoris funcionam como estratégias de adaptação às mudanças climáticas, destacando-se o cultivo do cacau, que constitui uma bioeconomia relevante, na Amazônia paraense (Braga, 2015). O reconhecimento e a valorização dos conhecimentos e práticas desenvolvidos e aplicados pelas famílias de agricultores, particularmente pelos jovens, contribuem para a construção de identidades coletivas, fortalecendo a ligação dessas famílias com o território e promovendo a resiliência na agricultura familiar (Makishi et al., 2021). Nesse sentido, políticas públicas

educacionais devem gerar incentivos que consolidem e ampliem esses vínculos (Makishi et al., 2021).

A precariedade da infraestrutura também aparece de forma recorrente nas falas, no que se refere aos travessões. A sugestão de “*desenvolvimento dos travessões, arrumar a infraestrutura deles*” expressa a compreensão de que estradas em más condições comprometem o escoamento da produção, o acesso a serviços e a chegada de políticas públicas, funcionando como um entrave estrutural ao desenvolvimento rural.

No campo econômico, os jovens enfatizaram a necessidade de maior investimento público e ampliação do crédito rural. Expressões como “*investimento financeiro do poder público*” e “*aumentar crédito rural*” indicam a percepção de que, sem recursos acessíveis, os agricultores permanecem limitados a práticas pouco produtivas e vulneráveis às oscilações do mercado e às adversidades climáticas. Essa demanda é complementada pela defesa do fortalecimento da agricultura familiar, mencionada explicitamente na sugestão de “*incentivar a agricultura familiar ainda mais*”.

As falas também revelam uma postura realista frente às propostas de desenvolvimento. A afirmação do jovem 4 “*mas também muito perfeito não funciona não*” (mulher, preta, 29 anos) indica a consciência de que soluções idealizadas, descoladas das condições concretas do território, tendem a fracassar. Assim, os jovens demonstram valorizar estratégias viáveis, graduais e adaptadas à realidade local.

Por fim, as preocupações com as mudanças climáticas aparecem associadas à ciência e à tecnologia. O jovem 1 sugeriu: “*na questão das mudanças climáticas, poderia ter mais cientistas trabalhando nessa questão, colocando mais tecnologias pra ajudar nessas mudanças*” (homem, branco, 28 anos). Essa fala evidencia o reconhecimento de que os impactos climáticos exigem respostas técnicas e institucionais mais robustas, alinhadas à inovação e à produção de conhecimento, em um contexto marcado por secas, escassez hídrica e riscos crescentes à produção agrícola.

De modo geral, as estratégias propostas pelos jovens, expressas em suas próprias falas, revelam uma compreensão integrada dos desafios do território e apontam para um modelo de desenvolvimento rural baseado na articulação entre políticas públicas territorializadas, educação, assistência técnica, infraestrutura, crédito, ciência e valorização da agricultura familiar. Essas proposições reforçam o protagonismo juvenil na construção de futuros possíveis e evidenciam que, apesar da percepção de um cenário futuro adverso, permanecem vivas as expectativas de transformação e permanência no meio rural.

6.4. Considerais Finais

Esta pesquisa teve como objetivo co-criar cenários futuros de desenvolvimento da cacauicultura amazônica, a partir da participação ativa de jovens rurais dos municípios de Uruará e Medicilândia (PA), considerando os desafios impostos pelas mudanças climáticas e pelas condições estruturais do território. Ao adotar uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório-interpretativo, buscou-se compreender não apenas expectativas individuais, mas os sentidos coletivos atribuídos ao futuro, à permanência no campo e à própria atividade cacaueira, valorizando as vozes juvenis como produtoras legítimas de conhecimento sobre o rural amazônico.

Os resultados evidenciam que os projetos de futuro dos jovens estão profundamente condicionados por incertezas estruturais, organizadas em quatro grandes eixos: capacidade de investimento e inserção em mercados estratégicos; infraestrutura e suporte técnico; mão de obra e formação técnica; e adaptação às mudanças climáticas. Essas dimensões não aparecem de forma isolada, mas articuladas, revelando que a sustentabilidade da cacauicultura — e a própria permanência juvenil no campo — depende de fatores institucionais, políticos e territoriais que extrapolam o esforço individual dos produtores. Ainda que os jovens reconheçam oportunidades pontuais, como a valorização recente do preço do cacau e a adoção incipiente de práticas mais sustentáveis, predomina uma leitura realista e cautelosa sobre o futuro, sintetizada na percepção de que as transformações tendem a ser lentas, fragmentadas e insuficientes para alterar estruturas historicamente precarizadas.

A construção coletiva dos cenários prospectivos e a posterior análise SWOT reforçaram esse diagnóstico. O cenário considerado mais provável, projetado para um horizonte de dez anos, caracteriza-se pela persistência de fragilidades institucionais, precariedade logística, dificuldade de acesso à formação e intensificação dos riscos climáticos. Em contraste, o cenário menos provável reúne configurações amplamente desejadas pelos participantes — como investimentos estruturantes, valorização do trabalho rural, expansão da educação técnica e políticas efetivas de adaptação climática —, mas percebidas como pouco factíveis diante da experiência histórica dos jovens no território. Essa tensão entre futuros herdados e futuros almejados expressa um “pessimismo realista”, no qual o futuro é concebido menos como espaço de projeção livre e mais como extensão condicionada do presente e do passado, em consonância com a literatura sobre juventudes e incerteza (Pais, 2010; Pais; Lacerda, 2017).

Do ponto de vista das contribuições da pesquisa, destacam-se, em primeiro lugar, os aportes metodológicos. A articulação entre entrevistas semiestruturadas, análise de conteúdo,

oficinas de cenários e análise SWOT mostrou-se potente para captar percepções complexas sobre o futuro e para estimular processos reflexivos e participativos entre os jovens. A co-construção de cenários revelou-se não apenas uma ferramenta analítica, mas também um dispositivo de escuta qualificada e de fortalecimento do protagonismo juvenil, permitindo que os participantes elaborassem diagnósticos críticos e proposições concretas para o desenvolvimento rural.

Em termos epistemológicos, o estudo contribui ao reconhecer as juventudes rurais como sujeitos produtores de saber, capazes de articular leituras sofisticadas sobre economia, políticas públicas, mudanças climáticas e dinâmicas territoriais. Ao deslocar o olhar da juventude como “problema” ou mero objeto de intervenção, a pesquisa reforça abordagens que compreendem os jovens como agentes reflexivos, cujas experiências e expectativas são centrais para a construção de futuros possíveis no meio rural amazônico.

As contribuições sociais e políticas também são relevantes. As estratégias propostas pelos jovens — centradas em políticas públicas territorializadas, assistência técnica contínua, educação contextualizada, crédito acessível, infraestrutura básica e investimento em ciência e tecnologia — evidenciam demandas históricas ainda não plenamente atendidas. Ao sistematizar essas proposições, o estudo oferece subsídios empíricos para o desenho de políticas públicas mais sensíveis às especificidades da cacauicultura amazônica e às condições concretas de vida das juventudes rurais, em um contexto de intensificação das mudanças climáticas.

No que se refere às limitações, destaca-se o número restrito de participantes na oficina de cenários, decorrente de dificuldades logísticas, distâncias territoriais e limitações de deslocamento, o que resultou na participação exclusiva de jovens do município de Uruará nessa etapa. Além disso, trata-se de um estudo qualitativo e exploratório, que não pretende generalizar resultados, mas oferecer interpretações contextualizadas e aprofundadas de um território específico da Amazônia paraense.

Como recomendações e desdobramentos futuros, sugere-se a ampliação de pesquisas participativas envolvendo juventudes rurais em diferentes territórios amazônicos, bem como a incorporação de abordagens comparativas e longitudinais que permitam acompanhar a evolução das percepções juvenis ao longo do tempo. Recomenda-se, ainda, o aprofundamento do diálogo entre universidades, instituições de pesquisa, poder público e organizações locais, de modo a transformar os cenários desejados em agendas concretas de ação.

Por fim, este estudo evidencia que, embora o futuro seja percebido pelos jovens como incerto e, muitas vezes, precário, ele não é destituído de sentido. Entre o realismo e a

esperança, os jovens constroem leituras críticas do presente e formulam caminhos possíveis de transformação. Reconhecer e incorporar essas vozes nos debates sobre desenvolvimento rural e mudanças climáticas não é apenas um exercício acadêmico, mas um imperativo ético e político para a construção de futuros mais justos, sustentáveis e socialmente enraizados no território amazônico.

6.5. Referências

- ABUKARI, A. T.; ZAKARIA, A.; AZUMAH, S. B. Gender-based participation in income generating activities in cocoa growing communities: the role of youth training programs. *Heliyon*, v. 8, n. 2, 2022.
- ADELOYE, K. A.; TORIMIRO, D. O.; AKINDURO, A. T. Involvement of farm youth in cocoa plantation resources management practices in Ondo State, Nigeria: a factor analysis. *Agricultura Tropica et Subtropica*, v. 54, p. 155–164, 2021.
- AFELE, J. T.; AGBENYEGA, O.; BARNES, V. R.; AMISAH, S.; ACHEAMPONG, E.; OWUSU, V.; ANOKYE, J.; ASANTE, R.; OPOKU, S.; LATEN, E.; DANQUAH, E. Understanding and addressing climate change impacts on cocoa farming in Ghana. *Environmental Challenges*, v. 14, 2024.
- BARASUOL, A.; DOULA, S. M.; BOESSIO, A. T. Jovens e juventudes em contextos rurais: produções científicas da pós-graduação brasileira (2010–2015). *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 239–262, 2017.
- BELL, W. *Foundations of futures studies: history, purposes, and knowledge: human science for a new era*. v. 1. New Brunswick; London: Transaction Publishers, 2003.
- BENZAGHTA, M. A. et al. SWOT analysis applications: an integrative literature review. *Journal of Global Business Insights*, v. 6, n. 1, p. 54–72, 2021.
- BOURDIEU, P. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRADFIELD, R. et al. The origins and evolution of scenario techniques in long range business planning. *Futures*, v. 37, n. 8, p. 795–812, 2005.
- CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 7, n. 1, p. 179–208, 2009.
- CASTRO, E. G. Juventude rural, do campo, das águas e das florestas: a primeira geração jovem dos movimentos sociais no Brasil e sua incidência nas políticas públicas de juventude. *Revista de Ciências Sociais*, n. 45, p. 193–212, jul./dez. 2016.
- CEME, Renzo et al. Explorando os pontos fortes, as fraquezas, as oportunidades e as ameaças das agentes de extensão rural nas terras altas ocidentais da Guatemala. *Advancements in Agricultural Development*, v. 6, n. 2, p. 86-100, 2025.

- CRICHTON, R. N.; ESTEBAN, M.; ONUKI, M. Compreendendo as preferências das comunidades rurais para a adaptação à elevação do nível do mar no século XXI: um estudo de caso das ilhas de Samoa. *Climate Risk Management*, v. 30, p. 100254, 2020.
- DE RAMOS, V. S.; ANGNES, J. S.; COSTA, Z. O futuro da fumicultura, o jovem rural e o dilema da sucessão geracional. *Desenvolvimento em Questão*, v. 16, n. 43, 2018.
- DESTEFANI, W. C. et al. Mudanças climáticas e seus impactos nos setores agropecuários. *Revista de Geopolítica*, v. 16, n. 5, p. e992–e992, 2025.
- DESIDERIO, E.; GARCÍA-HERRERO, L.; HALL, D.; PERTOT, I.; SEGRÈ, A.; VITTUARI, M. From youth engagement to policy insights: identifying and testing food systems' sustainability indicators. *Environmental Science & Policy*, v. 155, 2024.
- FERREIRA, V. S.; NUNES, C. Transições para a idade adulta. In: *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 39–67, 2010.
- GIRDZIUTE, L. et al. Youth's (un)willingness to work in agriculture sector. *Frontiers in Public Health*, 2022.
- GODET, M. The art of scenarios and strategic planning: tools and pitfalls. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 65, n. 1, p. 3–22, 2000.
- GODET, M.; ROUBELAT, F. Scenario planning: an open future. *Technological Forecasting and Social Change*, v. 65, n. 1, p. 1–2, 2000.
- GONTIJO, F. J. C. *A cadeia produtiva do cacau brasileiro sob a perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 2020.
- KAVINILA, M.; MURUGAN, P. P. Strengths, Weaknesses, Opportunities and Challenges (SWOC) of the Rural Youth in Agriculture. *International Journal of Applied Social Science*, v. 6, n. 8, p. 2050–2054, ago. 2019. ISSN 2394-1405.
- KUHMENEN, T.; KUHMENEN, I.; LUOTO, L. How do rural areas profile in the futures dreams by the Finnish youth? *Journal of Rural Studies*, v. 44, p. 89–100, 2016.
- LECCARDI, C. Towards a new meaning of the future: social change, youths and time. *Tempo Social*, v. 17, n. 2, p. 35, 2005.
- LENS, W. La signification motivationnelle de la perspective future. *Revue Québécoise de Psychologie*, v. 14, n. 1, p. 69–83, 1993.
- LUOTO, Liisa; LONKILA, Annika. The use of SWOT analysis for future scenarios: A case study of privacy and emerging technologies. In: **Envisioning Uncertain Futures: Scenarios as a Tool in Security, Privacy and Mobility Research**. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 2019. p. 105-131.
- MABE, F. N. et al. Drivers of youth in cocoa value chain activities in Ghana. *Journal of Agribusiness in Developing and Emerging Economies*, v. 11, n. 4, p. 366–378, 2021.

MAKISHI, Fausto et al. Políticas públicas e resiliência da agricultura familiar. OLIVAL, Alexandre de Azevedo et al.(org.). Na trilha das mudanças: ciência e resiliência da Agricultura Familiar na Amazônia norte mato-grossense. Cáceres: UNEMAT Editora, 2021., 2021.

MARENGO, J. A.; SOUZA JUNIOR, C. *Mudanças climáticas: impactos e cenários para a Amazônia*. São Paulo: ALANA, 2018.

MELO, A. M. *Os jovens rurais do Projeto Jaíba: construção de cenários futuros a partir das representações sociais sobre o passado e o presente*. 2023.

MOSS, A. J. et al. A síndrome do QT longo: estudo longitudinal prospectivo de 328 famílias. *Circulation*, v. 84, n. 3, p. 1136–1144, 1991.

OTEROS-ROZAS, Elisa et al. Planejamento participativo de cenários em pesquisa socioecológica baseada em locais: percepções e experiências de 23 estudos de caso. *Ecologia e Sociedade*, v. 20, n. 4, 2015.

PAIS, J. M. Cursos de vida, padronizações e disritmias. In: *Tempos e transições de vida: Portugal ao espelho da Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, p. 19–35, 2010.

PAIS, J. M. A esperança em gerações de futuro sombrio. *Estudos Avançados*, v. 26, p. 267–280, 2012.

PAIS, J. M.; LACERDA, M. P. C.; OLIVEIRA, V. H. N. Juventudes contemporâneas, cotidiano e inquietações de pesquisadores em educação: entrevista com José Machado Pais. *Educar em Revista*, p. 301–313, 2017.

PIZZINATO, A. et al. Juventude feminina do meio rural: sentidos sobre educação e perspectivas sobre futuro. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 21, n. 1, p. 41–51, 2017.

RAWLUK, A.; FORD, R. M.; WILLIAMS, K. J. H. Planejamento de cenários baseado em valores: explorando valores multifacetados no planejamento e gerenciamento de desastres naturais. *Ecology & Society*, v. 23, n. 4, 2018.

TIRADENTES, B. A.; NORONHA, S. G.; OLIVEIRA, A. C. A usina hidrelétrica Belo Monte e a construção dos reassentamentos urbanos coletivos. In: OLIVEIRA, A. C. et al. (org.). *Desafios contemporâneos do direito ao desenvolvimento na Amazônia*. [S.l.: s.n.], [s.d.].

WEISHEIMER, N. Sobre a invisibilidade social das juventudes rurais. *Desidades*, v. 1, n. 1, p. 22–27, 2013.

YEBOAH, T. et al. Hard work and hazard: youth and agricultural commercialization in Africa. *Journal of Rural Studies*, v. 76, p. 142–151, 2020.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Esta tese teve como objetivo geral identificar os desafios socioambientais enfrentados pelas diferentes gerações envolvidas na cacauicultura da região da Transamazônica e co-construir, de forma participativa, cenários futuros com as juventudes rurais no contexto das mudanças climáticas. Ao longo dos cinco artigos que a compõem, o estudo percorreu diferentes escalas analíticas — histórica, discursiva, intergeracional e prospectiva —, articulando memória, comunicação, juventude, produção agrícola e crise climática em um território marcado por desigualdades estruturais e por processos históricos de ocupação dirigidos pelo Estado.

Os resultados do Artigo 1 evidenciaram que a introdução e consolidação da cacauicultura na Transamazônica estão profundamente vinculadas ao projeto de colonização dirigida associado à construção da Rodovia Transamazônica. As memórias dos agricultores migrantes revelam que, embora o cacau tenha se tornado um eixo central de organização produtiva e permanência no território, esse processo ocorreu em um contexto de precariedade estrutural, ausência de políticas públicas contínuas e desconsideração dos limites socioambientais e dos saberes locais. A cacauicultura, nesse sentido, não pode ser compreendida apenas como uma alternativa produtiva bem-sucedida, mas como resultado de adaptações, resistências e aprendizagens intergeracionais construídas em um cenário de promessas estatais parcialmente frustradas.

O Artigo 2 aprofundou a análise das relações intergeracionais, evidenciando que as transformações na agricultura do cacau são percebidas de forma distinta por adultos e jovens, ainda que conectadas por laços de herança produtiva, memória e identidade rural. Enquanto os adultos tendem a interpretar o presente como um momento de reconhecimento e valorização, os jovens manifestam uma leitura mais ambivalente, marcada pela percepção de vulnerabilidade climática, pela preocupação com a viabilidade econômica e pela necessidade de redefinir o sentido da permanência no campo. A intergeracionalidade, portanto, revela-se não apenas como diferença etária, mas como um campo dinâmico de negociações simbólicas, técnicas e afetivas, fundamental para compreender o futuro da cacauicultura amazônica.

No Artigo 3, a tese avançou na compreensão das juventudes rurais como sujeitos ativos na cadeia produtiva do cacau. Os resultados indicam que os jovens não ocupam uma posição homogênea nem passiva, mas constroem múltiplas estratégias de inserção produtiva, combinando permanência no campo, busca por autonomia, inovação e, em muitos casos, articulação com outras atividades de trabalho e estudo. Entretanto, essas trajetórias são atravessadas por profundas desigualdades de gênero, por insegurança fundiária, por relações

familiares assimétricas e pela ausência de políticas públicas efetivas voltadas à sucessão rural. A invisibilização do trabalho das jovens mulheres e a centralização masculina das decisões produtivas emergem como entraves estruturais à reprodução social da cacauicultura.

O Artigo 4 deslocou o olhar para o campo da comunicação, demonstrando que, apesar do aumento da visibilidade das mudanças climáticas nos jornais locais da Transamazônica, a abordagem permanece superficial, pouco contextualizada e limitada em termos de justiça ambiental e comunicação de risco. A análise discursiva revelou um distanciamento entre o conteúdo jornalístico e a realidade vivida pelas juventudes rurais, no que se refere aos impactos das mudanças climáticas sobre a agricultura do cacau. As falas dos jovens evidenciam que sua compreensão do tema é majoritariamente mediada por mídias de massa e marcada pela ausência de processos educativos sistemáticos, o que reforça a necessidade de estratégias de comunicação e educação climática territorializadas, capazes de dialogar com o cotidiano produtivo e ambiental do campo amazônico.

Por fim, o Artigo 5 sintetizou e projetou os achados da tese ao co-criar cenários futuros de desenvolvimento da cacauicultura amazônica com a participação ativa das juventudes rurais. A construção coletiva dos cenários revelou que os projetos de futuro dos jovens estão condicionados por incertezas estruturais persistentes, relacionadas ao acesso a investimentos e mercados, à infraestrutura e assistência técnica, à formação e disponibilidade de mão de obra e à capacidade de adaptação às mudanças climáticas. O contraste entre um cenário considerado mais provável — marcado pela continuidade das fragilidades históricas — e um cenário desejável, porém percebido como pouco factível, expressa um realismo crítico que atravessa as narrativas juvenis, no qual o futuro é imaginado a partir dos limites impostos pelo presente e pelo passado.

De forma integrada, os resultados desta tese demonstram que o futuro da cacauicultura amazônica não pode ser dissociado das dimensões sociais, geracionais, comunicacionais e políticas que estruturam o território da Transamazônica. As mudanças climáticas atuam como um fator intensificador de vulnerabilidades preexistentes, aprofundando desigualdades e tensionando os projetos de vida das juventudes rurais. Ao mesmo tempo, o estudo evidencia que as juventudes não estão destituídos de agência: eles formulam diagnósticos críticos, reconhecem oportunidades e elaboram estratégias, ainda que percebam limites concretos à sua implementação.

Do ponto de vista metodológico, a tese contribui ao demonstrar o potencial da articulação entre entrevistas qualitativas, análise de conteúdo, análise discursiva da mídia e metodologias participativas de construção de cenários. A co-criação de cenários e análise

SWOT revelaram-se não apenas um instrumento analítico, mas um dispositivo de fortalecimento do protagonismo juvenil e de produção compartilhada de conhecimento sobre o futuro do território.

Em termos epistemológicos e políticos, a pesquisa reafirma a importância de reconhecer as juventudes rurais amazônicas como sujeitos produtores de saber e atores estratégicos para o desenvolvimento sustentável. Incorporar suas vozes nos debates sobre agricultura, mudanças climáticas e políticas públicas não é apenas uma escolha metodológica, mas um compromisso ético com a construção de futuros mais justos, resilientes e socialmente enraizados.

Como limitações, destaca-se o recorte territorial concentrado em dois municípios da Transamazônica e o número reduzido de participantes nas oficinas de cenários, o que não permite generalizações. Ainda assim, os achados oferecem contribuições analíticas relevantes e abrem caminhos para pesquisas futuras, como estudos comparativos em outros territórios amazônicos, investigações longitudinais sobre sucessão rural e aprofundamentos com juventudes indígenas, quilombolas e ribeirinhas.

Conclui-se que, entre memórias do passado, desafios do presente e incertezas do futuro, a cacauicultura amazônica se constitui como um campo estratégico de disputa de sentidos sobre desenvolvimento, sustentabilidade e permanência no campo. Reconhecer, escutar e envolver as juventudes nesse processo é condição indispensável para que os cenários desejados deixem de ser apenas projeções e se transformem em possibilidades concretas de transformação do território amazônico.

APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (GRUPO FOCAL)

1ª via – do entrevistado (a) / 2ª via – pesquisadora

Eu _____, aceito participar do grupo focal que faz parte da pesquisa intitulada **CRISE CLIMÁTICA, DESAFIOS INTERGERACIONAIS E CENÁRIOS FUTUROS NA CACAUCULTURA DA AMAZÔNIA**, a ser realizado pela estudante do doutorado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Gisele de Aguiar Lima, sob a orientação da Professora Dra. Nathália Thaís Cosmo da Silva. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os desafios socioambientais enfrentados pelas diferentes gerações envolvidas na cacauicultura da região da Transamazônica e co-construir cenários futuros participativos com as juventudes no contexto das mudanças climáticas. Para tanto, foram realizados grupos focais com jovens maiores de 18 anos envolvidos na agricultura do cacau na região de Polo cacauero da rodovia transamazônica paraense. Cada sessão de grupo focal teve em média duas horas para realização.

A participação é voluntária, permitindo ao participante suspender sua participação ou optar por não responder a determinadas perguntas, sem necessidade de justificativa. As sessões foram gravadas para auxiliar na sistematização das informações, garantindo que os áudios não serão divulgados e que o anonimato será preservado nas publicações, assegurando a confidencialidade dos participantes. Os riscos da pesquisa incluem possíveis desconfortos durante a presença dos pesquisadores na área de estudo, sendo tomadas todas as precauções necessárias para evitar ou minimizar esses desconfortos.

Embora não haja compensação financeira para os participantes, a pesquisa contribuiu significativamente para a ampliação do conhecimento sobre os impactos socioeconômicos, culturais e simbólicos das mudanças climáticas na região, a partir da perspectiva dos colaboradores envolvidos. Os dados coletados foram armazenados pelo pesquisador responsável por um período de cinco anos após a conclusão da pesquisa e, posteriormente, serão destruídos. Os dados foram utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. Este documento foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Resolução 466 do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos, órgão do Ministério da Saúde que regulamenta as pesquisas com seres humanos no Brasil. Em caso de dúvidas éticas, os participantes podem buscar esclarecimentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (CEP-UFV): Edifício Arthur Bernardes, piso inferior, Av. PH Rolfs, s/n –

Campus Universitário, 36.570-900 Viçosa/MG, telefone: (31) 3899-2492, email: cep@ufv.br, site: www.cep.ufv.br.

Eu fui informado(a) dos objetivos desse estudo de maneira clara e detalhada. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações. Além disso posso modificar a decisão de participar se assim desejar. Visto que me foi dada a oportunidade de ler e/ou esclarecer as minhas dúvidas, declaro que concordo em participar desse estudo.

Nathália Thaís Cosmo da Silva

Professora do Departamento de Economia Rural

E-mail: nathaliacosmo@ufv.br

Telefone: (31) 99587-5253

Gisele de Aguiar Lima

Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Extensão rural

E-mail: gisele.lima@ufv.br

Telefone: (93) 99159-7088

Assinatura do Participante

Pesquisador Responsável

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(ENTREVISTAS)

1ª via – do entrevistado (a) / 2ª via – pesquisadora

Eu _____, aceito participar da pesquisa intitulada **CRISE CLIMÁTICA, DESAFIOS INTERGERACIONAIS E CENÁRIOS FUTUROS NA CACAUCULTURA DA AMAZÔNIA**, a ser realizada pela estudante do doutorado em Extensão Rural, da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Gisele de Aguiar Lima, sob a orientação da Professora Dra. Nathália Thaís Cosmo da Silva. Esta pesquisa tem como objetivo identificar os desafios socioambientais enfrentados pelas diferentes gerações envolvidas na cacauicultura da região da Transamazônica e co-construir cenários futuros participativos com as juventudes no contexto das mudanças climáticas. Para tanto, serão realizadas entrevistas com jovens maiores de 18 anos e seus familiares envolvidos na agricultura do cacau na região de Polo cacauero da rodovia transamazônica paraense. As entrevistas terão uma duração média de 30 minutos.

A participação é voluntária, permitindo ao entrevistado suspender sua participação ou optar por não responder a determinadas perguntas, sem necessidade de justificativa. As entrevistas serão gravadas para auxiliar na sistematização das informações, garantindo que os áudios não serão divulgados e que o anonimato será preservado nas publicações, assegurando a confidencialidade dos participantes. Os riscos da pesquisa incluem possíveis desconfortos durante a presença dos pesquisadores na área de estudo, sendo tomadas todas as precauções necessárias para evitar ou minimizar esses desconfortos.

Embora não haja compensação financeira para os participantes, a pesquisa poderá contribuir significativamente para a ampliação do conhecimento sobre os impactos socioeconômicos, culturais e simbólicos das mudanças climáticas na região, a partir da perspectiva dos colaboradores envolvidos.

Os dados coletados serão armazenados pelo pesquisador responsável por um período de cinco anos após a conclusão da pesquisa e, posteriormente, serão destruídos. Os dados serão utilizados exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Este documento foi elaborado em conformidade com as diretrizes da Resolução 466 do Conselho Nacional de Pesquisa com Seres Humanos, órgão do Ministério da Saúde que regulamenta as pesquisas com seres humanos no Brasil. Em caso de dúvidas éticas, os participantes podem buscar esclarecimentos junto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFV (CEP-UFV): Edifício Arthur Bernardes, piso inferior, Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário, 36.570-900 Viçosa/MG, telefone: (31) 3899-2492, email: cep@ufv.br, site: www.cep.ufv.br.

Eu fui informado(a) dos objetivos desse estudo de maneira clara e detalhada. Sei que, a qualquer momento, poderei solicitar novas informações. Além disso posso modificar a decisão de participar se assim desejar. Visto que me foi dada a oportunidade de ler e/ou esclarecer as minhas dúvidas, declaro que concordo em participar desse estudo.

Nathália Thaís Cosmo da Silva
Professora do Departamento de Economia Rural
E-mail: nathaliacosmo@ufv.br
Telefone: (31) 99587-5253

Gisele de Aguiar Lima
Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Extensão rural
E-mail: gisele.lima@ufv.br
Telefone: (93) 99159-7088

Assinatura do Participante

Pesquisador Responsável

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS (Membros da família)

Pesquisa "Crise Climática, Desafios Transgeracionais e Cenários Futuros na Cacaicultura da Amazônia"

Nº da Entrevista _____
Município _____
Localidade _____

Perguntas Gerais

Qual sua idade?

Qual seu gênero?

Como você definiria sua cor ou raça?

Qual é seu estado civil atual?

Você está ou já esteve envolvido em alguma atividade profissional?

Qual é o seu nível de escolaridade?

Você é membro de algum grupo ou associação comunitária?

Para compreender o passado

Há quanto tempo moram em Uruará/Medicilândia?

Quantas pessoas moram na propriedade? (Verificar quantidade de jovens)

Você poderia compartilhar um pouco sobre a história da sua família e o que os motivou a se mudarem para esta região?

Quais foram os principais fatores que influenciaram a escolha de se estabelecer nesta região?

O acesso à terra e aos recursos naturais foi um fator relevante para sua decisão de migrar para cá, sem entrar em detalhes sobre questões privadas de propriedade?

Para compreender a inserção na agricultura do cacau

Poderia falar um pouco sobre como você e sua família se envolveram inicialmente na agricultura do cacau?

Quais foram as principais experiências e desafios que marcaram essa trajetória na produção cacaueira?

Para compreender a interpretação sobre os fenômenos das mudanças climáticas

Você já ouviu falar em mudanças climáticas? O que você entende sobre isso?

Como você percebe as mudanças climáticas na região em termos gerais? Me conta um pouco de como era quando você chegou e o que pode ter mudado

Quais eventos de mudanças climáticas você percebe na região? Afetam sua produção?

Quando acontecem estes eventos você pede ajuda a quem?

Na sua opinião, o que poderia ser feito para lidar melhor com os desafios das mudanças climáticas na agricultura do cacau nesta região?

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTAS (Jovens)

Pesquisa "Crise Climática, Desafios Transgeracionais e Cenários Futuros na Cacaicultura da Amazônia"

Nº da Entrevista _____
Município _____
Localidade _____

Perguntas Gerais

- Qual sua idade?
- Qual seu gênero?
- Como você definiria sua cor ou raça?
- Qual é seu estado civil atual?
- Você está ou já esteve envolvido em alguma atividade profissional?
- Qual é o seu nível de escolaridade?
- Você é membro de algum grupo ou associação comunitária?

Você acessa alguma mídia social local? (Se sim, qual?)

Para compreender as perspectivas sobre a agricultura do cacau

- Você trabalha na agricultura do cacau? Conta um pouco do que você faz...
- Como começou a lidar com a agricultura do cacau?
- Como você descreveria sua visão sobre a agricultura do cacau nesta região, considerando as vantagens e desvantagens desse setor?
- Quais são as principais oportunidades de crescimento e desenvolvimento que você enxerga na agricultura do cacau aqui em Uruará/Medicilândia?

Para compreender a interpretação sobre os fenômenos das mudanças climáticas

- Você já ouviu falar em mudanças climáticas? O que você entende sobre isso?
- Quais eventos de mudanças climáticas você percebe na região?
- Quando acontecem estes eventos você ou seus familiares pedem ajuda a quem?
- Você percebe impactos das mudanças climáticas na agricultura do cacau aqui na região?
- Quais?
- Como você acha que a comunidade local pode se preparar melhor para lidar com os desafios das mudanças climáticas na agricultura do cacau?

Para compreender os anseios futuros

- Você deseja permanecer na região?
- () sim () não

Se sim. E se houver um evento climático?

Quais os fatores que influenciam no seu desejo de permanecer ou não na região?

Como você imagina seu futuro nos próximos 5 e 10 anos?

Quais são os principais desafios que você identifica ao planejar seu futuro?

Como você percebe o papel da agricultura em suas perspectivas de futuro e no contexto mais amplo da comunidade rural?

Como você prevê o cenário climático e ambiental da sua região daqui a 5 ou 10 anos?

De que forma você acredita que essas condições futuras podem impactar o seu futuro?